

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA LINHA CULTURA E MEMÓRIA

ELTON FLAUBERT DE FIGUEREDO

**AS IDEIAS SE ESVOAÇAVAM EM MEIO A SUA MARCHA: AS ELITES
LETRADAS E SÍLVIO ROMERO NA FORMAÇÃO DE SUA OBRA (1865-1880)**

RECIFE

2015

ELTON FLAUBERT DE FIGUEREDO

**AS IDEIAS SE ESVOAÇAVAM EM MEIO A SUA MARCHA: AS ELITES
LETRADAS E SÍLVIO ROMERO NA FORMAÇÃO DE SUA OBRA (1865-1880)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Cultura e Memória do Norte e Nordeste do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende

RECIFE

2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária, Divonete Tenório Ferraz Gominho CRB4- 985

F475i Figueredo, Elton Flaubert de.
As ideias se esvoaçavam em meio a sua marcha: as elites letradas e Sílvia Romero na formação de sua obra (1865-1880) / Elton Flaubert de Figueredo. . Recife: O autor, 2015.
213 f. . ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende.
Dissertação (mestrado) . Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2015.
Inclui referências.
1. História. 2. Romero, Sílvia. 3. Civilização Moderna. 4. Recife, Escola do. I. Rezende, Antônio Paulo de Moraes. (Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2015-21)



ELTON FLAUBERT DE FIGUEREDO
AS IDEIAS SE ESVOAÇAVAM EM MEIO A SUA MARCHA:
AS ELITES LETRADAS E SÍLVIO ROMERO NA FORMAÇÃO DE SUA
OBRA (1865-1880)

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em História.

Aprovada em: **25/02/2015**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende
Orientador (Departamento de História/UFPE)

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira
Membro Titular Interno (Departamento de História/UFPE)

Prof. Dr. Rodrigo Cássio Oliveira
Membro Titular Externo (Departamento de História/UEG)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO

RESUMO

O intelectual brasileiro, Sílvio Romero, viveu entre o ocaso do Império e as primeiras décadas da República, e pretendia interpretar o país e sua formação a partir das novas vogas filosóficas vindas da Europa (positivismo, evolucionismo, etc.), que ele denominou de intuição crítica moderna. Ele era membro da *Geração de 1870*, ansiosa por reformas na estrutura do Império. Entusiasmado com a Segunda Revolução Industrial e com as ideologias do progresso que vinham de fora, Romero advogava a inexistência de universais. Toda época tinha sua verdade relativa, e ela iria se sucedendo evolutivamente em direção ao progresso. Ele interpretava a formação do país a partir de um tripé: a raça miscigenada, o meio e a cultura. O elemento modificador que poderia consertar os outros dois seria a cultura, por isto, o pensamento brasileiro e sua elite letrada deveria ser orientada de acordo com a intuição crítica moderna, colocando o país no rumo do progresso. A estrutura de sua obra está condensada no período trabalhado, o mais jovem, entre 1865 e 1880, destacando-se sua passagem no Recife e proximidade com Tobias Barreto, na luta contra o romantismo e a metafísica, e na busca pelo entendimento científico dos estudos sociais. Ao analisar a formação de sua obra, apresento-lhe como um símbolo condensado que pinta o retrato de uma época e configura muitas dos significados e problemas da elite letrada brasileira.

Palavras-chave: Sílvio Romero. Modernidade. Elite letrada. Geração de 1870. Escola do Recife. Progresso. Raça. Tradição.

ABSTRACT

The Brazilian intellectual, Romero, lived between the decline of the Empire and the first decades of the Republic, and intended to interpret the country - and its formation - from the news philosophical vogues of Europe (positivism, evolutionism, etc.); he called "modern criticism intuitionö. He was a member of the *Generation 1870*, eager to reform the structure of the Empire. Excited by the Second Industrial Revolution and the ideologies of progress that came from outside, Romero advocated the absence of universal. Every age had its relative truth, and she would evolutionarily succeed towards progress. He interpreted the formation of the country from a tripod: a mixed breed, environment and culture. The modifier element that could "fix" the other two would be the culture, therefore, the Brazilian thought and literate elite should be oriented according to the "modern criticism intuition", placing the country in the direction of progress. The structure of his work is condensed in the working period, the youngest, between 1865 and 1880, especially its passage in Recife and proximity to Tobias Barreto, the fight against romanticism and metaphysics, and in the pursuit of scientific understanding of the studies social. By analyzing the formation of his work, I offer you as a condensed symbol painting the portrait of a time and set many of the characteristics and problems of the Brazilian literate elite.

Key-words: Sílvio Romero. Modernity. Literate elite. Generation 1870. School of Recife. Progress. Race. Tradition.

õQuem do vil contentamento
cá deste mundo visível,
quanto ao homem for possível,
passar logo o entendimento
para o mundo inteligível:
ali achará alegria
em tudo perfeita e cheia
de tão suave harmonia,
que, nem por pouca, recreia,
nem, por sobeja, enfastia.
Ali verá tão profundo
mistério na suma Alteza,
que, vencida a natureza,
os mores faustos do mundo
julgue por maior baixeza.
Ó tu, divino aposento,
minha pátria singular!ö
Camões

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I	26
O LUGAR E AS IDEIAS: AS ESTRUTURAS E O COTIDIANO.	26
1.1. Do mundo ao local.	26
1.1.1. Um mosaico de emoções e vertigens: o tempo acelera.....	26
1.1.2. O país que vai mudando, o império que vai se desintegrando.	30
1.1.3. A política em construção: a formulação do poder nacional.	33
1.1.4. Modernização econômica, dinamização social: o cotidiano das cidades.....	40
1.1.5. Um Nordeste que se recria: o norte da civilização (do açúcar) é ao sul da Linha do Equador. ...	42
1.1.6. Recife: o sentimento de uma cidade.	50
1.2. A elite letrada à luz das ambiguidades do país	52
1.2.1. A formação das instituições de conhecimento.	52
2.2. A geração de 1870.....	56
1.2.3. A Escola do Recife.	61
CAPITULO II.....	79
O EMBATE CONTRA A METAFÍSICA: A MARCHA DAS IDEIAS EM DIREÇÃO AO PROGRESSO.....	79
2.1. Mundo moderno, ciência e filosofia moderna: o sentido das ideias.....	79
2.2. As ideias no Brasil	91
2.3. A Filosofia no Brasil: ensaio crítico	97
2.3.1. Em busca de uma posição autônoma no cenário filosófico.	97
2.3.2. A filosofia de Sílvio Romero.	105
2.4. Outros textos	109
2.5. A Escola do Recife perante a elite letrada: os intelectuais, a ação humana e as estruturas.	111
2.6. A função da crítica	119
INTERMEZZO I.....	123
MODERNIZAÇÃO E PROGRESSO PELA ãNOVA GERAÇÃOö.....	123
CAPÍTULO III	128
A CRÍTICA AO ROMANTISMO: A LITERATURA LIDA COMO UM DOCUMENTO DE CULTURA.	128
3.1. O Combate ao Romantismo.....	128
3.1.1. Surge o movimento romântico.	128
3.1.2. O romantismo no Brasil.....	133
3.1.3. Romero entra em cena: a crítica literária e ao romantismo.....	143

3.2. A literatura nacional e o caráter do seu povo	149
3.3. A poesia reveladora de seu povo.....	155
3.3.1. A poesia científica	155
3.3.2. As fontes da literatura nacional: poesia popular e folclore.	159
CAPÍTULO IV.....	165
INTEPRETAR O BRASIL NAS VEREDAS DA CIÊNCIA	165
4.1. O caminho para modernizar o país é dar-lhe orientação social e intelectual.....	165
4.2. O caráter do povo brasileiro: meio, raça e cultura	168
4.3. O papel da província na modernização do pensamento.....	180
4.3.1. A prioridade de Pernambuco na renovação cultural.....	180
4.3.2. O folclore regional	183
4.4. A política que orienta o pensamento	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
REFERÊNCIAS.....	205

INTRODUÇÃO

O economista Claudio de Moura Castro, especialista em educação, costumava dizer que, no Brasil, as pessoas não liam o que estava escrito no texto, mas liam o que imaginavam que o autor tinha pensado em sua feitura, na busca por interesses ocultos a cada afirmação. Por vezes, a história das ideias ó alinhada à nova história cultural ó transformou tal desconfiança em método, ao reduzir o processo cognitivo às construções sociais, culturais ou factuais.

A história das ideias (alguns preferem chamar de história intelectual) é um domínio da historiografia (como a história do direito, a história da mulher, a história do trabalhador, etc.) que lida com os significados, através de continuidades e rupturas, das ideias humanas ao longo do tempo. Por natureza, ela é interdisciplinar, geralmente bebendo nas fontes da história da ciência e da filosofia, nas artes, na literatura. Estando, por vezes, próxima da história das mentalidades, que observa a maneira que os indivíduos se sentem e pensam no mundo numa determinada época, procurando uma unidade de longa duração na diversidade material. Uma das diferenças é que esta vai além das possibilidades da outra em sua investigação, utilizando fontes seriais para lidar com a longa duração, enquanto a história das ideias concretiza-se num agente histórico, individual ou coletivo (um intelectual ou uma corrente), em âmbitos de estudo (literatura, filosofia, arte, religiosidade, etc.).

A história das ideias pode ocorrer com diversas variações, de métodos e abordagens. Por exemplo, o historiador pode explicar a sociedade através das ideias. Neste caso, temos uma história social das ideias (história social da pintura, história social da arquitetura, história social da filosofia, entre outros). Sua função era construir, a partir das ideias, um contexto social que lhe tivesse produzido.

Entretanto, a história das ideias não está presa a este domínio. Uma história cultural das ideias centra-se mais no agente do que na sociedade. Assim, uma história da arte não procura explicar a sociedade através dos artistas estudados, mas os agentes e sua obra em suas conexões internas e externas. E estas conexões podem ser observadas a partir de um ângulo factualista, privilegiando os eventos transcorridos; contextualista ou historicista, que encara a realidade meramente como uma construção cultural ou social; ou ainda, ao contrário, por um ângulo meta-histórico e simbólico. É esta última possibilidade da história cultural das ideias que adotei nessa dissertação, tornando-se uma leitura a contrapelo do que vem sendo feito nos

estudos culturais na historiografia brasileira, onde sua hegemonia orbita em torno da nova história cultural.

Ao fazer do intelectual (e em parte, uma escola de pensamento) o meu objeto de estudo, não faço dele um agente histórico condicionado por uma estrutura socioeconômica ou de uma mentalidade pré-lógica, tampouco por eventos, enredado numa teia de estratégias e negociações (tão comum nos estudos culturais de hoje). Observo o intelectual a partir de um diálogo tensionado com o mundo material e simbólico, que condensa ambiguidades e trocas. O que me interesse é, acima de tudo, o diálogo estabelecido entre o intelectual e o mundo em sua volta, não no sentido pós-estruturalista, mas como um símbolo que condensa uma época. Ao apresentá-lo, pinto um retrato ó a partir dele ó da elite letrada do país, e desta na história nacional, incluindo nisto, o seu debate sobre identidade.

O autor que interpreto como agente da história num símbolo condensado, neste trabalho, é o crítico literário, sociólogo, filósofo, Sílvio Romero, no momento de formação de sua obra (1865-1880), onde assenta a base de todo seu trabalho. Na originalidade de sua obra, não se observa uma contribuição para temas atemporais, mas uma construção teórica e prática da obra, que mimetiza as sensibilidades tendentes da época, nos fornecendo um retrato das mudanças e disputas na elite letrada, num período de formação do país e de uma cultura nacional.

Trato o intelectual como um sujeito da história em diálogo com o mundo sociocultural a sua volta, criando um universo rico em símbolos. Destaco esses aspectos, e não eventos, negociações ou determinações socioeconômicas. No estudo de sua obra, interessa-me, sobretudo, apresentar estes elementos de diálogo entre as ideias proferidas e a nação que está se construindo, inclusive, a sua cultura letrada e maneira como ela atua e influencia no ocaso do império, a partir de suas perspectivas.

Assim, este trabalho vai à contramão de muitos estudos acerca da história das ideias no país, muito influenciado pelo que, a partir da década de 1960, ficou conhecida como òmorte do autorö. Por exemplo, o francês Roland Barthes escreveu, em 1968, o texto *A Morte do Autor*. Com a defesa do mundo moderno após a Segunda Guerra Mundial, o francês identifica um cansaço de todos os conceitos que lhe dariam sentido. Entre eles, o do autor. Para Barthes, não existiria um sujeito expressando naquilo que escreve unicamente a si; mas apenas alguém que participa dos aparelhos culturais. Por isto, não se cria nada de novo (talvez, só Barthes).

Em certo sentido, Foucault desenvolve este argumento quando afirma que o autor tem a função de sobrepor uma ordem no mundo plural dos discursos. A sua função seria ordenadora ao exercer controle sobre as práticas discursivas, limitando a diversidade e as resistências. Em síntese, Barthes e Foucault destacam um fundo sócio-histórico na categoria autor.

Outro pesquisador que se lançou sobre essa questão mais recentemente, vindo-a com mesma perspectiva, mas com outras abordagens, foi o historiador Roger Chartier. Para ele, o discurso de uma única pessoa precisa ser historicizado de maneira descontínua. O objetivo do francês é observar não só a produção de um ator específico, mas os lugares sociais de sua construção, além de sua recepção. Os lugares sociais são múltiplas instituições sob a qual os textos se constituem.

Desta maneira, para Chartier, as ideias são constituídas a partir de uma negociação com o mundo nesses lugares sociais, criadores de várias práticas e representações. As ideias se constroem a partir das práticas e representações, e não de determinações estruturais. E uma obra só pode ser pensada a partir das trocas e intercâmbio nos lugares sociais. Na literatura, Chartier, influenciado pelo *New Historicism* de Stephen Greenblatt, irá destacar a energia social das obras, vindas dessas negociações e trocas. O grande objetivo dele é conhecer o que certos textos literários significaram para as pessoas em seus meios sociais e culturas locais.

Estes autores (Barthes, Foucault e Chartier) retiraram a individualidade da autoria e o papel do espírito. Eles rompem com categorias universais, sem a qual não pode haver criação, intuição e inspiração pessoal, e colocam no lugar, tornando o autor numa representação, um produto de uma construção histórica e portador de uma funcionalidade discursiva. Neste sentido, na história das ideias, não se enfoca mais as determinações socioeconômicas ou o estudo do mental, mas o texto visto a partir das redes que foram feitas, dos lugares sociais, das negociações entre as várias práticas e representações.

No Brasil, esta é a visão predominante nos estudos culturais, incluindo nisto, a história das ideias. No entanto, esta perspectiva filosófica e metodológica está muito longe de encerrar discussões. Outras perspectivas são possíveis na história das ideias, e os seus métodos podem variar de acordo com as necessidades do objeto estudado, e com aquilo que está sendo perguntado a ele.

O filósofo e cientista político Eric Voegelin em seus livros sobre a história das ideias, tratava os intelectuais num diálogo tensionado de simbolismos com o mundo, no sentido não

apenas de uma história eventual, dos fatos transcorridos, porém de uma história escatológica lida a partir desses símbolos, que não eram unívocos, mas ambíguos.

E para compreender a base por qual se guia este trabalho, numa outra concepção de autoria, é preciso voltar a Platão. Este critica os sofistas por fazerem da verdade uma serva do arbítrio humano. Por serem gnosiologicamente céticos quanto a capacidade humana de alcançar verdades universais, utilizam da palavra, do raciocínio, da retórica e do diálogo, pela simples vontade ou desejo, convencendo os outros até mesmo do que seria injusto. A maneira puramente discursiva como os sofistas apresentavam os seus argumentos, demonstrava, para Platão, um *modus operandi* que dava ao que estava sendo dito uma falsa aparência de conhecimento.

De certa forma, Platão responde a esta busca sofista através de uma expressão tirada dos marinheiros. Ele nos mostra que a primeira navegação é feita com velas ao vento, onde os sentidos e as sensações são guiadas pelos ventos, como no naturalismo pré-socrático. A segunda navegação é efetuada na falta dos ventos, exigindo que seja feito um árduo esforço com os remos, portanto mais cansativa e exigente, representando esse esforço metódico e experiencial que nos leva à esfera do suprasensível, a partir dos raciocínios e postulados. A maiêutica socrática é esta segunda navegação, que busca parir a verdade no diálogo, ao contrário dos prolongados discursos sofistas. Esse símbolo de busca pela estrutura da realidade nos mostra que os sentidos não esclarecem o conhecimento, mas que este só se apresenta pela unidade de uma experiência árdua, buscada em raciocínios.

Mas, foi no diálogo *O Sofista*, que Platão tratou do problema do movimento e da permanência, da unidade e da diversidade, que deveriam interessar de sobremaneira o historiador. Podemos visualizar um cavalo branco, preto, cinza, um diferente do outro. No entanto, reconhecemos nessa pluralidade de cavalos, que eles são, afinal, uma única coisa: cavalo. Reconhecemos na diversidade uma unidade, e chamamos os vários tipos de uma única forma: sua essência. Sem o conceito singular, o plural seria impossível. Mas você não vê no mundo material o Cavalo, mas vários cavalos. Portanto, temos a separação entre as formas e a matéria. As ideias em Platão são, na verdade, as formas ideais (o cavalo, o homem, a árvore, etc.).

Todavia, ainda há o problema da imobilidade entre o ser e o não-ser. Platão explica que aquilo que não é também pode participar do ser. Movimento e repouso são contrários, e um não participa do outro, mas os dois participam do Ser (aquilo que é). O repouso é. O

movimento é. Mas eles também não são. O movimento não é repouso. O repouso não é movimento. Uma começa quando o outro termina. Como o dia e noite são antônimos. O que é, sempre também não é outra coisa. Dentro do ser há o diverso, e assim Platão funda filosoficamente a alteridade. Por isto, o Ser é ao mesmo tempo uno (em relação a sua cópia no mundo sensível) e múltiplo (em relação à multiplicidade de formas). E se há várias formas dentro do Ser, é preciso que algo tenha lhe dado origem, e a isto Platão denomina de Uno. E o Uno para dar origem às várias formas, possui uma díade como seu substrato. Assim, criam-se as formas do bem e do mal, do dia e da noite, do movimento e do repouso, daquilo que é e do seu contrário. E essas formas duplas para existir se realizam fenomenicamente no nosso mundo material. Por isto, somos incompletos, abertos as escolhas e possibilidades dentro dessa estrutura da realidade. Platão supera tanto o ceticismo, quanto a irredutibilidade do Ser ao movimento ou ao repouso.

Por isto, para Platão, o mundo material, em que vivemos, é um entremeio. Ele encontra-se entre o Ser e o Não-Ser, entre aquilo que é e aquilo que não é. Ele é ontologicamente incompleto, o que não quer dizer caótico. E é este sentimento que conduzo em minha análise: a da incompletude humana; do entremeio mundano; dos sentimentos que circulam, indo e vindo; dos mitos e símbolos, que são circulares; das coisas necessárias que não são fechadas ou absolutas, nem relativas.

Situo-me nos problemas filosóficos para explicar minhas escolhas historiográficas. Existe uma construção cultural, os fatos, as práticas negociadas, existem estruturas e categorias sociais gerais, mas existe também o universal, e as possibilidades que dependem da estrutura da realidade, numa determinação interna e externa. O saber historiográfico é um conhecimento, e precisa partir de uma concepção gnosiológica. Muitas das discussões dos historiadores no campo da história das ideias partem de uma confusão entre linguagem e realidade. Para autores mais ligados ao pós-estruturalismo, a consciência é funcional, mas não cognitiva.

O problema não se encontra em abordar estruturas ou narrar eventos, pois ambas são partes da vida humana. A questão são as perguntas de que partimos. A realidade sensível está num entremeio, onde a apreensão do objeto é necessariamente uma escolha com perdas e ganhos. Nenhum método de apresentação da história pode reduzi-la.

É possível ser historiador sem reduzir a realidade a historicização dos objetos. Todas as coisas humanas num dado momento presente não se reduzem ao resultado de processos

históricos de formação, ou em práticas negociadas. Muitos dos críticos da escola literária do *New Historicism*, por exemplo, diziam que ele tinha transformado a crítica literária numa agenda política ou numa nota de rodapé da história.

O famoso filósofo inglês Roger Scruton observa em seu célebre livro de 1986, *Thinkers Of The New Left* que Nietzsche repudiava a meta da verdade (só existem interpretações), mas constata que se alguém perguntasse a Nietzsche se aquilo que ele acabara de afirmar era verdade, ele responderia que sim, desta forma, logo no segundo seguinte, ou ele se contradiz ou se desmente. Se nada há de universalmente verdadeiro, esta já é uma sentença que pretende alcançar o status de universal e necessário. Quem se dispõe a conhecer, defronta-se com o problema da verdade. Se o cético afirma que a verdade não existe, já está ao mesmo tempo proclamando uma gnosiologia, e afirmando a sua existência, construindo-a na sua negação.

Sobre Foucault, Scruton afirma que ocorre uma mudança da ênfase no conteúdo de um enunciado e do seu caráter intrínseco ou potencial de verdade, para simplesmente a associação a uma rede negociada de micropoderes. Esta redução apaga a verdade, a racionalidade, a intuição, e a criação, que são atributos próprios do indivíduo, e não de uma classe, um grupo, uma rede, ou de negociação de indivíduos. Ainda para o inglês, a visão de Foucault reduz a cultura a um jogo de micropoderes, mas se não houvesse o indivíduo criador, toda mudança não passaria de um decorrer necessário e estrutural. Radicalizando este argumento, e retirando essa estrutura, as mudanças ocorreriam ao acaso, sem uma substância (que, por sua vez, depende de um caráter intrínseco de verdade) no que os grupos e atores políticos defendem.

Pela condição incompleta da materialidade humana, qualquer coisa dita pode ser passível de negação, mas isto, tampouco, iguala todas as coisas em seu conteúdo intrínseco de verdade. A harmonia e beleza das formas na música de Bach não podem ser igualadas à simples manifestação barulhenta de sons, como num õbatidãõ de funkõ. Algumas coisas podem ser ditas, como õum quadrado redondoõ, mas não podem ser pensadas. Ninguém imagina que fez uma viagem ao invés de fazê-la, ninguém vai ao restaurante para comer o cardápio ao invés de um pedaço de carne. A dúvida cética se opõe a si na própria experiência humana. E na multiplicidade da vida, pode haver nesta diversidade, uma unidade da consciência na unidade da experiência.

A questão não é se temos o conhecimento universal e absoluto ou se não podemos ter nada dele, ou sequer falar em seu nome. A questão não é entre indivíduo e suas trocas, práticas e representações ou uma unidade lógica por trás das diferenças aparentes. Tampouco,

é uma questão entre estruturas que tiram a dinamicidade e escondem as diferenças ou um paradoxismo caótico, da realidade em migalhas, sem sentido, substância ou conteúdo intrínseco de verdade, perdida em auto-referências políticas, negociadas, relacionais. Se assim o fosse, poderíamos alegar contra os próprios que numa roda viva infernal onde a imagem e as aparências possuem o domínio, só poder-se-ia ter perdido a dimensão da síntese, da unidade, ou mesmo, da transcendência; e, agora, não conseguimos mais comunicar nossa experiência, pois não há mais uma unidade da consciência.

O real, ao contrário do que pensaram tais pensadores do abismo, não se reduz as negociações. Se negarmos a existência daquilo que é, o mundo só poderia ser um caos sem forma, onde a possibilidade não poderia existir pela ausência da impossibilidade. Porém, a realidade desmente tal sentença toda vez que abrimos os olhos, e constatamos que somos alguém. Se assim não fosse, como já sabiam os gregos antigos, não poderíamos nos comunicar, pois ao abrir a boca, as nossas palavras já se voltariam contra aquilo que foi dito no minuto anterior.

Assim, toda filosofia ou especulação em torno da realidade tem uma premissa fundamental: o que é o real, o que se tem como valor, e como se adquire conhecimento. Negar a identidade do real já é fundamentar algo em sua relativização. A pergunta que fica é: se não há nada de universal ou essencial, então qual o propósito de nosso pensamento ou ação? O que é moral ou imoral? É neste sentido, na total ausência de algo de fora a existência material, que Dostoievski afirma: se Deus não existe, tudo é permitido. Com a desconstrução da ideia de razão ou verdade, ou da ligação entre pensamento e realidade, o que nos resta, então, é à volta a animalização da linguagem¹, onde farejamos nosso grupo para nortear pensamentos e ações. O antirrealismo e a negação do universal levam a seguinte questão: se não há mais razão e qualquer possibilidade da verdade, então por que debatemos sobre algo? Se não se trata mais daquilo que é, então as discussões seguem uma única finalidade: separar quem está do seu lado dos que estão do outro lado. E por consequente, neste sentido da construção sociolinguística da realidade, chegaremos ao argumento do pós-marxista Ernesto Laclau, ao dizer que é o discurso de classe que deve criar a classe, ou seja, a volta da linguagem animalizada à política institucional.

¹ O filósofo e antropólogo francês, René Girard, é conhecido pelos estudos da fundação da sociedade humana a partir do mecanismo expiatório. A animalização da linguagem é o ato inicial de qualquer sociedade, quando um grupo se identifica com os seus, ao encontrar num outro, um inimigo que se transforma num bode expiatório. Este inimigo seria o causador de todos os males, e une os outros em um grupo contra ele. Ou seja, um postulado universal do mero início das associações humanas, que depende da capacidade do pensador em dar unidade às diferenças.

Com a incomensurabilidade dessas construções, não se estranha que tudo seja visto como poder, troca, negociação ou relação de forças. Se tudo o mais foi construção, precisa ser também desconstruído politicamente. A respeito deste pensamento nas universidades francesas, o filósofo brasileiro Ruy Fausto afirma o seguinte em seu livro *Outro Dia*:

õ(...) é incontestável o efeito perverso que teve sobre a universidade a ideia do caráter intrinsecamente negativo de toda instituição e de todo poder; (a) crítica da ideia de responsabilidade como conceito intrinsecamente repressivo; a dissolução de todo critério de verdade ó pois foi sob essa forma que a filosofia dos *désirants* tomou corpo na universidade. Quando se critica todo poder (e não todo poder ilegítimo), é evidente que não se critica nenhum. Quando se critica em todas as situações a meritocracia, mesmo se a motivação primeira é o horror à *cracia* (o poder), acaba ficando a *cracia* e caindo o méritoö (FAUSTO, 2009: p. 187-188).

Isto ocorre por que qualquer explicação pressupõe uma concepção implícita de verdade, de realidade e de valores. Ao impor o relativismo, o cético o utiliza como uma arma para diluir as oposições do seu adversário, legitimando a sua própria verdade na negação do universal, tornando a sua exigência, esta sim, absolutista e intolerante.

O filósofo alemão Edmund Husserl (2012), em *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental*, problematizou aquilo que ele chamou de õpsicologismoö. O psicologismo transforma a validade dos princípios lógicos nas causas psicológicas, sociológicas, etc. Se o fundamento da Lógica é material, então se trata da ciência que estuda as leis do pensamento, a psicologia. Husserl aponta, por exemplo, que Durkheim colocava as categorias lógicas provindo da estrutura social interiorizada. A analogia entre estrutura lógica e social transforma-a numa explicação causal. Podemos dizer que o psicologismo é a primeira forma de ceticismo. A validade da Lógica vem da experiência e da indução, se você transforma-a numa questão material, o conhecimento não teria qualquer fundamento. Logo, pode-se igualmente atribuir aos princípios lógicos à validade da construção sociocultural, mesmo sem as estruturas.

A ênfase de Husserl é no homem como indivíduo cognoscente e livre, num mundo em que não foi ele a formata-lo. Ou seja, a sua liberdade se defronta com uma infinidade de determinações externas e internas. O homem é livre, mas possui determinadas condições, como a incompletude. A cultura contemporânea está impregnada dessas impressões céticas e do psicologismo.

Em certo sentido, as críticas a redução da cultura a um epifenômeno da sociedade, ou mesmo, as críticas a falta de atenção ao microscópio, as negociações, ou mesmo, as críticas ao abuso das estruturas, e retorno a narrativa, foram produtivas para chamar atenção para os detalhes, para os acontecimentos recalcados em generalizações, as vezes corretas, as vezes arbitrárias. Entretanto, a base que leva a tais críticas é também reducionista, ocasionando o risco de um paradoxismo caótico que leve a perda do poder de síntese do historiador. Na história intelectual, por exemplo, retira o efeito de verdade das ideias, reduzindo-as as materialidades práticas.

A história é feita de continuidade e mudanças, de ordem e transgressão, de estruturas construídas/essenciais e acontecimentos. A nossa realidade é um entremeio, e a sua estrutura aberta para certas possibilidades e escolhas, funda a liberdade. A incompletude humana nos leva a compreensão circular do tempo.

Quando Octávio Paz fala do povo mexicano em *O Labirinto da Solidão*, não está a dizer que são todos os mexicanos iguais (qualquer pessoa reconheceria esta obviedade), mas, através da multiplicidade, compreende um caráter formativo no povo mexicano. Todavia, este caráter não é único, mas dual. Uma dialética em estado de suspensão, apresentando as ambiguidades do ser mexicano. Por isto, o uso das figuras em seus extremos, como a do *pachuco*, que desprovido de toda sua herança (língua, cultura, religião), resta-lhe um corpo e uma máscara presente, que o esconde e o exhibe. Ou quando Paulo Prado, em *Retrato do Brasil*, fala de nossa tristeza fundante, ele sabe perfeitamente bem que cada indivíduo é diferente do outro, mas que, se o mundo fosse a isto reduzido, seria impossível comunicar o comum. Outro bom exemplo são as cidades de Calvino, em *As Cidades Invisíveis*, onde cada cidade é diferente uma da outra, e ao mesmo tempo, todas se comunicam, e são, no fim, a mesma cidade, relidas de tantas formas. A cidade deixa de ser um espaço material, para se tornar o símbolo complexo e inesgotável da existência humana, em seus labirintos e percursos ambíguos.

As ideias não se reduzem às estruturas mentais ou socioeconômicas, nem a construção cultural, tampouco, as negociações entre indivíduos, suas práticas e representações. Elas não podem ser associadas apenas às expressões (discursos), nem somente ao nível de movimentos na sociedade ou na política (doutrinas). As ideias agem sobre o mundo: se compreendo o mundo de uma perspectiva e, por isto, sou contra uma lei específica, por exemplo. Mas, o mundo em que vivemos, em suas estruturas e práticas, também influencia, e pode fazer a

tender uma determinada ideia, ou mesmo, mentalidade. Num mundo onde as coisas se transformam rapidamente, as pessoas podem tender ao ceticismo gnosiológico.

Em *As Ideias Tem Consequências*, Richard Weaver (2012) mostra, a partir do diagnóstico da cultura moderna, a influência das ideias na história e de como elas movimentam com o tempo, agindo sobre o presente-futuro. As ideias possuem sim consequências e trazem resultados em longo prazo. Pois, em longa duração, as elites letradas possuem grande influência nas mudanças do senso comum, ou na maneira com as pessoas de uma sociedade se enxergam e se sentem no mundo. E isto influencia mudanças na cultura ou na estrutura socioeconômica. Um homem na Idade Média pensava e se sentia de maneira muito diferente a um homem do século XXI. Para isto, há influência não só de práticas ou estruturas sobre as ideias, mas destas sobre aquelas também.

A história de uma ideia interessa para disciplina historiográfica em duplo sentido. Primeiro, no que acreditavam e como se comportava as classes falantes. Segundo, na influência dessa elite intelectual numa história mais geral, não só no nível eventual, mas também como simbólico condensado. A partir do pensamento sistematizado, pode-se ilustrar a elite letrada de uma época, e sua influência simbólica no passado prático e passado registrado. Um intelectual ou um grupo predominante dentro da elite letrada pode condensar em suas abordagens, objetos e preocupações, como um símbolo, um retrato da época, incluindo nisto, as mudanças e permanências ideológicas ou mentais.

Em nossa sensibilidade, encontram-se os símbolos e imagens do passado, que foram construídas também pelas ideias ao longo do tempo, a partir das possibilidades determinadas pela estrutura da realidade. O terreno comum dos historiadores culturais, ao qual me filio, centra a investigação na preocupação com o simbólico, tendo em vista a ambiguidade da vida e suas tensões, como pintura de um momento, sem encerrar as outras possibilidades.

Assim, compreendo o símbolo como uma condensação de algo que em suas extensões apresentam a ambiguidade da vida, apreendendo no retrato que pinta da época, os seus significados. Pois, o ser humano é uma criatura incompleta, intermediária, vivendo na fronteira das possibilidades e dos seus limites. Os símbolos surgem da universalidade da incompletude como condição permanente da vida, já que os polos da existência são inseparáveis e nenhum deles pode ser concebido como objeto: essência e acidente, eu e o outro, consciência e objeto, natureza e sociedade. Como os símbolos que Paz utiliza para apresentar a essência do ser mexicano, em suas ambiguidades. Ou, por exemplo, quando

falamos que o Maio de 68 antecipou uma nova fase do capitalismo e da (pós)modernidade, ele é visto como um símbolo compacto.

Neste sentido, como na história cultural clássica, onde o historiador pinta o retrato de uma época. Burckhardt pintou em letras o renascimento. Ele dá menos atenção à história dos acontecimentos, preferindo evocar o recorrente na cultura retratada, observando unidade na diversidade. Na inter-relação dessas camadas, ele observava as características da época: o humanismo, o retorno ao clássico, às festas, a religião, a política, a literatura da época tratada. Ou seja, ele apreende os elementos da Itália renascentista a partir da elite letrada e da história cultural das ideias. De maneira semelhante, o historiador neerlandês Johan Huizinga, pintava o espírito da época em seus livros, a partir das evidências de um período. E a arte era um resíduo, uma demonstração disto, uma evidência. Ele descrevia as sensibilidades e os pensamentos, pintando a Baixa Idade Média através de suas expressões na arte e literatura.

Na década de 30, na Grã-Bretanha, ocorreu o lançamento de *The seventeenth-Century Background* de Basil Willey (1934), que pintava com as letras um panorama sobre os pensamentos da época, e no caso, da literatura. Outro historiador das ideias que segue nesta linha é Christopher Dawson, que em seus livros, buscou a gênese compactada e antecipada das transformações do mundo nas ideias da época. O alemão Peter Gay (2009), no livro *Modernismo*, a partir das transformações na literatura, arte, pintura, música e arquitetura, pinta as modificações na cultura intelectual do Ocidente, sendo decisiva num panorama geral. Não é a toa que Harold Bloom coroa Gay como maior historiador cultural e intelectual de sua geração. Outros exemplos deste tipo de história cultural, encontraremos em dois historiadores americanos de Princeton: Anthony Grafton (1998), em seu clássico *As Origens Trágicas da Erudição*, e Carl Schorske (1990), no também clássico, *Viena Fin-de-Siècle*.

A perda dessas dimensões dos mitos e símbolos, da unidade na diversidade, da ambiguidade inerente ao mundo, tira um pouco do brilho da história cultural, tornando-a um voo baixo, melindroso, representante da mesquinharia humana. Há muitas formas de se fazer um trabalho historiográfico, a partir de muitos ângulos. Todos são igualmente incompletos. Mas se diferenciam na força do conteúdo imagético que apresentam. Não querendo reduzir as possibilidades da disciplina, movo-me contra a perda desta dimensão simbólica e mítica. Não observo a história intelectual a partir do automatismo sociológico, do determinismo marxista, do positivismo factual ou do rompimento com o universal. Esta dissertação tenta, na história cultural, articular: ideias, individualidade, eventos, estruturas, num símbolo condensado.

A partir de um olhar duplo, que apresenta as ambiguidades, exploro a unidade das ideias, e do mundo em sua volta, e o que um está comunicando ao outro. O intelectual é um agente da história. E no trato do autor como um agente da história, não busco dicotomias (indivíduo x coletivo, objetividade x subjetividade), mas uma unidade das intenções, com consequências duradouras na elite letrada, e desta, na maneira como as ideias influem nos atos. Porém, um intelectual não pode ser agente único de uma ação histórica, mesmo quando protagonista, mas está cercado por pessoas num movimento ou grupo, sem dissolver sua unidade. As ideias tem autoria, mas também remetem, quanto menos original, as expressões coletivas. Para isto, é indispensável o poder de síntese.

O sergipano Sílvio Romero faz parte de uma nova geração intelectual, que vai surgindo no final do Império, conhecida como a geração de 1870. Ela marca uma passagem para formação de uma elite letrada, onde se analisa organicamente o país e a cultura nacional. A construção da nação após a independência foi marcada pela centralização política e busca pela unidade e identidade nacional. Neste processo, foram-se construindo também instituições de conhecimento no país, fazendo com que a elite letrada se formasse aqui e não mais em Coimbra.

Com a dinamização da vida social a partir da década de 1860, com a modernização econômica invadindo as cidades e diversificando as rotinas, iria ocorrer uma ampliação dos espaços públicos. Conquistada a unidade nacional, onde o Estado formava a sociedade civil, faltava ampliar os espaços institucionais para os que ocupavam a margem da ordem montada no Segundo Reinado. A geração de 1870 nasce neste contexto de desestruturação do Império, modernização, e insatisfação com as estruturas políticas e socioeconômicas. Eles se aproveitavam dos novos meios de imprensa, com jornais e revistas, do crescimento das cidades, da estabilização de um ambiente intelectual com autores e leitores, e enfrentavam a obstrução da ampliação da participação. Se a unidade nacional tinha sido conquistada pelas centralizações, agora, era preciso ampliar o poder para novas camadas a sua margem.

Não há uma unidade entre estes pensadores, mas eles orbitam em torno das ideias de reforma no país. Entre as muitas perspectivas que adotam, colocam em discussão outros assuntos: República, abolição, modernização, os signos do moderno, a nossa formação cultural, etc. Em longa duração, a ação dessas ideias irá influenciar o curso dos acontecimentos, como estes também dialogaram com aquilo que era defendido. Na busca

pelos símbolos nacionais, esta elite letrada nacional que estava em formação, foi essencial para sua estabilização.

Surgindo durante a Segunda Revolução Industrial, grande parte desta nova geração intelectual será progressista, entusiasmada com as transformações, com os símbolos modernos, em trazer a nação para o concerto ocidental. As nossas estruturas serão identificadas como atraso dentro de um quadro geral, um passado colonial com quem ainda não tínhamos rompido. Mas, ela encontra-se diante de grande contradição. Se, por um lado, quer superar as tradições, identificando nela os atrasos legados pela ordem portuguesa (inclusive, na esfera intelectual), por outro, precisa pensar a jovem nação fora da influência do colonizador, e para isto, necessita voltar ao passado, destacar singularidades e a cultura popular, pensando o país no seu processo de formação.

Em geral, há um grande entusiasmo com a filosofia moderna e as ideologias do progresso por parte dos jovens intelectuais dessa geração. Sílvia Romero faz parte de um movimento que ele chamou de "Escola do Recife". Embora não haja uma unidade em torno de uma doutrina, ela faz parte de um grupo de sociabilidade com leituras em comum, e abordagens semelhantes, que traz ao país um bando de ideias novas que estavam em voga na Europa: positivismo, evolucionismo, materialismo, monismo, naturalismo, culturalismo. Estes jovens acreditavam na ideia de progresso e que o país deveria ser interpretado a luz científica, e eram leitores de Comte, Darwin, Spencer, Taine, Littré, Buckle, Moleschott, entre outros. Eles queriam superar o espiritualismo metafísico, o ecletismo como saber de transição nacional, o romantismo, e a ausência de ciência na área de humanidades no país.

Romero defendia a inexistência de verdades universais e atemporais. Para ele, só haveria uma verdade relativa, a verdade da época, sucedendo-se no tempo em processo cumulativo. Ocorreria uma marcha das ideias, aonde uma iria superando a outra, gerando progresso do conhecimento e material. E o guia para essa evolução seria a ciência e a intuição crítica moderna. A partir da crítica do antigo, a nação poderia entrar nos rumos corretos desta marcha, estar de acordo com a verdade de seu tempo.

Mas, antes, era preciso entender a formação do Brasil. Para Romero, três fatores eram influentes: raça, meio e cultura. O brasileiro seria um povo miscigenado, a partir do hibridismo entre português, negro e indígena. A raça e o meio seriam causas naturais do nosso atraso. Por outro lado, seriam fatos que não se poderia lutar, e que dariam nossa originalidade. O terceiro fator, a cultura, ou ainda, a orientação de pensamento que a nação tem, deveria ser

o fator decisivo para amenizar a perda com os outros dois. Por isto, ele se volta contra as ideias dominantes da época, como o essencialismo da metafísica e o romantismo, por identificar neles a responsabilidade, no campo das ideias, por um atraso cultural. Para corrigir nossos rumos, era preciso dar uma orientação científica ao país, a partir da intuição crítica moderna.

Todavia, as contradições afluíam na obra de Romero. Variando entre o otimismo e o pessimismo quanto ao futuro da nação, desprezava nossas tradições coloniais e a elite intelectual da corte, ao mesmo tempo em que, ia buscar no passado, as manifestações culturais de formação do nosso povo, coletando poesias, cantos, danças, etc. Essa imbricação entre culto ao antigo ou ao moderno, também se manifestava no seu estilo: pretensamente científico e anti-bacharelesco, mas que guardava adjetivações, abusos retóricos, mania citatória, argumentos de autoridade, idealizações da rigidez científica. As ideias em marcha iam se esvoaçando. A idealização da correção científica e da verdade da sua época morria na própria relatividade de seu método de conhecimento e exposição.

Sua obra é repleta de ambiguidades, como o tempo em que viveu que era nevrálgico na formação da jovem nação e de sua elite letrada. Lê-lo como um símbolo compacto nos apresenta não só um retrato da época em diversas camadas, mas também a orientação dada por ele ao pensamento, no momento mesmo de formação das ciências sociais no Brasil. Revelando-nos a configuração dessa elite letrada que nasce, e as abordagens e problemas que ficam nos estudos sociais e históricos no país, que tanto irão influenciar as próximas gerações.

O objetivo deste trabalho é a partir da obra e vida do intelectual Sílvio Romero em sua formação, como um símbolo compacto, apresentar as tensões e ambiguidades da elite letrada em sua época, mostrando algumas características culturais do país, além de mostrar sob qual perspectiva encadeou-se a construção dos estudos das humanidades entre nós, concomitantemente a influência que teve na formação do país. E este símbolo nos apresenta um pouco sobre a construção do Brasil, da sua elite letrada, e de como ela pensa e está associado num país de modernidade jovem, associando-se ao ideário de progresso, perpassando, até mesmo, certo autoritarismo. A partir deste objeto, como vestígio de uma manifestação humana, mostramos muito do *modus operandi* e da cultura que cerca a elite intelectual brasileira.

Neste sentido, a partir da apresentação do que encontramos na leitura das fontes do trabalho (escritos de Romero e jornais da época), podemos suscitar outras questões, como

compreender os meandros e dificuldades da formação do país e da nacionalidade, em seus elementos internos e externos. A partir das ambivalências de Romero, vemos o ãaquiloö e o õcontrário daquiloö, como num símbolo compacto como era o leão na Bíblia, o Cristo e o Anti-Cristo. Pois, cada símbolo possui dentro dele o elemento antagônico, e é por isso que ele se torna realidade e não artificialidade ou construção, como um esquema inesgotável de tensões. O autor, como agente histórico, pinta uma época a partir das elites letradas, e da estrutura do seu pensar e agir. Onde podemos refletir a respeito dos símbolos que nos levam a compreensão de fenômenos como a identidade nacional.

A ideia de cultura implica a ideia de tradição, de certos tipos de conhecimentos e habilidades legados por uma geração para a seguinte. Mesmo quando a geração posterior nega a anterior, ela participa de um sistema, e carrega características próprias da elite letrada daquele país, que pode se tornar reveladora de sua própria história. Para apresentar tais resultados, vou mostrando o objeto que estudei a partir de suas várias camadas de significados, sendo descascado como uma cebola, da parte mais externa para a parte mais interna:

a) O mundo (país e região) material construído ao nascer do autor, os atos ordinários da vida, as estruturas materiais e os eventos históricos, a elite intelectual em sua construção nas instituições, e sua atuação prática;

b) O mundo imaterial em sua volta, com as sensibilidades, as maneiras dominantes de ser e estar no mundo, o senso comum, como também as ideias predominantes da elite letrada, as ideias modernas e suas promessas;

c) As ideias contidas no texto do autor estudado, em seus elementos internos e externos, diante do ataque à metafísica e ao romantismo, e na tentativa de orientar o pensamento nacional;

d) E, por fim, o significado simbólico, em suas ambiguidades (considerando que tudo tem perdas e ganhos), daquilo que foi apresentado, para cultura nacional, formação das elites letradas e sua ação histórica no tempo, ambiente intelectual e sentimento regional.

Assim, é preciso debulhar as várias camadas de significados do que foi escrito pelo autor, em seus elementos internos e externos. As coisas não se resolvem nem apenas dentro do texto, tampouco, fora dele. Embora, toda leitura seja um esforço em direção à unidade da consciência do autor, mesmo com suas ambiguidades. Todo esforço na leitura de um

intelectual é o esforço em direção da unidade do conhecimento. Aristóteles ensinava como uma acumulação de contradições despertava a si mesma para percepção intuitiva de uma unidade subjacente.

A apresentação da obra de Romero em formação, entre 1865-1880, mostra as perdas e ganhos de sua época, e da formação da elite letrada, assim como, as perspectivas adotadas. Como resultado, vemos uma cultura intelectual que se move pelo ódio ao passado, através da cultura do repúdio, macaqueando as vogas modernas de fora para mostrar o atraso do legado das gerações passadas, ao mesmo tempo em que eram obrigados a buscar qualquer singularidade passada que nos diferenciasse neste presente. É uma cultura que se move deslocando arbitrariamente as gerações vindouras das gerações passadas. Nas várias camadas que vamos decompondo do símbolo, vemos a artificialidade no processo de construção da nação, a força da ordem nos laços pessoais e não pela escolha propriamente dita de suas substâncias.

No primeiro capítulo, apresento o mundo como era em suas estruturas e devir, quando Romero vem ao mundo. É época da Segunda Revolução Industrial que ia modificando a paisagem das cidades, acelerando a vida de seus habitantes. No país, o Império mostrava uma estrutura social mais dinâmica, a ordem saquarema entrava em crise, e a modernização econômica trazia questões em jogo como: como adotar o trabalho assalariado e a estrutura civil-moderna conciliando com a força dos laços pessoais? Ao mesmo tempo, o país era construído pelo Estado e não pela sociedade civil.

O Estado precisava criar uma elite intelectual aqui educada, que servisse aos quadros da burocracia crescente. O Brasil era um país recém-independente que precisava construir sua ordem e um espírito nacional, independente do passado de outrora. Mas com a ampliação das instituições de conhecimento, dinamização das estruturas sociais, e as ideias modernas que vinham de fora, criou uma geração de intelectuais ansiosas por mudanças, a "Geração de 1870", a primeira a pensar organicamente o país. A elite intelectual, por vezes, confundia-se com a elite política na construção do país. Obra feita, estes novos intelectuais estavam ansiosos por reformas que aproximasse o país das promessas do mundo moderno em movimento. Entre os vários tipos de pensadores que lhe compunham, Romero fazia parte da "Escola do Recife", que orbitava em torno de uma série de autores como Comte, Darwin, Spencer, Buckle, Taine, entre outros. O sergipano Romero se colocava, por isto, contra o romantismo e a metafísica, querendo interpretar o país através de uma caricatura de ciência.

Apresentado a concretude que cercava Romero e as elites letradas em construção, mostro no segundo capítulo as raízes concretas e imateriais da filosofia moderna, e a radicalização de alguns dos seus postulados, que ó junto com o boom de modernização do século XIX ó levaria ao êxtase em torno do progresso, da razão, da ciência. O mundo parecia estar numa marcha em direção à liberdade. Apresento, assim, as origens do ãbando de ideias novasö que Romero incorporara.

Mostro também a construção dos saberes no Brasil. O ensino jesuítico e o predomínio da escolástica e da metafísica sempre estiveram presentes. Na independência do país, parte da elite letrada queria se afastar do saber clássico, visto como antigo, da época colonial. O ecletismo representou uma transição para a entrada das filosofias modernas, numa nação que se construía através da monarquia de linha portuguesa. Analiso também Romero, e sua base filosófica, a partir da historicização do saber. Para ele, havia uma ãintuição crítica modernaö, a verdade relativa da época, desvelada pela ciência hodierna. O pensamento deveria se orientar por ela e não pelos saberes clássico. O método da renovação seria a crítica.

No terceiro capítulo, mostro a importância da literatura na construção da elite letrada e do sentimento nacional. Além da função do romantismo, e suas especificidades locais, na construção da nação. E abordo as críticas de Romero ao romantismo, o seu desejo por uma orientação científica da literatura, e como ele a aborda como um documento de cultura. Por isto, dá importância à coletânea de material de poesias populares, como apresentadores do sentimento genuíno do país.

Dedico o quarto capítulo para mostrar como os estudos sociológicos, historiográficos e etnológicos são importantes para o sergipano na orientação do pensamento de acordo com a ãintuição crítica modernaö. Para ele, uma tríade é responsável pela formação dos povos: raça, meio e cultura. A nossa raça seria miscigenada, um hibridismo entre português, índio e negro, que formou um tipo novo, o mestiço. Adotando o tom racista da época, ele varia ora entre o pessimismo diante de nossa ãinferioridadeö, ao otimismo pela possibilidade de uma contribuição original ao moderno. O meio seria o estudo das determinações geográficas, como o clima ou a produção do espaço. Ele também o via com desconfiança, e uma das causas de nosso atraso, mas afirmava que a ação do negro no português permitiu que este aguentasse as intempéries do clima. Se os dois primeiros fatores nos são desfavoráveis a seu ver, e responsáveis parcialmente por nosso atraso, o terceiro, a cultura, poderia nos redimir.

A cultura era parte produto da raça e do meio, e parte da orientação de pensamento de suas elites letradas. Por isto, para Romero, era preciso modernizar o ambiente intelectual e seus objetos. A chance da nação era orientar o pensamento em direção a õintuição crítica modernaö, e para isto, era preciso estudar a nossa formação, coletar material para análises das humanidades de acordo com a õciência hodiernaö. Quando as elites intelectuais estivessem orientadas de acordo com as novas vogas, e a política de acordo com aquela, poder-se-ia sair do atraso que os portugueses teriam nos legado.

A obra e estética de Romero, em sua formação, e depois dela, é repleta de contradições e ambiguidades. Desejoso por ciência, nunca deixou de tê-la como uma caricatura. O seu método crítico às vezes não passava de enfezamento pessoal, diatribes retóricos, adjetivações hiperbólicas. O seu anti-bacharelismo era bacharelesco. E a emoção que conferia as palavras representava boa parte de nossa cultura cordial. A partir dessas ambiguidades, chegaremos a muitos significados deste símbolo decomposto, de nossa cultura, formação, e de nossas elites letradas. As ideias iam se esvoaçando no ar em meio a sua marcha.

CAPÍTULO I

O LUGAR E AS IDEIAS: AS ESTRUTURAS E O COTIDIANO.

1.1. Do mundo ao local.

1.1.1. Um mosaico de emoções e vertigens: o tempo acelera.

Sábado, 18 de Julho de 1914. Em terras brasileiras, Hermes da Fonseca chegava ao final do seu mandato, não sem antes fazer o seu sucessor, Venceslau Brás, representando o retorno da òpolítica do café-com-leiteõ. Na Europa, o cheiro de pólvora pairava no ar. Dias antes, o herdeiro do trono austro-húngaro, arquiduque Francisco Fernando, tinha sido assassinado por um integrante da organização Jovem Bósnia. Foi o estopim de um conflito que há muito vinha sendo fermentado. A õcrise de julhoõ estava instaurada, levando em pouco tempo a uma guerra mundial. O paraíso prometido pela razão esclarecida e pelos avanços técnicos e científicos começava a se tornar desilusão.

Longe do centro do furacão, que tomaria conta da bela paisagem europeia, a cidade do Rio de Janeiro, capital do país, inquietava-se; pois, um de seus habitantes ó e uma de suas melhores mentes ó falecera: o intelectual sergipano, Sílvio Romero. Sua perda era assim descrita pelo jornal carioca *A Noite*: õFoi de surpresa que o nosso mundo intelectual recebeu ontem a cruciante notícia de que se havia extinguido esse vulto extraordinário que tanto dignificou as letras nacionais, por sua vasta erudição e por sua maravilhosa inteligênciaõ².

O velho polemista, que fez do embate sua principal arma intelectual, dava sinais de fraqueza desde o final do século XIX, quando na Europa alívio foi procurar. Em 1912, Sílvio resolveu morar em Juiz de Fora, em busca de melhoras na frágil saúde que tinha. O destemido combatente teve que moderar seu ritmo de trabalho, aposentando-se do Colégio Pedro II em 1910. Sua atividade intelectual estava restrita a algumas aulas na Faculdade Livre de Direito e a redação de alguns artigos para os jornais mineiros, *Correio de Minas e Diário Popular*, e para o carioca, *Jornal do Commercio*. Sílvio Romero deixa Niterói, para aonde se mudara, e fica na casa do filho João, no Rio de Janeiro, onde moraria até a chegada da fatídica data daquela que nunca nos abandona: a morte.

Morria o homem, nascia um símbolo. Essa sentença de tão batida pode soar como tola repetição na consciência do leitor, mas que pode condensar uma época ao ser utilizada para

² Jornal A Noite. Rio de Janeiro. 20 de Julho de 1914 (p.1).

um dos pensadores que melhor mimetizou em sua obra, o tempo em que viveu. A geração de intelectuais de sua época debruçava-se sobre as mudanças que ocorriam, às vezes inebriando-se com as transformações, ao mesmo tempo em que, procuravam solidez numa identidade para nosso povo. Romero não foi um grande filósofo, criador de grandes teorias, ou possuidor de tremenda capacidade abstrativa, mas uma parte do valor da sua obra reside justamente no fato de condensar tão bem a época em que viveu, sobrevivendo ao tempo ó apesar do tom racista ó graças a originalidade como intérprete do país.

Sílvio Romero foi sobrevivente de um período na história brasileira repleto de ínterins: fim da escravidão, proclamação da República, modernização, entrada dos símbolos modernos, novas ideias que esvoaçavam no ar segundo sua própria fórmula. A sua obra ó em todas suas contradições ó reflete essas inquietações. Os seus escritos inundados da ideia de progresso, traziam denúncias sobre o ãatrasoõ nacional, mas por outro lado, a tradição popular era invocada, possibilitando ao pesquisador da sua obra a obtenção de um mosaico revelador sobre o mundo que cercava o pensador, suas ideias, e suas ações efetivas. Do nascimento à morte, uma travessia desmedida na busca pelo sentido.

Na paisagem seca do agreste sergipano, nascia ó num abril chuvoso ó em Lagarto, vila situada a 60 km da capital da província de Sergipe (Aracaju), seu mais ilustre morador: Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero. Filho de André Ramos Romero, comerciante português de personalidade irascível; e de Maria Vasconcelos da Silveira Ramos, filha de família típica do Norte³: os Vasconcelos, donos de engenhos de açúcar. Era 21 de Abril de 1851, e o mundo em que viera, era muito diferente do mundo que deixara.

A poeira levantada pelas revoluções de 1848 ainda não tinha assentado. Os ecos da insatisfação ainda pairavam no ar. A ãPrimavera dos Povosõ, como ficou conhecida essa série de revoltas em diversos países, teve ó de partida ó caráter liberal, democrático, e nacionalista, aglutinando essas bandeiras contra a monarquia, receosa das consequências da ampliação da participação política. A França foi o ãnavio quebra-geloõ da rebeldia. Os elementos para esses levantes foram criados graças: ao desenvolvimento industrial, ocasionando um proletariado ansioso por participação; ao fortalecimento das tendências republicanas, defensoras do sufrágio universal; ao aparecimento dos socialistas utópicos; e a crise agrícola de 1845 e 1846, desestabilizando economias e governos.

³ No Século XIX, não havia a divisão regional que hoje nos acostumamos. Geralmente, dividia-se o país em Norte e Sul. Assim, quando nos referimos ao Norte do país é a região correspondente do estado da Bahia ao Norte.

Da França, a revolta espalhou-se para Europa: Berlim, Budapeste, Nápoles, Praga; até atingir um dos cumes do Absolutismo: a Áustria, onde o Chanceler Mettenrich foi obrigado a renunciar. Se os ideais liberais fomentaram a rebeldia francesa, noutros países foram o nacionalismo e a insatisfação com o Congresso de Viena⁴ que tiveram mais influência. Segundo Eric Hobsbawm⁵, a õprimavera dos povosõ despertou as nacionalidades, e colaborou com a formação dos estados-nações na Europa. Por isto que, mesmo com a contrarrevolução conseguindo restaurar parcialmente a ordem, as monarquias tiveram que se readequar. A Áustria, por exemplo, teve que reconhecer a soberania húngara. Na Alemanha e na Itália, as revoltas preparam o caminho para a unificação, respectivamente em 1861 e em 1871.

Entretanto, o ano de 1848 ficou marcado também por catalisar uma nova oposição política, nascida do conflito de interesses entre a burguesia e o proletariado, graças às modificações sociais provocadas pelas últimas modernizações. Ampliada a participação política, retiradas às ruínas do Antigo Regime, o crescimento desse conflito será a marca do capitalismo industrial já consolidado. Os burgueses precisavam de tranquilidade, estabilidade contratual, estado de direito, para prosseguir os seus negócios. Eles perceberam, bem depois da aristocracia, os perigos das revoluções, levando a defesa do sufrágio universal e da democracia liberal para a resolução dos conflitos, dando dinâmica a sociedade sem cair nos moinhos turbulentos dos anseios revolucionários.

O ano de 1848 anuncia também um novo período de expansão do capitalismo, com a segunda revolução industrial⁶. Ela envolveria uma série de desenvolvimentos em vários ramos da indústria. As inovações alterariam a paisagem e o cotidiano das pessoas, como: o telégrafo; a produção em massa de bens-de-consumo, assim como, o seu enlatamento; a prensa móvel; o navio de aço movido a vapor; a ampliação das estradas de ferro; o aperfeiçoamento do dínamo, que transforma energia mecânica em elétrica; a refrigeração mecânica; o telefone; a introdução das locomotivas; o desenvolvimento do motor de combustão interna que possibilitou a criação do automóvel, etc. O mundo poderia se comunicar de maneira mais rápida, o tempo acelerava-se, as cidades eram tomadas pela vertigem.

⁴ O Congresso de Viena foi uma conferência entre as potências europeias, que ocorreu entre 2 de maio de 1814 e 9 de Junho de 1815, para: redefinir o mapa político do continente europeu após a derrocada de Napoleão; retomar a colonização; e restaurar os tronos das famílias reais.

⁵ HOBBSAWM, Eric. **Naciones y Nacionalismo desde 1780**. Madrid: Crítica Espanha, 2000. 1ª Edição.

⁶ Para mais informações, um bom guia de conhecimento é o livro de Tom Kemp: **Revolução Industrial na Europa do Século XIX** (Lisboa: Editora 70, 1987).

Porém, a expansão não era só qualitativa, com os inúmeros desenvolvimentos técnicos; ou quantitativa, com a questão das manufaturas; mas era também uma expansão demográfica. A introdução de novas tecnologias reduziu a expectativa de mortalidade e aumentou a taxa de natalidade, ocasionando uma explosão demográfica na Europa industrializada. A partir da metade do século XIX, a América recebeu uma grande leva de imigrantes europeus, gerando uma modificação na formação populacional de vários países⁷.

Os jornais brasileiros divulgavam o que ocorria no mundo, produzindo inquietações nos seus leitores. A partir da metade do século XIX, os jornais passaram a ser mais numerosos, graças à urbanização e ao desenvolvimento técnico, levando também a modernização dos seus formatos. Foi, em especial, a Guerra de Secessão nos Estados Unidos que provocou muitas reações no país. O Brasil era um país monárquico que ainda possuía a economia assentada no escravismo, e a guerra civil americana representava justamente um conflito entre os estados confederados do Sul, com economia baseada no latifúndio escravocrata; e os estados do Norte, mais industrializados e liberais⁸. Após a vitória do republicano Abraham Lincoln, que era contra a escravidão, onze estados escravagistas decretaram a secessão, dando início ao conflito.

Quando a guerra de secessão estourou, o Brasil, os estados do sul americano, e Cuba, emergiam como as principais potências escravistas no mundo, levantando diversos questionamentos. A historiadora Maria Helena Pereira Toledo Machado⁹ (2011) mostra como os abolicionistas brasileiros se apropriaram da guerra civil americana e de suas consequências para defender a causa da abolição. A estratégia retórica era mostrar que o Brasil tinha tido relações de escravidão mais flexíveis do que os Estados Unidos, e por isto, poderia sem percalços integrar os libertos, dando-lhes cidadania. Caso não se avançasse nessa questão, o país correria um grave risco de radicalização, podendo levar a uma guerra civil.

Esse mosaico com vários componentes do que se passava no mundo ocidental a partir da metade do Século XIX, nos traz um panorama de alguns processos que ocorriam, como a modernização econômica com o desenvolvimento tecnológico, e as suas consequências. Sem

⁷ Veremos adiante este efeito no Brasil.

⁸ Alguns historiadores tentaram transferir a base desse conflito para o Brasil, teríamos um Norte, escravocrata e latifundiário, e o Sul, liberal e industrializado. Essa interpretação está bem distante da realidade, por alguns motivos: a) o Sul do país também era latifundiário e possuía sua economia voltada pra exportação; b) boa parte dos integrantes do Partido Conservador vinha da Corte (Rio de Janeiro); c) foram os deputados do Norte os principais responsáveis pelas leis que iam abolindo a escravidão gradativamente, como a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, como veremos a seguir.

⁹ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Os abolicionistas brasileiros e a guerra de secessão. In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (Orgs.). **Caminhos da liberdade: histórias da abolição e da pós-abolição no Brasil**. Niterói: PPGH-UFF, 2011. (p. 10-27)

por isto, solapar as particularidades do que se passava em diversas localidades. Um passo adiante: um mosaico do que ocorria no país.

1.1.2. O país que vai mudando, o império que vai se desintegrando.

As transformações ocorridas no Brasil a partir da metade do Século XIX já eram evidentes no cotidiano dos habitantes das grandes cidades, principalmente as mudanças na estrutura populacional. Mas, foi apenas em 1872, com o primeiro censo demográfico¹⁰ aplicado em todo território nacional que isso pode ser comprovado em números. O país era habitado por quase 10 milhões de habitantes, sendo que 84,7% da população eram consideradas livres (8.419.672), e 15,2% ainda eram mantidos na escravidão (1.510.806) mesmo com o fim do tráfico.

A queda no número de escravos mesmo insuficiente, já era o necessário para alterar o quadro populacional do império, e demonstrar o aumento da dinamização das relações de trabalho, tendo em vista que, na primeira metade do século XIX, registrava-se em torno de 30% a 40% da população como sendo escrava (CHALHOUB, 2012: p. 32). Contribuiu para essa queda não só o fim do tráfico em 1850, mas também a crise de cólera em 55/56, e as leis paliativas.

Quanto à classificação racial, o censo nos mostra que: 38,1% eram brancos; 19,6% eram pretos; 38,2% eram pardos; e 7,9% eram indígenas. Portanto, pretos e pardos formavam a maior parte da população brasileira com 57,9% (5.756.234 pessoas). Outro dado importante é que nessa época já tínhamos em liberdade 73,7% dos pretos e pardos (4.245.428 pessoas). O índice de alfabetização era muito baixo, consta no censo que 81,4% da população brasileira eram analfabetas, sendo 76,5% entre os homens, e 86,5% entre as mulheres. Apenas 0,08% dos escravos eram alfabetizados. Quanto ao trabalho, 32,2% dos brasileiros trabalhavam na Agricultura, 41,6% não tinha profissão, e 8,3% trabalhava em ofícios. Esses dados nos apresentam um quadro social em ritmo de mudança e dinamização, fotografia do esforço reformador que tentava trazer o país para o concerto modernizador das nações ocidentais.

As turbulências na Europa, a segunda revolução industrial e a guerra civil americana vão criando o sentimento, em parte da elite política imperial, de que um novo projeto de nação era necessário para acompanhar a òmarcha do progresso. Era preciso modernizar o

¹⁰ O censo de 1872 pode ser integralmente acessado em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/>

país, e D. Pedro II parecia consciente dessa necessidade. Porém, ao mesmo tempo em que se iniciam as reformas modernizadoras, o ocaso do império ia se delineando no horizonte.

Esse esforço, que visava à modernização econômica do país, ganha corpo no ano de 1850, a partir do fim do tráfico de escravos, que possibilitou as condições para criação de um mercado consumidor mais forte e dinâmico, a partir da mão-de-obra assalariada. Emília Viotti da Costa (1998) faz uma importante observação sobre a economia da época: o aumento da demanda por produtos tropicais no mundo desenvolvido gerava a necessidade do aumento da produtividade nas ex-colônias, criando um paradoxo. Diz ela: "O tradicional sistema colonial caiu sob assalto e a escravidão foi condenada como uma instituição imoral e antieconômica exatamente quando a necessidade de escravos aumentava nas colônias." (VIOTTI DA COSTA, 1998: p. 221). Se, por um lado, os ingleses pressionavam pela adoção de medidas restritivas ao escravismo, além da condenação moral desta a partir das ideias que circularam no século XIX, por outro, havia a necessidade da ampliação da capacidade produtiva, aumentando o apego dos proprietários ao atual regime de trabalho.

Em 1850, foi aprovada a lei Eusébio Queiros, que irá proibir legalmente o tráfico negreiro no país. A impossibilidade de seu prosseguimento gerou instabilidade na estrutura sociopolítica e econômica do império. A sua efetivação poderia minar os pilares do regime de trabalho que vigorava no país. Porém, mesmo com as pressões estrangeiras e com a ação governamental em proibi-lo, o negócio ó agora ilícito ó continuou sendo bastante lucrativo, ficando estruturalmente associado à contravenção. O preço do escravo inflacionara, levando parte da classe proprietária a ter que recorrer: ao contrabando, ao roubo de escravos, ou ao tráfico interprovincial.

O fim da escravidão era uma questão de tempo. O mundo lá fora era uma prova. Atento a isto, os produtores procuravam uma solução para a questão da mão de obra, vendo com bons olhos a sua importação. Porém, seria preciso alterar o regime de terras do país.

Em 1842, o gabinete conservador enviou ao Parlamento um projeto de lei, com a autoria de Bernardo Pereira de Vasconcelos, dispendo sobre novas normas para questão fundiária no direito agrário brasileiro. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mesmo com algumas restrições as normas tributárias. Porém, durante o Quinquênio liberal (1844-1848), o projeto de lei ficou engavetado, sendo resgatado pelo gabinete saquarema de 48. Em 18 de Setembro em 1850, dois meses depois da Lei Eusébio de Queiros, o Senado aprovou a Lei de

Terras, suprimindo disposições controversas, como o imposto territorial, sendo regulamentada em 30 de Janeiro de 1854, por um decreto imperial.

Preocupados com a abolição, os grandes produtores precisavam inibir a apropriação da terra pela posse. Sem isto, os escravos libertos e os imigrantes poderiam se apropriar das terras ociosas, e não trabalhariam nas grandes propriedades. Então, a partir de 1850, com a Lei de Terras, só poderia haver ocupação por meio de compra e venda ou de autorização legal. Os atuais proprietários receberiam o reconhecimento de propriedade das terras que habitavam e produziam, garantindo-se, assim, as terras dos grandes proprietários do Nordeste e do Sudeste. As terras ociosas seriam propriedade do governo, só sendo ocupadas a partir da compra delas à vista em leilões.

Na prática, a lei proporcionou muitas disputas entre os grandes produtores, e também entre maiores e menores proprietários de terra. O reconhecimento das fronteiras envolveram meandros das lutas políticas. Não raro, um pequeno grupo de proprietários conseguiu formar um grupo que, através da influência política de um senador ou deputado, impediu que suas terras fossem ameaçadas por grandes proprietários. A insegurança jurídica no campo, e as resoluções políticas para cada caso, foram frequentes. Enquanto isto, parte dos que integravam o partido conservador desejavam a distribuição de pequenos lotes aos imigrantes.

A lei de terras regulamentou a respeito do custeio da vinda de imigrantes, como mão-de-obra assalariada em produções agrícolas, ou em obras executadas pela administração pública (MELLO, 1999: p.69). Como já havíamos falado, houve a partir da metade do Século XIX uma grande expansão demográfica, acarretando também o deslocamento de mão-de-obra da Europa industrializada. Estima-se que, entre 1846-1875, 9 milhões de europeus emigraram da Europa para América e Austrália. Nesse primeiro período, o sul do Brasil foi privilegiado, com imigrantes da Irlanda, Alemanha, Grã-Bretanha, e países da Escandinávia. A partir dos anos 80, São Paulo e Minas Gerais receberiam uma grande leva de imigrantes do Sul da Europa, em especial, vindos da Itália (IDEM: p. 69).

Três etapas marcaram os fluxos migratórios no país durante o império. No início do século, o tráfico era feito prioritariamente para o Nordeste, além do tráfico interno. Na metade do século, o tráfico era predominantemente interno, com os escravos indo do Nordeste para as plantações cafeeiras no Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba, em São Paulo. E, por último, houve o boom da imigração de mão-de-obra estrangeira, indo principalmente para os cafezais do oeste paulista e de Minas Gerais, dividido em dois períodos. A partir dos anos 70, com o

sistema de contratos com particulares, que se encarregavam de introduzir levas de imigrantes no país, em troca de subsídios por pessoa. E dos anos 80, com a imigração tornando-se espontânea, com o governo arcando apenas com as despesas de alojamento no porto de entrada, e do transporte até o local de fixação definitiva.

A escolha por imigrantes brancos, e não pela incorporação dos escravos ó transformando-os em assalariados ó ou dos nacionais livres, mesmo sendo mais onerosa, deu-se pelo imaginário da época que creditava o progresso das nações desenvolvidas a raça de sua população. Procurou-se, acima de tudo, no Sul do país, embranquecer a sua mão-de-obra.

Essas duas leis no ano de 1850 ajudaram imensamente no processo de modernização, fazendo com que o dinheiro, que antes era depositado no tráfico, fosse investido na mecanização e no trabalho assalariado, trazendo algum desenvolvimento ao setor industrial. O fim do tráfico gerou novas atividades econômicas, surgindo novos grupos sociais ligados ao comércio, aos bancos, às ferrovias, ampliando as atividades produtivas. Nas últimas décadas do Século XIX, o café torna-se a principal atividade econômica do país, possibilitando um acúmulo de capitais que levaria ao desenvolvimento dos transportes, da infraestrutura urbana, e depois, da indústria.

1.1.3. A política em construção: a formulação do poder nacional.

O mundo da política também iria viver décadas agitadas. Dom Pedro II, ainda jovem, foi emancipado, abdicando de parte dos poderes de chefe de estado e de governo, e ficando com o poder moderador, arbitrando os conflitos para garantir a ordem nacional. O poder executivo era exercido pelo presidente do Conselho de Ministros, escolhido pelo imperador. Por sua vez, o presidente do Conselho de Ministros escolhia os próprios Ministros. Decisão que deveria ser aprovada pelo parlamento. Ao contrário do parlamentarismo inglês onde o parlamento escolhia o primeiro-ministro, aqui as coisas se davam inversamente. Por isto, o sistema brasileiro ficou conhecido como ãparlamentarismo às avessasö.

Embora houvesse trocas de gabinete ministerial entre liberais e conservadores, coube aos saquaremas (conservadores) a condução do regime nas primeiras décadas. Foram eles que arquitetaram as instituições do Segundo Reinado. Desde a Lei Interpretativa do Ato Adicional (1841), os conservadores já tinham dado passos importantes para a centralização política do regime. Depois das inúmeras revoltas no período regencial, um dos debates políticos que marcou o Segundo Reinado foi sobre a questão de dar mais ou menos liberdade às províncias:

centralizar administrativamente o país e garantir a unidade nacional na figura da Monarquia ou dar mais liberdade para as províncias, como no federalismo americano, correndo o risco de desintegração? Com o predomínio saquarema, princípios e instituições imperiais foram articulados visando manter a unidade nacional e regradar os conflitos entre as elites políticas.

Na formulação saquarema, a representação funcionava como uma intermediária, impedindo tanto uma degeneração legal da monarquia, pelo excesso de poder nas mãos do imperador, como a anarquia. A monarquia, constitucional e moderada, funcionava a partir de preceitos legais, limitando as prerrogativas do príncipe e garantindo que o poder moderador fosse uma arbitragem para impedir degeneração e desordem. A monarquia deveria manter a estabilidade e unidade do país, harmonizando as regionalidades. Avaliava Góes e Vasconcelos: «Nossa monarquia é muito limitada. O monarca, que é delegado da nação, é um súdito com diadema, é a expressão do mais completo liberalismo»¹¹. Os liberais, mesmo querendo várias reformas administrativas e políticas, transformando-a em mais federativa, nunca revogaram a estrutura desta ordem, nem contestavam a Monarquia, até meados da década de 1870.

Para formar o estado nacional, até os anos cinquenta, houve uma «acumulação primitiva do poder» (CARVALHO, 1980: p. 64), onde os gastos públicos tinham por objetivo a organização do aparelho de Estado e a garantia do controle sobre o território. A partir disto, o papel do estado foi de fomento das atividades produtivas mediante investimentos de infraestrutura, em portos e caminhos-de-ferro (CARVALHO, 1980: p. 76).

A exigência de construção de um Estado Nacional centralizado e que mantivesse a unidade nacional levou a criação de uma classe burocrática, que mesmo envolta por relações patrimoniais e clientelistas, ainda mantinha uma autonomia relativa em sua capacidade de ação. Max Weber, talvez o maior estudioso do assunto no mundo ocidental, definia a burocracia «num contexto de passagem da comunidade à sociedade racionalmente ordenada» como aparato técnico-administrativo, formado por profissionais especializados, selecionados segundo critérios racionais e que se encarregavam de diversas tarefas importantes dentro do sistema. Esse processo de racionalização penetra as instituições, com o Estado-nacional, que tem sua administração sendo realizada por especialistas e assalariados, ou seja, por uma burocracia independente. No Brasil do Segundo Reinado, o império consolidava o Estado formando sua burocracia, em busca da unidade nacional.

¹¹ Alonso, Ângela. **As Ideias em Movimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 1ª edição. (p. 61)

José Murilo de Carvalho (1980) argumenta que o que dava unidade a elite era o estudo e o treinamento, voltados para suprir a demanda na formação da burocracia. Essa homogeneidade, longe de ser absoluta, era feita pela socialização da elite, através da educação formal universitária, da ocupação dos cargos, e da carreira na máquina burocrática. Nos bancos escolares das universidades, principalmente nos cursos jurídicos, a futura elite e burocracia do país encontravam-se, formando um núcleo de conhecimento e habilidades. Em sua maioria, os estudantes universitários provinham das famílias mais abastadas do país, e seriam os filhos dessa elite que formaria a burocracia estatal. No período entre 1853-71, 96% dos ministros e 80% dos senadores, possuíam educação superior; sendo que, 77% dos ministros tinham formação jurídica¹².

Para Carvalho (1980), as instituições de conhecimento e também a ocupação na burocracia eram elementos aglutinadores da elite imperial, através da transmissão de valores, do treinamento, e dos interesses. A formação da burocracia dependia do treinamento formal nas universidades. Mas, a ocupação revela também não só uma socialização, mas a possibilidade de formação de uma classe corporativa. Entre 1853-71, 58% dos ministros possuía ocupação profissional no governo, sendo 30% de magistrados¹³. A carreira também era elemento unificador, já que a maioria da elite política iniciava-se em esferas menores, antes de alcançar voos maiores. Por isto, a elite letrada terá um raio grande de influência nas decisões políticas do país. Diz José Murilo de Carvalho:

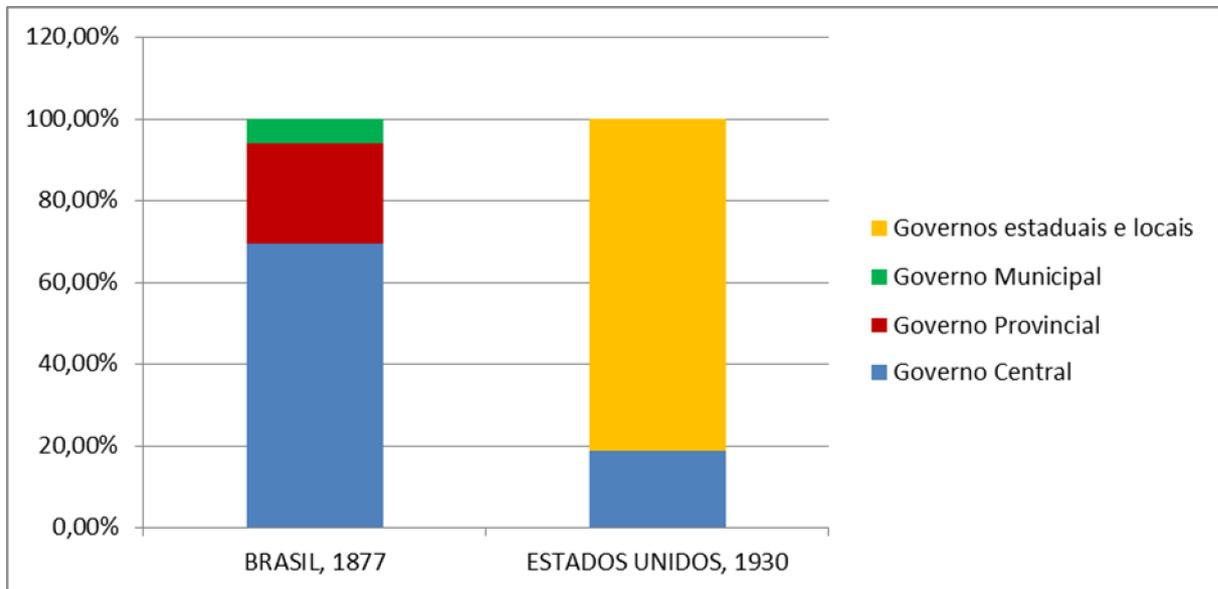
Embora houvesse distinção formal e institucional entre as tarefas judiciárias, executivas, e legislativas, elas muitas vezes se confundiam na pessoa dos executantes, e a carreira jurídica, particularmente, se tornava parte integrante do itinerário que levava ao Congresso e aos conselhos do governo (CARVALHO, 1980: p.111).

Um dado interessante, como mostra o quadro 1, é a concentração dos empregos públicos no âmbito federal, dentro do contexto de construção da ordem nacional. Ao contrário do sistema federalista americano, que concentrava a maior parte da burocracia nos governos estaduais e locais (81,35%), no Brasil imperial, era no governo central (69,27%) que se concentravam os trabalhos burocráticos, ajudando a formar uma coesão de interesses para formar uma classe burocrática. Para Carvalho (1980), o que unia os vários setores da burocracia era a visão nacional em detrimento do regionalismo, o respeito à ordem legal e a representação política.

¹² **Fonte:** CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980. (p. 63/64)

¹³ **Fonte:** Ibidem (p.79)

QUADRO 1
Número de Empregados Públicos por Níveis de Governo



Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. (p. 123).

O predomínio dos funcionários públicos na elite política só será revertido a favor dos profissionais liberais, no final do Império e na República. A maior parte dos políticos tinha vinculação com proprietários de terra ou com o comércio, e participavam do ambiente da elite letrada. Assim, o domínio dos funcionários públicos na elite política significava que ao mesmo tempo em que representavam a sociedade, representavam o Estado. Foi isto que proporcionou êxito na tarefa de construção do poder nacional, e o posterior fracasso na ampliação das bases do poder. A proximidade entre a elite econômica e a burocracia estatal parece ser um significado marcante onde a modernização é retardatária. Entretanto, as elites não eram homogêneas, donde não decorria uma integração perfeita entre o poder política e a elite econômica. Por isto, era fundamental a construção de alianças entre os vários grupos para consolidar a ordem do império.

As disputas, cisões, e conflitos de interesses entre os grupos proprietários e a elite burocrática foram fartamente estudados. O sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1963), irá chamar este conflito de *ôdialética da ambiguidade*: ao mesmo tempo em que o governo era sustentado por uma elite que vinha das estruturas escravocratas do império, ele era a única força capaz e interdependente dela para destruir a escravidão.

Para Raymundo Faoro (2004), a burocracia era uma espécie de estamento no Brasil. Haveria uma rede de associação entre uma casta de altos funcionários do governo e o

patronato político, movendo-se por interesses em comum, construindo o patrimonialismo. Um leviatã econômico, formado a partir de associações com patronos políticos, deixando a sociedade inerte e pouco dinâmica. Já Paulo Mercadante (2001) analisa o papel do nacionalismo, ao reforçar o sentido econômico do Estado, como portador dos bens do país. Na prática, a nomenclatura da burocracia detém os bens da nação, e continua com seu monopólio através do discurso nacionalista, onde reforça o papel do Estado como detentor do patrimônio do país. Como a elite política do Estado advém de certas famílias, na relação entre o patrimonialismo e o nacionalismo mora o familismo, que reside nas benesses públicas como privilégio dos familiares, fazendo com que a ideia de necessidade supere a de verdade. Os laços prevalecem, e não o mérito.

As disputas dentro das diferentes elites e as novas dinâmicas resultantes da modernização econômica vão tirando a sustentação do regime, que começa a entrar em crise. Conservadores dissidentes, como Nabuco de Araújo e Zacarias de Góes, uniram-se a ala moderada dos liberais, formando em 1864 a Liga Progressista. Alguns integrantes do partido conservador acreditavam que o regime tinha consolidado o poder nacional, então era hora de ampliar a participação política, dar mais autonomia às províncias, e efetuar algumas reformas que eram iminentes, antes que alguma aventura revolucionária emplacasse. Os conservadores moderados desacreditavam na vontade saquarema de elaborar novas propostas, e por isto, uniram-se aos liberais.

A Liga Progressista comandou o gabinete ministerial entre 1862 e 1868, porém os resultados foram tímidos. Tendo um programa moderado de reformas, como: a divisão de poderes, a descentralização administrativa, reforma judiciária e incorporação das novas elites no cenário político; os progressistas tiveram dificuldades em implantá-las. Entretanto, a liga no poder serviu para acirrar os ânimos, e intensificar as críticas a Monarquia. Os liberais mais radicais começaram a defender a solução republicana, e a chamar o império brasileiro de despótico. Imbuídos pela ideia de progresso, que acompanhava a modernização que o país passava na época, os redatores do jornal O Liberal (PE), acreditavam estarem com o espírito da época, clamando pela renovação das ideias liberais no país:

Hoje, que um partido militante, obrigado pelo espírito do progresso ó aproxima-se cada vez mais da arquibancada do partido liberal ó aceitando as suas doutrinas, e inscrevendo as sua bandeira. (...)

Hoje, enfim, que a ideia conservadora sofre todas as modificações ó que emprestam-lhe alguma seiva e vida: a ideia liberal não podia ficar

estacionada, arriscando-se a ver confundidas as cores das suas bandeiras, e a ficar absorvida e sufocada pelo partido imperial.

A ideia liberal abrirá caminho que nos há de conduzir naturalmente a verdadeira aspiração democrática. Será ela o farol que derramará vivificante luz, e dissipará as trevas que envolvem o futuro problema da felicidade do povo¹⁴.

O gabinete progressista da década de 1860 tinha sido uma decepção, parte pela falta de reformas necessárias, parte pelo desgaste com a Guerra do Paraguai. Com a queda de Zacarias e dissolução do gabinete, a Liga é desfeita, formando-se dois novos partidos: o Liberal e o Republicano. O primeiro tinha em sua maioria os conservadores dissidentes e parte dos liberais históricos, e o segundo continha os liberais mais radicais e alguns históricos.

Dentro deste cenário, torna-se Presidente do conselho de ministros, em 1871, o conservador Visconde de Rio Branco. Ele assume o país após a vitória na Guerra do Paraguai, que colocava a nação na posição de segunda maior potência militar e econômica no continente. O seu gabinete realizou diversas reformas e empreendimentos, sem a perda da ordem. Dentre elas, destaca-se: o primeiro Censo nacional em 1872, ampliação das estradas de ferro, inauguração da linha telegráfica que ligava o Brasil à Europa, reforma judiciária e do código criminal, incentivo a imigração através de uma política pública, ampliação da rede de saneamento, e principalmente, a Lei do Ventre Livre.

O Brasil era o único país do mundo que ainda mantinha a escravidão. A necessidade de reformas resultou na Lei do Ventre Livre de 1871, tendo como objetivo a modernização da economia e da sociedade. A partir dela, todos os filhos dos escravos nascidos estavam livres. Mas a lei continha nuances. Por exemplo, as crianças poderiam ficar sob o cuidado do senhor até os 21 anos. Não se sabia os efeitos sociais que a lei criaria, tampouco, sabia-se muito bem das batalhas na sua aplicação. O que a lei visava era a transição lenta e gradual do sistema escravista para o assalariado. O fim da escravidão parecia uma questão de tempo, e era preciso adaptar-se às novas exigências, incluindo programas visando à imigração europeia no trabalho da grande lavoura. Novos temas circulavam o debate político: escravidão, religião de estado, sistema representativo.

A aprovação da lei na Câmara e no Senado revela muito sobre as questões regionais, e as divisões dentro dos partidos. Para isto, primeiro precisamos entender a composição dos partidos no império. Carvalho (1980) argumenta que o contraste na composição entre o

¹⁴ Jornal O Liberal. Domingo, 18 de Agosto de 1872. 16ª edição, ano I. (p.1)

Partido Conservador e o Liberal residia no fato de que, no primeiro existia grande número de funcionários públicos, e no segundo, grande número de profissionais liberais. Quanto à propriedade rural, ambos partidos tinham percentual semelhante em sua composição. O interessante é que havia proporcionalmente mais comerciantes entre os conservadores. Portanto, no Partido Conservador tínhamos basicamente burocratas e donos de terra, e no Partido Liberal, donos de terra e profissionais liberais.

Entre os conservadores, os donos de terra estavam mais ligados a áreas de colonização antiga: Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco; e formavam junto com a burocracia o grosso do partido, ajudando a explicar o interesse pela defesa da unidade nacional e da estabilidade do regime. Entre os liberais, os donos de terra provinham de áreas como Minas Gerais, São Paulo, e Rio Grande do Sul, com menos interesse na centralização. No Partido Republicano Paulista, fundado na década de 1870, 55,5% eram profissionais liberais, e 41,67% estavam ligados ao comércio ou a terra.

Desta maneira, o partido conservador possuía maior parte de sua base na corte e no Norte, principalmente as províncias do Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco. Enquanto, o Partido Liberal, e depois o Republicano, conseguia nos estados de São Paulo, Minas Gerais, e o Rio Grande do Sul, a maior parte de sua base. Porém, esses são dados gerais, em alguns estados como Bahia e Pernambuco havia uma disputa muito acirrada entre liberais e conservadores.

A votação da Lei do Ventre Livre desmonta a tese que atribui ao Norte agrário como uma região economicamente estagnada, o comportamento político contrário às reformas; contrastando com Minas Gerais e São Paulo, como regiões de economia moderna, e comportamento liberal¹⁵. Muitos conservadores defendiam reformas sociais. Essa combinação entre reformismo e estatismo era mais fácil para os políticos do norte, já que nessas províncias a mão-de-obra escrava já não era um problema tão sério.

Por isto, Rio Branco obteve entre os políticos conservadores nordestinos seu principal ponto de apoio para aprovação da Lei do Ventre Livre. Do sul, o apoio à lei veio mais dos profissionais liberais do que dos grandes proprietários. Coloca Carvalho (1980: p.174): «A grande façanha de Rio Branco foi conseguir uma coalizão de funcionários públicos e proprietários nordestinos contra os proprietários e profissionais liberais do sul, especialmente

¹⁵ O estudo de José Honorio Rodrigues, *Aspirações Nacionais*, insiste na contratação entre um Norte conservador e decadente, e um Sul, liberal e progressista.

do Rio de Janeiro, Minas Gerais, e São Paulo. Sem o apoio do norte, o abolicionismo teria sido retardado.

Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei obteve 65 votos favoráveis e 45 contrários. Destes, 30 eram de deputados das três províncias cafeeiras: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. No Senado do Império, foram 33 votos a favor e 7 contra. Entre os votos contrários, 5 foram de senadores das províncias cafeeiras¹⁶. Coube ao Barão de Cotegipe e ao Visconde de Camaragibe, membros ilustres da aristocracia açucareira, a liderança da bancada para aprovação da Lei do Ventre Livre. Alguns conservadores do sul, principalmente cariocas, acusaram os deputados do norte de estarem dividindo o partido. Anos depois, na aprovação da Lei dos Sexagenários, o liberal Saraiva, um ex-integrante do partido conservador, só conseguiu aprová-la, novamente com apoio dos conservadores do norte.

A aliança entre magistrados, comerciantes, e grandes proprietários de terra ajudou a construir e a consolidar a unidade nacional e a ordem imperial, mas não deu conta da entrada de novos elementos provindos da diversificação econômica e dinamização da vida moderna. A entrada de novos personagens na política alterou o quadro, e levou a República. A conturbada década de 70 desenha firme e claramente as ruínas da estrutura política vigente, e o caso do império.

1.1.4. Modernização econômica, dinamização social: o cotidiano das cidades.

O sistema político não satisfazia a dinamicidade dos novos setores sociais. As disputas políticas eram intensas no congresso, e as reformas eram o centro do debate. A cisão entre as elites apresentava ao público a instabilidade das instituições, e o esgotamento do trinômio latifúndio-escavidão-monocultura (VIOTTI da COSTA, 1998) já era visível, as suas ruínas já estavam à amostra. Neste momento, o café torna-se o principal produto brasileiro para a exportação. O acúmulo de capitais proporcionado pela expansão do comércio internacional do café possibilitou reinvestimentos dos lucros no setor produtivo, e acumulou capital para substituição da mão de obra escrava pela mão de obra assalariada.

O trabalho assalariado criava a necessidade da expansão do setor produtivo e desenvolvia o comércio. Soma-se a isso o fato de nem todos os imigrantes se ocuparem com as lavouras de café, ocupando-se das atividades comerciais, de serviços ou do artesanato, criando forte impulso para a urbanização brasileira. Por isto, uma parte do capital acumulado

¹⁶ VILLA, Marco Antônio. **Sociedade e História do Brasil: do cativo à liberdade**. Instituto Teotonio Vilela, 2000. (p.23)

com a produção do café foi investida nas cidades, principalmente em bens de consumo, tendo em vista, o desenvolvimento do mercado interno, com o assalariamento do trabalho e as ondas de imigração. A roda econômica girava mais rápida, e a fisionomia das cidades acompanhava essa velocidade, modificando o seu cotidiano. A sua elite desejava o moderno, ao mesmo tempo em que certo sentimento nostálgico de quebra de identidades não deixava de se mostrar.

Sintoma do mundo moderno, a vida nas cidades passa a ter mais importância do que no campo. Elas passam por grandes mudanças em sua fisionomia e no imaginário de seus habitantes. A modernização da infraestrutura trouxe várias consequências. As estradas de ferro e o telégrafo implicaram uma verdadeira revolução na lógica da atividade econômica, do deslocamento de pessoas e da divulgação de informações. As relações econômicas e políticas das províncias entre si e com o centro mudaram, aumentando a possibilidade de mobilização física.

As mudanças socioeconômicas com o fim do tráfico e a intensificação das atividades urbanas, junto com as reformas efetuadas por Rio Branco, produziram mais dinamicidade e a formação de uma esfera pública, com acesso a livros e jornais. A disseminação da tipografia e da imprensa possibilitou o acesso a temáticas políticas e culturais, ampliando os meios de difusão das ideias. Eventos nacionais e internacionais puderam ser noticiados, ligando as regiões. A abertura de editoras e jornais intensificou a circulação da informação.

Ainda assim, o poder estava concentrado no *pater familias*, normalmente senhor de terras e escravos, ou seja, agente político e figura nuclear da própria sociabilidade, agenciando casamentos e patrocinando carreiras de parentes e afilhados (ALONSO, 2002: p. 75). Por vezes, as políticas eram paternalistas, tendo como base constitutiva a inviolabilidade da vontade do *pater familias*. O mundo macropolítico tendia a expressar os desejos do patriarca, com suas estruturas sociais e econômicas, possuindo práticas e costumes cotidianos:

“O sistema de clientela e patronagem, cujas origens remontam ao período colonial, impediu a racionalização da administração. A burocracia do Império foi cabide de empregos, os burocratas sujeitos aos caprichos da política e ao revezamento dos partidos no poder. As lutas políticas se definiram em termos de luta de família e suas clientelas. A ética de favores prevalecia sobre a ética competitiva e o bem público confundia-se com os bens pessoais. Dentro deste quadro de relações, o sistema capitalista encontrava obstáculos para seu desenvolvimento. De outro modo, seu dinamismo limitado, característico do capitalismo periférico, não era suficiente para

desarticular as bases de sustentação da patronagem. (VIOTTI DA COSTA, 1998: p. 14)

Assim, a modernização econômica do Segundo Reinado, ao mesmo tempo em que acabou incentivado o mercado interno, estimulando a urbanização e dinamizando a vida cotidiana das cidades, não se dissociou de algumas tradições. A modernidade no Brasil será muito influenciada por este ritmo ambíguo:

ãA ética capitalista, com seu culto da liberdade individual, sua valorização da poupança e do trabalho, seu apreço pelo self-made man, não fazia muito sentido numa sociedade em que o trabalho era feito por escravos, as relações humanas se definiam em termos de troca de favores e a mobilização social dependia da patronagem da elite. (VIOTTI DA COSTA, 1998: p. 13).

Um dos efeitos da modernização foi à dissonância entre as necessidades políticas da mobilização reprodutiva do capital e a atual estrutura política e socioeconômica. O dilema das elites era: manter a estrutura socioeconômica ou racionalizar a economia para expandir as modernizações? A solução criativa foi uma tentativa de conciliação.

1.1.5. Um Nordeste que se recria: o norte da civilização (do açúcar) é ao sul da Linha do Equador.

Enquanto as mudanças transcorriam no império, o pequeno Sílvio Romero passava os primeiros anos de sua infância com os avós no Engenho Moreira, para aonde foi levado com um pouco mais de um mês, para escapar de uma epidemia de Febre Amarela. Aos cinco anos, Sílvio voltou à vila de Lagarto, porque dessa vez uma epidemia (de cólera-morbo) esteve a assolar o engenho dos avós, vitimando a sua irmã.

No engenho, Romero pode vivenciar no cotidiano um pouco daquele espaço de sociabilidade que formava certos laços entre os homens no Nordeste, nos dizeres de Gilberto Freyre (2004), o trinômio: engenho, casa e capela. Esse triângulo rural possibilitou a formação de uma sociabilidade muito peculiar: a ãcivilização do açúcar; e ajudou a solidificar certo sentimento cultural da região, por sua centralidade. O Engenho cravado no rico solo massapê dava unidade à paisagem da zona-da-mata, ligava os pontos, e criava um espírito para o homem vivente, a partir de seus símbolos. Comenta Freyre:

"O Massapê (...) tem profundidade. É terra doce sem deixar de ser terra firme: o bastante para que nela se construa com solidez engenho, casa e capela. Nessas manchas de terra pegajenta foi possível fundar-se a civilização moderna mais cheia de qualidades, de permanência e ao mesmo tempo de plasticidade que já se fundou nos trópicos. A riqueza do solo era profunda: as gerações de senhores de engenho

podiam suceder-se no mesmo engenho; fortalecer-se; criar raízes em casas de pedra-e-cal; não era preciso o nomadismo agrário que se praticou noutras terras, onde o solo era menos fértil, esgotado logo pela monocultura, fez do agricultor quase sempre um cigano à procura de terra virgem. Um dom-juan de terras. (...) A qualidade do solo, completada pela da atmosfera, condicionou, como talvez nenhum outro elemento, essa especialização regional da colonização da América pelos portugueses que foi a colonização baseada na cana-de-açúcar (...) A verdade é que foi no extremo Nordeste - por extremo Nordeste deve entender-se o trecho da região agrária do Norte que vai de Sergipe ao Ceará - e no Recôncavo Baiano - nas suas melhores terras de barro e húmus - que primeiro se fixaram e tomaram fisionomia brasileira os traços, os valores, as tradições portuguesas que junto com as africanas e as indígenas constituiriam aquele Brasil profundo, que hoje se sente ser o mais brasileiro. O mais brasileiro pelo seu tipo de aristocrata, hoje em decadência, e principalmente pelo seu tipo de homem do povo, já próximo, talvez, de relativa estabilidade. Um homem do povo [...] feito de três sangues, em outras terras tão inimigas - o do branco, o do índio e o do negro. Um negro adaptado como nenhum à lavoura do açúcar e ao clima tropical. Um português também disposto à sedentariedade da agricultura. Um índio que ficou aqui mais no ventre e nos peitos da cabocla gorda e amorosa do que nas mãos e nos pés do homem arisco e inquieto" (FREYRE, 2004: p. 47-51).

Por esta visão idílica, o engenho ligava os elementos desta civilização criada no massapê, com a paisagem dominada pela cana-de-açúcar. Enquanto isto, a casa-grande era uma espécie de centro de organização social do local. Um centro agregador, formador de sentimentos e costumes. Os mortos da família, por exemplo, eram enterrados dentro das capelas do Engenho. Nesta conjunção, entre casa, capela e engenha, criava-se um maneira de estar e sentir o mundo. Um sentimento estruturante que brotava no homem, a partir da sua relação do meio, e que ó de certa forma ó expandiu-se pela região por sua importância socioeconômica, fomentando uma identidade regional, e antecipando parabolicamente o espírito nacional, por isso, a referência de Freyre ao mais brasileiro dos brasileiros nascido com o pé sobre o massapê.

No entanto, faz-se mister lembrar que, embora predominante, a cultura do açúcar jamais reduziu toda economia da região. O complexo econômico nordestino era feito de várias atividades, a exemplo da pecuária, mas que na maioria das vezes eram acessórias aos engenhos, ou funcionavam em torno dela. O Nordeste também produzia tabaco, cacau, alimentos, algodão, além da atividade pecuarista. Embora pudesse servir preferencialmente a economia açucareira, essas outras atividades econômicas criavam uma cultura local, com outras sensibilidades. Por exemplo, a pecuária extensiva ao norte foi apelidada por Capistrano

de Abreu como a òcivilização do couroö; e o Maranhão foi fértil na cultura de algodão, elaborando sentimentos diferentes. Assim, os engenhos possuíam a centralidade da bios econômica da região, mas estavam longe de encerrar ou de totalizar esse complexo econômico. Diz Evaldo Cabral de Mello: ò(...) graças ao monopólio da terra pelos engenhos, e depois, pelas usinas, a lavoura canavieira pôde integrar a massa de trabalhadores livres que vivera até então à margem da economia açucareiraö (MELLO, 1999: p.30).

Entretanto, o Século XIX trouxe profundas mudanças para o norte agrário. Em *Sobrados e Mucambos*, Freyre (2003) mostra a decadência do patriarcado rural ocorrida nesse século. Com a decadência que se abateu sobre a economia açucareira, a aristocracia mudou-se da casa-grande para os sobrados das áreas urbanas, e os antigos escravos para os mucambos. A modernização econômica, acompanhada da urbanização, teria como consequência a ida do campo às cidades, das tradições coloniais aos símbolos modernos.

Durante o segundo reinado, o açúcar já não vivia mais seu apogeu. Se, entre 1821-1830, ele correspondia a 30,1% das exportações brasileiras, na década de 1860, era responsável por apenas 12,9%¹⁷. A queda dos preços do açúcar empobreceu sensivelmente a aristocracia que, no século anterior, construía, entre canaviais, suas moradas refinadas. Entre as causas para essa queda temos: a introdução do açúcar de beterraba em 1805, a concorrência da América Central, e a mecanização.

Por causa deste enfraquecimento, e conseqüentemente da menor demanda e falta de investimento, a transição da mão-de-obra escrava para o trabalho assalariado foi menos dramática no Nordeste (MELLO, 1999: p.29). A estagnação da economia açucareira ajudou a desacelerar o motor econômico do complexo nordestino. Diante da queda da produção açucareira, e do crescimento do café no Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba em São Paulo, um negócio que se mostrou lucrativo para a aristocracia decadente foi a venda de escravos. O tráfico interprovincial foi uma importante fonte de renda na região a partir da metade do século XIX. De tal modo que, antes mesmo da abolição, já era possível encontrar uma menor porção de escravos na faixa que vai do Ceará à Paraíba. Em estados como Pernambuco, Sergipe, e Bahia, este processo foi mais lento.

Este fator contribuiu, como já dissemos, para grande aceitação na bancada do norte de leis gradativas para abolição, com a do Ventre Livre, a qual teve em renomados políticos

¹⁷ PAULA, João Antonio de. O Processo Econômico. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **A Construção Nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2012. (p.183)

conservadores da região, a liderança no parlamento para sua aprovação. Nesta época, o governo já incentivava e investia na imigração da mão-de-obra. O norte pouco se beneficiou da vinda de imigrantes. No parlamento, uma das questões levantadas situava-se em torno do clima, como se ele não fosse adaptável aos brancos europeus, mas apenas aos negros africanos.

Evaldo Cabral de Mello (1999) nota que essa insatisfação com a falta de incentivo a imigração nortista se dava mais entre os políticos do que entre os habitantes da região. Havia um desinteresse por esse assunto, já que existia quantidade excedente de mão-de-obra, e o escravismo não era mais crucial. O uso dessa questão no debate público deveu-se mais a uma maneira de exercer pressão para questão mais importante da região: o auxílio à lavoura. As políticas de crédito, a política fiscal, e a política de investimento em infra-estrutura, era interesse dos grandes proprietários de terra do norte. Eles conseguiram obter vantagens em: crédito hipotecário e agrícola, redução dos impostos gerais de exportação, modernização das técnicas de fabrico do açúcar, estradas de ferro, e portos. A pecuária e as demais atividades produtivas do norte possuíam pouca importância nas políticas públicas do império.

Neste século, õhavia ó em nome da especialização ó a substituição do engenho pela usina, antes passando pelo sistema dos engenhos centrais por interesse do estado imperial pela entrada do capital estrangeiroö (MELLO, 1999: p.84). Mas, antes dessas mudanças, as estruturas do engenho já tinham sido bastante modificadas. Com a chegada da corte portuguesa no Brasil, no início do século XIX, as casas-grandes começaram a se modificar. Elas foram ampliadas para incorporar as inovações vindas da Europa. Os seus donos e familiares começaram a frequentar a capital e o seu luxo, em salões de festas e teatros, acariciando os símbolos modernos na representação de seus status. Enquanto isto, os filhos da aristocracia eram mandados para estudar na Europa.

As gerações de filhos dos senhores de engenho ó educados na Europa, ou em grandes metrópoles ó tomaram contato com a sociabilidade do ambiente urbano na construção de sua identidade, tornando-se, em certo sentido, desertores da antiga sociabilidade rural. Não raro os novos bacharéis ou médicos, inspirados pelo espírito de progresso da modernidade, se tornariam defensores de outros projetos, indo de encontro ao pensar do *pater familias* rural, que seus pais e avós representavam. Esses filhos construíram suas ideias e sentimentos na cidade, e não mais no engenho. Na cidade, eles criavam sociabilidade na noite boemia, nas rodas de recitação poética, nos teatros, nos encontros intelectuais; o engenho tornou-se nostalgia, não

mais realidade efetiva, como aparece na construção intelectual do nosso escritor, Sílvio Romero. Viver o torvelinho moderno, acariciar as memórias nostálgicas do tempo de menino no engenho: eis, um ritmo ambíguo que vai constituindo o caráter intelectual dessa geração.

A urbanização, juntamente com o desenvolvimento das atividades comerciais, irá abrir novas perspectivas econômicas, novos tipos de pensamento, novos modos de ser e de ver. O cenário ia se modificando no norte agrário. A viação férrea tomava conta da paisagem nordestina e as máquinas invadiam os engenhos¹⁸. A modernização transforma o espírito, a economia, a sociedade, a política, e a vida material. A civilização urbana invade a do açúcar, criando um *tertius* que acomoda os conflitos. A aristocracia nordestina gostava do refino, diz Freyre:

“O açúcar atraiu às suas melhores terras o chá, os ingleses, a porcelana da China, o móvel, e o próprio livro europeu que tiveram talvez no Recife os seus melhores mercados, principalmente na primeira metade do Século XIX.(...) De tal modo que Mansfield, inglês, mestre em Artes que viajou nos meados do Século XIX por terras de massapê, escreveu ter aqui encontrado casas-grandes de engenho que lhe deram a impressão das casas de campo da Inglaterra; moças tocando piano admiravelmente, doces finos à sobremesa; chá servido pelas senhoras.

E Herbert H. Smith, anos depois, foi onde encontrou uma aristocracia brasileira de gostos e hábitos mais elevados: entre os senhores de engenho do Nordeste (...) E era na verdade uma gente que tinha piano de cauda e livros em casa. Que recebia bem. Que apreciava a boa cozinha. O doce fino. O quitute delicado. O bolo bem feito. O naturalista americano chegou a contrastar os senhores do engenho do Nordeste com os fazendeiros de café do Sul - que eram então a força nova e triunfante do império - para concluir pela superioridade dos aristocratas das terras de cana." (FREYRE, 2006: p. 54).

Neste ambiente, tão rico de polarizações, e perdendo seu vigor diante do baile moderno das grandes cidades, que Romero passou parte de sua infância, voltando a visita em outros períodos da vida. Ele relembra dessa passagem na casa dos avós:

“Como caráter e temperamento, sou hoje o que era aos cinco anos de idade. Não se admire; é que sou, se assim posso dizer, uma vítima das duas primeiras, mais famosas e mais terríveis epidemias que devastaram o Brasil no século XIX. Em 1851, ano em que nasci, foi nossa terra invadida por uma violenta epidemia de febres más, que se estendeu por várias províncias. A vila sertaneja em que nasci, em Sergipe, o Lagarto, não ficou imune.

¹⁸ Segundo André Rebouças, em Agricultura nacional: estudos econômicos (p. 160), em 1841, não havia máquina de vapor nos engenhos baianos. Em 1873, na Bahia há 893 engenhos, dos quais, movidos a vapor, 282.

Minha mãe teve a febre (supõe-se que já era a hoje nossa patrícia mui conhecida ô a amarela); esteve às portas da morte, não me podia amamentar. Eu tinha seis semanas. Fui transportado para o engenho de meus avós maternos a quatro léguas de distância, na região chamada o Piauí, de um rio deste nome que ali corre águas turvas e cortadas no tempo das secas.

O sítio era delicioso, com trechos de mata virgem, belos outeiros fronteiriços, riachos correntes e o engenho. Este era dos de animais. (...) Fiquei no engenho Moreira, tal é sua denominação, até aos cinco anos. Dos três em diante a moagem era para mim um encanto. Quando os bois ou cavalos eram bem mansos, eu trepava também na almanjarraö. (ROMERO, 1905 apud Do Rio, João, 1905, p. 29-38).

Da infância modesta no engenho dos avós, seu testemunho é revelador. Lá estariam as origens do interesse pelas manifestações da cultura popular, traço original de sua obra. Assim ele lembra:

õEm menino, o meu maior encanto era, à noite, no copiar ou na eira, entre crianças, ouvir velhinhas que, com a almofada no colo, urdindo o crivo, cantavam xácaras peninsulares, narravam conselhos ou espavoriam o auditório ingênuo com as histórias sombrias em que aparecia o jurupari, ou saci soltava num pé só, alumando a brenha com o olhar esbraseado, quando não era o caopora, senhor da mata, que rompia as profundezas com estardalhaço de ramos (...) Ah! Meu amigo, nunca livro algum, por mais notável que fosse o seu autor e mais celebrada a sua fábula, conseguiu atrair-me aquelas velhas o faziam com o imã dos racontosö (ROMERO, 1954: p. 18-19).

Havia mais recursos na vila de Lagarto do que no engenho, quase despovoado na escravatura pela peste. Romero descreve este tempo:

õAs cenas do cólera de 1856 foram dolorosíssimas por quase todo Brasil. Lembra-me bem a chegada à casa paterna em meio da epidemia. Numa vasta sala (era a sala de jantar), junto a uma das paredes laterais, em colchão posto no chão, agonizava minha irmã Lídia, a primeira deste nome. Minha mãe, chorosa, sentada perto da doentinha, punha-lhe botijas de água quente, fervendo, aos pés. Meu pai, ainda muito vigoroso, e um senhor que eu não conhecia (era o médico) preparavam numa mesa, ao meio da sala, um emplastro de não sei que substâncias. (...)

Que estranho olhar! Alumiu-me tristemente a entrada na casa de meus pais ô e tem-me brilhado através da existência por cinquenta anos seguidos sem se apagar. A volta a casa era assim feita em meio da tristeza. A peste continuou a lavar com intensidade. Lídia morreu; minha mãe, atacada depois, esteve a se partir também. Muitos escravos de estima faleceram. Eu nada tive, mas acendeu-se-me

n'alma uma tão intensa saudade do engenho, que me torturou por anos inteiros. (ROMERO, 1905 apud Do Rio, João, 1905, p. 29-38).

Sobre o seu comportamento irascível, e a importância do engenho nisto e de fatores genéticos, explica:

Eu, criado fora até aos cinco anos, era, no princípio, como estranho aos meus irmãos mais velhos, que me faziam troças e me maltratavam muitas vezes, com essa malignidade própria dos meninos. Daí, um estado d'alma que se me produziu e ainda hoje perdura, digo-o à pureza, quer me acredite, quer não. Habituei-me cedo a ser paciente, sofredor, ao mesmo tempo desconfiado, suspicaz, talvez, e, ainda por cima, resistente, belicoso. Algumas dessas qualidades são boas, parece, outras inconvenientes. Existem em mim, encerram os germes de minhas tendências de analista e crítico. Aliadas às que tinham origem no engenho Moreira, explicam, em grande parte, toda a minha vida e toda a minha obra. (...)

A propensão analista e crítica, como devida, em grande porção, a meu pai, André Ramos Romero, português do norte, muito inteligente e muito satírico; a bonomia para não dizer de mim a bondade, à minha mãe, Maria Vasconcelos da Silveira Ramos Romero, cujo coração é uma herança de meu avô Luís Antônio de Vasconcelos, outro português do norte, de quem até hoje só descobri um igual na bondade nativa, inesgotável, espontânea, no velho Barão de Tautfoeus. (ROMERO, 1905 apud Do Rio, João, 1905, p. 29-38).

O engenho dos avós representava uma camada senhorial decadente, sem os brilhos dos Vasconcelos de outrora. A vida no engenho era rica de tradição, cultura popular, frescor, e nostalgia; marcada por aquele sentimento de relembração, quando tudo que se vê no horizonte são ruínas do que um dia se foi, entrando em constante conflito com o novo mundo que quer explodir o passado. A nova vida em Lagarto era melhor materialmente, mais moderna, sóbria, menos afetiva, contrastava-se com a sociabilidade do engenho. O seu pai era um negociante abastado, que fortificou no menino Sílvio o gosto pela leitura e pelas representações culturais. Lagarto, naquele período, era uma terra de muitos festejos populares, com reisados, cheganças, bailes pastoris, taieiras, bumbas-meu-boi, que imperavam ao lado das festividades religiosas. Diz Romero que, naquela época, saturou-se o desbravamento brasileiro, do folclorismo nortista. (1905 apud Do Rio, João, 1905, p. 29-38).

Sílvio aprendeu a ler e escrever na escola do professor Badu, na vila onde nasceu, foi uma experiência penosa, devido à diferença entre os métodos de alfabetização:

Ainda alcancei a tempo em que nas aulas de primeiras letras aprendia-se a ler, em velhos autos, velhas sentenças fornecidas pelos

cartórios dos escrivães forenses. Histórias detestáveis e enfadonhas em sua impertinente banalidade eram-nos ministradas nesses poeirentos cartapácios. Eram como clavas a nos esmagar o senso estético, embrutecer o raciocínio e estragar o caráter. Era, então, precisa uma abundante seiva nativa para resistir a semelhante devastação. Era o ler por ler, sem incentivo, sem préstimo, sem estímulo nenhunsö. (ROMERO, 1905 apud Do Rio, João, 1905, p. 29-38).

Nessa época, Romero destaca alguns livros importantes de formação: Epítome da História do Brasil, de J.P. Xavier Pinheiro, e os Lusíadas de Camões. Diz ele: "O Brasil da descrição de Pita ficou sendo o meu Brasil de fantasia e sentimento; a poesia de Camões ainda hoje é uma das mais elevadas manifestações da arte no meu ver e sentir, e, com seu ardente amor da pátria, fortaleceu o meu nativismoö (1905 apud Do Rio, João, 1905, p. 29-38).

Em 1863, viaja ao Rio de Janeiro, onde cursa como aluno interino o ginásio, àquela época curso de preparatórios, no Ateneu Fluminense, dirigido pelo monsenhor Antônio Pedro dos Reis. Menino sem amigos, sem recreios, sem conversas, prematuramente austero, a ruminar nas horas vagas o succulento bolo filosófico que lhe serviam nas aulas. Do aprendizado no Rio, ele lembra:

"Padre Gustavo Gomes dos Santos, professor de latim, pelas muitas coisas que profusamente, com muito gosto e muito saber, comunicava, em aula, não só das letras antigas como das portuguesas e brasileiras. Foi quem me despertou o prazer literário. Joaquim Veríssimo da Silva, lente de filosofia, pelas exposições da metafísica alemã, principalmente de Kant, de que se mostrava grande sabedor.

Padre Patrício Muniz, mestre de retórica e poética, pelas excursões que, em conversa, fazia também pelos domínios germânicos, de cuja filosofia era muito admirador, combinando-a, já se vê, com a escolástica. Estes dois fizeram-me divisar ao longe os sistemas filosóficos.

Francisco Primo de Sousa Aguiar, a cujo cargo estavam as cátedras de história e geografia, no antigo Ateneu Fluminense, onde eu estudava, por suas admiráveis lições em que salientava o papel e o valor histórico das gentes germânicas, e pelas muitas cenas da terra alemã que, com intenso prazer e num acento muito comunicativo, punha diante dos olhos de seus ouvintesö. (ROMERO, 1905 apud Do Rio, João, 1905, p. 29-38).

Outra influência foi o barão de Tautfoeus, o ídolo da mocidade do tempo, verdadeiro tipo lendário, que a todos enchia de respeito, admiração e amor. A sua filosofia da história tinha uma raiz etnográfica, de profundo germanismo histórico e político, que iria reencontrar

em Tobias Barreto nos primeiros anos de faculdade, através de seu germanismo literário. Aos 17 anos, em 1868, desembarcou no Recife, para estudar na Faculdade de Direito, onde já estavam alguns sergipanos, como Martinho Garcez e Tobias Barreto, que viriam, com certeza, a ser dois dos seus melhores amigos.

1.1.6. Recife: o sentimento de uma cidade.

Nos idos da década de 1860, Recife era a cidade mais cosmopolita do norte do Brasil. Mesmo antes dos holandeses, a cidade tinha se tornado um centro comercial, graças ao seu porto, sendo um posto de intermediação de capitais e circulação de mercadorias. Junto com estas, chegavam às ideias e os sentimentos vindos de outros cantos, criando uma cidade rica no intercâmbio e na troca de ideias, cristalizando a ambição cosmopolita de uma cidade portuária.

Recife sempre foi uma cidade que se destacou no cenário nacional por sua vanguarda cultural, pelas agitações políticas, mas também pela nostalgia diante das tradições perdidas. Por isto, ela é uma cidade que pulsa no ritmo das contradições. Nela, o embate entre o antigo e o moderno se transforma simbolicamente, em riqueza de adaptações, e em criatividade e rearranjos. Ao mesmo tempo em que, a cidade tinha a experiência de vivenciar a modernidade, chegando a ser conhecida como a "Paris brasileira", ela sempre resguardou certa tradição e espírito de nostalgia, que veio junto com a aristocracia, quando esta deixou o engenho, com suas casas grandes, para os sobrados da capital. Assim como os filhos da aristocracia nordestina, que iam estudar fora e adquiriam os símbolos modernos, mas resguardavam a nostalgia dos tempos de engenho.

Um ponto importante em sua história foi o mandato de Francisco de Rego Barros, o famoso Conde da Boa Vista, que assumiu a presidência da província de Pernambuco, em 1837, permanecendo no cargo até 1844. Tendo como objetivo a modernização da cidade, Rego Barros transformou a estrutural material e cultural da cidade. Da França, o governador importou engenheiros, arquitetos e artistas famosos, para trazer ao Recife os conceitos modernos das grandes metrópoles da época. Além do incentivo as artes e ciências, ligadas aos símbolos modernos, foram feitas diversas obras, como a construção de estradas que ligavam capital às áreas produtoras de açúcar; diversas pontes e canais; o teatro de Santa Isabel; iluminação a gás; e, sistemas para abastecimento da cidade com água potável.

Dos franceses trazidos pelo Conde de Boa Vista, um merece destaque: o engenheiro urbanista de Paris, Luiz Leger Vauthier. Entre 1841 e 1848, ele elaborou diversas obras que marcaram a cidade, como: o teatro de Santa Isabel, a ponte pênsil de Caxangá, e o Mercado de São José. Diz Rezende:

“A vinda de Louis Vauthier, chefiando uma missão de engenheiros, trouxe efetivamente mudanças significativas no setor das obras públicas, além da circulação de idéias socialistas através da revista Progresso. Destacam-se, com certeza, as construções do Teatro de Santa Isabel, nos moldes do estilo neoclássico europeu, e do palácio presidencial, atualmente conhecido como Palácio do Campo das Princesas. Além dos engenheiros franceses, operários alemães, como pedreiros, marceneiros, também foram contratados para trabalhar nas obras públicas (REZENDE, 2002: p. 76).”

Recife tomou um banho de cultura europeia do Século XIX, sendo introduzidos novos gestos, novos hábitos, a etiqueta do vestir e do costume. Além de engenheiros, vieram para Recife, viajantes, artistas, modistas, médicos, alfaiates, cozinheiros, cabelereiros, parteiras. Recife também foi a segunda cidade no Brasil, depois Rio de Janeiro, a operar locomotivas a vapor em suas ruas. Dando continuidade a saga da modernização, em 1870, foi construída uma nova estrada de ferro, dessa vez ligando Olinda ao Recife.

É neste Recife, cidade portuária com espírito cosmopolita, modernizando-se e com intensa vida cultural e intelectual, mesmo com um traço marcante de tradição, que chega Sílvio Romero em 1868. Este ano marca a cidade do Recife, pelo surgimento de diversos jornais e revistas, repletos de críticas políticas; divulgando novas ideias, combatendo as tradições de outrora. Sílvio Romero ingressa na Faculdade de Direito do Recife, mergulhando nesta atmosfera de agitação intelectual. Sobre as influências intelectuais do tempo de Recife, Romero nos fala:

“No Recife, onde aportei em janeiro de 1868, e onde permaneci até 1876, levei os dois primeiros anos calado, no estudo das disciplinas que, até aos dias atuais, me têm preocupado mais. As influências ali recebidas não fizeram senão desenvolver o que em mim já existia, desde os tempos do engenho, da vila, da aula primária e dos preparatórios. As três primeiras leituras que fiz no Recife, por um feliz acaso, me serviram para abrir definitivamente o caminho por onde já tinha enveredado, fortalecendo as velhas tendências.

Foram um estudo de Emílio de Laveleye acerca dos Niebelungen e da antiga poesia popular germânica, um ensaio de Pedro Leroux sobre a Goethe e um livro de Eugênio Poitou sob o título “Filósofos Franceses Contemporâneos”. O primeiro meteu-me nessas encantadas

regiões de folclore, crítica religiosa, mitologia, etnografia, tradições populares, que me têm sempre preocupado. O segundo nas acidentadas paragens da crítica literária moderna, que tanto me tem dado que fazer.

O terceiro no mundo áspero e movediço da filosofia, em que me acho nas mesmas condições. Mas tudo isso já vinha de trás. Aí ficam as várias cenas do 1º ato ô As Origens ô de minha vida espiritual.

Como, depois, me orientei de tudo isso, por entre as leituras e estudos que tenho feito por quarenta anos ininterruptos, o que aprendi dos mestres, o que tirei de mim próprio, isto é, o 2º ato do drama ô A Formação ô deixo de indicar, porque já me vou tornando secante. A crítica indígena que o procure por si mesma descobrir e refazer, se achar nisso algum interesse.ö (ROMERO, 1905 apud Do Rio, João, 1905, p. 29-38).

O cenário montado sobre o qual Sílvio Romero andou e construiu sua obra está formado: em blocos. Quando alguém vem ao mundo, já o encontra um pronto e, ao mesmo tempo, em construção. Reconstituímos o mundo em sua volta, em suas estruturas e cotidiano. É sobre ela que ele andar, mas isto não significa que sua obra seja determinada por este cenário, tão-somente de que este dialoga com ela, com o mundo que lhe inquieta ao fornecer a experiência sobre o que pensar, e as suas escolhas até ajudam a modificarem. O intelectual ó como qualquer outra pessoa - vive em sociedade, convive com outras pessoas, está integrando a um mundo e um local. Isto não significa que sua obra se reduza as práticas ou as estruturas. Mas, Romero, de certa forma, é um símbolo condensado das ambiguidades desta época. Tanto na realidade prática quanto nas ideias. E o conteúdo da sua obra não é resultado de nada exterior a ela, mas se comunica com este exterior e o ajuda a forma-lo. O próximo passo é compreender a criação desta elite letrada nacional, das suas instituições e o que representou a geração de 1870 e a Escola do Recife nela.

1.2. A elite letrada à luz das ambiguidades do país

1.2.1. A formação das instituições de conhecimento.

Ao contrário da América Espanhola, que ganhou a sua primeira Universidade ainda no Século XVI, o Brasil demorou a construí-las. A elite política deveria se dirigir a Coimbra, em Portugal, para estreitar seus laços com a Metrópole. Ao construir este lugar comum de sociabilidade, em Coimbra, se reforçava os laços dessa elite (CARVALHO, 1980: p.58). A vinda da corte ao país começou a mudar este panorama cultural, com a criação da Real Academia de Guardas-Marinhas (1808) e Academia Real Militar (1810), das escolas de medicina do Rio de Janeiro (1813) e Salvador (1815), e da Academia de Belas Artes (1820).

A independência trouxe junto à necessidade de criar instituições de conhecimento, que pudessem educar a futura elite política, e lhe dar um senso de nacionalidade. Ao ficar independente, o Brasil começou a construir o seu estado nacional, e para isto, era preciso criar instituições nacionais, principalmente, as instituições de conhecimento, que educassem no país uma elite treinada para atuar na burocracia estatal.

Por isto, o país precisou expandir o ensino superior, para incentivá-lo em solo nacional. E um dos principais saberes, para construção do estado nacional, era o ensino jurídico. Institucionaliza-lo seria essencial para modernização do país. Um projeto de 31 de Agosto de 1826 estabelecia a criação de duas faculdades de direito no país, sendo sancionado por Pedro I em 11 de Agosto de 1827. No mesmo ano da sanção, foi criada a Faculdade de Direito em São Paulo; e em 1828, foi fundada outra em Olinda, sendo transferida para Recife em 1854. (CARVALHO, 1980: p. 60). Uma no sul, outra no norte. Houve muitos debates em torno do lugar mais apropriado para instalação dessas universidades, como o Rio de Janeiro e Salvador, mas estes já possuíam escolas de medicina, e ficaram de fora da escolha. O estado de Minas Gerais, por sua vez, seria agraciado em 1839 com a criação da Escola de Farmácia em Ouro Preto.

Beviláquia (2012) afirma que Pernambuco já tinha uma tradição de conhecimento ligado aos conhecimentos jurídicos, filosóficos, e teológicos, pois Azeredo de Coutinho, quando governador interino da capitania de Pernambuco, fundou em 22 de fevereiro de 1800, um seminário dedicado ao ensino das humanidades: latim, grego, francês, geografia, retórica, história, filosofia, teologia dogmática e moral, matemática, física, química, botânica. A capitania também era conhecida pelas efervescências políticas a favor da independência do país e contra os laços portugueses. A geração liberal tinha levado às rebeliões de 1817, 1821 e 1824. O governo imperial tinha dois objetivos ao levar a instituição para o Recife: integrar esta elite letrada a construção da ordem nacional e aproveitar a tradição de saberes já estabelecido em busca de qualificação. Assim, o curso de direito se instalou em 15 de maio de 1828, no mosteiro de São Bento.

Ficou determinado que o curso de direito durasse cinco anos. Para ingressar, era preciso mostrar a certidão de idade e de demonstração de habilidades em língua francesa, gramática latina, retórica, filosofia racional e moral, e geometria. Não eram cobradas mensalidades. Estudos preparatórios para o exame eram comuns, mas raramente poderia se abdicar de altos recursos, para conseguir a preparação com tutores. Muitos pagavam os famosos repetidores de

lição para serem admitidos. Quem tinha menos recursos, possuía duas opções após completar a educação secundária em escolas públicas ou seminários: a) buscar caminhos alternativos para continuar se preparando, e contar com a ajuda de um padre ou benfeitor; b) ou poderia ter uma carreira eclesiástica; militar, entrando na Escola Militar; ou técnica, numa Politécnica. A Escola de Minas dava bolsa para alunos pobres e a Escola Militar pagava pequeno soldo aos alunos. A criação dessa estrutura nas instituições de conhecimento foi fundamental para o papel exercido pelo exército no ocaso do império. Composto, em sua maioria, por classes médias sem representação política, ou por cidadãos pobres. A oposição vinda da escola militar marcava a predominância da educação técnica e do positivismo, que valorizava esta.

O decreto de 1827 determinava como disciplinas dos cursos jurídicos¹⁹:

1º Ano: Direito natural, público, análise da constituição do Império, Direito das gentes, e diplomacia.

2º Ano: Continuação das cadeiras do ano antecedente. Direito publico eclesiástica.

3º Ano: Direito pátrio civil, direito pátrio criminal, com a teoria do processo criminal.

4º Ano: Continuação do direito pátrio civil. Direito mercantil e marítimo.

5º Ano: Economia política. Teoria e prática do processo adotado pelas leis da instituição.

Embora o curso de direito no Recife tivesse sido aberto com a intenção de formar uma elite letrada que atuasse na burocracia que formava a nação, ele mantinha forte ligação com Portugal, tendo no professorado do curso muitos padres, especialistas em metafísica e direito canônico e natural. No campo das ideias, predominou ó durante todo período olindense ó temas ligados à metafísica, a teologia, ao estudo comparado das religiões, ao direito natural e ao universalismo. Em 1854, a faculdade transferiu-se para Recife, em busca de mais estrutura e integração com a sociedade, onde foi instalada na Rua do Hospício. Só em 1912, que um prédio específico foi construído para faculdade, na Praça Treze de Maio.

Em 1879, foi efetuada uma reforma no ensino, que visava a ampliação e modernização do ensino primário, secundário, e superior, porque se fazia necessários ajustes para as mudanças que o império enfrentava, com a ascensão de novos atores sociais que pediam mais participação política, liberdade de ensino e cidadania. A Reforma Leôncio Carvalho (1879), obrigou os municípios a ofertarem cursos noturnos de instrução primária para analfabetos, e

¹⁹ Beviláquia, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Ed. Universitária, 2012 (p. 28).

ajustaram as grades das faculdades de direito e medicina e das politécnicas, e no processo de entrada nos exames preparatórios. Outra novidade foi a divisão entre as ciências jurídicas e sociais. A reforma separa, portanto, as carreiras jurídicas (magistrados, advogados) das carreiras das ciências sociais (políticos, administradores, diplomatas), sendo esta a sua maior novidade para a formação burocrática.

As instituições universitárias foram, pois, arquitetadas para criar uma elite profissional capacitada para o dever de construir o estado nacional. Se antes, a elite ia estudar em Coimbra, agora estudava direito em Recife ou São Paulo. Os números são bons indicadores disto. Entre 1822 e 1831, 100% dos ministros tinham sido formados em Coimbra, entre 1853-71, 95,82% tinham sido formados no Brasil (35,41% em São Paulo, 39,58% em Recife/Olinda). (CARVALHO, 1980: p.64-66). Entre 1853 e 1871, 96% dos ministros do império tinham nível superior, entre os senadores, tínhamos 80% (CARVALHO, 1980: p.64). Entre os 72 conselheiros de estado, apenas dois não possuíam ensino superior. Em 1969, 30,32% dos deputados são bacharéis. Números vigorosos, tendo em vista que, apenas 18,56% da população eram alfabetizadas.

Os bacharéis formados a cada ano variavam, mas, geralmente, eram em torno de 60 a 70 alunos na década de 1870. A maior parte dos formandos servia a burocracia do estado. Pelos corredores da faculdade de direito do Recife, passaram muitos futuros governadores, juízes, ministros, deputados, senadores, prefeitos, professores universitários, intelectuais influentes. Era uma elite que se formava no país, e não mais no exterior, que estava sendo pronta para agir na burocracia, nos negócios, na imprensa, ou seja, no debate público, seja no Parlamento, nos jornais ou na cátedra. E muitas das ambiguidades e transformações por qual o país passava nessas décadas (como descrevemos anteriormente) estarão presentes nas reflexões políticas, filosóficas, literárias, das novas gerações, agora mais atreladas à ideia de nação.

Ter um diploma de ensino superior distinguia e possibilitava a ascensão na carreira política ou burocrática. No entanto, essa ascensão dependia muito da influência familiar. Não raro vários bacharéis não ascendiam na hierarquia da burocracia pelo bloqueio por questões políticas na lógica do compadrio do Estado. Uma família tradicional, dona de engenho, mas com pouca influência política, tornava-se associado à outra família aristocrata com maior participação. O patronato dominava as disputas por lugares nas instituições (ALONSO, 2002: p.123). Essa estrutura e o excesso de bacharéis que viram seus caminhos bloqueados não pela falta de mérito, mas pela falta de indicação, formaram um sentimento de insatisfação muito

forte na parte marginal da elite e entre os profissionais liberais. Não conseguindo ocupar os principais cargos da burocracia, muitos bacharéis da elite letrada se colocavam contrários à ordem saquarema, utilizando-se dos jornais. Estas cisões dentro das elites leva a criação de grupos marginais e insatisfeitos na elite letrada, ansiosos por ampliação da participação política e pela falta de meritocracia. Para Ângela Alonso (2002) é esta insatisfação com a ordem imperial que une a geração de intelectuais de 1870.

As elites letradas tinham ajudado na construção do estado nacional, mas a dinamização das relações sociais e econômicas, e a criação de instituições de conhecimento dentro do país, ampliava o número de pessoas, com outras origens, tendo acesso a formação, além de trazer uma série de questões vindas com a modernização que antes não estavam em pauta no debate público nacional. A geração de 1870 responde a estas contradições entre ordem imperial e modernização, e simboliza o fracasso na ampliação da participação política.

2.2. A geração de 1870

Ainda jovem, o Brasil em seu nascimento encontrava-se diante de um dilema na batalha pelas ideias. A elite intelectual brasileira em 1822 não podia abdicar nem das ideias liberais que inspiravam o movimento da independência brasileira, absorvidas na Europa pelos filhos da aristocracia que lá estudaram, nem da estrutura econômica, de base agrícola e escravista, que davam a esses jovens meios de lá ir estudarem. A solução foi pragmática: articular a fundação do país e suas relações externas com o escravismo nas relações internas de produção (MERCADANTE, 2001: p. 25).

Esta criatividade ao tratar de temas ambivalentes, nota Paulo Mercadante (2001), incorporamos de nossa herança portuguesa. Keyserling (1931) afirma, não sem um tanto de generalização, que por ter sido dominado em tempos em tempos por hebreus, cristãos, e muçulmanos, o português tinha um caráter ambivalente. Assim, o português não adere a um bloco rígido, mas tenta conciliar com os opostos. Mercadante (2001) afirma que é uma alma múltipla que buscava harmonizar todas as incoerências. A herança portuguesa nos deu desenvoltura para incorporar e conciliar com o contraditório.

Ao contrário do conservadorismo europeu, que era uma defesa da sociedade civil e do acordo entre as gerações (passado, presente e futuro), contra um Estado transformador ou uma situação revolucionária, os conservadores brasileiros defendiam um estado forte, que formasse a sociedade brasileira (o inverso dos conservadores anglo-saxões), e garantisse a

unidade nacional, mesmo construída sobre camadas artificiais. A supremacia saquarema privilegiou a centralização administrativa, tendo a burocracia estatal e não o desenvolvimento e escolhas da própria sociedade, como centro que unisse federação.

Por isto, Paulo Mercadante (1972) afirma que, para garantir tal unidade, os conservadores brasileiros sempre estiveram interessados numa conciliação, fazendo um trabalho de adaptação para incorporar o ideário progressista. A estrutura do governo constitucional foi elaborada pelos saquaremas, valorizando um estado forte, centralizador, impondo-se a sociedade civil, ao mesmo tempo em que, a constituição tinha claras influências liberais, coexistindo ainda com oligarquias rurais e com o trabalho escravo. Uma ambiguidade que marcaria a própria formação da elite letrada e da sociedade civil, e que favoreceria a hegemonia em longa duração do ideário progressista.

Se este domínio saquarema construiu a ordem e as instituições, e predominou nas discussões públicas do início do Império, seria prosseguido, depois da sua consolidação, pelas ideias liberais, de maior influência francesa, marcada pela forte ideia de progresso, numa época de pleno entusiasmo com a modernização econômica, e suas inovações técnicas. Junto com a tecnologia, veio o otimismo na capacidade racional, na ciência, e no progresso. Deste modo, lemos no Jornal O Liberal (PE): òO espírito do progresso encarnado na humanidade vai pouco a pouco transparecendo por entre as trevas do obscurantismo, que lavra com intensidade pela indiferença dos povos e pela incúria dos governosö²⁰.

A Liga Progressista que se formou nos anos 1860 foi uma junção entre liberais históricos e conservadores que acreditavam ser tempo de mais autonomia e protagonismo da sociedade, sendo necessárias algumas reformas. A junção não demorou, devido a uma série de incongruência entre seus integrantes.

Em 1871, quando a reforma Rio Branco começa a colocar em questão a imigração europeia para resolver o problema da mão-de-obra, os debates sobre o embranquecimento da população já estavam postos. Três argumentos contra a escravidão eram predominantes. O primeiro demonstrava preocupação com o aspecto econômico da escravidão, com os danos que a falta de um trabalho assalariado faziam. O segundo apontava o problema da homogeneidade social, já que a miscigenação racial era vista como uma das causas do nosso atraso econômico. E o terceiro, tratava-a como um ato imoral produzido pela humanidade, que deveria ser abdicado pela vida em civilização.

²⁰ Jornal O Liberal. Domingo, 18 de Agosto de 1872. 16ª edição, ano I. (p.2)

O liberalismo brasileiro variava entre: a) a defesa dos valores de uma sociedade liberal e b) uma motivação federalista simplesmente econômica, que representava os desejos dos produtores por mais liberdade perante a Coroa. Neste trabalho de rearranjo teórico, o liberalismo para fins econômicos aliou-se, por vezes, as teorias raciais dos progressistas europeus, embora divergentes, ambos eram os profetas de um mundo novo. Diz Schwarcz sobre a convivência do liberalismo com as teorias raciais:

“Paradoxo interessante, liberalismo e racismo corporificaram, nesse momento, dois grandes modelos teóricos explicativos de sucesso local equivalente e no entanto contraditório: o primeiro fundava-se no indivíduo e em sua responsabilidade pessoal; o segundo retirava a atenção colocada no sujeito para centrá-la na atuação do grupo entendido enquanto resultado de uma estrutura biológica singular.” (SCHWARCZ, 1995: p. 19-20).

“Fazendo uso dos instrumentos que possuíam, esses homens de ciência encontrarão uma convivência bastante extravagante entre discurso liberal e racial. Se no primeiro constará no texto da lei, das falas oficiais, o segundo surgirá com frequência nos romances naturalistas, nas teses científicas ó seja na área do direito, seja na medicina, seja nas ciências naturais ou na história.” (SCHWARCZ, 1995: p. 245)

A partir dos anos 70, junto com a solidificação das instituições de conhecimento, e da ascensão de setores médios a elite letrada, ocorreu a introdução de teorias raciais e filosofias como o positivismo e o evolucionismo. Eram novas perspectivas epistemológicas que chegavam ao país, com uma teleologia da história que acreditava na sua marcha no sentido do desenvolvimento econômico, da secularização, do império da ciência e dos seus homens no lugar da religião como coesão social, e do estado racional e cientificista. Uma lei de evolução universal classificaria as sociedades em estágios civilizatórios. Essas novas ideias trazem um esquema conceitual que se diferencia da tradição imperial. Elas irão ajudar, junto com o liberalismo, a criar uma agenda de reforma nacional.

A dinamização da vida em todas as suas esferas no Império, amplia essa elite letrada, cria uma camada média que habitam as margens da burocracia, e buscarão por mais espaços. Os contatos entre estes novos intelectuais são diversos, feitos em espaços de sociabilidade, como instituições, livrarias, rodas intelectuais, etc. Os temas são novos: os modelos políticos, o movimento republicano e abolicionista, o ataque à religião oficial, as críticas ao regime do trabalho, as teorias científicas, as novidades na literatura, a identidade nacional, a cultura popular. Em meio a esta conjuntura de ambiguidade entre a estrutura do império e uma

sociedade mais dinâmica, passando por processos de modernização, a elite letrada também esta inquieta, formando-se o movimento intelectual da geração de 1870.

Concomitantemente a essas transformações, no âmbito da produção intelectual observava-se uma efervescência sem precedente. Os intelectuais se esforçavam para dar respostas as questões que se levantavam, e um ãbando de ideias novas²¹ vindas do exterior encantava-os. Assim é que, a partir dos anos 1870, um conjunto de intelectuais deu forma a um movimento renovador que só pode ser entendido diante das transformações que estavam ocorrendo no país, em conjunto com as especificidades regionais, com suas novas necessidades e aspirações. Isto irá contribuir para aquilo que o filósofo João Cruz Costa (1956) chamava de ãremodelação materialö nas ideias.

No caso brasileiro, havia ambiguidades a serem pensadas por estes jovens. O ideal de modernização compartilhado passava pela integração do país à cultura europeia. Se a modernização do país e suas instituições eram um consenso entre eles, existia uma grande inquietação quanto a seguinte questão: como conciliar integração ao concerto das nações ocidentais a uma teoria de Brasil, com a valorização da ãcultura nacionalö?

Buscou-se, ao mesmo tempo em que se adquiriam as teorias vindas do estrangeiro, ressignificá-las para compreender o Brasil e a realidade local à luz daquelas doutrinas, estudando suas origens e identificando seus problemas. Reler os trabalhos desses escritores, entrar nos meandros das disputas intelectuais entre as várias maneiras de conceber o país e de enxergar seus horizontes, significa não só recuperar e compreender um pouco mais da formação da nossa cultura letrada, como também adentrar ao campo do imaginário nacional e de suas possibilidades, dos mitos, símbolos e imagens, que formataram esta geração, e que ela ajudou a traduzir e recriar. Estes trabalhos intelectuais e o diálogo entre vários pensadores nos apresenta impasses e soluções do mundo material e da vida do espírito que se encontrava em movimento cada vez mais veloz.

Não quer dizer que não houvesse discordância entre eles, ou que ocorresse uma ligação relacional, factual, institucional entre os membros dessa nova geração. O que confere unidade a tais intelectuais são os temas em comum, a visão de progresso, o interesse pelo desmonte da ordem saquarema.

²¹ Termo cunhado por Sílvia Romero para designar as ideias vindas do exterior que influenciavam os jovens recifenses.

A nova geração intelectual de 1870, talvez, tenha sido a primeira a pensar o país de maneira orgânica. Com todas as suas diferenças, em comum, ela era progressista, e se identificava com as mudanças, com a ideia de progresso, com a ciência, com a capacidade racional-instrumental do homem. Muito desse espírito será formador da elite letrada nacional posterior no século XX.

Foi comum ver em jornais liberais a presença dos homens de ciência, como Tobias Barreto e Sílvio Romero. Mas, as posições variavam. Como nota Ângela Alonso (2002), existiam evolucionistas e abolicionistas, como Lauro Sodré, Silva Jardim, Clóvis Beviláqua, Cipriano de Carvalho, Tobias Barreto, Miguel Feitosa e Sílvio Romero, que pretendiam mostrar a incompatibilidade entre a sociedade imperial e a civilização moderna. Posicionando-se contra as tradições da oligarquia agrário-exportadora, na defesa pela modernização da sociedade, de acordo com os cânones da ciência hodierna.

Por outro lado, havia alguns liberais e republicanos, como Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Lopes Trovão, mirando a centralização política, o Poder Moderador e o Conselho de Estado. A Monarquia seria uma herança negativa da Metrópole, a partir da constatação da decadência da pátria-mãe. A causa central dos nossos problemas estaria nas instituições políticas. Eles defendiam, ainda, a hierarquia racial e o embranquecimento a partir da imigração europeia.

Outros liberais não eram republicanos, como Muniz Barreto, Joaquim Nabuco, André Rebouças e Rui Barbosa, defendendo bandeiras liberais sem romper com as tradições do país, identificadas na figura da Monarquia, que deveria ser condutora das reformas moderadas. A abolição, efetuada pela Monarquia, seria o caminho para manter uma tradição e um encontro entre gerações, podendo construir uma nação moderna, civilizada e sadia. Eram conservadores no sentido de Edmund Burke, um dos pais do pensamento conservador, que pertencia ao partido liberal da Inglaterra.

Alguns, como Cruz Costa (1956), apontam nesta geração o nascimento de uma ilustração brasileira, com a criação de uma ciência e literatura nacional, institucionalizando-se. Com diversas influências, esta geração construiu uma reflexão coletiva a respeito das instituições políticas e de conhecimento do Segundo Reinado, além da estrutura socioeconômica e do lugar do Brasil no mundo. Os temas eram debatidos no parlamento, nos jornais, nas salas de aula.

Uma cidade em especial, Recife, foi um palco destacado das batalhas intelectuais travadas por esta nova geração. Para Cruz Costa (1956), foi o primeiro cenário da luta entre as novas correntes filosóficas (positivismo, naturalismo, evolucionismo) contra o romantismo e o ecletismo metafísico. Na cidade, havia muitas impressoras, periódicos, jornais, livrarias. Participavam da atmosfera intelectual da época, nomes como: Tobias Barreto, Castro Alves, Domingos Olímpio, Capistrano de Abreu, Araripe Jr., Joaquim Nabuco, Raimundo de Farias Brito, entre outros. Além do intelectual que abordamos nesta dissertação, Sílvio Romero.

Muitos assuntos inquietavam os jovens moços recifenses, como a voga científicista que vinha da Europa, no rescaldo da Segunda Revolução Industrial. No domínio do pensamento, o triunfo da modernização assumia a imagem de um mundo de contínuo e acelerado avanço material, intelectual e artístico, no qual a ciência significava poder e progresso. O cientificismo apregoado visava reformar a nação para encaixá-la no processo de progresso do mundo ocidental. Estes intelectuais buscavam uma releitura do processo de formação do país, buscando não só a definição de uma identidade, mas como um ingresso no mundo ocidental, tendo como bases ideologias do progresso (materialismo, positivismo, evolucionismo, etc.). Eles miravam as tradições, o romantismo e as suas extravagâncias na exaltação da natureza, as filosofias essencialistas ou metafísicas, o catolicismo, e a manutenção do status da sociedade do império (familismo, patronagem, clientelismo).

Os debates, as construções teóricas diante da dificuldade de importar ideias, podem nos fornecer um amplo mosaico da sociedade brasileira que se transformava e tentava se modernizar, de sua elite letrada, em seus diferentes aspectos, interligada um com o outro; mas também aludir a problemas universais, como literatura, filosofia, memória, política.

1.2.3. A Escola do Recife.

Na cidade do Recife, com sua bela arquitetura, com seu ar moderno, mas aonde a memória e a nostalgia tinham o seu destaque, instalou-se um dos movimentos intelectuais mais importantes da época, que veio a ficar conhecido como "Escola do Recife". O termo escola intelectual, em seu sentido mais estrito, passa a ideia de grupo de autores reunidos que propagam uma estrutura teórica ou metodológica, apesar de algumas divergências periféricas. Não se trata disso neste caso. Não havia uma filosofia, sociologia, teoria literária, ou método historiográfico comum a estes jovens recifenses. Eles formavam um grupo muito mais de sociabilidade, discussões, e proximidades teóricas, além da leitura comum, e propagação ou forte influência de uma série de autores evolucionistas, naturalistas ou positivistas. É neste

sentido que usaremos o conceito de "Escola do Recife"²². Até mesmo, pela fama adquirida na formação das ciências humanas no Brasil.

Os seus integrantes queriam dar um fundamento científico nos estudos literários e culturais, pela forte influência das novas teorias embebidas de progresso que chegavam. Com isto, a partir das noções de "raça", "cultura" e "espaço geográfico", buscavam o entendimento sociocultural da cultura e da crítica literária, como um epifenômeno material. Destacavam, assim, as relações entre elementos naturais e raciais com a cultura, e desta com as criações artísticas. Todavia, faziam isto solapando a importância estética das obras, e mesmo o ímpeto criativo do artista.

Menos do que um acerto dogmático a cerca de vários temas, os jovens intelectuais recifenses orbitavam em torno de novos autores, abordagens, e objetos. Tornando o debate e a elaboração artística e intelectual um fator de socialização, construíram sociabilidades, e trouxeram várias colaborações em comum. Não raro havia inúmeros debates e desavenças entre os jovens estudantes, o que dava ânimo a plateia. Ao mesmo tempo, estes jovens conseguem dar uma unidade a essa atmosfera, em busca de acertos na ação política, na crítica as instituições do império, ao "atraso" da nação, e no otimismo com o progresso e com a civilização. A unidade era muito mais relacionada ao direcionamento progressista das inspirações políticas, de fundo cientificista, do que propriamente institucional.

O diferencial da Escola do Recife para outros grupos da geração de 1870 foi que, na capital de Pernambuco, predominou a influência do materialismo monista, do evolucionismo, do cientificismo, do naturalismo e do positivismo. Este grupo nasce deste processo de diferenciação do chamado "surto de ideias novas" dos anos sessenta e setenta do século XIX. Não há facções ou tendências, mas uma espécie de abordagens que se reivindicavam científicas, a partir da leitura das obras de: Littré, Taine, Spencer, Buckler, Haeckel, Darwin, e outros; tratando-se da reelaboração científica de vários campos da vida nacional e regional.

Na intersecção da leitura desses autores e do que suas ideias representavam e com o desejo de reformar cientificamente o país, encontramos uma tensão constante na obra destes intelectuais. Eles estavam divididos entre o pessimismo pelo passado colonial e o otimismo com as promessas de progresso da civilização, ante uma realidade complexa. A ciência

²² Não deixa de ser jocoso, como lembra Chacon (1996), que uma parte dos que ignoram a formação da "Escola do Recife", falando que não passa de propagandismo de Romero, não havendo unidade ou qualquer originalidade entre seus supostos integrantes, tratam implícita ou explicitamente vários sociólogos paulistas, como Fernando Henrique, Octávio Ianni, Florestan Fernandes, como uma "Escola Paulista de Sociologia", mesmo não havendo unidade, e ocorrendo muita influência de ideias vindas de fora.

operatória e a orientação correta do pensamento precisavam intervir naquilo que eles chamavam de atraso cultural da nação ou da província. Para tal, era preciso buscar as causas deste atraso e propor soluções. Romero descreve esses tempos desta maneira:

Quem não viveu nesse tempo não conhece por ter sentido diferentemente em si as mais fundas comoções da alma nacional. Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nessas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz... De repente, por um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do Império apareceu com toda sua nudez... um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte... Positivismo, evolucionismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na prosa e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação de intuição do direito e da política, tudo se agitou e o brado de alarma partiu da escola de Recife²³.

Era 1868, um ano diferente na vida do Recife. É o marco da ruptura com o saber tradicional para Romero. Surgem no Recife diversos jornais e revistas, divulgando as novas teorias científicas, sistemas filosóficos, combatendo o clericalismo dominante. Sílvio Romero chegara, encontrando um ambiente intelectual vivo, dinâmico, ávido pelo novo, convivendo nos estudos, nas polêmicas e nas folgas com alguns daqueles que, nas décadas seguintes, iriam frequentar com sucesso as tribunas, os cargos públicos, a imprensa, e as casas editoras. Entre estas figuras, podemos destacar: Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, futuro diretor da Instituição Pública do Distrito Federal; Joaquim Ferreira Chaves Júnior, mais tarde governador do Rio Grande do Norte, senador e ministro da Marinha e da Justiça; além de intelectuais como Domingos Olímpio, Araripe Júnior e Capistrano de Abreu.

O Recife ainda estava agitado, com a população demonstrando entusiasmo com os feitos do seu bravo exército nos combates da guerra do Paraguai. A cidade agitava-se com os ideais abolicionistas. Os mais jovens colocavam a solução republicana em pauta. Entre estes jovens, estava Tobias Barreto, que com seus poemas de evocação nacionalista, dava um

²³ ROMERO, Sílvio. Discurso proferido no dia 18 de Dezembro de 1906, por ocasião da recepção de Euclides da Cunha. In: Provocações e Debates; contradições para o estudo do Brasil Social. Porto, Chardron de Lello e Irmão, 1910.

sentido social a poesia romântica, e tendo ao seu lado Castro Alves, fundando o condoreirismo²⁴.

Castro Alves mudara-se para Recife em 1862, logo depois da morte de sua mãe. Primeiro, veio como o irmão Antônio morar no Convento de São Francisco, para, em seguida, mudar-se para a casa do pai com sua nova esposa. O poeta se tornaria colaborador dos jornais *O Futuro* e o *Jornal do Recife*, fundando logo depois o jornal *A Luz*.

Tobias, então um líder estudantil, conheceu Castro Alves, construindo um grupo de sociabilidade com ardor poético. Segundo Beviláquia (2012), estavam entre seus integrantes: Guimarães Júnior²⁵, Araripe Júnior²⁶, Plínio de Lima²⁷, Joaquim de Sousa²⁸. Além de José Jorge de Siqueira Filho, poeta que escreveu o drama *A Expulsão dos Holandeses*. Pelas ruas boêmias do Recife, com grupos de intelectuais, artistas e poetas, estes dois jovens declamavam seus versos.

O amor pela poesia, pelos versos, pelos saraus de recitações, era seguido pela paixão teatral. Foi no teatro que uma grande rivalidade cristalizou-se entre Tobias e Castro. Apesar dos espaços de sociabilidade criados entre esses jovens, os egos disputavam o predomínio poético. Assim, no tradicional Teatro Santa Isabel, deu-se uma acirrada polêmica entre Castro Alves e Tobias Barreto, por causa das atrizes Adelaide do Amaral e Eugênia Câmara. Tobias Barreto enaltecia Adelaide do Amaral; Castro Alves, Eugênia Câmara. Uma luta de titãs que empolgou a mocidade acadêmica, vibrando entre entusiasmo e aplausos os dois representantes de Victor Hugo no Brasil. A rivalidade estava posta. E a paixão do jovem poeta baiano, com apenas 16 anos, por Eugênia também.

Antes mesmo de entrar na faculdade de direito, Castro Alves marcou em 1863, a data de seu primeiro poema contra a escravidão, *A Primavera*. Frequentando o Teatro Santa Isabel com os jovens acadêmicos da época, Castro conhece a atriz portuguesa Eugênia Câmara. Ela larga um empresário com quem namorava, e vai morar com o poeta numa casa entre o Barro e Tejipió, no subúrbio recifense. Quatro anos depois, em 1867, eles partem para a Bahia,

²⁴ O condoreirismo é uma escola poética brasileira, que marca a terceira fase do romantismo, tendo como base a temática social e o igualitarismo, deslocando-se do destaque ao eu e a exaltação da natureza dos ultraromânticos. Os condoreiros criaram uma poesia social, ligado a temáticas como a causa abolicionista e republicana. O nome decorre do Condor, tipo de ave que voa alto e solitariamente. Tobias Barreto é considerado o fundador do condoreirismo brasileiro.

²⁵ Escritor, diplomata, poeta, teatrólogo, que formou-se em direito em 1869. Durante sua vida, sua obra foi do romantismo ao parnasianismo.

²⁶ Crítico literário, escritor, formou-se em direito em 1869. Um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

²⁷ Poeta próximo a Castro Alves, morreu cedo em 1873.

²⁸ Escritor cearense, apelidado de ðByron da canalhaõ.

mudando-se depois para o Rio de Janeiro, onde conhece José de Alencar, que o apresenta a elite letrada da corte. Depois, Castro vai para São Paulo e ingressa no terceiro ano da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Em 1868 rompe com Eugênia.

O desaparecimento dos dois poetas rivais, irascíveis em sua posição, coincidiu com o incêndio do Teatro Santa Isabel e com o término da guerra. As recitações de poesia e os duelos pararam. Os áureos tempos de boemia, liberdade, poesia, e desmedida, tornaram-se labaredas de entusiasmo. Era hora de fazer ciência. Tobias mira-se nos embates, atirou-se a crítica, propôs novas leituras. Afirma Romero sobre tais momentos:

“O período antecedente (1863-69) foi no Recife de uma efervescência romântica formidável. Era o tempo da guerra com o Paraguai. As festas patrióticas multiplicavam-se; o teatro, sob o influxo de dignos artistas, estavam também numa fase de esplendor; o salão tomara, por outro lado, com o recitativo, um brilho novo. Acima de tudo isto dois espíritos dotados em grão muito elevado do talento poético fizeram escola. O mais velho e fecundo, Tobias Barreto de Menezes introduzira pela vez primeira entre nós o estilo de Victor Hugo; o nobre poeta fora, porém, sempre moderado.

O outro, Antônio de Castro Alves, seguía-lhe as pisadas com um talento mais que muito apreciável; ele, contudo, era um homem de imaginação mais que de sentimento. Exagerara o estilo. Uma turma de anônimos em seguida encarregou-se de transforma-lo ainda mais, e deu-nos essa maneira áspera e retumbante de poetar, que de então para cá, tem valido por uma aluvião. (...)

Depois Castro Alves, levada a doutrina para São Paulo, morreu, e Tobias Barreto atirou-se a crítica, de que representa incontestavelmente o melhor quinhão que possuímos. (ROMERO, 1878: p. 71).

Outro nome de destaque neste grupo era Franklin Távora. Ele era o mais velho do grupo, formado desde 1863 na faculdade de direito. Ele e Tobias participam da redação do jornal *o O Americano*. Foi nesta época a transição de Tobias do romantismo inspirado pelo hugonismo para o realismo. Tobias aproxima-se de Celso Magalhães²⁹, Generino dos Santos³⁰, Sousa Pinto³¹. É neste cenário de efervescência entre os moços acadêmicos, que Sílvio Romero entra na Faculdade de Direito.

Entre os diversos professores da faculdade desta época, destacava-se Aprígio Guimarães: católico fervoroso, defensor do liberalismo de Bossuet e Fenelon, e incentivador

²⁹ Escritor maranhense, pioneiro no estudo do folclore no Brasil, focando a poesia popular.

³⁰ Escritor recifense. Um dos redatores da revista satírica *o O diabo a quatro*, publicada entre 1873 e 1878, no Recife.

³¹ Poeta português.

das leituras de Spencer. Mas são dois capelos doutorais e futuros professores que prepararão o terreno para renovação intelectual que Tobias irá realizar na década de 1880: João Vieira de Araújo e José Higino Pereira.

João Vieira de Araújo formou-se em 1864, ganhou o capelo doutoral em 1873, e tornou-se professor em 1877. Ele foi pioneiro no incentivo às leituras de positivistas e evolucionistas, como Comte, Spencer e Ardigó. Em matéria de direito criminal, era influenciado pelas teorias raciais de Lombroso. Para Vieira, a evolução da espécie apareceria na psique de cada homem, onde o aperfeiçoamento moral se daria pelo instinto e pelas camadas culturais. Dessa maneira, o criminoso não passa do indivíduo que conserva o caráter do homem primitivo, sem adquirir a civilização em seu interior. Araújo torna-se o representante mais conhecido da criminologia brasileira, sendo um dos contribuintes e vulgarizadores destes temas no Brasil.

Outro professor de destaque foi José Higino Pereira, que se formou em 1867, e obteve o capelo doutoral em 1876. Higino Pereira era promulgador do evolucionismo spenceriano. Ele foi também constituinte da República, defendendo junto com Antifólio Botelho, um dos integrantes da Escola do Recife, a centralização do poder e não o federalismo, sob o argumento de que a soberania seria indivisível. No combate a Lombroso e Ferri, Higino trouxe a influência de Gustave Le Bon, psicólogo e sociólogo francês.

Formaram-se na turma de direito de 1869: Tobias Barreto (SE), Araripe Júnior (CE), Guimarães Júnior (RJ), Anfilóbio Botelho (BA). No ano de 1870 formou-se Herculano Bandeira e Joaquim Nabuco. No ano de 1873 foi a vez da turma de Sílvio Romero, e junto com ele: Antônio de Sousa Pinto (Portugal), poeta; Celso da Cunha Magalhães (MA), poeta popular; Domingos Olímpio Braga Cavalcanti (CE), participou do jornal O Movimento; Joaquim Ferreira Chaves Júnior (PE), futuro governador do Rio Grande do Norte. Em 1869, Capistrano de Abreu aporta no Recife para um curso preparatório de humanidades, e entra em contato com os jovens intelectuais recifenses. Capistrano volta ao Ceará em 1872, para fundar a Academia Francesa do Ceará, combatendo o romantismo. A convivência entre estes jovens, longe de harmônica, era repleta de debates, desavenças, disputas intelectuais. Mas os interesses políticos, o desejo reformador, e as obras lidas orbitavam em torno do mesmo centro.

A voz do novo emana pelos jornais dando experiência social a esse bando de ideias novas. Da poesia condoreira da década de 1860 passamos para a avidez por fazer ciência. Tobias com interesse crescente pela filosofia, e Sílvio Romero na crítica literária. A reação de

Tobias começa na imprensa, no final da década, com o artigo *A propósito de uma teoria de São Tomás de Aquino*, e logo depois, com dois textos no Correio Pernambucano: *Fatos do espírito humano* e *Religião natural*. De poeta romântico tornou-se filósofo monista, combatendo a poesia de Victor Hugo e o romantismo que antes promulgava.

A partir de 1868, Tobias continua rompendo com o romantismo, como mostram os seus artigos: *Teologia e teodiceia não são ciência*, e *Moises e Laplace*. Ele demonstra a influência intelectual exercida por suas leituras de Haeckel, Cousin, Jouffrey, Vacherot, Guizot, Scherer, Littré, Spencer, Taine, Buckle, Le Play, Buechner, Le Bon. E adentra ao estudo de ciência da religião, com Strauss, Renan, Doullinger, e Ewald.

Tobias já era um famoso polemista na cidade, e os seus embates com Castro Alves, foram sucedidos pelos embates contra Pedro Autran³², Taunay e Franklin Távora. Tobias afasta-se do condoreirismo, e o seu germanismo filosófico vai atraindo outro grupo de jovens, também ligados à faculdade de direito. Em torno de sua figura, unem-se nomes como: Sílvio Romero, Barros Pimentel³³, Altino de Araújo³⁴.

Apesar das leituras, Tobias não tinha aderido ao positivismo de Comte, sendo antes influenciado por Haeckel, Jhering, e Darwin. Ele irá adaptar a filosofia monística ao direito, que, para ele, seria um produto cultural. Sua visão culturalista do direito teria como discípulos na geração posterior: Graça Aranha, Gumercindo Bessa, Artur Orlando, Martins Jr., Fausto Cardoso, Abelardo Lobo, Viveiros de Castro, entre outros.

As influências de Tobias em Romero sempre foi alvo de controvérsia. Romero ao mesmo tempo em que o admirava, recusava a alcunha de seguidor teórico de Barreto. Sobre isto, nos diz:

«Filhos ambos de Sergipe, não nos conhecemos ali. Só em Pernambuco, em fevereiro de 1868, é que vi aquele patricio pela primeira vez. Coursava ele o quarto ano da Faculdade de Direito; eu ia do Rio de Janeiro, com os preparatórios feitos, para matricular-me naquele curso. Tobias foi, portanto, meu contemporâneo nos estudos acadêmicos. Nunca foi meu professor.

Quando o conheci, suas ocupações espirituais diletas eram a poesia e a filosofia. Naquela tinha sido o inaugurador do lirismo condoreiro a datar de 1862, e ainda era um eterno recitador de versos nos teatros, nas festas patrióticas e nos salões. Este prurido acabou quase

³² Professor da Faculdade de Direito do Recife, religioso e especialista em Stuart Mill.

³³ Presidiu as províncias do Piauí, Paraná e Ceará, entre 1878 e 1882.

³⁴ Presidiu a província do Rio Grande do Norte entre 1884 e 1885.

completamente em fins de 1870. Na filosofia, que sempre o preocupou de modo especial e característico, já ele havia feito, em 1867, o célebre concurso em que aniquilara o afamado tomista pernambucano Dr. José Soriano de Souza. De 1868 datam as suas primeiras publicações nessa matéria. Cournot, Taine e Vacherot já lhe eram familiares. Em fins daquele ano travou conhecimento com o positivismo diretamente pelo "Cours de Philosophie Positive" de Comte. Stuart Mill e Littré vieram mais tarde e não foram nunca muito apreciados. Em tal assunto o meu amigo preferia diretamente o chefe da escola. O velho espiritualismo francês já estava posto de lado. Ainda também não havia o conhecimento de Darwin, de Haekcel, de Hartmann, de Noiré, do monismo e do transformismo em suma. Tudo isto veio depois, a datar de 1871.

Nessas condições é que encontrei o poeta. Eu levava do Rio de Janeiro bons estudos de preparatórios, feitos de 1863 a fins de 1867, o amor dos livros, a ânsia de saber. Atirei-me à leitura de etnografia, linguística, antropologia, crítica literária e filosofia. As predileções eram, pois, diferentes, as leituras diversas pela diversidade ingênita dos dois espíritos. Em nossas longas conversações comunicávamos mutuamente as nossas impressões, as nossas ideias, os nossos planos de trabalho. **Por ser ele um tanto mais velho, mais adiantado no curso acadêmico, já imensamente popular em Pernambuco, e, sobretudo, por conhecer-lhe o vigor e a força da inteligência, acostumei-me, eu que chegava simples calouro, a ter-lhe peculiares atenções e verdadeiro respeito.** Mas nunca lhe sacrifiquei minhas ideias, nem lhe subordinei o meu sentir, nem apaguei jamais diante dele as diferenças nativas do meu temperamento.

Outro tanto praticava-o ele, havendo sempre em nossas relações espirituais plena liberdade e decidida franqueza. Dando conta do meu livro publicado em 1878, A Filosofia no Brasil, depois de alguns elogios iniciais, escrevia Tobias: "Tudo isto, porém, não significa, não quer significar, que eu me limite a formar um duetto, que eu acompanhe em todos os motivos, fazendo segunda voz, o pensamento de Silvio Romero. Em mais de um ponto estamos separados; e como, numa ou tal comunhão de princípios, que entre nós existe, avulta o da mais lhana despreocupação pessoal, o da mais pura sinceridade recíproca, indicarei, precisamente, as razões do meu desacordo

Como quer que fossem diversas entre nós as índoles mentais, cada um foi fazendo a sua obra e a mais rápida observação é suficiente para notar facilmente as diferenças de estilo, de assuntos, de métodos, de doutrinasö. (ROMERO, 2002: p.243-244).

Sílvio adquiriu de Tobias, sobretudo, o calor da disputa, o gosto pelo embate, a busca minuciosa pela verdade, a paixão das letras e pela ciência. O brilho de Tobias magnetizou Romero, mas a convivência proporcionou leituras de novos autores que marcou sua formação

intelectual. Em comum, tiveram a insatisfação com a vida universitária e com a ação nas margens da cultura letrada.

Neste ambiente de efervescência intelectual, Sílvio Romero iniciou sua carreira literária redigindo o jornal acadêmico *A Crença*. Ao longo dos anos na Faculdade de Direito viria a colaborar com poesias e artigos de crítica em diversos jornais pernambucanos, quase todos efêmeros: *O Americano*, *O Correio Pernambucano*, *O Movimento*, *O Liberal*, *A República*, *Jornal do Recife*, e *O Diário de Pernambuco*. Romero aparece combatendo o romantismo e a metafísica religiosa. Sobre a importância dos jornais, nos fala:

“É no jornal que têm todos estreado os seus talentos; nele é que têm todos polido a linguagem, aprendido a arte da palavra escrita; dele é que muitos têm vivido ou vivem ainda; por ele, o que mais vale, é que todos se têm feito conhecer, e, o que é tudo, poderia ser mais se houvesse um acordo e junção de forças; é por onde os homens de letras chegam a influir nos destinos deste desgraçado país entregue, imbele, quase sempre à fúria de politiquinhos sem saber, sem talento, sem tino, sem critério, e, não raro, sem moralidade... E aqui faz ponto seu admirador.” (ROMERO, 1905 apud Do Rio, João, 1905, p. 29-38)

Depois de alguns artigos publicados no jornal acadêmico, Sílvio estava pronto para sua estreia perante os leitores recifenses. Em Maio de 1870, no jornal *O Americano*, com o artigo *A poesia das Espumas Flutuantes*, em que ele criticava a poesia de Castro Alves, Romero apresentou-se. *O Americano* era um jornal semanal, com quatro páginas e inclinação republicana, que tinha como proprietários Franklin Távora e Minervino de Sousa Leão. Tobias Barreto ocupava a Parte Literária, e publicava sua série de artigos intitulada *A religião perante a psicologia*. O jornal fechou suas atividades em 1872.

Em 1871, Sílvio contribuiu com dois jornais de maior circulação: o *Diário de Pernambuco* e o *Correio Pernambucano*. O primeiro era o maior jornal de circulação da cidade, e é nele que Romero publica seu artigo mais importante até então: *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro*. O *Correio Pernambucano* era um jornal diário, com quatro páginas, e de propriedade de Mamede Lins de Almeida, com tendência conservadora. O jornal contou com dois artigos de Romero: *Sistema das contradições poéticas* e *A poesia e nossos poetas*.

O ano de 1872 foi repleto de artigos de Romero para o jornal *O Movimento*. Este tinha como redatores: Domingos Olímpio, Feliciano Prazeres, e Pereira Batista. *O Movimento* tinha quatro páginas, sendo publicadas quatro vezes por mês. Era um jornal mais acadêmico, que

trazia discussões, e muita literatura. Dizia no seu edital: «A aparição de um jornal acadêmico era uma necessidade palpitante, porque uma corporação de moços, que tem no coração sentimentos que refervem, e no cérebro ideias que se amontam, não pode permanecer quieta» (NASCIMENTO, 1950: p. 330). As atividades foram encerradas no oitavo número, em 21 de Setembro de 1872. Entre os artigos de Romero, destaca-se: *Realismo e Idealismo, A poesia e a religião, e A poesia e a ciência*. Neste ano, Romero ainda irá colaborar com o Jornal do Recife e A República, com um artigo em cada.

O próximo jornal com que Romero colaborou foi O Liberal. Fundado em 14 de abril de 1872, ele continha quatro páginas, e era dividido em: história pátria, parte literária, e parte noticiosa. Job Pereira de Bastos era o editor e administrador, e o jornal tinha como linha o liberalismo radical, representando profissionais liberais empolgados com o progresso do mundo ocidental e das luzes, e que deveria se impor à «civilização do açúcar». No transcorrer das edições, que foram até 1874, apareceram as defesas ao princípio republicano. Em polémica com o Jornal A Província, no último trimestre de 72, José Maria de Albuquerque fez árdua defesa destes princípios. O jornal era crítico radical da Monarquia, comparando-a ditaduras, e fazia também campanha contra os jesuítas.

Na edição de 13 de março, O Liberal divulgou o "Manifesto da Republica", numa tiragem extraordinária de 3.000 exemplares, para distribuí-lo gratuitamente, verberando, ao mesmo tempo, em editorial, o assalto da policia carioca ao órgão republicano. O jornal contou com a contribuição de Tobias Barreto, com a «crítica literária e jurídica», que lhe serviu de ringue para o embate com Franklin Távora sobre Alexandre Herculano. Assim Tobias era apresentado pelo jornal:

«Sob esta epigrafe encetamos hoje uma serie de importantes artigos sabidos do luminoso penado do Dr. Tobias Barreto de Menezes, sobre as obras do Sr. Pimenta Bueno, hoje marquês de São Vicente. Reproduzimos hoje o primeiro artigo que já foi publicado no Jornal do Recife. O interesse que despertamos nos escritos do Dr. Tobias nos quais encontra-se sempre muita filosofia, força de raciocínio, e grande cópia de conhecimentos, dispensem nos de chamar para eles «atenção pública»³⁵.

Outros colaboradores do jornal eram: Afonso de Albuquerque Melo, Campos Carvalho e Amaro Pessoa. Além de Sílvio Romero, que utilizou o jornal publicando dois artigos, em 11

³⁵ Jornal O Liberal. 30 de janeiro de 1873. 36ª edição, ano II. (p. 2).

e 18 de Julho de 1873, estabelecendo uma polêmica com Albino Meira³⁶. Assim falou Araripe Jr. sobre o impacto dos artigos de Sílvio no meio acadêmico do Recife:

õA irrupção do polemista foi tremenda e nos círculos acadêmicos operou-se o mesmo que numa reunião popular quando um homem audaz avança brandindo uma lâmina afiada. Formou-se um vácuo em torno do agressor. Uns fugiram. Outros, puseram-se, de longe, a incentiva-loö. (ARARIPE JR., 1905 apud MENDONÇA, Carlos Sussekind de, 1938: p.78).

Em 1873, enquanto preparava sua volta para Sergipe no próximo ano, Romero contribuiu com artigos para o jornal Trabalho. Surgido em 15 de Abril de 1873, este jornal tinha por donos: Antonio de Sousa Pinto e o poeta Generino dos Santos; sendo quinzenal e contando com oito páginas. A maior parte dos assuntos era literária, e contava com a colaboração de Celso de Magalhães e Sílvio Romero. Este lançou no jornal a coletânea de artigos sobre o romantismo no Brasil.

Durante o período acadêmico, Romero concentrou seus artigos nos jornais na crítica ao romantismo, só no decorrer da década que aprofundou questões filosóficas já esboçadas nesse período, sendo, portanto, um período de construção da sua base intelectual, do seu método crítico, e do interesse pela interpretação cultural brasileira, a partir da literatura e da etnologia. A recorrência da escrita nos jornais foi fundamental para fomentar o estilo agressivo de Sílvio, e o seu gosto pelo embate e pelas polêmicas.

A sua insatisfação com o saber apresentado pela universidade crescia. O sergipano estava impaciente diante das leituras que fazia vindas de fora do país, e as temáticas e abordagens internas em pouca consonância. O espírito irascível e sua adesão à ideologia do progresso facilitavam seus arroubos pelas vogas científicas em voga, e dificultava sua reflexão mais profunda a cerca do saber tradicional.

Formando-se em ciências jurídicas e sociais em 1874, Sílvio Romero é nomeado promotor público da comarca de Estância e eleito deputado provincial por Sergipe. Na cidade de Lagarto, Romero reencontrou a si, sua infância, sua memória, e a linguagem genuína do nosso povo.

No mesmo ano, Romero proferiu *Um Discurso na Assembleia Provincial de Sergipe*, discutindo projeto de lei para a elaboração da História do estado, passando a ser, em abril de 1874, o seu primeiro livro publicado. Não era um livro, mas um folheto, que, tomando a deixa

³⁶ Bacharel em direito da turma de 1875. Foi presidente de Pernambuco em 1890.

da história sergipana, criticava o método retrógrado e anticientífico dos nossos historiadores. A partir desta volta a Lagarto, Romero demonstra mais preocupação com as ciências sociais, com a formação do nosso povo, e mais preocupação no estudo da poesia popular e do folclore nordestino, que revelariam o caráter do Brasil na província. Notamos também no sergipano, uma influência crescente de Spencer.

Abandona o cargo, contudo, regressando a Recife, onde se dedica à elaboração de seus primeiros trabalhos de etnologia e filosofia. Romero irá tentar a cátedra no Colégio das Artes, e consegue conquistar o primeiro lugar. No entanto, por problemas burocráticos, o concurso é cancelado. Seu primeiro livro, *Etnologia Selvagem*, é publicado em 1875, mesmo ano em que ocorre um incidente durante a defesa da tese de doutoramento da sua tese intitulada *Razões justificativas do art. 482 do Código Comercial*.

Este episódio é relatado na Ata da congregação, reunida do dia 13 de março, escrita pelo lente catedrático, e foi descoberta por Clóvis Beviláqua no seu livro sobre a história da faculdade de Recife. A confusão começa quando Sílvio Romero entra num embate com um dos julgadores, o catedrático Coelho Rodrigues. A crença de Romero no progresso e suas críticas à metafísica ficam ainda mais claras. Assim, conta-se sobre o diálogo travado:

— Nisto não há metafísica, há lógica.

— A lógica não exclui a metafísica, replicou o arguente.

— A metafísica se não sabia, o saiba, treplicou o doutorando.

— Não sabia, retruca esse.

— Pois vá estudar e aprender para saber que a metafísica está morta.

— Foi o senhor quem a matou? Perguntou-lhe então o professor.

— Foi o progresso e a civilização³⁷,

Romero, em seguida, se levantou e proclamou: — Não estou pronto para aturar essa corja de ignorantes, que não sabem de nada³⁸. Conta Beviláqua (2012: p.217) que, desde esse episódio, o sergipano ficou marcado na faculdade, fechando as portas para qualquer possibilidade de avanço institucional. Araripe Jr. assim descreveu o incidente e o seu impacto:

³⁷ Atas FDR, 185 apud Schwarcz, Lilia Moritz. O Espetáculo Das Raças. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. (p. 194)

³⁸ Idem. (p. 195)

É célebre a cena que o crítico (Romero) provocou quando, pela primeira vez, encontrou-se em tête-a-tête com a ciência oficial (...) Fora incumbido de cortar-lhe as asas no voo temeroso o Dr. Antônio Coelho Rodrigues, ex-senador federal e então uma das mais recentes e fogosas ilustrações daquela corporação. A arguição tinha começado sob os auspícios das doutrinas filosóficas de Cousin, e os lentes, de Charma em punho, buscavam amordaçar o doutorando, com argumentos fariscados em Benjamin Constant, Oudot, Tapareli, Toplong, Berguer, Ortolan, e tutti quanti. O arguido ouviu as primeiras objeções. Não tardou porém em inflamar-se e, estranhando que professores ilustrados se ocupassem ainda com as célebres distinções entre o direito e a moral, ergueu-se (...). Não se imagina a indignação que se levantou no espírito daquele que já ousara criticar os melhores poetas e escritores do Brasil. No decurso da discussão, que se travara mais acesa com o ilustre romanista acima citado, surgiu incidentalmente a frase: ãa metafísica morreu. (ARARIPE JR., 1905 apud MENDONÇA, Carlos Sussekind de, 1938: p.128-129).

Apesar da diretoria da faculdade levar o fato ao conhecimento do governo imperial sob acusação de crime de injúria, de acordo com o código criminal, a situação foi assentada, e nada de mais grave ocorreu. No entanto, o episódio faz Sílvia Romero desistir do capelo doutoral, da faculdade e do Recife, vendo que os seus espaços nas instituições de conhecimento estavam bloqueados. Sílvia abandona a cidade em novembro de 1876, e volta a Sergipe, para depois seguir para a Corte. No final do mesmo ano, é nomeado Juiz Municipal de Direito da Comarca de Parati, na Província do Rio de Janeiro, onde viverá até 1879.

Ainda no ano de 1876, Sílvia Romero tinha se casado com Clarinda Diamantina Correia de Araújo, de 15 anos de idade, natural do Recife, irmã do seu amigo da faculdade de Direito, Francisco Altino Correia de Araújo. O primeiro filho do casal, André, nasceu em Parati, em 1877; os demais filhos, João, Edgar e Clarinda, nascem no Rio de Janeiro. Segundo Beviláquia (2012), Altino de Araújo era muito próximo do grupo de intelectuais próximos a Tobias. A família Correia de Araújo fazia parte da elite política. Joaquim Correia de Araújo foi professor da Faculdade de Direito e governador de Pernambuco. E Antônio Correia de Araújo foi governador de Sergipe. Entretanto, não há qualquer indício biográfico de que Romero tenha obtido algum tipo de ajuda na escala da burocracia pelo casamento. Certamente que, para ocupar o cargo em Parati, obteve-o através de contatos, mas nunca se soube ao certo quais eram, e ele sempre ocupou cargos marginais na burocracia imperial. As famílias na época eram muito extensas, cheias de ramificações, e nem sempre, o nome era garantia de qualquer influência, ou de ausência de méritos, como imaginam alguns historistas

extemporaneamente, às vezes conduzidos por julgamentos alheios de rancores pessoais, registrados pelos que aspiravam mais.

Em Parati, Sílvio Romero escreve alguns estudos filosóficos e culturais do Brasil, publicando *A Filosofia no Brasil*, e o livro de poemas *Cantos do Fim do Século*, no Rio de Janeiro, ambos em 1878. Começa, também, a publicar seus ensaios sobre a poesia popular, organizando-os depois no livro *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil*.

No entanto, Romero ambicionava adentrar a efervescência cultural do Rio de Janeiro, que era o centro intelectual do país. Muitos intelectuais nordestinos tinham ido para lá: Capistrano de Abreu, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Araripe Jr., Joaquim Távora, José de Alencar, entre outros. Em 16 de maio de 1879, Romero muda-se para o Rio em busca de mais visibilidade. O sergipano começa a colaborar para o jornal *O Repórter*, criticando o estabelecimento político e a cultura letrada de até então.

Neste momento, começa a se cristalizar o amor pela província, e os seus escritos irão dar vazão a isto. Romero se estabelece como inimigo do ambiente da corte, dos falsos adornos e aparências, da mediocridade cotidiana, da opulência oca, das igrejinhas literárias da cultura letrada, onde um badalava o outro, sem acura crítica. Sílvio passa a admirar ainda mais Tobias Barreto por ser um *õprovinciano independente*, e considerar a corte como a capital do império do charlatanismo intelectual, um símbolo dum país que ele gostaria de se desfazer. Em seu sentimento, opõe-se o cotidiano intelectual da corte contra a nostalgia da vida na província.

As ácidas críticas do sergipano a vida política brasileira e a figuras específicas, praticamente inviabilizam sua continuidade no jornal carioca que até então escrevera seus artigos. Um convite de Franklin Távora, seu conhecido em Recife, para escrever na *Revista Brasileira*, facilita sua vida intelectual. Nela, vários escritores renomados deixavam suas palavras: Machado de Assis, Carlos Perdigão, Herculano Bandeira, e o próprio Távora. Este convite ajudou na aclimação de Romero, e permitiu sua entrada na tão criticada elite letrada carioca.

Um ano depois, em 1880, ele ingressa no magistério, como professor do Colégio Pedro II. Defendendo a tese *Interpretação Filosófica na Evolução dos Fatos Históricos*, Sílvio Romero é aprovado para a cadeira de Filosofia, iniciando uma atividade de 30 anos, conciliando as pesquisas, as colaborações jornalísticas, com a organização da vasta obra de

crítico, historiador, cientista político e pensador da cultura brasileira. De lá, partiu várias polêmicas como as com Machado de Assis e José Veríssimo.

Nos anos 80, Sílvio Romero consolida a sua obra de crítico e de historiador da literatura brasileira e reúne o farto material recolhido diretamente do povo, publicando *Cantos Populares do Brasil e Contos Populares do Brasil*, inaugurando uma nova bibliografia da cultura brasileira. Ele combina o entusiasmo pelas novidades científicas e pelos novos espaços públicos com a busca pela identidade nacional e as tradições da província; tudo isto, com uma boa dose de personalismo e polêmica.

Romero iria agora polemizar nos meios literários da corte, mas a base do seu pensamento já estava estruturada e formulada, sendo posteriormente desenvolvida, nas condições materiais e intelectuais da província, em Lagarto e no Recife, no engenho e na cidade grande. Do tempo recifense, ele traz em toda sua embriaguez de divulgação: a crítica ao romantismo, a proposição de bases modernas (científicas) ao nosso pensamento, o estudo de nossa cultura. Em 1880, completa sua formação crítica e o arcabouço de sua base intelectual, já formulando sua obra a cerca da poesia, da filosofia, do folclore, da etnografia brasileira. Estes debates e construções permitiram a construção das ciências humanas no Brasil.

Da sua obra no período de formação (1865-1880), podemos separar três vertentes que se cruzam: o embate contra a metafísica, e a favor de uma verdade (relativa) da época, que seria científica, donde formularia seu método crítico para as ciências humanas; o embate contra o romantismo, uma corrente que representava uma reação à sociedade liberal do século XIX, sendo um atraso para os progressistas científicistas; e a construção de um pensamento social brasileiro, que deveria ser fundado cientificamente, a partir da coleta de dados folclóricos, e utilização de métodos etnológicos, para analisar a cultura popular, além de uma tímida contribuição a respeito da política. Estas três vertentes serão os assuntos dos próximos capítulos.

Como vimos neste capítulo, o mundo, o seu país, e sua região, passam por modificações no seu fazer, nas suas estruturas, no seu cotidiano com as evoluções técnicas, ajudando a criar outras sensibilidades do mundo que nos cerca. A elite letrada alarga-se, encontra-se em vários lugares de sociabilidade, destoa da ordem saquarema, e se encanta com o progresso moderno. Mas estas questões e modificações não são unívocas, elas apresentam questões ambíguas, como a contradição entre a sociabilidade trazida pelo trabalho assalariado e a igualdade

perante a lei, versus as tradições patrimonialistas, de um estado centralizador, onde ser amigo de alguém poderia acarretar benefícios. Como a contradição entre uma sociedade que se constrói, torna-se dinâmica, mas que tem seus passos decididos pelo Estado. Ou mesmo, dentro da própria elite intelectual que se criava, querendo pensar a identidade nacional, a origem do nosso povo, os caracteres de nossa formação, a cultura popular, ao mesmo tempo em que se apaixonava pelas ideias transformadoras de fora, de progresso contínuo, de mudanças que apagavam esses traços. Era preciso consolidar este processo de fundação de uma identidade nacional no ritmo frenético da Segunda Revolução Industrial.

Estas ambiguidades nos apresentam dificuldades históricas do país, como também de suas elites letradas. E por isto, a obra de Romero em sua formação por condensar este momento, pode nos apresentar em suas ambiguidades, muitas questões. Será neste sentido que apresentarei suas ideias, observando os seus aspectos internos, e quais suas relações com os aspectos externos, que lhe rodeava. Num diálogo simbólico e estrutural, que contemple essa incompletude, esta ambiguidade humana.

TABELA 1

Lista da produção bibliográfica de Sívio Romero, por ordem cronológica, entre o período estudado (1869-1880).

Ano	Título	Tipo
1869	A Poesia Contemporânea e a sua intuição naturalista	Monografia
	A poesia dos õHarpejos Poéticosõ	Artigo
1870	O que entendemos por Poesia Crítica	Artigo
	Cartas a Manoel Quintiliano da Silva	Artigo
	A poesia das õFalenasõ	Artigo
	A poesia das õEspumas Flutuantesõ	Artigo
	Ainda a poesia das õEspumas Flutuantesõ	Artigo
1871	Sistema das contradições poéticas	Artigo
	A Poesia e os nossos poetas	Artigo
	A propósito de um livro	Artigo
	O caráter nacional e as origens do povo brasileiro	Artigo
1872	Uma página sobre Literatura Nacional	Artigo
	Realismo e Idealismo	Artigo
	As Legendas e as Epopeias	Artigo
	A Poesia e a Religião	Artigo
	A Poesia e a Ciência	Artigo
	Camões e os õLusíadasõ	Artigo
	A Rotina Literária	Artigo
	As cartas de Sempronio e Cincinato contra Sênio	Artigo
	Uns versos de moça	Artigo
1873	A Crítica Literária	Artigo
	O Romantismo no Brasil e em Portugal	Artigo
	A Poesia de Hoje	Artigo
	Si a Economia Política é uma ciência	Dissertação
	Discurso na Assembléia Provincial de Sergipe	Discurso
1874	O espírito novo em filosofia	Artigo
	Os princípios fundamentais da evolução	Artigo
	A concepção monística do universo	Artigo
	O problema histórico das raças	Artigo
	O indianismo e o sentimento nacional em literatura	Artigo
	Síntese do movimento literário brasileiro atual	Artigo
	Um etnólogo brasileiro: Couto de Magalhães	Artigo
1875	Etnologia Selvagem	Livro
	Razões justificativas do art. 482 do Código Comercial brasileiro	Tese

1878	Cantos do Fim do Século	Livro
	A Filosofia no Brasil	Livro
1879	Couto de Magalhães e a influência dos selvagens no folk-lore brasileiro	Artigo
	A Filosofia no Brasil e o sr. Souza Bandeira	Artigo
	Visão sintética sobre o folk-lore brasileiro	Artigo
	A Literatura brasileira: suas relações com a portuguesa, o neo-realismo	Artigo
	A linguagem genuína do povo	Artigo
	O gosto do público pelos espetáculos parlamentares	Artigo
	José Bonifácio	Artigo
	Joaquim Nabuco	Artigo
	Cansação de Sinimbu	Artigo
	Lafayette Pereira	Artigo
	Afonso Celso	Artigo
	Uns Ministros Anônimos	Artigo
	O Barão de Cotegipe	Artigo
	Silveira Martins	Artigo
	O Visconde de Rio Branco	Artigo
	João Alfredo	Artigo
	A situação do Brasil sob o Segundo Reinado	Artigo
	Estudos sobre a poesia popular no Brasil	Artigo
	A prioridade de Pernambuco no movimento espiritual brasileiro	Artigo
1880	O Poema das Américas	Artigo
	A Camões	Artigo
	A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna	Livro
	Visão Geral sobre a escola literária do Recife	Artigo
	Da Interpretação Filosófica na Evolução dos Fatos Históricos	Livro

Fonte: MENDONÇA, Carlos Sussekind de. Sílvia Romero: sua formação intelectual. São Paulo: Brasiliense, 1938. (p. 307-309).

CAPITULO II

O EMBATE CONTRA A METAFÍSICA: A MARCHA DAS IDEIAS EM DIREÇÃO AO PROGRESSO.

2.1. Mundo moderno, ciência e filosofia moderna: o sentido das ideias.

Durante o período de maturação da sua obra, Sílvio Romero concatenou a base filosófica de suas ideias, consolidando um estilo. Ao chegar à maturidade, passou antes pela investigação historiográfica da filosofia no país, que lhe dará norte nos próximos anos. Assim, nos textos de teor filosófico publicado nos jornais, e principalmente, em sua obra, *A Filosofia no Brasil* (1878), o sergipano gravou o timbre que estruturou a sua obra filosófica: uma crítica da ideia universal de verdade, a partir de uma releitura do positivismo, do monismo materialista, do evolucionismo de Spencer (em suas vertentes historicistas e culturalistas). Esta releitura leva a uma verdade relativa que cabia a cada época, e que deveria ser mostrada pela ciência, que por sua vez, deveria guiar corretamente o povo. Pela verdade ser relativa, dependente de uma determinada época, precisa-se de um método crítico que catalisaria a evolução das ideias em sua marcha determinada sempre em devir (a verdade do momento). É sob a direção desta base filosófica, que o sergipano faz o embate contra o anti-progressista romantismo, e alicerçar os estudos sociais, com o material folclórico, político, cultural, sendo observados de maneira pretensamente científica.

É preciso fazer uma distinção preliminar entre uma história da filosofia e uma história das ideias. Uma ideia possui uma história, inscrita não só no tempo em que foi certa vez anunciada ou assumida, mas, fundamentalmente, quando está inserida numa rede de escritores com algum renome, ganhando hegemonia no mundo intelectual, ou até mesmo, vulgarizando-se em senso comum. Mas, para esta ideia ter significância filosófica precisa ter um conteúdo intrínseco de verdade que atravesse o tempo e atraia o interesse dos pesquisadores contemporâneos de filosofia. Já para o pesquisador da história intelectual, basta que uma ideia tenha influenciado decisivamente o fazer do homem no tempo, tendo repercussões no legado construído pelas gerações.

A relação entre o que pensa a elite intelectual, e do por que eles pensam assim, sempre foi alvo de polêmicas. Da determinação material da vulgata marxista, da secularização do absoluto nos funcionalismos, do estruturalismo, aos excessos do pós-estruturalismo e sua redução da realidade ou a desconsideração do mundo que cerca os pensadores; pode-se fazer

uma história cultural a partir da abertura aos aspectos simbólicos que saltem do objeto. Compreender as nuances entre o eu que pensa, individualmente ou incorporado a uma rede de certas discussões comuns, e as circunstâncias materiais dadas ou construídas ao se estar no mundo, configurando-se num nexó representativo não só de uma obra particular, mas da história (não só intelectual) daquele dado momento, é um grande desafio da história intelectual.

Contudo, não pretendo esvaziar o conteúdo filosófico dessas ideias, tampouco, não analisa-las; porém, interessa-me, sobretudo, o nexó entre o conteúdo interno da ideia anunciada e as transformações materiais e psicológicas da época, como tomada de consciência para uma ação dos sujeitos históricos a partir das elites letradas, do que propriamente a sua validade enquanto enunciação do real.

A partir da perspectiva metodológica que adotamos, as ideias são influentes em seu tempo nem sempre por seu conteúdo de verdade, mas pelo desejo que os homens daquela época sentem de acreditar nela. Iremos observar o sentido destas ideias para o seu tempo, o conteúdo interno delas, e suas relações com o mundo exterior. Por exemplo, o que representa seu conteúdo na ação humana da elite letrada que naquilo acreditava. E como estas ideias influenciam estruturalmente a história, num sentido mais geral de formação e processo. Apresentada dessa forma, ela pode nos suscitar diversas questões, como as ambiguidades e nuances do duplo, pensar e fazer, não só no período que trabalhamos, como da modernidade.

Consideremos, então, a ideia de que não há mais uma metafísica transcendental, e de que ela está morta. Podemos encontrar elementos disto desde os antigos, com os cétricos, com os cínicos, como Antístenes e Diógenes, ou ainda, com os sofistas. Entretanto, é a partir da filosofia moderna, e principalmente depois do Século XVIII, que o realismo metafísico é enfraquecido no campo das disputas intelectuais que perpassam o tempo e nas instituições universitárias. Os seus críticos não tiveram predomínio de imediato, mas só muito depois, quando uma série de processos históricos ocorria.

Os historiadores da filosofia (ABBAGNANO, 2000; REALE, 1990; MARÍAS, 2004; SCRUTON, 2008) geralmente conceituam como filosofia moderna as ideias que se desenvolvem na Europa a partir do século XVII. Entre os principais elementos dessas ideias, temos: o racionalismo cartesiano; o empirismo; o idealismo; o novo *organum* de Francis Bacon, levando a ciência experimental; a ciência da natureza de Galileu Galilei, Newton e outros, que resultam numa mecânica; e a filosofia política, com suas elaborações acerca da

sociedade civil e das origens e formas da soberania, a partir de Maquiavel, Bodin, Hobbes, e outros.

A questão revela-se ainda mais complexa pelo fato de que não ocorrem apenas mudanças no pensamento filosófico, mas, ao contrário, este é precedido por uma mudança da vida do homem, em todos os seus aspectos: sociais, políticos, morais, literários, artísticos, científicos e religiosos, que desembocam no mundo moderno. O advento da modernidade é fruto de uma síntese entre a tradição judaico-cristã, a filosofia grega, e o direito romano. Em termos gerais, fazem parte desse processo: o Renascimento, a ruptura com certas concepções teocêntricas, a secularização, o antropocentrismo, o humanismo (que colocou o homem como o centro de sua própria história) e o hedonismo.

Giovanni Reale (1990) afirma que um dos elementos que contribuem para as modificações na história intelectual, ainda na baixa idade média, é a chegada ao Ocidente de livros gregos e latinos, ao mesmo tempo em que a escolástica entra em crise. Na península itálica, a partir do Século XIII, desenvolveram-se estudos das *litterae humanae*, obtendo grande sucesso e valor entre os homens da época, tornando a Antiguidade Clássica (grega e latina) um paradigma para a vida do espírito e para a cultura da época. O Humanismo nasce neste contexto, indicando originariamente a tarefa do literato, ou do estudioso das humanidades; todavia, indo além do ensino universitário, tornou-se mais do que uma filosofia, mas também uma maneira de encarar o mundo.

Embora não abandonasse a ideia de transcendência, e tivesse muita influência do misticismo, o Humanismo foi o primeiro grande adversário da escolástica medieval. Pois, a busca pelo absoluto, diferente da filosofia medieval, identificava-se com uma celebração do homem. Outro significado desta época é a valorização da capacidade racional, como elemento que nos levaria ao conhecimento da realidade, o que costumamos chamar de racionalismo. É também uma época de valorização do conhecimento empírico e do hedonismo.

Esse período de modificações na história intelectual transcorre paralelamente ao que foi chamado de o Século de Ferro, situado entre 1550 e 1660. No período, ocorrem mudanças cruciais na construção da modernidade, com o desenvolvimento da estrutura econômica do capitalismo, a consolidação dos Estados absolutistas, e com a Guerra dos Trinta Anos. Uma mudança ocorre: na vida material das pessoas, com a ascensão da burguesia, o renascimento do comércio, o crescimento das cidades; na maneira como as pessoas enxergam e se sentem

parte do mundo; e no clima intelectual da Europa, desaguando em mudanças profundas na história do conhecimento. Mas, dois personagens, em especial, destacam-se como filhos dessas mudanças: Francis Bacon e René Descartes. Eles incorporam esse novo espírito da crítica, assentando o que viria a ser a ciência moderna e a filosofia moderna. Apesar das diferenças, ambos unem-se pela rejeição a autoridade tradicional e pela busca radical do método (SCRUTON, 2008: p.38).

O filósofo inglês Francis Bacon nasceu em 1561, na cidade de Londres, aonde também veio a falecer em 1626. Sem dedicar-se às especulações filosóficas, destacou-se pelo combate as concepções dos saberes vigentes na idade média, resultando na criação de outros princípios para ciência, em seu *Novum Organum*. Bacon visava demonstrar as inadequações da ciência aristotélica e do tomismo. Ele argumenta que a ciência aristotélica por ser meramente dedutiva, não proporcionaria um método instrumental de investigação da natureza, não obtendo suas leis e novos fatos, mas apenas suas consequências lógicas (SCRUTON, 2008: p.40). Bacon propôs o método indutivo, por onde é através do experimento é poder-se-ia chegar à postulação de leis universais, sobre a base das instâncias observadas (IDEM: p.40). Ao propor a ideia de causalidade, como geração de uma coisa a partir de outra, a partir das leis da natureza, no lugar das causas finais da escolástica, ele destaca o elemento quantitativo das formas naturais, que possibilitaria o surgimento de um Galileu posteriormente (IBIDEM: p.40). Embora, a criação desse método tenha sido mais especulativa, as críticas de Bacon à tradição aristotélica abriram novas portas para o pensamento científico.

A partir de Bacon surge a crença de que a natureza material é um código que não se revela diretamente ao homem. E que para compreendê-la, seria necessário maneja-la, através de um experimento, obtendo das forças naturais uma resposta. O experimento consiste, portanto, na instrumentalização das forças naturais, visando a sua apropriação para identificá-la. Kant, mais tarde, resumirá o espírito dessa nova ciência ao dizer que o cientista não se coloca diante da natureza como um observador, de maneira contemplativa, mas como um juiz de instrução.

Desta maneira, a Ciência Moderna deverá ser ativa, operatória, eficaz e não contemplativa e verbal. Ela é intervenção na natureza, modificação física desta. Essa relação ativa, e até violenta, caracteriza a pesquisa e aplicação. (HOTTOIS, 2008: p.66). A Ciência Moderna precisa ter operacionalidade e eficácia, ao invés de ser contemplativa e verbal. Ela é

instrumental, por que precisa intervir na natureza, permitindo que o homem seja senhor e mestre dela. O indivíduo é colocado no centro deste projeto ao isolar elementos da natureza, e não contemplá-la em sua presença total. As pesquisas se tornaram analíticas e setoriais, abdicando da perspectiva de conjunto, que levava a grandes sínteses ou hipóteses de dimensão global (REALE, 1990).

Desta maneira, o traço mais marcante da ciência moderna é a ideia de método (no caso, o hipotético-dedutivo). Essa nova ideia de ciência, metodologicamente hipotética e controlada exige adaptações às novas instituições, academias, e laboratórios, criando uma separação entre ciência e fé. A ciência passa a indagar não a substância, mas a função; reagindo às pretensões essencialistas da metafísica.

Assim, os resultados dos experimentos partem das condições em que foram realizados, a partir de hipóteses e perguntas pré-estabelecidas, recortando o fenômeno das demais relações. Por isto, longe de exatidão, a ciência moderna opera a partir de certo ângulo de que parte a pesquisa, jamais alcançando toda variedade da natureza.

Mais do que isto, a ciência moderna não busca apenas o experimento, numa tentativa de alargar o campo científico, mas despreza a ciência contemplativa e verbal. Bacon critica a escolástica por interpretar a natureza de maneira contemplativa, como ela se apresentava, sem experimentos. A ciência moderna não investiga o fato concreto, mas certas relações que são proporcionais às perguntas feitas (hipótese). Então, o que é examinado não é a realidade em sua presença total, mas certas possibilidades. A própria dialética inerente ao homem, com sentimentos ambíguos que circulam e congelam o tempo, é suprimida. Porque a realidade concreta tomada em sua presença total é um mistério, e só pode ser apreendida por contemplação (LAVELLE, 2012).

Com o fim do espírito contemplativo, a ciência instrumental ó e conseqüentemente, a técnica e a modernização ó insere um elemento subjetivista inegável. Representado pela supremacia do interesse (razão subjetiva) sobre a finalidade (razão objetiva). Com o privilégio desmedido dado ao ponto de vista do observador, foi excluído o elemento verbal, contemplativo. Trocou-se a natureza como experiência real, e em seu lugar, colocou-se a natureza como objeto de experimento científico. Para compensar esta perda, entra em campo o elemento da medição e exatidão matemática. Mas ela também vem do sujeito, que não pode compensar a perda das relações reais, e da experiência da presença total da realidade (LAVELLE, 2012). Daí surge o subjetivismo moderno, que tende a enxergar a realidade

concreta numa perspectiva diferente do realismo platônico ou aristotélico. A ciência moderna leva na filosofia a ruptura da integridade da visão dos cosmos, e a realidade passa a ser projeção mental, logo, para o idealismo só poderemos os nossos esquemas mentais projetados, e não a coisa em si.

O indivíduo encontra-se, então, no centro e no topo do absoluto. É a grande promessa do mundo moderno é que por meio da ciência e da técnica, o homem poderia se libertar da barbárie, da fome, da ignorância, da injustiça, e se autoconservar melhor. Como desejava Bacon, o saber deveria imperar sobre a natureza desencantada, não reconhecendo limites ou barreiras. No trajeto para a ciência moderna, os homens renunciaram ao sentido e substituíram o conceito pela fórmula, a causa pela regra e pela probabilidade (ADORNO; HORKHEIMER; 2006: p.21). Recusando aquilo que não se enquadra nos critérios de cálculo e utilidade, a ciência moderna busca o método para operar os fatos a serem ordenados, classificados, permitindo a explicação, a previsão e o controle.

Em compensação, com seus experimentos, a ciência moderna alargou o campo das possibilidades, resultando em muitos resultados, que geraram aplicações técnicas, e posteriormente, processos de modernizações. Como o recorte das forças naturais tem um objetivo, ele pode ser realizado, logo depois, numa técnica, com invenções formidáveis. Um diálogo entre as ideias e a realidade material. Existindo, desta maneira, uma relação entre uma nova concepção de ciência, mais instrumental, que leva a conquistas técnicas; novas relações sociais, com a ascensão da burguesia; uma nova maneira de ser e estar no mundo; e novos conceitos introduzidos na filosofia moderna. Representando um novo pensamento e uma nova sensibilidade que emergiram, com novas maneiras de pensar e estar no mundo, resultando em profundas transformações socioculturais, com a construção de novas sociabilidades e sensibilidades.

A novidade incessante, gerada pelo domínio técnico, acelera o tempo, abre o mundo, dando margem a uma nova maneira de pensá-lo, de fazer cultura. O perpétuo vir-a-ser, turbilhão moderno, desbrava distâncias, vai desmanchando no ar o que antes era sólido. A ciência moderna, as inovações técnicas, a modernização das cidades, alterará profundamente as paisagens e cartografias da vida. O trem, as estradas, as maquinarias, as fábricas, o telefone, e tantas invenções, invadirão o mundo das tradições. Trazendo também, perda da experiência da presença total da realidade, o esquecimento do transcendental e dos valores que dão sentido a uma comunidade, transformando-se em formas abstratas.

O que chamamos de filosofia moderna desenvolve-se dentro desse mundo em transformação. Para alguns autores, a filosofia moderna corresponde ao pensamento desenvolvido da metade do século XV ao final do século XVIII. Enquanto o filósofo Roger Scruton (2008) defende que os novos conceitos e paradigmas da filosofia moderna perpassam e desagua no que se chama *õfilosofia atualö*, não havendo rupturas como na passagem da filosofia medieval à moderna. Em seu livro, *Uma Breve História da Filosofia Moderna*, ele vai de Descartes a Wittgenstein. Seja como for, essa filosofia reflete muito daquilo que chamamos de mentalidade moderna, que advém das transformações culturais, sociais, religiosas e econômicas que ocorreram na Europa deste período.

René Descartes tornou-se o pai da filosofia moderna quando afirmou que o fundamento da filosofia estava na evidência das premissas, sendo que estas deveriam ser averiguadas por um método (o da dúvida), avançando a partir delas. As instituições medievais e as concepções aristotélicas pareciam não se assentar com as concepções da ciência moderna, fazendo Descartes buscar, na interioridade do homem, a justificação desta. O objetivo de Descartes é fundamentar a possibilidade do conhecimento científico, construir as bases metodológicas para uma ciência mais sólida do que a tradicional.

Para ele, através da racionalidade inata ao homem, seria possível chegar à verdade, e justificar a ideia de ciência, através do método e da psicologia da dúvida (SCRUTON, 2008: p.46). Para chegar à realidade das coisas, deveríamos nos desfazer do saber errôneo e incerto que herdamos da sociedade e, através do método da dúvida, ir recuperando a luz natural inata da razão (cogito); encontrando, assim, o ponto de partida para estabelecermos a verdade. Portanto, a racionalidade é inerente à natureza humana, e através desta busca interior podemos chegar à verdade.

Após a dúvida de tudo, Descartes começa pela única certeza: a que pode pensar. E ao pensar, podemos acessar as ideias inatas em nossa mente. O cogito cartesiano é o pensamento puro, que se torna evidência pelo próprio ato de pensar. O eu é isolado do mundo exterior, da experiência, e do próprio corpo, que é um elemento externo à mente. Assim, ele despreza a experiência (muito mais do que o sensismo empírico) ao transformá-la em erros legados pelo *õsenso comumö*, sendo preciso recuperar a pura racionalidade interna e inata do sujeito pensante. É nesta busca puramente interior do eu pensante, que reside o sentido do subjetivismo cartesiano.

A partir de Descartes, o conhecimento apodítico não se encontra numa entidade objetiva, na estrutura da realidade, mas nele mesmo, no sujeito pensante. Com Descartes e Francis Bacon, observamos que nas origens da questão do conhecimento para o mundo moderno, encontra-se o primado do sujeito. Com Descartes, exacerba-se a estranheza e revolta quanto à incerteza do conhecimento humano, o que evidentemente levaria a decepções. Logo em seguida, um século depois, chegamos ao empirismo de David Hume, que nega a possibilidade do conhecimento apodítico, colocando até as noções básicas da lógica como incertas. Ao nascer, somos como uma folha em branco que o conhecimento sensível vai preenchendo. O ceticismo de Hume já é reflexo desse primado do sujeito colocado pela ciência moderna e pelo racionalismo, sendo pessimista quanto a sua solução³⁹.

No século XVIII, Kant tenta responder a antinomia criada entre racionalismo e empirismo. Para ele, embora um busque o sujeito pensante e o outro o sujeito empírico, ambos são fenômenistas, ao procurar a verdade não nas coisas, mas no conhecimento das coisas.

Para resolver esse problema, Kant precisa averiguar a possibilidade do conhecimento: afinal, podemos conhecer as coisas como de fato elas são, em si? Kant responde que as coisas em si são inacessíveis porque, de alguma maneira, elas já se encontra dentro de mim, e são afetadas por minha subjetividade. Portanto, as coisas em si não poderia se dar fora do espaço ou do tempo, pois também se encontram em mim. As coisas se adaptam ao pensamento, e não o contrário (Idealismo moderno). Num esquema realista, o conhecimento é o conhecimento das coisas, e as coisas são transcendentais a mim. Num esquema idealista, como o kantiano, não pode haver nada a não ser minhas ideias.

Kant distingue a razão pura da razão empírica, e a razão prática da razão teórica. A razão teórica quer estudar o objeto em si (por exemplo, o homem em si, a antropologia filosófica), o que ele é; enquanto a razão prática quer estudar a forma do sujeito cognoscente realizar-se no mundo: o que eu devo fazer. A fonte do conhecimento tanto da razão prática como da razão teórica poderia ser a razão pura ou a razão empírica. Nesta, chega-se ao conhecimento procurando-o na experiência, na realidade empírica; já na razão pura, chega-se ao conhecimento procurando-o nas ideias inatas, com as quais já nascemos. O filósofo chega à conclusão que só existem a razão teórica empírica e a razão prática pura. Para ele, o

³⁹ Com o tempo, mesmo escolas tão opostas ao cartesianismo, como o materialismo dialético, irão aceitar implicitamente a prioridade do sujeito sobre a estrutura da realidade. Só que, agora, o sujeito é um coletivo, uma estrutura social.

caminho da moral é exatamente o oposto da razão empírica, pois existe uma lei moral dentro de mim (o imperativo categórico). No entanto, só é possível conhecer as coisas a partir da experiência, no espaço e no tempo, sendo nossos esquemas mentais projetados nelas.

Na filosofia política moderna também ocorrem uma série de transformações a partir de Maquiavel, que coloca o poder civil em estrito senso acima da moral transcendente e da religião, inaugurando uma longa tradição na filosofia política moderna, prosseguidas com argumentos distintos.

No Século XVIII, o iluminismo ganha grande destaque e, de certa forma, é herdeiro da tradição anterior. Kant costumava assim definir as luzes:

"O Iluminismo é a saída do homem do estado de minoridade que ele deve imputar a si mesmo. Minoridade é a incapacidade de valer-se do próprio intelecto sem a guia de outro. (. . .) Tem a coragem de servir-te de tua própria inteligência! Esse é o lema do Iluminismoö. (KANT, 2011: p. 13).

O iluminismo tornou-se a filosofia predominante da Europa Ocidental no século XVIII. Ele é fruto de diversas tradições filosóficas, pedagógicas, políticas; não chegando a formar uma unidade compacta de doutrinas, mas atraindo de maneira progressiva as classes letradas e a burguesia em ascensão, ciente por mais participação política. O significado fundamental do movimento iluminista, segundo Giovanni Reale (1990), consiste na plena confiança na razão humana (entendida no sentido da ciência moderna), cujo desenvolvimento é visto como o progresso da humanidade. A razão levaria (REALE, 1990): a) a libertação em relação aos dogmas metafísicos, aos preconceitos morais, as relações desumanas entre os homens, as tiranias políticas; b) a defesa do conhecimento científico e técnico; c) e aos direitos naturais e inalienáveis do homem e do cidadão. O Iluminismo condensa a ideologia do progresso, embebecido de otimismo com os avanços tecnológicos e com o progresso material e jurídico-formal. A razão é colocada num altar sagrado, mas ela não é mais entendida como fundamento do logos, da transcendência, das essências e metafísicas; mas, no sentido da ciência instrumental. Em tal contexto, a filosofia prepara o terreno para outros conhecimentos, como a ciência natural, a história, a ciência do direito, a política, as ciências sociais.

Como mostrou Giovanni Reale (1990), as ideias iluministas aproveitaram-se das criações de novos meios de imprensa e das instituições liberais, divulgando-as: a) nas Academias, em que se conseguiu dar maior espaço as ciências naturais, físicas e matemáticas; b) na Maçonaria, que, surgindo em Londres em 1717, logo se tornou moda na Europa com

acentos anticlericais e antidogmáticos; c) na Enciclopédia francesa, que teve grande sucesso editorial; d) no intercâmbio epistolar, muito intenso, principalmente para além dos confins nacionais; e) nos ensaios, isto é, escritos breves, densos, em geral vivazes e argutos, propositalmente polêmicos; f) nos jornais e nos periódicos, cunhados a moda dos ensaios e prodigiosamente multiplicados. Há uma reciprocidade entre essas ideias e o mundo que se modifica, inclusive, na apropriação dos meios criados através da técnica pela elite letrada.

No século XIX, encontramos a resposta de Hegel e a esquerda hegeliana, que era naturalista. Ele prossegue o idealismo alemão, e a tradição do primado do sujeito na constituição do objeto, levando o idealismo kantiano as últimas consequências (SCRUTON, 2008), ao tentar ultrapassar seu formalismo: nenhum ser ou realidade são só imanente ou transcendente, mas uma ideia absoluta, fenomenicamente criadora de toda realidade objetiva e subjetiva. Hegel, adotando a perspectiva divina, queria nos dizer que a unidade da história humana é a manifestação do espírito. O absoluto se realiza na história, e esta unidade dos fatos é a sua própria autoconsciência. Nele, o subjetivismo imanentista é inteiramente racional, numa identidade absoluta entre razão e história.

Eis que todo esse movimento nas condições materiais, na ciência, e na filosofia a partir da formação do mundo moderno, prepara o terreno para a filosofia do Século XIX, sendo ela em boa parte materialista, cientificista, evolucionista. Era a isto, mais especificamente, que Sílvio Romero identificava como surto de ideias novas que invadiam o Recife em sua época.

O subjetivismo da filosofia moderna e o primado do sujeito que enfraqueciam o realismo e as concepções metafísicas abriram caminho para o resgate do materialismo (predominante na filosofia helenística), que afirmava na matéria a única coisa sob a qual poderíamos ter conhecimento. Fundamentalmente, todas as coisas são compostas de matéria e todos os fenômenos são o resultado da interação entre as várias substâncias, que não passam de realidade material. Embora negue o idealismo, ele parte de alguns mesmos pressupostos, estando correlacionado em vários pontos, opondo-se de fato ao realismo metafísico.

Dentre os vários tipos de materialismo, encontramos o mecanicista, que afirma que todos os fenômenos explicam-se pela causalidade mecânica. Desta maneira, o universo seria um mecanismo, e todos os fenômenos se manifestariam nos seres vivos seriam mecanicamente determinados.

Ernst Haeckel foi o principal responsável pela defesa do materialismo monista, de origens pré-socráticas. Haeckel foi um biólogo que ficou conhecido por ajudar a popularizar o trabalho de Charles Darwin, e o trouxe para filosofia. O materialismo monista pretende fornecer uma única explicação do mundo físico, ao afirmar que todos os objetos são compostos por um único elemento, havendo, portanto, uma única realidade no mundo. A realidade é composta de matéria animada pela força. O monismo material nega que exista algo para além da matéria: não existe alma, nem Deus, nem vida para além da morte. Tudo se resolve no ser empírico. Ludwig Buchner, outro adepto do materialismo monista, defendia um monismo consequente, em que a matéria surge como essencialmente ôativaö, em movimento. Enquanto, Jacob Moleschott defendia a relação de todos os fenômenos psíquicos as causas materiais.

O Século XIX ficou marcado também pelo surgimento e ascensão do positivismo, dominando espectros da cultura europeia, principalmente entre os entusiastas da aliança entre ciência e modernização, a partir de uma perspectiva factualista. O positivismo coincide ao progresso das ciências naturais, particularmente das biológicas e físicas, do século XIX, simbolizados tecnologicamente na Torre Eiffel de Paris e na abertura do canal de Suez.

Dentro desse quadro, a Europa era transformada pela força da indústria, levando a mudanças na vida social a partir do emprego das descobertas científicas. Ela vê o desequilíbrio entre a cidade e o campo, o avanço da medicina aumentando a expectativa de vida, e debelando doenças infecciosas. Em poucas palavras, a ciência e a modernização mudaram radicalmente o modo de vida. O positivismo condensa esse entusiasmo no progresso humano como solução para todos os problemas, e cristaliza essa ideia, como os iluministas no século passado, mas com outras bases. O positivismo pode ser interpretado como mais uma ideologia do progresso, como foi o iluminismo e o marxismo. As ideologias do progresso favorecem e sustentam o mundo moderno que se constrói.

Em outras tradições filosóficas, ele destacou alguns pontos. Assim, na Inglaterra, ele será mais utilitarista, e na Itália, mais naturalista. Mas, como movimento cultural, ele possui identidades bem definidas. O positivismo coloca centralidade nos fatos, nas criações, na ciência, nos dados positivos, do que o idealismo. O imanentismo se torna ainda mais vulgar, ao se reduzir ao absoluto do fenômeno. ÕO fato é divinoö, dizia Ardigó. Enquanto o idealismo ainda procura uma unificação do ser mediante a razão e os esquemas mentais, por isto, é chamado de idealismo transcendental; o positivismo se volta para o imediato da experiência,

que é chamado de òfato positivoö, o fato imediato ou corrente, limitando-se ao fenômeno puro, as práticas ocorridas pura e simplesmente, ou para ciência aplicada. O positivismo investe na matéria em sua imanência absoluta, sem mediações. Assim, os dados e fatos são os únicos instrumentos para alcançar o conhecimento.

A metafísica está morta, pois todo conhecimento é sensível, sendo um estágio inferior e anterior ao do positivismo. E a única lei que governa o mundo é a da evolução necessária. Sendo este conceito uma novidade, por afirmar que a única unidade do empírico é uma sucessão progressiva de fatos em direção ao melhor e mais complexo. E esta evolução passa por três fases: a teológica, a metafísica, e a última e triunfante, fase positiva. Na primeira, ocorre um predomínio da imaginação, da mimese e do culto à divindade; na segunda, a razão se liberta da crença, mas ainda está a serviço do essencialismo religioso, denominado de metafísica; na terceira, temos o período da ciência triunfante. Na verdade, o positivismo é uma passagem do divino transcendente ao imanentismo absoluto do humano, em sua dimensão puramente sensível. É uma radicalização do primado do sujeito, tomado a partir da objetividade dos fatos correntes e da ciência instrumental (subjetiva). Portanto, ele decorre de uma perspectiva que nasce já na filosofia moderna, e prossegue sua radicalização junto com o desenvolvimento industrial e científico e modernização econômica.

Além de Comte, outros importantes positivistas foram: Hipólito Taine e Emílio Littré. Taine tentou aplicar as ideias positivistas à crítica literária e a estética, sendo assim, toda obra de arte seria produto necessário de determinado ambiente social e de precisas condições históricas e psicológicas. A obra *Sobre a inteligbncia* (1870) representa a tentativa decidida de reduzir toda a vida espiritual a mecanismo regulado por leis naturais.

Da Inglaterra, outro filósofo terá papel destacado no òsurto de ideias novasö de que fala Sílvio Romero. Em 1852, sete anos antes que Darwin publicasse *A Origem das espécies*, Herbert Spencer (1820-1903) propusera urna concepção evolucionista própria em *A hipótese do Desenvolvimento*. O Evolucionismo social afirma que o homem em sua vida em sociedade começa do estado mais primitivo e caótico, e vão gradualmente desenvolvendo suas ferramentas, instituições, leis, técnicas, avançando e progredindo, tornando-se, assim, civilizadas com o passar do tempo. A evolução torna-se, então, uma lei social. Ele também aplica a lei de seleção natural à sociedade, vista como um organismo, onde as estruturas sociais mais fortes e adaptadas possuem supremacia sobre outras.

Para Spencer, todo conhecimento seria dependente da experiência. E a unidade fenomênica dar-se-ia através da lei de evolução natural das sociedades. A sua moral é utilitarista, pois considera que com o desenvolvimento do que é útil e desejável para uma sociedade mais forte e adaptada, ocorreria progresso, e logo, o bem-estar do conjunto dos seres humanos seriam otimizados. Logo, as regras morais só podem ser vistas a partir do ângulo das consequências produzidas para o bem-estar social.

O fazer da sociedade sendo tomada e valorizando centralmente a atividade produtora de bens materiais, e as descobertas científicas, junto com a concepção de ciência moderna, e o subjetivismo e primado do sujeito na filosofia moderna, levaram ao predomínio do positivismo, do naturalismo, materialismo, na história intelectual do Século XIX.

O otimismo com a ciência, com as luzes, com o progresso, não estava restrito a uma pequena rede de intelectuais, mas era uma espécie de senso comum entre os habitantes da época. Os sonhos futuristas habitavam o imaginário das pessoas, e os jornais condensavam esse sentimento. Os símbolos representando o progresso também estavam presentes. Neste sentido, vemos em 15 de Junho de 1873, no jornal *O Liberal*, um texto intitulado *Sinais da Época*, que condensava todo otimismo da época nas concepções de progresso, moderno, e ciência, ao defender a evolução necessária da sociedade para o concerto das nações ocidentais.

2.2. As ideias no Brasil

No Brasil, as ideias costumavam chegar pelos portos, vindas junto com as ondas de migração (COSTA, 1967). As ideias vindas de fora, são lidas, geralmente de maneira entusiasmada, e logo são transpostas à realidade nacional. O debate intelectual no país sempre foi muito pautado pelas modas estrangeiras, sendo adotadas e jogadas fora sem um diálogo que formasse um debate público com raízes plurais, com perspectivas de mundo sobrevivendo às novas vogas da moda, tornando-se efêmero. Boa parte da debilidade do pensamento nacional, em particular, na filosofia, deve-se a essa falta de busca profunda das realidades últimas, em detrimento da paixão mais vã pelo novo e mais moderno.

As ideias ocidentais chegaram através dos jesuítas, ainda no período colonial, e com os protestantes franceses, holandeses e ingleses. Historiadores clássicos, como Capistrano de Abreu, notam que a história do pensamento brasileiro está imbricada com a história dos jesuítas. Boa parte da história da educação no país passa por eles, que foram mediadores entre

o conhecimento acumulado na Europa e a nova colônia portuguesa. Pedagogia e filosofia no Brasil estão entrelaçadas por uma raiz histórica, tendo se desenvolvido uma relacionada com a outra, enquanto a pedagogia aplicada passava por concepções filosóficas trazidas de fora (a escolástica portuguesa), uma concepção específica de filosofia foi difundida através da educação. Por isto, nos primeiros séculos, houve grande predomínio do ensino da escolástica e da teologia nos meios intelectuais.

Mas, o conhecimento trazido pelos jesuítas não possui apenas um valor de verdade intrínseco, mas carrega nele um pouco da mentalidade do povo português, que habitava um território em disputa historicamente de disputas, e que era posto de intercâmbio comercial, além de possuir grande desenvolvimento da cultura científica com a questão náutica das grandes navegações. A história intelectual portuguesa corresponde a este cosmopolitismo, e sua tradição filosófica passa por uma relação entre a metafísica aristotélica e certo pragmatismo. A escolástica portuguesa, por exemplo, é conhecida pela valorização pragmática da existência (DUARTE, 2013). Antes da reforma pombalina, a cultura letrada portuguesa foi dominada pela escolástica aristotélica, onde reinou no Colégio das Artes. No entanto, esse aristotelismo é sintetizado entre os vários tipos que emergiram na cultura portuguesa: o arábico, o cristão, e o judaico (DUARTE, 2013). E os jesuítas no Brasil migravam para cá um pouco dessa cultura filosófica e deste sentido das trocas e do cosmopolitismo nas ideias.

Quando os moços brasileiros iam para Coimbra ter acesso à educação de nível superior, a academia portuguesa tinha a preponderância dos estudos de Aristóteles, São Tomás de Aquino, Escoto, entre outros, a partir do ensino dos jesuítas. Os jesuítas dominaram o ambiente intelectual português até o Século XVIII (DUARTE, 2013). A filosofia moderna chega tardiamente no mundo português e nas suas colônias. E quando entra, vem com a força política das ideias iluministas e liberais. Em meados do Século XVIII, a renovação por que passava a escolástica portuguesa, através do ecletismo, abriu caminho para outras filosofias modernas.

A tradição escolástica e aristotélica só foi quebrada institucionalmente, em prol da filosofia moderna, com grande influência do enciclopedismo, durante o período do Marquês de Pombal, no século XVIII. A reforma pombalina, a entrada das ideias iluministas com a Revolução Liberal do Porto quebra um pouco do predomínio intelectual dos jesuítas e religiosos.

Sem dúvida, o português tem papel preponderante na história intelectual brasileira por ter introduzido entre nós uma vasta tradição de pensamento, que condensa o espírito ocidental, trazendo o conceito do universalismo (PAIM, 1974). No Brasil, nas mais diversas cidades, o programa de ensino da Companhia de Jesus era tirado do Colégio das Artes de Portugal, ensinado por religiosos escolados no saber clássico. Foi só em Minas Gerais, durante o ciclo da mineração, que as ideias da filosofia moderna, do liberalismo e do iluminismo entraram no país, agitadas pela Revolução Francesa e pela Independência Americana, no final do século XVIII.

O nascimento do sentimento nacional ocorre paralelamente à entrada no país das ideias liberais, vindas através da mocidade que ia para Coimbra estudar, e entrava em contato com a nova atmosfera de mudanças na Europa, onde se colocava o problema da liberdade do homem (PAIM, 1974). Com as reformas pombalinas e a revolução liberal do Porto, as novas ideias tiveram mais impulso do país, criando, como entre os liberais portugueses, um sentimento negativo em torno dos jesuítas. Nos jornais liberais que circulavam no Recife da década de 1870, notamos uma verdadeira caçada aos jesuítas, e aos resquícios de seu ensino original, assentados na escolástica. No Liberal, em 18 de agosto de 1872, um dos redatores escreve:

Contra os jesuítas: O jesuitismo só pode comparar-se com a escravidão. Esta sufoca, e as vezes aniquila o sentimento de liberdade na obra prima do criador (...). O jesuitismo é a escravidão do espírito, o entorpecimento da razão, o aniquilamento da consciência! Pois bem: quando no mundo inteiro não existirem mais um só filho de Loyola, então e só então, virá o Brasil diante do mundo civilizado, que se ri de sua ingenuidade, declarar que extirpou este outro cancro da sociedade: o jesuitismo. O povo não quer, o povo nunca aceitará o jesuitismo em moral, nem o poder pessoal em política.⁴⁰

A insatisfação com a educação clássica oferecida pelos jesuítas ia aumentando entre os jovens moços da elite letrada. Estas ideias ajudaram a fomentar rebeliões pela independência. Os novos meios de imprensa trazidos com o desenvolvimento tecnológico ajudavam a descentralizar a hegemonia do pensamento, obtida pelos jesuítas. Novas ideias surgiam junto com estes novos meios de imprensa, como jornais e revistas. A mocidade não se satisfazia mais com as ideias que identificavam com a Metrópole e com a colonização. O atraso brasileiro era identificado com a sua situação de colônia. E, por sua vez, as ideias da Metrópole, representada pelos jesuítas, significava o atraso intelectual da nação.

⁴⁰ Jornal O Liberal. 18 de Agosto de 1872. (p.2)

Assim, a independência será um catalisador e propulsor do pensamento brasileiro, pois era preciso buscar as origens da nação, o senso de identidade do povo, ainda muito identificado com Portugal, principalmente pela ausência de conflitos com a metrópole nesse processo. E a busca por um pensamento nacional estava vinculado ao desvencilhamento com as ideias trazidas pelos jesuítas. Era preciso construir as letras nacionais a partir dos ideais que aspiravam aos novos moços, que se encontravam cada vez mais desejosos de cortar os laços com a antiga metrópole. E o pensamento brasileiro será construído no alicerce das filosofias modernas e das ideologias do progresso. Boa parte da geração de 1870 cristaliza este processo, em sua diversidade, com positivistas, liberais, evolucionistas, materialistas, etc. A exceção eram pensadores como Joaquim Nabuco, preocupados com a tradição que deveria ser resguardada, por isto, a opção pela monarquia.

O pai da nação, José Bonifácio, ainda não era irascível as ideias legadas pela metrópole e o ensino jesuítico, mas os sucessores de nossa elite letrada serão cada vez mais irascíveis a elas, e mais adeptos das novas vogas progressistas, vindas da Europa. Como ministro do Reino e dos negócios estrangeiros de janeiro de 1822 a julho de 1823, José Bonifácio teve papel preponderante não só no processo que levou a nossa independência, como também na história intelectual do país. Embora tenha escrito pouco, José Bonifácio era inquieto, um leitor de clássicos, cientista e tradutor de Humboldt. No debate público nacional, foi o primeiro a defender a introdução da vacina, do sistema métrico, da meteorologia, refletiu sobre a importância de uma reforma agrária, da língua, da cultura, e sobre o voto dos analfabetos (assegurados na Instrução de 19 de junho de 1822), preocupou-se com a introdução da indústria no país, assim como das universidades.

Esse crescimento das ideias preponderantes na Europa do Século XVIII e XIX, contrárias às ensinadas pelos jesuítas, passa em grande parte pelo descobrimento do pensamento francês, que era muito influente entre a mocidade que estudava em Coimbra. A partir da metade do século XIX, com a crescente preocupação de compreender e dar identidade a cultura nacional, era preciso se afastar das filosofias essencialistas de outrora, passando a se fazer cada vez mais importante entre a elite letrada brasileira, o historicismo, com certa influência de Victor Cousin.

Victor Cousin (1792-1867), foi professor na Sorbonne, era historiador da filosofia e editor das obras de Descartes, além de profundo conhecedor do sensualismo de Condillac e da resposta espiritualista de Maine de Biran. Além de conhecer pessoalmente Schelling e Hegel,

tendo grande apreço pela dialética deste último. Cousin era adepto do ãespiritualismo eclético, que tinha como método a observação interior, buscando as õboas causasõ religiosas e políticas (PAIM, 1974). O espiritualismo filosófico, com efeito, é uma reação ao materialismo e aos enciclopedistas, que ó de certa forma - advogavam na matéria a base de todo conhecimento. Ao contrário, os espiritualistas acreditam que através do pensamento meditativo, a partir dos seus esquemas mentais e dos próprios estados físicos, poder-se-ia chegar à consciência do ser, sendo entendida como substância independente. A intuição pode apresentar a capacidade racional, e nos proporcionar a verdade imediata ou o absoluto, através das passagens históricas.

Na verdade, Cousin faz parte de um movimento contrário aos excessos do primado do sujeito, e adere a essa reação que ocorre na França do Século XIX, chamada de ãespiritualistaõ, mas adapta-o ao moderno, tornando-se eclético. Ele pretende incorporar as outras filosofias, a partir de um trabalho sintetizador do que haveria de melhor nelas, por isto o cunho historicista. Para ele, o espiritualismo deveria ensinar concomitantemente a espiritualidade da alma (através do intelecto intuitivo) e a liberdade e responsabilidade das ações humanas. Por isto, ele engloba o saber antigo ao saber novo, pelo menos, ao nível retórico.

O seu ecletismo incorpora ó ao estilo da doxa mais rasa ó qualquer coisa que lhe pareça bem convir. Ele que provar a existência de substâncias, da metafísica, do imaterial, da alma e de Deus, ao mesmo tempo em que pretende incorporar a tradição da filosofia moderna, que traz primazia ao sujeito, e não compartilha o realismo metafísico. Cousin afirma que todos os sistemas são incompletos, todos possuem erro e verdade, e que por isto seria fundamental historicizar as ideias filosóficas. Assim, ele pretende salvar o espiritualismo da confusão da filosofia moderna.

O ecletismo de Cousin teve enorme influência no Brasil. E significou nas letras nacionais, uma transição entre as ideias do tradicional ensino jesuítico e as filosofias modernas. Assim, se, por um lado, funcionava como bastião da reação nos mosteiros e escolas ao materialismo, por outro, ajudava ao trazer destaque à filosofia moderna. Pois, como afirma Antonio Paim (1974), o ecletismo espiritualista foi a primeira corrente estruturada no Brasil e, junto ao positivismo, pode ser considerado um marco inicial para reflexão filosófica voltada também para cultura e identidade nacional. Daí, o estudo do ecletismo ser fundamental para entender a formação da elite letrada brasileira.

O nosso ecletismo incorporava as variantes doutrinárias que tinham passado pela tradição cultural brasileira. Os pensadores desse momento desejavam, de alguma forma, conciliar os valores tradicionais, enraizados pelos jesuítas, com o anseio de modernidade e liberdade civil. Segundo Antonio Paim (1974: p. 204), o aspecto que mais lhes interessava de perto (na filosofia espiritualista) era justamente a possibilidade de superar a antítese, estabelecida pela Escolástica Portuguesa, entre a ciência moderna e cristianismo.

Por outro lado, o ecletismo servia também a nossa tradição de conciliação de interesses e doutrinas a que nos referimos no primeiro capítulo dessa obra. O país, recém-independente, necessitava de uma estrutura administrativa e intelectual, que se adequasse ao mundo moderno. E essa estrutura dependia de uma elite treinada. As ideias que habitavam o imaginário dela, durante a formação da nação no Império, eram uma conciliação entre o clássico e o moderno. O ecletismo cousiano cumpriu essa função conciliadora, de passagem na formação do país, quando unia as várias filosofias, sem descartá-las, buscando soluções para coisas concretas e palpáveis, o que ia ao encontro dos anseios práticos dos intelectuais dessa jovem nação, filhos de um povo que sempre foi avesso aos sistemas.

Além disso, a tradição na elite letrada (pronta a construir a unidade da nação) era certa frouxidão inteligível, e certas contradições internas carregadas pelo ecletismo combinavam com o espírito nacional. O país precisava construir a unidade da nação, e para isto, era preciso conciliar diferenças, fabricar artificialmente seu povo. O sincretismo vai se tornando o dogma nacional desta jovem nação: na cultura, na filosofia, nos costumes. A este respeito, concordo com Paim (1974: p. 239): «Em contrapartida, a ideia de que os sistemas asfixiam e o gosto pela combinação livre das ideias parecem nos haver ficado como herança imorredoura da geração de ecléticos».

O pernambucano Antonio Pedro de Figueiredo foi o mais destacado representante desta corrente no país. Mulato de pais pobres e desconhecidos, o «Cousin-fusco», como era conhecido, nasceu na vila de Igarassu, em 22 de maio de 1822, e morreu aos 37 anos. Os estudiosos de Antônio Pedro de Figueiredo caracterizam a sua filosofia a partir de diversos sistemas. Mas o que, de fato, ele foi? Eclético, acima de tudo. Por detrás de suas ideias havia uma preocupação prática com os problemas de seu tempo. Afirma Freyre sobre o Cousin-fusco:

«Essa figura sugestiva de mulato intelectual da primeira metade do século XIX pede um estudo à parte; mas não quisemos deixar de fazê-

lo passar por estas páginas com relevo de suas qualidades mais evidentes de crítico social, num meio tão desfavorável a tais pendores como o Nordeste patriarcal do século passado. O *“Cousin-Fusco”* é inseparável da história da cana-de-açúcar no Nordeste. O próprio Imperador, tão sensível às sugestões intelectuais, sobretudo às de cor filosófica, é possível que se deixasse influir pelas reflexões de Figueiredo quando, precisamente na época de maior atuação do crítico do Recife ó 1840 a 1850 -, decidiu enfrentar com firmeza a prepotência dos grandes senhores dos canaviais. (Freyre, 2002: p. 98).

Suas ideias não tinha a versão radical dos franceses, como em Condillac. Todo seu esforço era adaptar o luso-empirismo eclético à tradição, no momento de construir as instituições nacionais e resolver seus problemas práticos como a reforma agrária, administrativa, com a Igreja, a modernização da infraestrutura, etc. Quando surge a geração de 1870, ela se aproveita dessas discussões e da transição formadora da consciência da nação, e fomenta as ideologias modernas contrárias às tradições intelectuais dos tempos de colônia. O campo estava aberto para a consolidação do liberalismo, e para a entrada das vogas progressistas do século XIX, como o positivismo. Este é o cenário intelectual e suas dimensões simbólicas e materiais (percebam o campo de ação das ideias na construção da nação, e como sua formação também dialoga com estas questões), quando Romero começa a escrever a respeito.

2.3. A Filosofia no Brasil: ensaio crítico.

2.3.1. Em busca de uma posição autônoma no cenário filosófico.

Dentro do período estudado, o texto de conteúdo filosófico mais importante elaborado por Sílvio Romero foi o seu primeiro livro a respeito do tema: *A Filosofia no Brasil (1878)*. Romero pretende fazer uma avaliação da cultura filosófica nacional e de suas debilidades para, em direção ao futuro, apontar novas propostas. Esse novo rumo deveria ser guiado pela adaptação das novas ideias diante da realidade brasileira, o mérito deste caminho a se abrir é reivindicado pelo próprio autor, e também para Tobias Barreto.

Por isto, a grande motivação deste trabalho de Romero é a renovação intelectual do país, que deveria entrar na marcha das ideias, e no concerto das nações civilizadas, sem perder suas características. Para tanto, Romero faz uma severa crítica dos iniciadores da cultura filosófica no país, apontando sua principal lacuna: a falta de embate entre as ideias, resultando na ausência de uma genética ou tradição. As modas vão se sucedendo, e uma vai sendo largada em prol da outra, sem que haja um combate, um trabalho de síntese. Neste sentido, um autor

não dialoga com o outro, e um sistema não é resultado do seu enfrentamento com um anterior. Afirma Romero:

Na historia do desenvolvimento espiritual no Brasil ha uma lacuna a considerar: a falta de seriação nas ideias, a ausência de uma genética. Por outros termos; entre nós um autor não procede de outro; um sistema não é uma consequência de algum que o precedeu. (ROMERO, 1878: p. 35).

Disto resulta a nossa falta de tradição intelectual, que abriu mão da ideia de cadeia, ou mesmo de sistema. Esta debilidade é, para Romero, fruto da nossa falta de espírito público e, principalmente, da falta de espírito científico, resultado de séculos de jesuitismo na educação. Os trabalhos anteriores se tornam filhos perdidos no torvelinho da indiferença da geração atual. Romero chama atenção para a fonte extra-nacional das ideias:

O cosmopolitismo contemporâneo, de que, pela força das conquistas comerciais, partilhamos também um pequeno quinhão, traz á humanidade destes resultados: espíritos vivaces de nações toscas e atrasadas, arrebatados pela rápida corrente das grandes ideias, que fecundam os povos ilustres da atualidade, deprimidos os pátrios prejuízos, conseguem alçar a frente acima do amesquinamento geral, e embeber-se de uma nova luz. Vejo nesse fenômeno uma exceção aberta á lei da ação do meio social, que ás vezes é mesquinho, em prol da civilização que irradia n'outra parte. A luta pela cultura consegue a final triunfar até entre os povos sistematicamente atrasados, como o nosso. (ROMERO, 1878: p. 36).

Romero acredita que o cosmopolitismo do mundo tem estruturalmente a força para triunfar mesmo em povos atrasados como o nosso, sendo uma questão de tempo e direção ativa de uma intelectualidade ligada a isto, a realização da época. Por isto, considera positiva a imigração das ideias, desde que seja um fator de dobra do meio social, onde a civilização ocidental daria orientação ao nosso atraso, desde que não apagasse as nossas próprias referências. Há nessas linhas um traço inconfundível de evolucionismo e da ideologia do progresso.

Mas, Romero também se inquieta com nossa formação cultural, e afirma que a filosofia nos foi estranha nos três primeiros séculos, pois estava atrelada ao que estaria superado pelo tempo. Ele identifica ó no século XIX ó três grupos de estudos filosóficos brasileiros: a) o sensualismo metafísico francês e o ecletismo francês; b) as reações católicas e metafísicas, com influência de Gioberti, Rosmini, e Ventura; c) e os emancipados das superstições, leitores das novas ideias, que se sucedem na marcha do progresso científico, são os leitores de Comte, Darwin, Spencer. E são essas três filosofias que ele pretende analisar em seu livro,

para depois dar um diagnóstico da renovação que a cultura nacional e filosófica precisa, tendo ele a cabo, evidentemente, ao apresentar suas ideias filosóficas.

Para fazer esta análise, Romero adota como metodologia o estudo das condições materiais e a biografia do autor. Diz ele sobre seu método de análise:

É um abuso da crítica o pegar em um livro qualquer, e sem indagação alguma sobre as condições em que haja vivido o seu autor, pretender traçar um juízo que suponha definitivo. Este método, todo apriorístico, não é um processo regular de análise. O crítico exhibe as suas opiniões, senão os seus caprichos, e nada de regular sobre a genética e a seriação das ideias do escritor pode sair de um trabalho tão falsamente empreendido (ROMERO, 1878: p. 139).

Como pode se ver, Romero é adepto da leitura a cerca das determinações materiais ou psicológicas de uma obra, que revelaria a verdade de seu tempo, num traço característico do antirrealismo de todo materialismo. Ele começa o seu périplo pela filosofia brasileira em 1833, com o compêndio de Eduardo Ferreira da França: *Investigações de Psicologia*. E depois o livro de Domingos de Magalhães: *Fatos do Espírito Humano*. Em ambos, ele repara a viva influência de Fichte e Victor Cousin. Além de constatar a dívida destes livros para com um terceiro autor, analisado rapidamente por Romero, MontøAlverne, que era discípulo de Condillac, nesse princípio de cultura filosófica: *O compêndio de Filosofia*.

Francisco do MontøAlverne foi um frade franciscano e teólogo. Em seu livro *O Compêndio de Filosofia (1859)*, defendia o ecletismo dos pensadores franceses, as doutrinas de Locke, e o ecletismo cousiano, combatendo o tomismo e a escolástica. Romero afirma que faltava em MontøAlverne capacidade crítica e cultura filosófica, além do total desconhecimento acerca da crítica recente às noções da metafísica; ainda assim, foi um dos formadores do ecletismo entre nós.

Para Romero, Eduardo da França e Domingo de Magalhães eram meros continuadores de MontøAlverne, sendo assim, eram adeptos da escola metafísica, que Romero chamava de católica. Ele colocava o sensualismo e o ecletismo francês desses autores em mesma projeção, ignorando a uma série de diferenças entre elas, sendo que a própria obra de Cousin é uma resposta, em certa medida, ao sensualismo. O sergipano afirma que a filosofia deles era ainda romântica, e uma maneira de anacronismo querendo ser lei universal.

Romero defende que a espiritualidade era uma abstração oriunda de um enigma que não se firmava nos fatos, não havendo provas científicas da existência do transcendente, de Deus,

etc. Por isto, o sergipano critica o sensualismo de Eduardo da França, para quem o sentimento de nossa própria existência é uma sensação geral, não localizada factualmente. O sergipano chama isto de resquício metafísico..

A influência de Victor Cousin fica ainda mais forte na obra de Domingos Magalhães, *Factos do espírito humano* (1858), que ele define como uma obra anacrônica de Romantismo/espiritualismo católico. Com pouca profundidade, e sem ciência, sendo mais clínico e teológico. Romero afirma que Magalhães incompreende o espírito do século e a filosofia moderna, além de cair em formas anacrônicas de vitalismo. O sergipano critica também a noção apriorística da causa, pelas vias de Malebranche.

Dentre os autores reactivos ao sensualismo e ecletismo francês, Romero destaca o Padre Patrício Muniz, definido por ele desta maneira: ãa escolástica que lê Kantö. Através da *Teoria da Afirmação Pura* (1863), ele combate o sensualismo, o panteísmo, e o materialismo, elaborando uma junção entre a escolástica e a teologia moderna. Romero galhofa da tentativa do padre ao tentar unir a filosofia moderna à teologia, gerando um ãdesenvolvimento científico do dogmaö.

Sílvio reafirma que o pensamento de Patrício Muniz não é autônomo, mas reprodução da substância de outros, uma mistura entre teologia vulgar e filosofia vulgar. Por isto, ao tentar criticar o panteísmo, cai ele próprio numa forma panteísta. Ao tentar combater a filosofia moderna, caiu ferido com sua arma.

Outro reator destacado por Sílvio Romero era o pintor paraibano Padre Pedro Américo, em seu livro *La Science et les Systèmes* (1868). O livro seria uma imitação canônica do debate europeu. Sílvio Romero, em síntese, condena sua concepção de ciência por ser tomista. Pedro Américo cairia em duas filosofias anacrônicas aos novos tempos: a especulação e o apriorismo histórico (raciocínio sem experiência).

Para Romero, estes segundo (espiritualistas reatores) representavam o saber ensinado pelos jesuítas, atrelado a colônia, a escolástica, o que ele considerava anacrônico. Os primeiros, sensualistas ou ecléticos, eram uma transição intelectual de um povo que deveria se emancipar, mas ainda estava atrelado a anacronismos passados. A terceira linha seria os emancipados, estes sim, herdeiros da verdade da época, do progresso, da modernização da nação. Eles traziam as novas vogas da Europa, como o positivismo e o materialismo. Romero transforma uma discussão dentro da elite letrada, cercada de escolhas, opções e ideologias, em

lei necessária da história, para qual a nação deveria se ordenar diante da marcha das ideias. Na verdade, longe dessa passagem por etapas, sempre ocorreram debates. A associação entre universalismo e tradição a coisas anacrônicas sempre foram contestadas por alguns intelectuais.

Claro que nem todos os adeptos das novas ideias seriam emancipados para Romero, mas só aqueles que estariam de acordo com o avanço da ciência. Dentre os emancipados desta disputa desenhada entre sensualistas e ecléticos contra espiritualistas reatores, estávamos os autores antenados com as novas ideias vindas da Europa, de acordo com o espírito da Segunda Revolução Industrial. Entre eles, Romero destaca: Luiz Pereira Barreto, Visconde de Rio Grande, Guedes Cabral, e Tobias Barreto.

Luiz Pereira de Barreto era uma espécie de positivista ortodoxo. O seu livro era uma propagação vulgar do positivismo, como objetivo de simples divulgação. Sobre o positivismo, Romero faz a seguinte avaliação crítica:

Eu disse, algumas linhas atrás, que a doutrina de Auguste Comte trouxe inapreciáveis vantagens á filosofia, mas que no grande todo depara-se com ideias inaceitáveis e perigosas para a ciência. Tal é. O positivismo é um fecundo sistema, no caso de alguns outros que têm havido. Por mais que se esforcem os seus discípulos, na hora atual, para, coloca-lo ao nível dos últimos avanços do espirito, é sempre verdade que o grande edificio já nos fica pelas costas. Vamos para adiante. Julgo-me, seja dito de passagem, com plena isenção de espirito para aprecia-lo; outrora seu sectário; na ramificação dirigida por E. Littré, só o deixei quando livros mais desprevenidos e fecundos me chegaram ás mãos. Comte só foi largado por amor a Spencer, a Darwin, a Haeckel, a Büchner, a Vogt, a Moleschott, a Huxley, e ainda hoje o lado inatacável, aquilo que sempre restará de sua brilhante organização filosófica, me prende completamente. O positivismo é um dos grandes sistemas de filosofia que, n'este século, têm sofrido mais desajuizadas censuras. (ROMERO, 1878: p. 68).

O positivismo, para Romero, era um sistema fecundo, que muito tinha contribuído para evolução dos estudos e indivíduos, mas que estava ó como qualquer outro sistema ó preso ao tempo, e suas ideias ao ficarem anacrônicas se tornavam perigosas para o avanço do conhecimento. O sergipano afirma que já foi um sectário de Littré, mas que se libertou com outras leituras: Spencer, Haeckel, Buchner, Moleschott. Assim, vemos já nessa época uma passagem de Romero do positivismo para outras vogas, como o evolucionismo.

E neste sentido, Romero vai analisar as críticas de Pereira Barreto ao materialismo. Para o sergipano, o conhecimento da matéria não é extra-experimental, mas fruto da própria

intervenção instrumental da ciência nela. Hume e Kant abalaram o edifício metafísico, Comte abalou o absoluto no homem. O positivismo é preparatório (e não defunto) da fase materialista-positiva, que é o próximo passo da evolução na marcha das ideias em direção ao progresso. Por isto, Sílvio defende uma espécie de realismo materialista.

Para ele, o realismo materialista não busca o porquê das coisas (não é um sistema), mas sim, busca a verdade relativa (atual), a verdade da época, o sentido das ideias em marcha no fenômeno sensível. Assim, só conhecemos o como das coisas e nunca o porquê. O realismo materialista era assim uma teoria do conhecimento e, para ela, os positivistas deveriam se voltar. Haeckel e Moleschott eram, para Romero, positivistas pela via do materialismo científico. O sergipano defende também a influência de Büchner nesse progresso, com seu realismo monístico, e sua filosofia positivo-naturalista, realçando o como da ciência e não o porquê das coisas. A generalização faria parte da velha e carcomida filosofia.

O Visconde de Rio Grande, mais do que os trabalhos filosóficos, foi um grande propagador do naturalismo, através dos estudos de geologia. Igualmente, Guedes Cabral teve destaque com seu livro *As funções da ciência, sob ótica do naturalismo filosófico* (1873). Para Romero, era um brado da ciência emancipada da órbita metafísica dos jesuítas. O problema apontado era que não passava de compilação, faltando o elemento original. Uma de suas vantagens, entretanto, era o de não ser sistemático, nem doutrinário, mas de querer ir a fundo aos fatos, na matéria. Era um impulso ao realismo científico: onde não existem doutrinas e teorias, mas só: relações e conseqüências.

O último dos emancipados, e de todos eles, o mais importante, era Tobias Barreto. Filho de família humilde, só aos 25 anos ingressou na Faculdade de Direito do Recife. Foi professor de latim no interior de Sergipe, dos 15 aos 22 anos, entrando nos debates filosóficos graças à amizade com frei Itaparica, tratando-se de um daqueles casos de dinamização social e mobilidade que chegava a elite letrada.

No início, Tobias se junta à atmosfera do romantismo e do ecletismo cousiano, sendo um adepto de ambos. No entanto, rompe com o ecletismo, e dá novos passos na incorporação do bando de ideias novas no Recife e no país. Paim (1974) reclama que ao não observar as circunstâncias do ecletismo, Tobias deixava de perceber a influência dele no seu próprio pensamento. O ecletismo era historicista, e a tradição da Escola do Recife teria influência do historicismo cousiano, a partir do gosto pelo desenvolvimento por oposições, ou por

tensões dialéticas. As transformações no mundo das ideias se davam progressivamente a partir das tensões e superações. Esse desenvolvimento linear, numa marcha de ideias, que tanto agradava essa geração, tinha tido seus prolegômenos já no trabalho de conciliação da tradição imperial que eles tanto detestavam.

Tobias alia uma forma de monismo teleológico, um pouco mecanicista como o de Haeckel, com o culturalismo de Hartmann. Unindo, assim, o monismo materialista com o culturalismo evolucionista, que guardava muitas bases em Kant e Spencer. Por isto, para Tobias, a sociedade, o Estado, e o Direito são, por conseguinte, fenômenos culturais, e não mecanicamente explicáveis. Eles não pertencem às causas eficientes, mas as causas finais.

No artigo *O atraso da filosofia entre nós*, publicado no Jornal do Recife, em 18 de novembro de 1872, Tobias Barreto irá tratar da literatura contrariando os conceitos vigentes, que a limitavam a imaginação e a ficção. Sendo assim, a literatura era um sintoma aprofundado de todas as produções intelectuais de um país, em uma época dada, por incorporar com suas valorações próprias, a ciência, a filosofia, a poesia, o teatro, o romance, e até a pintura e a música. Um exemplo de como ele articulava a fundação da sociedade a partir da cultura, num quadro teleológico e monista. Diz Tobias:

Assim se compreende na Alemanha, onde os livros ou tratados de literatura nos dão a conhecer não só Goethe e Schiller, como Kant e Hegel, não só Freytag e Stifter, como Strauss e Baur, não só Beethoven e Mozart, como Cornelius (pintor), etc. etc.⁴¹

A literatura sedimentaria a unidade da cultura em que estava presente, revelando também esse movimento teleológico a que ela pertence.

No entanto, ao comentar Tobias, Sílvio Romero resume-se ao seu livro, *Ensaio e estudo de filosofia e crítica (1875)*. Sendo elogiado por ser propagador das novas ideias filosóficas entre os brasileiros, e por não fazer romarias literárias ou grupos provincianos. Mas, Romero não considera Tobias acima de suas conquistas, não sendo superior a contribuição positiva vinda da Europa. Diz ele:

Note-se ainda que não tenho ao Dr. Tobias Barreto na conta de gênio e de notabilidade europeia; peço somente que me apontem, a mim que gosto um pouco de estudar imparcialmente a vida intelectual de minha pátria, onde se acham os espíritos brasileiros superiores ao desprezado crítico dos Ensaio e Estudos. Não teço elogios, pretendo apreciar os

⁴¹ In *O Atraso da Filosofia entre Nós*. Jornal do Recife, 18 de novembro de 1872.

produtos de uma pena brasileira, e faze-lo pelo moderno método de comparação, que tão bons resultados ha trazido á filologia e á ciência das religiões. É possível, como já se o tem feito, aplica-lo á literatura e á filosofia, e mostrar que, no ermo científico que nos envolve, onde cabeças fartas de clássicas toleimas laboram no vácuo de uma intuição imperfeitíssima do mundo como ele é, e vivem de uma política ferrenha que as devora, o Dr. Tobias Barreto não é só um espirito culto e um critico acertado, é uma individualidade. Antes de faze-lo, cumpre notar um pouco a biografia e a psicologia do escritorö. (ROMERO, 1878: p. 139).

Combinando conteúdo da obra com sua importância na cultura filosófica do país, Romero identifica em Tobias um renovador intelectual entre os brasileiros. Ele observa que a mania bacharelesca impede a formação do filósofo, pelo excesso de formalismo, e que coube a Tobias mostrar o direito como própria criação cultural, filha da evolução dos fatos sociais e não do direito natural. Romero acredita que Tobias possuía a principal identidade de um intelectual: sentir o espírito do século, intuir o seu tempo.

Tobias tinha o mérito também de colocar em circulação e publicitar os alemães. Romero identifica no germanismo, a sede principal da ciência contemporânea do seu tempo. As principais influências da obra de Tobias que foram legadas para Romero orbitam em torno: do pessimismo de Hartman, e do monismo de Haeckel.

A filosofia de Tobias encontra diferenças com a de Sílvio. Enquanto o primeiro é mais adepto do monismo, Romero é mais entusiasta do evolucionismo de Spencer. Mas, ambos estão contaminados por essa atmosfera de novas ideias, pela ideologia do progresso, e pela confiança excessiva na ciência. Reside, em ambos, um sistema geral de ideias semelhante: uma espécie de naturalismo metafísico ou ontológico, com pitadas culturalistas. Embora, Tobias se preocupasse mais com o valor universal, enquanto Sílvio buscava nele elementos para enxergar melhor nós mesmos, o particular, o ser brasileiro. Sobre os livros que lia no Recife, diz Sílvio:

"Transportado para o progressivo e agitadíssimo centro espiritual do Recife, em 1868, aos 17 anos de idade, isto é, na força da vivacidade e do entusiasmo, entendi de tomar parte nas lutas ali então travadas, escolhendo o campo intelectual mais de harmonia com o meu temperamento ô a crítica. Os meus verdadeiros mestres foram, então, Taine, Rénan, Max Muller, Scherer, Gubernatis, Bréal, Lenormant e Gobineau. Taine, principalmente, com seu belo livro *Filosofie de l'art en Grèce*, o primeiro dele que li. Rénan, por seus admiráveis ensaios sobre *As Religiões da Antiguidade*, *A Poesia das Raças Célticas* e os livros sobre *Averrhoes* e *o Averrhoismo a Vida de Jesus*, São Paulo,

Os Apóstolos e O Anticristo. Max Muller, por seus livros sobre linguagem, religião e mitologia. Scherer, por seus belos artigos *Notre race et ses ancêtres*, *Mahomet et le Mahometisme*, *Mythologie Comparée*, *La Vie de Jesus* (a propósito de Renan) e outros e outros. Gubernatis, por sua *Mitologia Zoológica* principalmente. Devo juntar, também, o excelente Emile Burnouf com o magnífico livro *La Science des Religions* e o conde de Gobineau com seu excelente *Essai sur l'inegalité des races humaines*. (ROMERO, 1905 apud MENDONÇA, Carlos Susskind, 1938: p.56).

2.3.2. A filosofia de Sílvio Romero.

Na época da elaboração desse livro, Romero está firmando uma leitura da história da filosofia, que era basicamente sua filosofia, não trazendo grande originalidade. Ele assim tenta elaborar seu esboço de filosofia viva:

“Todavia, eu não me quero dar por mais do que sou em matéria literária e científica, isto é: um simples discípulo, que busca somente ser aplicado e consciencioso, diligente e emancipado. Quem dera que todos os nossos pretendidos savants tivessem esta franqueza. O meu sistema filosófico reduz-se a não ter sistema algum; porque um sistema prende e comprime sempre a verdade. Sectário convicto do positivismo de Comte, não na direção que este lhe deu nos últimos anos de sua vida, mas na ramificação capitaneada por Émile Littré, depois que travei conhecimento com o transformismo de Darwin, procuro harmonizar os dois sistemas num criticismo amplo e fecundo. Nem é isto alguma novidade esquisita, quando a tendência filosófica principal na Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Espanha na atualidade é justamente este criticismo independente, firmado nos dados positivos, espécie de neo-Kantismo. (ROMERO: p. 183).

O seu criticismo anti-sistemático, crente da força do progresso e na marcha das ideias, era uma mistura das várias influências das ideias em voga na sua época. Romero chega a afirmar que na filosofia do Século XIX na Alemanha duas correntes se enfrentaram, o pessimismo e o naturalismo monístico, sendo superadas por uma síntese superior, o criticismo. A filosofia de Romero ganha unidade na ideia de evolução, sendo crítica e não dogmática, dependente das ciências particulares a posteriori dos processos fenomênicos. O evolucionismo de Spencer tem um papel fundamental nisto:

“Basta indicar um facto concreto e salientíssimo, quais são as obras de Herbert Spencer. Eu não sei si ainda haverá entre homens que se ocupam de filosofia quem ignore que este celebre escritor inglês, que como pensador é mais profundo do que Littré (apesar deste não ser só para mim o que dele disse Michelet), e cujo monumento filosófico tomado no seu todo é mais imponente do que o do próprio Comte. eu não sei si ainda haverá, digo. quem ignore que ele abraçou muitas

ideias deste ultimo e repeliu outras, e que também desenvolveu e fecundou a sua doutrina pelo dartrínismo de que foi até um dos predecessores. Eis aí a possibilidade da junção harmônica das duas correntes de ideias, sem duvida alguma, as mais fecundas que nosso século viu surgir. Sou eu, pois, sectário do positivismo e do transformismo? Sim; entendendo-os, porém, de um modo largo e não sacrificando a minha liberdade de pensar a certas imposições caprichosas que os sistemas possam, por ventura, apresentarö. (ROMERO, 1878: p. 185).

Sem sistemas fixos, Romero afirma que a única filosofia que existe é a verdade do seu tempo. Toda verdade seria relativa, sendo dependente do progresso do século e da época histórica. A filosofia teria por dogma a relatividade de todas as coisas.

Romero procura compreender a distinção entre a *origem* e a *formação* ou desenvolvimento do universo. Esta última é explicável pelas leis descobertas pela ciência moderna, como a imanência, a unidade dos seres, a evolução, a transformação e a equivalência das forças. Quanto, porém, a origem, Romero é mais maleável, afirmando que é mister recorrer-se a um princípio superior, qualquer que ele que seja, e cuja natureza não poderia ser determinada cientificamente, embora ele não descarte que um dia seja.

Para Romero, a humanidade procede por evolução, e no conhecimento também. Existe uma marcha das ideias, onde não há gênios, mas só desdobramentos. E as regularidades e leis observáveis desta marcha se davam pelos choques e enfrentamentos. Na marcha das ideias, tivemos Descartes quebrando os saberes medievais, depois Hume e Locke, donde Kant retirou sua filosofia. Seguiu-se com Fichte, Schelling, Hegel, o sensualismo, Hartmann, o positivismo, o evolucionismo, o materialismo. Mesmo na arte, assim também ocorreu, com Mozart sucedendo Hayden, e depois vindo Beethoven. Cada qual expressando a verdade do seu tempo, enfrentando e superando seus antecessores.

Prosseguindo sua intenção de dar expressão a marcha das ideias, Sílvio Romero critica parte do comtismo, por amor a simetrias e sistemas, o que prejudicaria a ciência. Contra a regularização caprichosa da verdade, ele quer o espírito crítico: revelador do momento histórico e de sua verdade intrínseca. Existe uma escala de evolução para o pensamento, e Comte foi superado por Spencer. No entanto, o positivismo ainda possui a sua utilidade:

Entre os úteis serviços prestados por Comte á filosofia destacam-se, a meu ver, os seguintes: A excelente classificação das ciências, superior ás propostas por Ampère e por Spencer. O grande pensador classificou-as pela ordem natural, a ordem do desenvolvimento. Três são os princípios fundamentais de tal trabalho: 1) os fenômenos se

desenvolvem na ordem de sua complexidade crescente, e de sua generalidade decrescente; 2) cada ordem de fenômenos, exigindo induções que lhe são próprias, só pode tornar-se sistemática sob o impulso dedutivo resultante de todas as ordens menos complicadas; 3) As ciências mais especiais e mais complexas requerem não só as verdades das ciências, como também seus métodos. (ROMERO, 1878: p. 69).

E considera os pontos negativos do positivismo:

“Tudo é bem deduzido; há porém, aí um pequeno defeito de detalhe. Comte desdenhou inteiramente dos trabalhos psicológicos e estabeleceu um hiato entre a biologia, como que a encarava, e os estudos sociológicos. Foi levado a este passo pelo modo anticientífico porque foi tratada até seu tempo a ciência dos fenômenos cerebrais. De igual anátema feriu ele a lógica, a economia política e a medicina. Entretanto, estas ciências, evitando, cada vez mais, os processos e aberrações metafísicas, vão tocando no terreno dos factos positivos e se constituindo em aproveitáveis estudos.” (ROMERO, 1878: p. 70).

Para o crítico sergipano, o positivismo teria o mérito de superar a filosofia anterior, e desenvolver os principais aspectos do monismo contemporâneo: a relatividade, a imanência, a evolução e a unidade dos seres. Estes quatro elementos seriam a base da ciência hodierna. Mas, agora, o positivismo encontrava-se anacrônico, porque a marcha das ideias tinha lhe ultrapassado, principalmente na ação da ciência no terreno dos fatos positivos.

Encantado pelas modas que vinham de fora, Romero depositava nos seguintes autores o porte da verdade relativa de agora: Buckle, Spencer, Haeckel, Buchner e Mill. E caberia ao espírito crítico fundar o pensamento entre os brasileiros. Este não sendo nem uma filosofia, nem uma doutrina (como afirmavam os positivistas), coexistia junto ao sistema predominante da ciência de seu tempo. Para Romero, foi assim que o politeísmo derrotou o fetichismo; e, depois, o monoteísmo matou o politeísmo. Com o espírito crítico, a metafísica bateu a teologia; depois, aliado ao positivismo, bateu a metafísica. O espírito crítico seria uma necessidade permanente do pensamento, uma condição fundante do movimento e da luta pela vida na esfera das ideias. A intuição crítica, junto com o monismo materialista, causaria golpes fatais contra a ortodoxia comtiana.

Romero afirma que hoje a crítica deveria ter um caráter positivo, impedindo que ideias se tornassem doutrinas, sendo uma autoridade central do pensamento. O espírito crítico representa a relatividade evolucionária versus a apriorística do absoluto. Mas, não pode haver uma síntese das ciências sem uma unificação gnosiológica; por isto, Romero abre mão da

metafísica, mas fica com a ontologia. Abrindo caminho para unidade dos saberes, ancorados na ciência experimental.

Romero capta de Littré a concepção da ciência como aquilo que formulava a intuição geral do mundo sobre o próximo passo da humanidade; e de Spencer, retira-a como unificação do saber. Assim, a ciência exige observação, hipótese e experiência aturadas e rigorosas; nutrindo-se de raciocínio, tempo, e labor de muitas gerações, evoluindo constantemente. A segurança da ciência estaria na ausência dos sistemas metafísicos. Afirma Romero:

“Sendo diversos os agentes, e contrários por natureza, nada obsta a conceber-se a oposição dos seus resultados. Sou propenso até a enxergar nestas duas ações contrárias, na hipótese que avanço, a harmonia de duas forças, ou tendências que se contrabalançam. Assim mais se perpetua o equilíbrio geral do sistema. (...) Nada há mais belo na história das ciências do que apreciar a insigne harmonia que reina entre as leis gerais astronômicas formuladas por Kepler e Newton, o sistema universal do éter de Fresnel e Boucheporn, a doutrina geológica evolucionária de Lyell, o sistema genealógico de Lamarck, a teoria da seleção de Darwin e Haeckel, as vistas positivas da história de Comte e Spencer, nada há mais belo, na história das ciências do que contemplar a harmonia que reina entre tantas e tão profundas especulações e a teoria evolucionária do mundo do filósofo alemão e do astrônomo francês. Esta grande intuição universal é um dos mais nobres presentes feitos pelo século passado ao atual. E nenhum dos fundadores das grandes teorias se julgou em indeclinável obrigação de impugna-la. (ROMERO, 1878: p. 111).

Sílvio Romero aceitava o princípio da complexidade crescente na classificação das ciências, e, sobretudo, o entendimento de que filosofia se deve limitar a elaborar sua síntese, ou seja, que ela deve abandonar qualquer pretensão apriorística ou transcendental. É crítica o positivismo por não estar aberto ao progresso científico, pois deveria incorporar os dados da ciência e não cair em fantasias teóricas, abrindo mão de todas as doutrinas.

Nesta perspectiva adotada por Romero, há grande influência de Hartmann. O processo não é encarado como puramente mecânico, mas há também a possibilidade dentro das leis universais. E para Romero, isso era essencial para pensar o país também. Há na natureza a imanência de um fim, combinação entre causalidade e finalidade, entre movimento e sentimento, e entre teleologia e mecanicismo. Apesar de adotar um evolucionismo teleológico, o seu criticismo é também uma espécie de materialismo científico.

2.4. Outros textos

Num de seus primeiros textos de teor filosófico, *Realismo e Idealismo*, publicado em 23 de maio de 1872, no jornal O Movimento, Romero faz críticas ao positivismo, à metafísica, e ao socialismo. Já crítico dos grandes sistemas, defensor da õverdade atualö, Romero proclama o desaparecimento próximo da religião, e da poesia empolada e metafísica de hoje.

O sergipano afirma também que a ciência é diferente da arte, pois a primeira é uma fábrica organizada, e a segunda possui excentricidade, matéria. Por isto, Sívio Romero critica o uso do realismo e do idealismo pela poesia. Afirma Romero, que desde Hegel, sabe-se do caráter relativo da verdade, e desde Comte houve sua divulgação. õAs ideias absolutas sobre poesia são uma herança da velha metafísica, e absurda como uma tese de astrologiaö. Na antiguidade, as coisas tinham uma razão de ser, não havia a racionalidade, a ciência a iluminar, como na civilização complexa.

Entretanto, o ideal é também relativo, não se concebe a priori, depende das ideias que formamos de tudo (contra visão metafísica). O real não deve ser fotógrafo. Reproduzir o que parece certo, real, para as inteligências (variável). As ideias diversas de cada um de nós trarão o ideal, o realismo o que de positivo a ciência for apontando (necessidade). A poesia precisa fazer um consórcio entre o realismo e o idealismo. Só desta maneira, a poesia poderia ser fundada na ciência, sem perder sua excentricidade e criatividade.

Em 1873, Sívio Romero apresentou sua monografia para finalização do bacharelado em Direito, com o título de *Se a economia política é uma ciência*, consistindo numa crítica ao espírito doutrinal da Faculdade de Direito do Recife, o que impediria a entrada do bando de ideias novas. A faculdade representava as ideias atrasadas com a autoridade formal do conhecimento.

Antes de se perguntar se a Economia Política era uma ciência, Romero critica a visão lógica ou transcendentalista da ciência, baseada na escolástica, que considerava a ciência contemplativa e verbal. Mudanças dos princípios e das ciências morais. O socialismo, a crítica religiosa, e o positivismo, abalaram os fundamentos da economia política, da teologia, e da metafísica. Eles possuem, como princípio em comum, a imanência e evolução. E como distância: a ordem diversa dos assuntos, e os seus objetivos.

A teologia transcendental é uma ciência impossível, porque a inquirição do sobrenatural não tem base positiva. Mas demonstra também a ciência, ao contrário, que o sentimento

religioso é sempre persistente na alma humana, e este é o único dado positivo possível de dedução. Cabe às luzes da razão, ciência, e moral guiar o novo espírito a partir dos dados positivos. Neste sentido, ele nos afirma que "Quando o crítico toma-se corpo a corpo com a teologia mostra-lhe a origem humana e natural dos dogmas divinos, ele não pretende fazer religião, mas ciência" (ROMERO, 2002: p. 27).

Sílvio Romero afirma que o positivismo acabou, mas deixou boa direção. É ainda superior a ideia de revolução. Uma das vantagens do Positivismo seria a morte da metafísica, a expulsão do absoluto das relações humanas, e a absorção dos fatos positivos. Entre suas desvantagens, estariam: a falsa ideia sobre a vida, a tentativa de parar a marcha do tempo com uma doutrina, o amor pelo sistema, à obstinação em considerar impossível qualquer estudo psicológico.

Dentro deste contexto, Romero vê dificuldades na classificação da economia política como ciência, pois o economista tem que criar o objeto de que se ocupa (gerar e multiplicar riqueza). Portanto, a economia política seria mera descrição? O sergipano enxerga como positivo nesse saber o apriorismo da ordem social. Ou seja, se, por um lado, a economia política cria seu próprio objeto, ela também abre mão de abstrações, e tem como primado a ordem social. Ele afirma:

"Todas as ciências, todas as forças uteis da humanidade, em evolução constante, a vão levando a um próspero estado moral e mesmo material. A parte que aí toca à economia política é muito diminuta. E, ainda quando fosse muito grande, não bastaria para dar-lhe o distintivo da ciência. O economista é um astrônomo que pretende fazer os astros de seu firmamento. Não se contenta com a descrição, a análise e o estudo; como cegos da alquimia, ele intenta fazer o outro" (ROMERO, 2002: p.28).

Romero também critica o socialismo, pois, derrotou a economia clássica, e quis fazer-se ciência (algumas ideias políticas e sociais que lhe alimentam). A economia política não possui bases positivas, mas nasceu por uma necessidade do espírito humano, uma solução prática para os problemas da ordem social, nascendo da vacuidade das doutrinas econômicas. Romero nega que o avanço e as conquistas materiais seja resultado do saber da Economia Política, mas sim, da ciência. O sergipano reflete:

"Não significa isto que a riqueza não esteja também entregue a uma lei natural, e ainda que esta lei não possa um dia ser conhecida. O economista dirige-se a um alvo inatingível e trata de um assunto que

lhe escapa; pelo menos que lhe não entra tanto nas mãos que possa por elas ser dirigido (ROMERO, 2002: p.30).

O maior problema com a Economia Política é que ela permanece ó em parte ó metafísica. A mobilidade do caráter da riqueza, a divinização do capital amontoado e as condições do progresso humano buscam-se em outra ordem de ideias. A Economia Política, enquanto valorativa e flutuante, impede a ciência, não ocorrendo à demonstração científica. Ainda assim, Romero classifica-a, provisoriamente, entre as ciências que estudam os fenômenos em si mesmos, considerados em seu todo, como a sociologia, a geologia, psicologia, de acordo com a classificação de Spencer.

2.5. A Escola do Recife perante a elite letrada: os intelectuais, a ação humana e as estruturas.

A chegada ao Brasil desse ãbando de ideias novasõ do Século XIX, a partir da década de 1870, modificou o panorama intelectual, ajudou a reforçar certas bases nos estudos sociais e culturais, e irá influenciar, inclusive, na própria ação dos homens, como na derrubada do Império. Toda ação humana tem uma concepção das coisas por trás, seja ela mais vulgar ou elaborada. Por sua vez, o mundo que nos rodeia (em suas estruturas) e nossa ação nele também fomenta uma sensibilidade, uma maneira de ser e estar no mundo, que influenciam na elaboração ou crença de certas ideias. Há um diálogo entre pensar e agir, nem sempre unívoco. As ideias não estão desagarradas da vida de quem as expressou, mas não guarda com o mundo material, em suas estruturas ou na prática das relações de troca entre intelectuais, uma relação necessária. Se Romero tomou atitude de repudiar sua banca de defensores da metafísica não foi por um mero acaso, ou fato ordinário da vida, mas por pensar de certa maneira, obcecado pelo novo, pela cultura do repúdio, pelo materialismo, pela ciência hodierna. Neste sentido, as suas convicções precedem tal ação. Mas esta também lhe posiciona de tal maneira no universo intelectual, que terá ressonância por toda sua obra.

Portanto, é possível ligar a história eventual (*evenementielle*), a infraestrutura material e a histórica cíclica do imaginário, a partir de uma leitura que configure fatos e imagens, de modo que possamos compreender as ideias e o processo de sua criação como um símbolo, que ãcongeleõ o tempo, e apresente esta irrupção em suas ambiguidades⁴². O intelectual sempre diz mais do que o seu duplo imediato: o que está escrito e os fatos ordinários da vida.

⁴² Como afirma Paulo Mercadante (2001), os mitos podem prefigurar a história, criando um substrato imaginativo da inteligência racional: a condensação de experiências e expectativas nos símbolos forjados pela memória e imaginação.

Nas últimas décadas do Século XIX, o avanço econômico que o Brasil começara a experimentar a partir dos anos 1850 acelerou-se. O sistema escravista e a ordem saquarema entravam em crise, minados pelas próprias modificações culturais, econômicas e sociais internas. A modernização do país produzia modificações nas relações sociais. As mudanças materiais ocorridas influenciam nas temáticas e abordagens dos novos intelectuais, agora, educados em instituições nacionais, ansiosos por pensar o país e a cultura local dentro do mundo moderno. E a obra deles correspondem, em alguma parte, as ambiguidades que a época trazia.

Como dissemos, no período da colônia, era predominante a tradição escolástica na elite letrada. A independência do país fez crescer um desejo de pensar o país fora da influência lusitana e a partir das filosofias modernas, mas não há um predominante desejo de ruptura com o passado. O ecletismo significa uma transição, da nação recém-independente, com seu monarca de linha portuguesa. Ele alinhava espiritualismo metafísico com as filosofias modernas, trazendo em sua linha política, um sério desejo por algumas reformas dentro da ordem. A geração de 1870, em sua diversidade, surge de um novo dinamismo social trazido pelas modernizações, por novas camadas sociais, que participam agora da elite letrada, formada no próprio país. Há um anseio por reformas políticas e institucionais, por mais participação, menos centralização, formando esta geração na experiência crítica as estruturas imperiais. Esta nova elite letrada também está ansiosa por independência intelectual, ou seja, para pensar o país fora do que era identificado como atraso colonial. As ideias antes predominantes não passariam de anacronismos, havendo, por isto, um entusiasmo muito grande com o discurso modernizador e as ideologias do progresso (liberalismo, positivismo, materialismo, evolucionismo, etc.), críticas ao realismo metafísico. Estas filosofias modernas serão a própria base do grosso dessa nova geração para construir um pensamento nacional, orgânico, no momento mesmo da construção das instituições de conhecimento. A fundação de um pensamento nacional e por seus vícios e virtudes passam por esta elaboração com as ideias modernas de progresso.

A Escola do Recife é um dos elementos mais importantes desta nova geração, não como uma unidade doutrinária, mas como unidade de abordagens, objetos e leituras, que irá se colocar contra o ecletismo espiritualista e as tendências metafísicas, objetivando também, a renovação do campo político-cultural e intelectual. Rer seus intelectuais significa também compreender este momento da história, plano concreto sobre o qual as ideias pulsavam,

fazendo dialoga-las. Significando também, observar por sua época, as fortes tendências na crença do progresso e da ciência, na crítica as filosofias essencialistas.

A construção do pensamento de Sílvio Romero, e das discussões da "Escola do Recife", passa por esses embates entre as filosofias em voga na sua época. Estes intelectuais foram responsáveis por abrir caminho para novas vertentes de interpretação do país, introduzindo a discussão em torno de toda uma gama de ideias novas, marcadas pelo forte entusiasmo com os avanços da ciência, com o progresso, com a capacidade da razão e da construção humana.

O avanço tecnológico, as conquistas técnicas, a epistemologia da ciência moderna colocam-se em oposição a ideia de metafísica e ao conceito de essência. A secularização com o abandono dos padrões medievais modifica a maneira de pensar e sentir o mundo. O homem explora a matéria, a modifica, alteram rapidamente as paisagens, o tempo é acelerado, e a nossa compreensão se volta cada vez mais para a fluidez do mundo material, da carne, e do corpo. O homem abre pontes, túneis, estradas, e não vê mais obstáculos no seu caminho. Temos o advento do dinheiro, a mercantilização das relações sociais. A ideia de limites inerentes à estrutura da realidade, da sua presença total (LAVELLE, 2012), e de sua representação por símbolos e mitos, é esquecida. Estas mudanças ajudam no advento do historicismo, e na formação das ideologias do progresso.

Já falamos muito nesse trabalho da influência das novas filosofias materialistas e científicas na formação intelectual de Sílvio Romero. Mas o seu pensamento também dá abertura e forma os prelúdios do historicismo nacional, preparando este campo para as próximas gerações. Não à toa, Romero legou uma série de estudos culturais e foi um dos fundadores das ciências sociais entre nós. Para ele, todos os problemas deveriam ser historicizados, pois seu conteúdo intrínseco de verdade estaria na sua história.

O historicismo é introduzido no país, indiretamente, pelo ecletismo cousiano. E vai ao encontro da mentalidade do seu tempo, espectadora da modernização no Brasil. Ele representa a consciência de esse mudar histórico, tendendo ao relativismo gnosiológico, já que o Homem não teria natureza, mas história. Dessa maneira, seria fundamental estudar a historicidade do humano, captando com o transcorrer histórico a essência do homem em seu devir. O comportamento dos diversos fatores dependeria da história.

A filosofia seria, assim, a história dos seus problemas, uma sequência de tematizações com desdobramentos. A compreensão dos problemas precisa de contexto e condicionamento,

nisso o historicismo bebe no relativismo. As verdades são históricas. No historicismo, o universal e necessário não se opõem ao contingente atribuído ao fato histórico. Porém, a configuração do fato histórico envolve um fundo de coordenadas gerais que completam o particular. O historicismo é uma espécie de òecletismo dinâmicoö (SALDANHA, 1986: p. 20), que problematiza a historicidade dos homens e mistura as escolas, tendo tendência contrária aos sistemas estáticos. Caberia ao filósofo distinguir em cada escola ou ideário, a parte nuclear, aproveitável, e com este entendimento situar historicamente e fazer progredir o conhecimento. É esta a base do historicismo de Romero.

Existe uma relação intrínseca entre historicismo e culturalismo, porque as culturas estão no tempo, e não são só históricas, como possuem uma visão da história. Spengler era culturalista e historicista, unindo naturalismo com historicismo e culturalismo. A influência do neokantismo, do historicismo, e do culturalismo, em Sílvia Romero, veio através de Tobias Barreto, para Antonio Paim (1974). Sobre o culturalismo no país, em *O Tema da Cultura*⁴³, José Murilo de Carvalho afirma que:

As teorias culturalistas não constituem propriamente uma Escola, formam um movimento em torno do imperativo moral de transformar o mundo. Imperativo que para Tobias Barreto era compromisso menos acadêmico do que desafio real de salvar a liberdade do homem. E é por ser uma nova forma de falar do mundo do homem que os culturalistas proclamam e fixam os elementos desta que consideram seja a grande questão a ser investigada e esclarecida, a cultura enquanto òcriação humanaö (Paim, 1997. p. 725). É nela que estão as condições de existência singular, onde o homem òrealiza fins específicosö (idem. p. 725) e se descobre como pessoa humanaö.

Paim (1974) destaca que na fase final do pensamento de Tobias, ele busca uma ontologia social no conceito de cultura, influenciando a próxima geração de intelectuais recifenses, menos cientificistas. Para ele, Tobias integraria aos elementos do monismo, uma ontologia (de inspiração kantiana) na criação humana da formação das diferentes culturas. Dentro das marchas das ideias, ele insere um elemento cultural. E neste sentido, ele avalia o direito como um produto cultural. Por isto, no concurso para professor na Faculdade de Direito do Recife, Tobias defende a tese na qual contestava a existência de direitos naturais originários. Seja como for, este elemento cultural, introduzido por estes pensadores à nova voga de ideologias do progresso, é um traço importantíssimo para compreendermos a ação e a defesa de certas ideias políticas dos membros da Escola do Recife.

⁴³ Acessado em: <http://www.redalyc.org/pdf/279/27901707.pdf>. 28 de agosto de 2014.

Para Tobias, a cultura era uma questão essencialmente filosófica, e não antropológica ou sociológica. Ele pretende destacar a criação humana nos valores, nos hábitos, na história dos povos, dando unidade a um conjunto de criações do homem. Diferenciando-o dos outros animais por se associarem e se organizarem racionalmente, com plasticidade e tentando dar outras feições a natureza de violência. O absoluto residiria nisto, na experiência concreta e cultural do homem, em sua forma e tentativas, e não numa metafísica transcendental, inclusive, com direitos originários.

E, neste sentido, para Tobias, era preciso historicizar o país, para dá-lhe um rumo, uma direção correta, de acordo com a marcha do progresso da organização racional da sociedade. Escreveu Tobias no seu texto *O Poder Moderador* de 1871: «O único meio de salvar e engrandecer o Brasil é tratar de colocá-lo em condições de poder ele tirar, de si mesmo, quero dizer, do seio de sua história, a direção que lhe convém». Esta importância da orientação do pensamento nacional também será cara a Sílvio Romero, que terá como objetivo integrá-lo à «intuição crítica moderna». Mas, ao contrário de Tobias, Romero estava mais preocupado com a antropologia, a etnologia e as ciências sociais no estudo da formação do país. E menos com uma ontologia a partir da categoria de cultura. Neste sentido, ele afirma:

«Como quer que fossem diversas entre nós as índoles mentais, cada um foi fazendo a sua obra e a mais rápida observação é suficiente para notar facilmente as diferenças de estilo, de assuntos, de métodos, de doutrinas. É assim que, em poesia, Tobias não passou do lirismo condoreiro e eu combati, desde 1869, esse hugonismo e iniciei a nova intuição da poesia transfigurada pela filosofia de nossos dias; que, em crítica literária, ele fugia dos assuntos brasileiros e do brasileirismo, e eu os procurava sempre de preferência; que, em filosofia, não admitia a psicologia e a sociologia como ciências e eu lhes reconheço esse caráter; é assim que jamais pude admitir e explicar o desdenhoso modo de tratar Herbert Spencer. Não é tudo: há especialmente dois assuntos em que o meu modo de sentir e de pensar foi sempre completamente oposto ao seu: a poesia popular e a etnografia. Sabe-se que uma das bases da minha crítica aplicada à literatura, à história e em geral à vida espiritual brasileira, foi a apreciação etnográfica das raças que constituíram o nosso povo. Sabe-se mais que uma das primeiras aplicações desse modo de pensar foi justamente o estudo, a pesquisa da poesia, dos contos, das tradições populares, do folk-lore, em suma. Pois bem: Tobias Barreto não achava isto e tivemos intermináveis discussões a respeito. Não conseguiu modificar as minhas convicções neste assunto, nem alterar o sistema de meus trabalhos. A despeito do seu desacordo, coligi os Cantos Populares do Brasil, os Contos Populares do Brasil e escrevi os Estudos sobre a Poesia Popular Brasileiras. Outro ponto digno de nota de nosso constante desacordo era o da adoção da forma republicana em nosso

país. Espírito muito liberal, inimigo das vilezas e misérias perpétuas da política brasileira, Tobias, todavia, não foi jamais um sectário da república. Não concordei nunca com o meu amigo neste modo de pensar e, ainda muito moço, desde 1869, alistei-me entre os republicanos (ROMERO, 2002: p.245) .

Mais do que Tobias, Romero sempre teve mais curiosidade pelos estudos sociológicos e científicos. Romero preocupava-se sobretudo com os dados positivos da realidade, os fatos materiais, as evidências empíricas. Por isto, a metafísica era um dos alvos prediletos do sergipano, porque ó desta maneira ó ele atacava a predisposição para o infinito, para o imutável, para o essencialismo.

No transcorrer de sua vida, e de sua obra, Romero fez certo acerto de contas, admitindo uma ideia de ontologia, mas evolucionista. Os prelúdios para isto, já se encontravam nessa fase inicial, com o acolhimento de Spencer. Em *Doutrina contra Doutrina (1905)*, Romero critica o positivismo, pois foi importante numa época, para depois virar uma igreja de pensamento. O sergipano elogia o naturalismo de Spencer, e problematiza a profícua mistura entre Kant e Spencer, voltando-se a ontologia, sem nunca abandonar as críticas ao essencialismo. Assim, pela influência de Spencer e do evolucionismo, Romero estava mais voltado para o nascimento das ciências sociais no Brasil, e a orientação que esta daria aos rumos da nação do que propriamente a filosofia.

No conceito evolutivo de história tomado por Romero, as ideias se sucediam progressivamente em direção a maior liberdade do homem ao ãtrasoö da crença, sendo sempre renovada pela õverdade do momentoö, criando uma temporalização do conhecimento. E no sentido dado a história, o Brasil é analisado nesta perspectiva, trazendo junto, as ciências da época.

O sergipano é pioneiro na crítica naturalista das questões sociais e culturais. No naturalismo, as leis da natureza determinam as estruturas e o universo natural, e cada passagem de uma etapa a outra, ocorre uma evolução sendo produto delas. Romero é influenciado pela filosofia naturalista, mas incorpora a esta o elemento cultural, da direção do pensamento efetuado pela crítica antenada à õintuição modernaö. Desta maneira, a partir de um conceito finalístico da história natural, introduz o elemento cultural e plástico, que pode orientar o país de acordo com a marcha do progresso. Nessa introdução, permite o nascimento das ciências sociais para além da história positiva, mas a partir de uma perspectiva naturalista,

evolutiva e progressista. Por isto, ele pretende operar uma releitura da história nacional, em busca de sua formação para lhe dar orientação.

E para Romero, entender a marcha das ideias seria compreender o espírito do século, da vida material que se apresenta em movimento. Existe uma semelhança, para ele, entre a evolução da sociedade e das leis do espírito, com nexos causais dos processos naturais. Por isto, é possível utilizar um método das ciências na interpretação dos fatos históricos. Ele julga a história de maneira prospectiva: o espaço da evolução futura. Mas, o futuro da evolução seria ditado não só pela biologia, mas pela consciência. Nisto, consiste o papel determinante da intuição em Romero. Ela capta o espírito do século, trabalha com os fatos positivos após compreender para onde está indo, em sua marcha inexorável.

Sílvio Romero procura dar gênese à nação e inseri-la no progresso moderno, do desenvolvimento científico e da modernização material e dos saberes, a partir da incorporação ao pensamento nacional da intuição crítica moderna, baseada nas leis naturais. Ele procura uma dialética entre diferença e igualdade na incorporação do que vem de fora e na historicização de nossas singularidades que precisam ser dirigidas em direção à marcha do progresso. Por isto, os estudos culturais e as ciências sociais (com bases positivas) tinham para Romero muito mais influência do que para Tobias Barreto.

Em 1884, em seus *Estudos de Literatura Contemporânea*, Sílvio Romero discordava das ideias de Tobias Barreto, para ver na cultura certo prolongamento ontológico da natureza, na forma da criação cultural. Sílvio associa cultura e civilização, colocando a adição do elemento nacional na questão. Daí, a importância dada a sociologia e aos estudos da cultura popular. E para isto, era preciso criar um método crítico (com um comportamento irascível para tratar o país) que incorporasse as modernas ideias vindas da Europa. Uma tentativa confusa de adaptação, mas que pretende ser a base para analisar a formação do país, sem cair em plenos determinismos pessimistas, na falta de consciência e ação intelectual, explicando o projeto do autor. Uma ambiguidade nas ideias, uma ação ambígua, uma situação ambígua no país.

Assim, os integrantes da Escola do Recife não defendem um absoluto determinismo na fundação do país, como sugeriria as bases naturalistas de análise. Mas coloca também na ação e intuição intelectual, a responsabilidade dos problemas nacionais. Os antigos saberes clássicos, trazidos pelos jesuítas, seriam, assim, o alvo preferencial desses intelectuais. Já que, para eles, seriam os responsáveis pelo atraso do país, ao impedir que este direcionasse sua

intuição à marcha evolutiva da civilização, representada pelas novas filosofias. Por isto, politicamente se dirigiram a favor das reformas políticas, da República (em maior ou menor grau), das modernizações econômicas e institucionais. Mas, guiariam tais reformas pelo crivo das ideologias do progresso.

Existe nestes termos uma ambiguidade que simboliza este encontro entre teoria e práxis, preconizada pelos intelectuais. Se a nação e a identidade estavam em processo de feitura, afastando-se cada vez mais dos colonizadores, como descartar a tradição? Era só a história e cultura das gerações passadas que poderiam nos dar uma identidade. Mas esta era também responsável por nosso atraso, segundo tais autores. Por isto, era preciso um movimento duplo e ambíguo. Por um lado, mostrar os elementos da construção da cultura nacional, o que nos daria singularidade, e dar a isto uma estima que gere identidade. Mas, por outro, ter o ímpeto reformador e orientador, para pôr a cultura nacional, a partir de sua elite letrada, nos rumos da intuição crítica moderna, na marcha do progresso. Por isto, estes pensadores transitavam entre o pessimismo e o otimismo, entre o que chamavam de atraso em nossas tradições, e o que acreditavam ser força fértil para ofertar alguma originalidade ao mundo moderno.

Esta ambiguidade apresenta-se o tempo inteiro na obra cultural e sociológica de Romero, mostrando uma síntese confusa das várias vogas que passaram pelo país, numa busca abrangente de vários campos dos saberes: da biologia aos fenômenos históricos. Ao mesmo tempo em que falava numa teleologia da história, abria espaço para algum nível de liberdade para o homem, na sua participação consciente. Porém, esta consciência deveria estar relacionada com o progresso da ciência.

As ideias iam se esvoaçando na sua marcha em direção ao progresso. E no congelamento desse desbotamento temos um símbolo poderoso que apresenta as ambiguidades da construção do pensamento nacional, pintando o tempo histórico em que se vivia.

Por estas observações acerca da ação humana e sua liberdade perante a adequação da nação a teleologia da história, o seu olhar se volta para os estudos culturais e para o Brasil, elaborando uma crítica estética e estilística de orientação nacionalista. A partir dessa base filosófica, Romero irá fazer uma abordagem histórico-cultural, tratando a literatura e o folclore, por exemplo, como documentos históricos de cultura nacional. Isto a partir de um método: o método da crítica.

2.6. A função da crítica

Ao tratar da cultura filosófica nacional e das ideias filosóficas vindas de fora do país, Sívio Romero se apropria da ideia de método, que perpassa por toda ciência moderna, para tratar da cultura e identidade nacional. E o seu método é crítico, tentando realçar o seu caráter positivo. A construção da sua base filosófica irá lhe proporcionar a aquisição de uma metodologia para tratar dos problemas de formação do país.

O método crítico pretende captar o espírito do século, através da verdade relativa que surgirá do embate com as ideias anacrônicas, mortas na marcha da evolução. A crítica ilustra o espírito da humanidade, descobre a analogia das obras no envolver do tempo. Para além do comentário, a crítica não é só uma interpretação, especializando-se no esclarecimento científico, histórico e social.

O substrato da crítica é captar a fundamentação científica do pensamento, que a partir da evolução das leis naturais reveladas pela ciência hodierna, vai progredindo, e uma verdade relativa vai substituindo a outra, de acordo com o sentido histórico de cada época. Para Romero, a história era uma sucessão evolutiva, onde as verdades de hoje superavam as de ontem, e caberia a crítica parir a verdade nascente do momento. E como a cultura é um sistema, ela não pode abdicar da intuição crítica moderna para dar-lhe uma direção esclarecida para melhor fazer coletivo.

Assim, o criticismo de Romero é uma teoria do conhecimento, adotando a verdade como relativa, e se revelando a partir da lei dos contrastes. Diz Cândido:

õ(...) entende por crítica o fermento trazido em si mesma por toda ideia e que se eleva ante ela como negação, sempre que ela perde a sua funcionalidade. No processo evolutivo, o espírito crítico é o que, tomando conhecimento dos limites de um pensamento, revela as suas incoerências e propugna o pensamento novo, que lhe sucederá. Uma noção quase dialética, lembrando a teoria hegeliano-marxista da contradição interna de toda ideia ou estado socialö. (CÂNDIDO, 2006: p. 89/90).

Do materialismo, legou a ordem do ser social, sendo estas sucedidas a partir de uma lei interna. Criticar é ter contato com a realidade das coisas que estão de acordo com o espírito do tempo, é compreender a alma e sensibilidade de um povo, e dar-lhe uma orientação adequada a este tempo. O papel do crítico é interpretar este espírito do tempo, com a intuição adequada à ciência moderna, orientando o pensamento do país, dando-lhe substância, fazendo-lhe cair

tudo o que está estabelecido como anacrônico. Conclui Romero em sua *A função da crítica* (1880):

“Ela, aqui, não deve limitar-se ao empenho de mostrar o largo caminho que nos cumpre trilhar; deve, antes de tudo, desobstruir o terreno, juncado de velhos preconceitos e falsidades; deve alçar o látego destruidor e desfazer as legendas, para afirmar a luz”⁴⁴.

Desde seus primeiros escritos nos jornais, Sílvio Romero se mostrava um intelectual combativo, mirando suas armas intelectuais na direção de qualquer um com quem discordasse. Durante este caminho, Romero enfrentou uma série de dificuldades por conta de sua personalidade irascível e pela combatividade de suas ideias. A fúria dos criticados, e a reação nem sempre honesta, utilizando-se de outros meios, chamou a atenção de Sílvio e marcou muito de sua reflexão sobre o espírito nacional. Afirma ele:

“Não deixa de ser coisa perigosa o publicar neste país um livro de crítica. Além da falta absoluta que existe aqui desta ciência e disciplina de espírito, acresce que os nossos leitores, grandes e pequenos, como bons burgueses, estão tranquilíssimos com tudo quanto os cerca, e repelem soberbamente aquilo que os possa perturbar”⁴⁵.

A crítica moderna deveria enfrentar os problemas estrutura da elite letrada do país e do seu cotidiano e *modus operandi*. A vida espiritual brasileira, para Romero, seria pobre e mesquinha, marcada pela banalidade, e pela irritação com quem pretende trazer as novas ideias e os novos princípios. E esta incapacidade é a principal responsável por não termos um pensamento próprio, uma cultura filosófica, de autores que dialogam ou se enfrentam, sucedendo-se no tempo, e criando uma tradição de pensamento. Diz Romero:

“A força de desprezarmos a corrente de nossa própria história e pormo-nos fora do curso das idéias livres, eis-nos chegados ao ponto de não passarmos de ínfimos glosadores das vulgaridades lusas e francesas; eis-nos dando o espetáculo de um povo que não pensa e produz por si”⁴⁶.

Para reverter este quadro, seria fundamental dar importância à reflexão histórica. A aura negativa que orbita em torno da crítica, impede o entendimento dessa nova ciência, de sua força e alcance, em lidar com os fatos positivos e com o espírito da época. O trato irascível que é dado ao método crítico, inquieta Romero: “Em que pode prejudicar ao desenvolvimento espiritual de um povo o estudo que lhe mostrem quais as suas conquistas históricas e suas

⁴⁴ Acessado em: <http://www.casadobruco.com.br/poesia/s/silvior01.htm>. (02 de fevereiro de 2014)

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Ibidem.

aptidões imanentes?⁴⁷. Só no espírito crítico, o Brasil tomaria outra direção, a partir de um novo ambiente intelectual que lhe animaria, estando de acordo com a verdade do seu tempo. A crítica seria responsável por um futuro melhor desse país. Sílvia Romero explica:

“A nós que temos vivido de contrafações indigestas, a nós que não temos vida própria, que somos um dos povos mais deteriorados do globo; que, espécie de contrabandistas do pensamento, não temos a forma das grandes conquistas e das grandes verdades da ciência, só a crítica, a tão desdenhada crítica, nos pode preparar um futuro melhor⁴⁸”.

E para isso, é preciso escrever com paixão e criticar com paixão. Mas paixão pela ciência. Ela seria a guia da sinceridade, que nos levaria a verdade do tempo. O intelectual apaixonado pela verdade não se encanta com doutrinas ou sistemas, mas pela verdade relativa da época, por ter a nobreza das boas convicções e dos bons estímulos. As ideias, enfileiradas em marcha, vão se esvanecendo na irascibilidade crítica, em sua *cordis*. Afirma o sergipano:

“Para certa gente, escrever sem paixão eu sei o que quer dizer: é faltar à consciência e à dignidade, ter a cabeça cheia de parvoíces, que se derramam sobre o papel; é chafurdar-se constantemente no pestilento pélagos dos elogios mentidos e das bajulações indecorosas. Escrever sem paixão é repetir, em todos os tons possíveis, as velhas fraseslouvaminheiras, que povoaram este país de gênios e de prodígios, de sábios e de brilhantes; gênios e sábios em alguns medíocres, que nos têm dado uns folhetins... prodígios e brilhantes alcatifando os nossos rios gigantescos e as nossas selvas seculares⁴⁹”.

E artificialidade da cultura brasileira encontrava-se na metafísica ultrapassada pela ciência e no romantismo pitoresco e grotesco. A poesia romântica representava toda artificialidade da cultura intelectual do país, pois era falsa, tratando de símbolos inexistentes, de maneira pitoresca e não científica. A poesia romântica desandou a falar sobre os índios e a cultura popular, sem fazer um estudo científico sobre nossas lendas, nossos costumes, e nosso folclore. A ciência da crítica, ao contrário, pretende renovar o antigo terreno da filologia, das criações mitológicas e religiosas. Eis como Romero trabalha a literatura como um documento cultural. E este é o fio que nos leva para o próximo capítulo.

Neste capítulo, sintetizei: a) as raízes, formação e substância da filosofia moderna, ainda em sua variedade, a partir do primado do sujeito, do antirrealismo gnosiológico, do subjetivismo da ciência moderna, que possibilitaram ascensão do bando de ideias novas de

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Ibidem.

meados do século XIX; b) como as ideias nas elites letradas brasileiras estavam ligadas a ação dos homens e a independência da nação, desde a escolástica de teor lusitano, ensinada pelos jesuítas à filosofia moderna, as ideologias do progresso da nova geração, passando pela transição conciliadora do ecletismo; c) a base filosófica de Sílvio Romero, baseada visão teleológica da história, mas também culturalista, e orientadora da ação humana. A partir disso, analisei o âmbito de ideias novas trazidas pela Escola do Recife no quadro geral da elite letrada nacional, o que elas representavam na ação humana, e o quadro estrutural da época que apresentavam a partir de suas ambiguidades.

A verdade, para Romero, era sempre a do seu tempo. E nesta marcha, era possível alguma ação humana para adequar o pensamento e a cultura nacional a ela. A outra opção seria se entregar ao anacronismo e fracasso. O método para atualizar o pensamento nacional seria a crítica. E seria com este método que ele analisaria as manifestações culturais no país, a partir da literatura, poesia popular, folclore, etc. O seu projeto era criticar nossa formação cultural, a partir de uma dupla vertente. Por um lado, pessimista quanto a nossa formação racial e geográfica, por outro, otimista quanto à possibilidade de, através da crítica, modernizar o pensamento nacional, e criar uma nação culturalmente independente. É neste ritmo ambíguo de sua obra, que passarei a sua análise literária, a partir da função da crítica ao romantismo e dos estudos da poesia popular, e os problemas para a realidade prática que suscitavam.

INTERMEZZO I

MODERNIZAÇÃO E PROGRESSO PELA ÕNOVA GERAÇÃOö

O projeto moderno coloca o indivíduo no centro do mundo, ao prometer que com uso da razão subjetiva (pragmática, instrumental, etc.), do esclarecimento, das luzes, da ciência moderna, nos auto-conservaríamos melhor, através de um ordenamento racional e técnico. No *Fausto* de Goethe, o diabo Mefistóteles costumava dizer: òtudo que existe merece fenecerö. Na roda-viva dos processos de modernização e nas engrenagens do progresso, tudo parece se transformar em perecibilidade, mudança, devir. Tudo nos parece descartável. Neste sentido, o torvelinho moderno gera um impasse: promete felicidade, progresso, transformação do mundo ao redor; mas, ao mesmo tempo, nos tira a identidade, os encontros míticos e simbólicos, a constância, as bases transcendentais. A modernidade ultrapassa as fronteiras entre nações, religiões e culturas, numa espécie de universalismo formal; porém, de maneira paradoxal, vivemos na eterna desintegração, na cultura do repúdio (onde tudo está sempre a se reciclar, começar do zero, de novo e de novo), num turbilhão de mudanças, disputas, e contradições entre o antigo e moderno, gerando mal-estar e angústia.

Pois, no cerne do projeto moderno há uma promessa de felicidade, baseada na ideia de que a humanidade está sempre progredindo em direção à civilização. A justiça e a bem-aventurança saíram do céu e vieram para o mundo terreno, num processo de secularização. O paraíso não deveria ser mais esperado para o além da morte, mas dever-se-ia ser construído aqui e agora, desde que se confiasse na razão, nas instituições, na ciência. òO paraíso terreno é onde estouö, dizia Voltaire. A ideia de progresso suplanta o da eternidade, e o futuro é o refúgio da esperança.

Mas, evidentemente, as promessas feitas pela modernidade não poderiam ser cumpridas. Otimista com o futuro, embriagado de expectativa pelo paraíso próximo, da felicidade perene, e do gozo permanente, livre de todos os males e limites; os modernos se depararam com o abismo: o Século XX. Duas grandes guerras, genocídios, holocaustos, ditaduras que matariam mais do que quaisquer outras na história da humanidade, desagregação social, anomia, desenraizamento. Se antes admirávamos o mar e a promessa de terra futura onde jorraria leite e mel, de dentro do *Titanic*, o navio-símbolo do progresso; agora, voltamos nosso olhar para dentro deste navio (ou para dentro de nós mesmos), fazendo dele o próprio palco de nosso prazer efêmero, que nada mais é do que uma revolta permanente contra a realidade. Pois,

começar sempre de novo é esquecer aquilo que já se foi, onde tudo é destruído ó ao ser integrado ó em busca de uma salvação hipotética: salvemos todos, ao tudo destruir, para do ãzeroö o mundo recomeçar.

O fim da Grande Guerra e a irrupção de 1968 foi significativo no novo estágio do capitalismo e daquilo que gosto de chamar de õhipermodernidadeö nas trilhas de Lipovetsky. A base do capitalismo deixa de ser a poupança e o trabalho, e passa a ser o consumo e o desperdício. A vertigem de 1968 inaugura um novo dogma de felicidade, adaptado aos novos tempos, contra a visão restritiva. Agora é proibido proibir, mesmo que isto seja uma abstração sem sentido.

O projeto moderno concretiza-se na globalização, no império das instituições globais (ONU, UNESCO, etc.) contra as soberanias nacionais, na mercantilização da vida, na onipotência do indivíduo; mas, também, na universalização do consumo, na ampliação do conforto, e na segurança para lidarmos com nossas próprias vidas. A ideia de progresso foi ressignificada, e continua presente na gramática política e no cotidiano das pessoas, não sendo mais defendida de maneira ingênua. O nosso tempo, ao acompanhar a intensidade e (falta de) sentido de nossa vida, virou flexível e fluído. A instabilidade é a regra. Entregue as suas fantasias, ao dirigir os õseus reinos pessoaisö, o homem hipermoderno desfruta de sua liberdade a partir de uma postura impulsiva, e não raramente, histérica. Sem voz interior, mudando a cada instante, ensimesmado, mentindo para si mesmo, perdido sem a tradição e sem poder contar com reflexões a cerca de sua conduta, este sujeito vira um naufrago da existência, onde a confusão e falta de sentido predominam em suas atitudes. Em síntese, perdeu-se a experiência.

Se na época de Sílvio Romero, o naufrágio da crença no progresso não era tão evidente, pois, se vivia o auge desse entusiasmo com a ciência, agora, parece-nos mais evidente uma ligação intrínseca entre a modernização e a descrença em relação ao duradouro ou apodítico, seja transcendente ou assentado em hábitos e costumes antigos, fazendo uma ligação entre as novas e as velhas gerações: passado, presente e futuro. Num mundo de constantes mudanças, onde os homens movem a qualquer momento uma montanha de lugar, e dominam a natureza para dela extrair respostas, a ideia de essência ou algo constante não poderia nos parecer mais estranha. Tendemos a encarar o mundo a nossa volta como mudança, história e mera criação cultural.

Muito tempo atrás, incomodado com a celebração festiva do progresso e da capacidade técnica-racional, Machado de Assis irá ironizar ó com certa elegância ó esta nova geração encantada pelas ideias mais modernas vindas de fora, escrevendo em 1879, um pequeno e magnífico ensaio, intitulado *A Nova Geração*. Machado vê em boa parte da crítica da nova geração ao romantismo uma tendência à falta de prudência, ao preparo intelectual e a ponderação. Por tanto entusiasmo, faltava reflexão.

A poesia romântica era demasiada piegas e melancólica diante dos elogios faustosos da modernização. Além disso, os excessos da poesia subjetiva tinham chegado ao limite da puerilidade e abstração. A poesia nova alargava ão céu dos rapazesõ ao incorporar as ciências novas. Diz Machado:

õOs naturalistas, refazendo a história das coisas, vinham chamar para o mundo externo todas as atenções de uma juventude, que já não podia entender as imprecações do varão de Hus; ao contrário, parece que um dos caracteres da nova direção intelectual terá de ser um otimismo, não só tranquilo, mas triunfante. Já o é às vezes; a nossa mocidade manifesta certamente o desejo de ver alguma coisa por terra, uma instituição, um credo, algum uso, algum abuso; mas a ordem geral do universo parece-lhe a perfeição mesma. A humanidade que ela canta em seus versos está bem longe de ser aquele monde avorté de Vigny ô é mais sublime, é um deus, como lhe chama um poeta ultramarino, o Sr. Teixeira Bastos. A justiça, cujo advento nos é anunciado em versos subidos de entusiasmo, a justiça quase não chega a ser um complemento, mas um suplemento; e assim como a teoria da seleção natural dá a vitória aos mais aptos, assim outra lei, a que se poderá chamar seleção social, entregará a palma aos mais puros. É o inverso da tradição bíblica; é o paraíso no fim. De quando em quando aparece a nota aflitiva ou melancólica, a nota pessimista, a nota de Hartmann; mas é rara, e tende a diminuir; o sentimento geral inclina-se à apoteose; e isto não somente é natural, mas até necessário; a vida não pode ser um desespero perpétuo, e fica bem à mocidade um pouco de orgulho⁵⁰.

O ceticismo de Machado para com as coisas humanas nunca lhe deixou embarcar na euforia da mocidade pelas quinquilharias que viam de fora. Enquanto a humanidade se encantava por si própria e por sua capacidade de dominar as ameaças do natural, Machado utilizava de sua ironia para tratar de Narciso no espelho. Ele identifica uma nova tendência, fruto da voga cientificista que chega ao Brasil, que combate o subjetivismo do romantismo. E é certo quando ironiza Silvio Romero por descartar romantismo, idealismo, socialismo,

⁵⁰ Acessado em: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/critica/mact29.pdf>. 20 de maio de 2014.

positivismo, em três páginas e com inúmeras adjetivações, numa relação neurótica com o que há de sempre novo.

Machado afirma que, apesar da falta de estilo, Romero é um dos maiores estudiosos da nova geração, tecendo elogios ao seu trabalho sobre a poesia popular no Brasil. O mesmo elogio não pode ser estendido a sua poesia. A concepção científica não se adequa poeticamente a sua forma, dando a impressão de um ãum estrangeiro que apenas balbucia a língua nacionalö. Sobrava talento naquela geração, mas faltavam unidade e profundidade, devido a certo pedantismo fantasioso resultado da idolatria do futuro e de si mesmo: ãaborreecer o passado ou idolatrá-lo vem a dar no mesmo vicio; vício de uns que não descobrem a filiação dos tempos, e datam de si mesmos a aurora humana, e de outros que imaginam que o espírito do homem deixou as asas no caminho e entra a pé num charcoö.

A nova geração de progressistas frequenta os livros da ciência hodierna, sem escapar do perigo de fazer-se de superior ó com aquele ar entojado ó daquilo que lhe foi legado. Desejosos de mostrar o que os seus iguais ignoravam, os novos moços tendiam a se diferenciar como um objetivo, em busca de destaque qualquer. Machado advertia os moços com serenidade: ãdigo aos moços que a verdadeira ciência não é a que se incrusta para ornato, mas a que se assimila para nutrição; e que o modo eficaz de mostrar que se possui um processo científico, não é proclamá-lo a todos os instantes, mas aplicá-lo oportunamenteö. O escritor carioca alerta também a nova geração o espírito de seita dona da verdade, sempre tendente a cair no ridículo.

Nos alertas de Machado condensa-se boa parte dos fracassos das ideologias do progresso, que ficariam visceralmente e mortalmente expostas no Século XX. Um século de guerras, tiranias, genocídios, holocaustos. Um século dominado por homens que julgavam ter os futuros em suas mãos, e que podiam julgar o presente por esta sentença futurística.

George Steiner, publicou em 1971, *No Castelo do Barba Azul: algumas notas para a redefinição de cultura*. Neste ensaio, ele fez uma analogia entre os extermínios do último século e certa cultura que de longa data se construía. Para Steiner (1992), nenhuma catástrofe ocorrida, como holocausto, não foi antes arduamente desejada pela cultura letrada do Velho Continente, preenchida de tédio, torpor, fastio, e um desejo incontido por algum evento que desse sentido a vida. Vida esta, despotencializada de qualquer sentido depois da ãmorte de Deusö. O mal-estar da cultura e o niilismo convivem dialeticamente com a euforia incontida pela razão, pela ciência, pela celebração do homem (ou seja, de si mesmo), e anunciam o

purificador sangue dos sacrifícios em prol do futuro que foram as revoluções e as guerras mundiais. Uma espécie de volta as religiões imanentistas, que ofertavam o sangue sacrificial aos deuses (neste caso, o futuro redentor).

Os fracassos das ideologias do progresso produziram mais um dos seus filhos: o relativismo. Na presunção de chegar a certezas absolutas ou mesmo a um sistema total que se apresentaria na autoconsciência histórica, através dos métodos instrumentais da ciência ou do inquerimento da razão; os homens decepcionaram-se com a ideia de verdade, tornando todos enunciados iguais entre si (o que já inviabilizaria a própria igualdade de enunciados, já que este é só mais um deles, sem conteúdo intrínseco de verdade que pudesse ser julgado). A crise da razão encontra-se na perda dos seus fundamentos: na tendência da alma para contemplação, que abre o universo como uma totalidade em suspensão. Ao contrário do animal, que só entende o mundo a partir do seu em torno e de suas impressões visuais; o homem apreende imaginariamente o sentido das coisas na própria linguagem (que só pode se realizar pelo princípio da identidade). Mas, a apreensão de qualquer realidade é impossível de ocorrer sem ambivalências. O tido conhecimento objetivo não deixa de ser aprovado por um consenso socialmente útil (como a classe letrada), não fazendo sentido negar as certezas conscientes vindas pelas evidências diretas de um indivíduo isolado.

CAPÍTULO III

A CRÍTICA AO ROMANTISMO: A LITERATURA LIDA COMO UM DOCUMENTO DE CULTURA.

"Em todas as coisas está presente o eterno".

Wolfgang Goethe.

Na vida da literatura no século atual há um quadro mal desenhado, um quadro sombrio, que há de parecer extravagante a futuros apreciadores: é o da tristeza romântica.

Sílvio Romero.

3.1. O Combate ao Romantismo

3.1.1. Surge o movimento romântico.

Mais do que uma escola artística, com um sistema de ideias e práticas mais rígidas, o romantismo foi, antes de tudo, um movimento, simbolizando sintomas de uma época de passagem, em transformação. Surgido nas últimas décadas do Século XVIII na Europa, o romantismo não se restringiu às questões artísticas ou literárias, mas também tratou de problemas políticos e filosóficos, caracterizando-se em muito, na oposição ao racionalismo iluminista, no contexto de formação da sociedade liberal.

Giovanni Reale (1990) afirma que o termo *romântico* apareceu pela primeira vez na Inglaterra, na metade do século XVII, indicando aquilo que era fabuloso, fantástico, fora das medidas da realidade. O próprio termo *romance* passa a designar uma história pitoresca, mágica, para além do mundo real. Com o tempo, este termo passou a designar o renascimento do instinto e da emoção, numa época em que estas estavam cada vez mais sufocadas pela instrumentalização da razão, pelo cálculo das coisas materiais, e pela operacionalidade da ciência.

O romantismo surge no momento que dois acontecimentos irão delinear a formação de uma época: a Revolução Industrial e as revoluções modernas, inaugurada na Europa ocidental pela Revolução Francesa. O movimento romântico surge como a primeira resposta estética, cultural, e filosófica, a esta sociedade que está se formando. Opondo-se ao universo das

formas racionalistas e da harmonia do classicismo; o romantismo representa, para o poeta alemão Novalis, uma arma de defesa contra o cotidiano, na modorra de sua banalidade vangloriada, em seu tédio constante. Significando, portanto, uma reação à mediocratização da vida espiritual no mundo moderno. Não raro, o romantismo foi, por isto, estigmatizado não sem alguma razão pela nostalgia idílica do passado.

Para Peter Gay (1999: p. 49), a chave do romantismo é o reencantamento do mundo. Na modernidade, segundo Max Weber, existe um projeto de autonomia no domínio privado nas esferas criadoras de valores (como a ciência, a arte e a moral), em detrimento dos símbolos metafísico-religiosos que, anteriormente, davam sentido e comunhão à vida humana. Weber denomina este processo de desencantamento do mundo: racionalização crescente que se manifesta na conduta humana. O homem vai largando a esfera da transcendência. Assim, uma das motivações do romantismo (GAY, 1999: p. 49), especialmente o alemão, é restaurar o mistério, pois os iluministas tinham degradado a vida interior do homem quase por definitivo. Era preciso repensar o processo de secularização do mundo, a partir do resgate da imaginação, da natureza, do instinto, através de uma realização melancólica no interior da alma do homem.

Mas, na sensibilidade romântica havia também o amor pela ambiguidade, pela perplexidade, pela complexidade do mundo moral, pelas coisas sem solução, irresolutas. Um sentimento de inquietação consigo mesmo. Essa inalcançabilidade era descrita como o estado de ânimo do anseio (*Sehnsucht*): uma motivação que jamais pode ser alcançada, encontrando na sua necessária angústia, um sentimento de satisfação.

Longe de ser uma escola homogênea, o romantismo representou mais um movimento de reação à época que se formava, com diferentes intensidades, e defesas até mesmo opostas. Nem sempre os românticos concordavam em torno de assuntos como revolução francesa, religião, e ciência; mas podemos identificar algumas características em comum na formação do movimento.

A primeira é a oposição entre imaginação e razão, ou em certo sentido, entre razão contemplativa (que almeja captar em centelhas a totalidade do real em sua complexidade e diversidade) e razão instrumental (interessada na operacionalidade). Neste sentido, eles objetivavam o resgate da magia, que seria a apresentação da verdade como forma de revelação.

Os românticos possuem sede pelo infinito. Para Goethe, o eterno apresenta-se em todas as coisas. Ao mesmo tempo, essa vontade é irrealizável, a não ser por um curto momento de vislumbre. Reale (1990) afirma que o romântico também expressa esse desejo por infinito como "*Streben*", ou seja, como "tender" para algo que nunca cessa, sendo sempre perene, já que as experiências humanas e materiais são todas finitas, mesmo que seu objeto seja o infinito, estando em transcendência. Por fora dela, transcendente, o infinito daria sentido e profundidade ao finito. É justamente este movimento, o *Streben*, que salva o protagonista Fausto no romance de Goethe.

Nesse sentido, tanto a filosofia do romantismo é arte e estética, e a poesia está em acordo com essas concepções gnosiológicas: a filosofia como estética, deve captar e apresentar esta re-ligação do finito ao infinito. E a arte deve fazer esta realização, sendo o eterno que se manifesta em todas as coisas. A filosofia caminha com a arte, porque o pensamento só pode ser autêntico como inventividade. E o amor é o seu método, o seu caminhar.

A segunda característica é a concepção de natureza como vida que cria eternamente, na qual a morte é um "artifício para ter mais vida"⁵¹ (Goethe). Os românticos retomam a concepção antiga dos gregos da *physis*. A força da natureza é a própria imitação da potência do divino. Holderlin exclamava: "Sagrada natureza! Tu és sempre igual, em mim e fora de mim, ao divino que está em mim"⁵². Por sua vez, Schelling afirmava que a natureza era a manifestação do absoluto. Para Novalis, o poeta entenderia melhor a natureza do que o cientista, porque a capta por contemplação e não por métodos experimentais.

Desta maneira, a natureza deixa de ter a concepção mecanicista-iluminista, e passa a ser entendida como vida que se cria eternamente, um organismo, um jogo móvel de forças gerador dos fenômenos, que não pode ser capturado, mas só contemplado, por representar a própria força do divino.

Outro significado do romantismo (em especial, o inglês) são as críticas ao utilitarismo de Bentham. Este era um filósofo e jurista inglês que fundou uma ética baseada na ideia de utilidade, correspondendo à defesa de que nossa ação seria mais correta e benéfica pra sociedade, desde que nos guiássemos pelo critério da felicidade pessoal. Bentham foi também o criador do panóptico, que corresponderia à observação total do indivíduo, sendo um esboço

⁵¹ REALE, Giovanni. **História da Filosofia: v.5**. São Paulo: Paulus Editora, 2000 (p. 26).

⁵² Idem.

para as instituições vigilantes de uma sociedade racional. O poeta romântico inglês, Samuel Taylor Coleridge, era um conservador espiritual, e enxergava na doutrina de Bentham um inimigo contra a moral, a tradição, os costumes e a beleza. Para Coleridge, Bentham seria um representante do intolerante secularismo industrial, um sistema construído no empirismo racional de Locke e nos filósofos franceses. O poeta inglês era um admirador de Platão, e acreditava que as luzes sem a fé e a imaginação, eram inimigas do próprio conhecimento. Princípios ó e não o cálculo pragmático ó era necessário para o bem agir.

Os românticos europeus queriam exaltar a natureza, cultivar a imaginação e a emoção, valorizar os costumes de um povo, conservar as tradições, enraizar-se novamente. Contra o mundo que nasce da revolução industrial, contra o iluminismo e o racionalismo, os românticos se atraíam pelo lirismo, pela subjetividade, pelas emoções do eu. Eles eram nacionalistas, por que acreditavam que as tradições e costumes de um povo, num contato entre as gerações, eram mais importantes para o bem viver do que a razão universalista do iluminismo, que queria suprimir as particularidades locais.

Em decorrência disto, temos a quarta característica dos românticos: a defesa das tradições locais, dos costumes, dos hábitos. Num contexto de consolidação dos estados nacionais, os românticos desconfiavam da uniformização das ideologias do progresso. O nacionalismo seria representante da tradição local, da identidade de um povo, daí a importância cada vez maior que assume o estudo da cultura popular.

A religião, em geral, será alvo de grande controvérsia entre os românticos. Mas, principalmente no romantismo alemão, ela será revalorizada como relação do homem com o infinito e com o eterno, sendo colocada em patamar muito mais elevado ao qual era renegada pelo Iluminismo, que separava arbitrariamente fé e razão, religião e ciência. Em especial, havia uma defesa da religião cristã.

Marcante entre os românticos era também a importância dada à figura do gênio. Ele é a própria criação artística, expressando por centelhas a suprema expressão do verdadeiro e do absoluto. Novalis dizia: "Sem genialidade, nós todos não existiríamos. Em tudo é necessário o gênio". Para ele, a genialidade é o instinto mágico, a "pedra filosofal" do espírito. O gênio possui uma força originária, que imita a natureza e se torna regra de si mesmo.

Todas essas características dos românticos desaguam em dois conceitos do romantismo alemão: *Sturm und Drang* (tempestade e ímpeto). Para Reale (1990), estes conceitos

promoveram uma reviravolta no panorama das ideias e da estética, pois ao compreender a natureza como força criadora da vida, aproximava-se do panteísmo, e contrapunham-se as tendências das luzes de colocar o divino na razão suprema. Disto, ocasiona-se a predileção por sentimentos exagerados, excêntricos, pela desmedida, pelas paixões impetuosas. Autores como Goethe, Schiller, Novalis, Holderlin, Herder, deram expressão a essa filosofia em seus trabalhos.

Há uma contradição entre os estudiosos se esse espírito impetuoso antecipa nas letras o que depois será a irrupção da Revolução Francesa, ou se já é ele uma reação a toda atmosfera iluminista e racionalista, que irá desaguar nela. Para Reale (1990), trata-se de uma reação do espírito alemão depois de séculos de torpor, tornando-se um anúncio do romantismo, em sua valorização do místico, do selvagem, do primitivo, das emoções. Um movimento que se passa não só nas letras, como na filosofia com as traduções dos diálogos platônicos feitos por Schleiermacher, reconduzindo-os as discussões filosóficas, conceitos fundamentais para os românticos, como a teoria das ideias, a anamnese, e a concepção de alma.

Um dos mais destacados românticos, Friedrich Schiller era um entusiasta da Revolução Francesa, e irá dizer que o caráter moral de um povo mede-se pela beleza tocando suas almas a partir da capacidade estética. Como no platonismo, o belo alia-se ao bem e ao justo, e torna-se meio para o conhecimento. Enquanto Friedrich Novalis, sendo bastante influenciado por Platão, encarava a filosofia como nostalgia, já que o ímpeto pelo verdadeiro representava um desejo de retorno à sua casa, à sua dimensão original e completa, sem enganos. Desejar a verdade era desejar o bem, almejar o eterno e o sublime. Por isto, Novalis era favorável a restauração da República Cristã.

Estes homens, portanto, representam mais do que um grupo, mas um estado de espírito, que formará o movimento romântico, com uma visão de mundo, por vezes extremamente ensimesmada ao se basear excessivamente no indivíduo. Os românticos voltam-se cada vez mais para si mesmos, sua interioridade, com as experiências de dramas humanos, amores trágicos, ideais que não foram alcançados, fracassos, etc.

O termo romântico passa então a se popularizar como tendência exacerbada ao idealismo, ao sonho e à fantasia, que carecem de sentido objetivo. Contra o equilíbrio dos clássicos, baseia-se no fugaz, na inspiração, na intuição, nos insights, na paixão desmedida, na saudade, no sentimento da natureza e na força da cultura popular e das lendas nacionais. Por

isto, inspira-se nas lendas medievais e nas primeiras histórias de cavaleiros e donzelas do século XIII.

Encontramos diferentes romantismos na busca pelo reencantamento do mundo, todos com diversos tons e sentidos de individualismo. Enquanto o romantismo alemão valorizou mais a relação do eu e do particular com o eterno, o infinito, e o religioso, o romantismo francês era mais subjetivista, mais irrupção do eu e do império de sua vontade, sendo menos religioso e mais onipotência do desejo. Muitas vulgarizações também foram feitas nas margens do mundo moderno.

Por sua natureza melancólica, opostas ao entusiasmo com o progresso e domínio da razão, muitos intelectuais da geração de 1870, como os membros da Escola do Recife, voltarão suas críticas ao romantismo brasileiro, como representante do atraso nacional, que impediria a orientação das novas ideias progressistas.

3.1.2. O romantismo no Brasil.

Antônio Cândido (2009) afirma em *Formação da Literatura Brasileira* que a literatura torna-se estável como um elemento cultural de um povo, quando firma-se num sistema de obras interligadas, com um público estabilizado de leitores. Assim, a literatura torna-se orgânica diante da sociedade, e pode fixar uma articulação de idas e vindas de longa duração. Portanto, a literatura de um país só amadureceria se estivesse ligada a um sistema literário, onde autores produzem e publicam suas obras, e são lidos por um público assíduo de leitores, gerando uma tradição.

Entre nós, a literatura é organicamente fruto da literatura ocidental ó que nos chegou com a colonização ó sendo modificada e ressignificada com as singularidades do Novo Mundo. A influência do de fora e o desejo imperioso de destacar nossas particularidades ao acentuar o que existia de original no país, são partes da dinâmica que constrói a literatura por aqui. Assim, a literatura não nasceu aqui: veio pronta de fora, para transforma-se à medida que se formava uma sociedade nova (CÂNDIDO, 2009: p.12). Uma dialética entre o local e o cosmopolita na fórmula explicativa de Cândido. Daí, certo sentimento de dualidade na formação da nossa literatura.

Ao utilizar a ótica da literatura, Cândido apresenta os vários momentos em que, nos primeiros séculos depois da descoberta do Brasil, os brasileiros tentaram se desligar da herança portuguesa, buscando a autoafirmação e uma identidade nacional singular. O meio

privilegiado para esse tipo de estudo é o cultural, onde os traços mais importantes e as características mais decisivas deste espírito nacional aparecem. Ele percebe que, nos momentos iniciais, as letras tupiniquins buscavam um traço ãossoö que, ao mesmo tempo, não se afastasse do que estava sendo feito no resto do mundo ocidental.

Para Cândido (2009), foi mais especificamente no século XIX, entre o Arcadismo e o Romantismo, que se formou um sistema literário no Brasil, onde a literatura deixa de ter produções isoladas, para ser praticada como atividade regular, já tendo como referência uma tradição local. No fim do Arcadismo, com o surgimento dos gêneros públicos, em função da efervescência política, teremos o òjornalismo de ensaioö, tendo em Hipólito da Costa sua figura mais representativa, revelando uma reflexão crítica na literatura da realidade nacional. O fervor pelo crescente desejo de superação do estatuto colonial, somado a concepção ilustrada da inteligência a partir da segunda metade do século XVIII, preparou o terreno para o amadurecimento da consciência nacional do período joanino.

Se, na Europa, o Romantismo surge contra a sociedade que nascia do capitalismo industrial, contra a harmonia das formas clássicas, contra o culto da razão, da ciência, do progresso; na periferia do Ocidente, ele nasce no mesmo momento que era preciso criar uma sociedade civil, inventar e recriar tradições, época de grande admiração pelo progresso do mundo civilizado.

No Brasil, o Romantismo foi o estilo que prevaleceu entre 1830 e 1880, ou seja, desde o período da Regência até os primeiros anos da guerra do Paraguai, quando a crise do império já se fazia sentir. A ambiguidade em sua construção nas letras nacionais residia no fato do Romantismo ser análogo à ascensão e apogeu do Segundo Reinado, período de crescentes modernizações; e por outro lado, ele era primeira grande resposta estética da cultura ocidental ao mundo moderno e à sociedade liberal. Um tremendo movimento duplo.

A sociedade e as condições materiais que formaram o romantismo na Europa eram muito diferentes das brasileiras. Aqui, o Romantismo beneficiou-se do processo de formação do estado nacional e de institucionalização do saber; principalmente, da atividade literária. O Romantismo Brasileiro procurar preencher o movimento romântico com os símbolos nacionais, sendo, para MERQUIOR (2002), òo nosso primeiro sistema literário não só dotado de consciência ideológica, como de uma consciência programática da sua brasilidadeö. O crítico também afirma:

Esse período de afirmação nacional necessitava, ao nível da cultura de suas elites, de um complexo mitológico suscetível de celebrar a originalidade da jovem pátria ante a Europa e a ex-metrópole. Nesse ponto, entram em função o exotismo romântico e o gosto pelo passado remoto: a sociedade tribal ameríndia de antes da descoberta era, de fato, a nossa Idade Média. O indianismo é, assim, descoberto pelos românticos, como alimento mítico reclamado pela civilização imperial, na adolescência do Brasil Nação. O amparo que o mecenato oficial deu à épica indianista traduz o reconhecimento dessa função ideológica. Além disso, utilizando-se de gêneros menos nobres e mais populares do que o repertório neoclássico, a literatura romântica manteve-se permeável à criação folclórica e à subliteratura, isso numa sociedade pouco livresca e escassamente letrada. Por meio dessa porosidade cultural, a produção romântica entrou nos costumes e, face aos estilos dos seus sucessores, estava ao alcance intelectualmente pouco elevado de estudantes e senhores. O enraizar-se do romantismo representou o triunfo da oralidade na literatura: o predomínio da experiência da palavra falada sobre o hábito sistemático da leitura reflexiva. (MERQUIOR, 1996: p. 80-81).

Portanto, há uma dialética político-cultural na formação do romantismo tupiniquim. Se o europeu se erigia contra a homogeneização da sociedade europeia liberal e civilizada, que fazia altares para razão e ciência; na América Latina, ele incentiva que a nação se civilize, ao mesmo tempo em que vai buscar no passado referências para tal obra. Isto cria um significado duplo no romantismo latino-americano, num diálogo entre progresso e tradição, futuro e passado.

O Romantismo na Europa fez da natureza uma idealização do passado, contrapondo, tradição versus autonomia da razão. Na América Latina, a natureza funcionava como uma idealização da futura nação. Era preciso intercalar o futuro da nação, os símbolos da identidade nacional, e o passado colonial.

Ao contrário de outros países da América espanhola, que possuíam uma visão mais negativa a respeito do passado colonial, no Brasil, houve um *tertius* entre estes dois elementos. Assim, o passado colonial evocaria a grande nação futura. O passado da futura nação funcionava como uma espécie de profecia sagrada, materializada no tempo, prestes a se cumprir, a partir da evocação de seus símbolos.

A defesa das culturas locais do Romantismo combina com a ideia nacionalista. O filósofo romântico alemão Johann Gottfried Herder, era contra a uniformização das luzes iluministas. Ele era antiuniversalista, pois só Deus poderia abarcar a unidade do ser. Por isto, esta unidade apresentava-se materialmente na forma de várias culturas. O Romantismo

nacional possuía uma missão histórica, fruto desta combinação com um momento histórico que vivíamos: a independência da nação. Com esta, veio à necessidade pela busca da autonomia cultural do país, e de tradições que dessem uma identidade ao povo que habitaria a nação recém-soberana. Por isto, podemos dizer que o Romantismo maturou e difundiu a ideia de Brasil.

Com a vinda da família real ao Brasil e com o processo de independência do país, a vida social agitou-se, marcando a literatura por um intenso período de participação na formação da cultura letrada. Acentuando ainda mais o sentimento de que a literatura brasileira deveria ser diferente da portuguesa, ensejando nos nossos escritores a vontade de falar (e talvez, explicar) o país, através de seus romances. Neste sentido, a literatura romântica cumpre um papel na formação da identidade nacional, falando do Brasil indígena, rural, regional.

A nossa literatura tenta superar o sentimento de inferioridade, gerado pela inadequação entre as medidas adotadas de fora (de países europeus com condições sociais, culturais e geográficas bastante diferentes) e a realidade de dentro, um país tropical, mestiço e culturalmente muito diferente; exaltando nossas singularidades, como forma de autoafirmação. O romantismo faz parte deste processo de pretensa negação dos valores portugueses, que, na verdade, encobria certo fascínio e dependência.

Neste sentido, em *Literatura e Sociedade*, Antônio Cândido (1980) argumenta que a literatura brasileira empenha-se na pesquisa e descoberta do país, construindo-o simbolicamente ao mesmo tempo em que, o representava em sua tinta e imaginação. Num país recém-independente, os românticos procuravam mostrar suas tradições próprias, independentes das portuguesas, tentando aprofundar no passado a própria realidade presente, a fim de demonstrar que possuíamos a mesma dignidade nas nossas raízes históricas. Mais do que os outros saberes, a literatura vai exercer, entre nós, papel fundamental na formação do espírito nacional, Cândido argumenta:

Diferentemente do que se sucede em outros países, a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito. (...)

Ante a impossibilidade de formar aqui pensadores, técnicos, filósofos ela preencheu a seu modo a lacuna, criando mitos e padrões que serviram para orientar e dar forma ao pensamento. Veja-se, por exemplo, o significado e a voga do indianismo romântico, que satisfazia tanto às exigências rudimentares do conhecimento (graças a uma etnografia intuitiva e fantasiosa) quanto às da sensibilidade e da

consciência nacional, dando-lhes o índio cavalheiresco como alimento para orgulho e superação das inferioridades sentidas. (CÂNDIDO, 1980: p.130-132).

Na formulação da identidade nacional seria preciso rever as tradições do nosso povo, recuperando símbolos. Os primeiros poetas românticos manifestaram o desejo de exaltar a natureza, a história, as especificidades, os sentimentos e os costumes nacionais. A terceira geração de poetas românticos, representada pela figura de Castro Alves, irá resgatar as tradições africanas na construção da identidade nacional. Neste momento, o movimento já passava pela influência do abolicionismo, pelas questões sociais, voltando-se para ideia de futuro, e abrindo caminho para o realismo e o naturalismo.

Deste modo, a literatura foi fundamental para formar a consciência nacional e investigar o cotidiano e os problemas brasileiros. Mais do que qualquer outra área foi sob sua insígnia que se desenvolveu o espírito da cultura letrada brasileira. Para Cândido (1980), será Machado que condensará a dialética entre o local e o cosmopolita, justamente por ter uma visão histórica da formação da literatura e da ilustração brasileira, aparecendo nos jornais, também, como crítico literário.

Éramos um povo adolescente, querendo tudo negar daquilo que nos foi legado pelos portugueses. Na evocação do passado, tínhamos os elementos diferenciadores, como o índio, o negro, a natureza, o regional; mas faltava a maturidade das permanências. Enquanto uma boa parte da geração de 1870 (o que Machado chamava de ãnova geraçãoö) encantavam-se com a ciência e as novas filosofias modernas vindas da Europa, Machado de Assis representava a maturidade das letras nacionais, equilibrando o universal com o local. O que a literatura precisava era de um ãsentimento íntimoö, onde o escritor ao mesmo tempo em que está situado no tempo e espaço, mantenha sua universalidade característica. Assim, a literatura nascente só estaria consolidada, quando após o período de autoafirmação, os autores tivessem competência para também tratar temas universais, não se restringindo a temas locais.

Neste contexto, a literatura vai se desenvolvendo no país não só como arte ou estética, mas como política ou política cultural. A pergunta: ãqual literatura?ö era sempre prosseguida da pergunta ãqual nação?ö. Pois esta não havia se criado magicamente a partir do ato mesmo de sua independência, e era preciso criá-la, consolidá-la, dá-lhe lastro. O poder que se cria após a independência não possui a devida legitimidade histórica, baseada nas tradições e costumes, portanto, falta-lhe ser legítimo diante do espírito local, das diversidades regionais.

A literatura constata, junto com a política, que era preciso criar e consolidar a soberania nacional. Neste sentido, no processo de formação de uma cultura letrada, era preciso também evocar os símbolos condensados. Eis um dado de experiência concreta, real e material, que os românticos tiveram que lidar ao erigir suas obras. Essa experiência histórica irá marcar a formação desta escola no país, e irá marcar o próprio transcorrer de fatos e do imaginário nacional no Brasil.

Quando o Romantismo aporta em terras brasileiras, havia inúmeros problemas de educação no império. A nossa ilustração geralmente era educada no exterior, principalmente na antiga metrópole, Portugal. A formação de uma elite letrada no país, expressando-se de maneira mais homogênea data-se desde Minas Gerais, com o Arcadismo e as revoltas, como a Inconfidência Mineira, por causa das pressões fiscais do estado metropolitano.

A maior influência do Romantismo brasileiro (assim como; o português) vem do francês. Diferente do Romantismo alemão, de quem foi uma imitação vulgar, o Romantismo francês foi inicialmente um promulgador das ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, que se espalharam pela Revolução Francesa. Decepcionado com os resultados obtidos pela revolução, como o terror e o bonapartismo, os românticos franceses voltaram-se a crítica ao materialismo da sociedade que vindoura. A segunda geração de românticos foi profundamente marcada pela decepção e pessimismo.

Um dos percussores do Romantismo na França, e um dos mais influentes no Brasil, François-René de Chateaubriand, que acreditava que a ciência não poderia chegar ao coração das pessoas, mas apenas a sua inteligência. Outro romântico muito influente foi Alphonse de Lamartine, que conseguiu um grande destaque na poesia com a obra *Meditações Poéticas* (1820). Mas, a maior expressão entre os franceses viria logo depois, com Victor Hugo, autor de *O Corcunda de Notre Dame* e *Os miseráveis*. Com ele, temas políticos e sociais eram trazidos ao romantismo.

O romantismo francês não tinha tanto teor filosófico, não era baseado na transcendência platônica, e na íntima relação entre contemplação, anamnese, e busca pelo inacessível eterno e infinito, com o romantismo alemão. Na França, ele foi mais maniqueísta, pois tinha gosto pelas simples oposições: ciência e imaginação, razão e coração, cálculo e sonho. E, por isto, foi por vezes, ao contrário do alemão e inglês, radicalmente anticlerical, pessimista, mas também, com facetas mais sociais e políticas. E foi este tipo de romantismo que foi mais

influyente no Brasil, num momento de transição do país após a independência. Menos conservador, no sentido anglo-saxão ou alemão, e mais moderno.

Entre 1833 e 1837, um dos fundadores do romantismo entre nós, Gonçalves de Magalhães, morou em Paris, e tomou contato com seus jovens poetas e escritores. Lá, ele viveu a atmosfera conturbada da Restauração e da Monarquia de Julho, e criará uma busca interessante pelo país (Brasil) num outro (França). Para pensar o Brasil era preciso analisar o seu passado colonial. E Gonçalves de Magalhães era francamente hostil aos fatos anteriores da nação. Já em outros românticos, veremos abertura e aceitação de nossa herança. Varnhagen irá dizer que foi positivo para jovem nação ser tutelada em seu passado, e que isto permitiria a realização do país, pela herança e tradição legada.

Em busca desse passado, os românticos criam uma historiografia literária, para dar cabo ao projeto de uma literatura de identidade nacional. Era preciso, então, buscar a independência literária do Brasil, na busca por suas raízes. Desta maneira, o romantismo irá navegar na memória, para descobrir a nação. Pra isto, era preciso buscar a natureza americana, como já tinha sido feito, de certa maneira, por Basílio da Gama e Santa Rita Durão.

Para melhor divulgar suas ideias, um grupo de escritores brasileiros residentes na França decidiu fundar a primeira revista que divulgaria o romantismo brasileiro. A revista se chamava: Niterói, revista brasiliense. Não deixa de ser interessante o fato de ela ser publicada no exterior, por jovens estudantes, objetivando a divulgação de cultura no Brasil.

Esta revista era o campo da primeira geração de românticos, tornando-se sua porta-voz, ao levantar questões fundamentais para a cultura e identidade da jovem nação: nativismo, autonomia literária, renovação estética. Na epígrafe da Niterói, constava: *ótudo pelo Brasil, e para o Brasilö*. Entre seus escritores estavam Gonçalves de Magalhães, que tinha assistido aulas de MontAlverne; Araújo de Porto Alegre; e, Francisco de Sales Torres Homem.

A Niterói teve apenas duas edições. Em geral, a revista tratava de economia política, literatura nacional, com crônicas, poemas e contos. As principais influências que apareciam na revista eram: Madame de Stael, Chateaubriand, Constant, Say, Cousin. No primeiro exemplar, trazia um artigo de Gonçalves de Magalhães, *Ensaio sobre a história da literatura no Brasil*, onde ele defende a ideia de que os escritores brasileiros guardavam um "instinto oculto", que os fazia diferentes dos autores de outras nações, a despeito da influência cultural

da metrópole, e do instinto nacional que lhe recorria. A tiragem da revista era pequena e a pretensão de sua publicação mensal foi frustrada pela demissão de Gonçalves de Magalhães do cargo que ocupava na legação brasileira na França.

Em 1848, outra revista foi fundada: *Minerva Brasiliense*. Ela trazia comentários, artigos, e notas bibliográficas, sobre a literatura francesa, grega, e argentina. Entre seus escritores e editores estavam Gonçalves de Magalhães, Torres Homem, Pereira da Silva, Santiago Nunes Ribeiro, Joaquim Norberto Souza e Silva, e Emilio Adet. A revista contava com poemas, romances e contos. A *Minerva Brasiliense* trazia uma novidade: a preocupação modernizadora. Na introdução do primeiro número, é publicado um artigo de Torres Homem, intitulado *Progresso do Século Atual*, onde são narrados os avanços no último século no Ocidente, em direção a õperfectibilidade humanaö.

Em 1849, irá surgir a revista *Guanabara*, dirigida por Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves Dias e Araújo de Porto Alegre, que tinha preocupação central com o desenvolvimento moral e intelectual do homem, diferenciando-se das outras pelas preocupações deontológicas e estéticas.

Na *Guanabara*, aparece pela primeira afastamentos em relação a visão da corte. No texto de Macedo, *Costumes campestres do Brasil*, aparecem pela primeira vez a preocupação com o interior, lá residindo o país profundo, ao contrário do cosmopolitismo artificial da corte. E Gonçalves Dias, em seu texto *Meditação*, antecipa a crítica moral à escravidão.

Outra revista criada na época, em 1859, foi: *A Revista Popular*: noticiosa, científica, industrial, histórica, litteraria, artistica, biographica, anedoctica, musical. Ela representava uma transição para uma nova mentalidade, menos romântica e mais histórica, econômica, e científica, trazendo várias traduções de fora, e tendo entre seus mais fieis colaboradores: Fernandes Pinheiro e Joaquim Norberto.

Neste período, as obras de Joaquim Norberto de Souza e Silva ajudavam a consolidar a autonomia cultural do país, desbravando o gênero biográfico, ele faz uma antologia dos perfis femininos da nossa literatura de até então, demonstrando a aliança entre o historicismo romântico e o nacionalismo. Os artigos apresentados na *Revista Popular* foram publicados em 1862, com o título *Brasileiras Célebres*, analisando personagens, como a índia Paraguaçu, a beata Joana de Gusmão, Marília de Dirceu, dentre outras, que se destacaram õpelos talentos e virtudes como pelos feitos guerreirosö. Joaquim utiliza a literatura para fornecer um mosaico

dos principais acontecimentos da história do país, do descobrimento ao império, para lhe dar um caráter histórico.

Coerentemente ao compromisso firmado com a pátria, desde a juventude, Joaquim Norberto incorpora o índio à história da literatura brasileira, identificando-o com nossa exuberante natureza. Neste período, o índio vai sendo incorporado como uma espécie de mito-símbolo do país, dando-lhe um caráter nacional. Ao criar a historiografia literária brasileira, os românticos criaram também a literatura nacional, sua origem, seu sistema, obtendo uma identidade nacional, ao mesmo tempo em que, o império criava o estado nacional.

O indianismo romântico recuperou os símbolos do colonizador épico e do bom selvagem, porém retratados de maneira unívoca, superficial, macaqueando a realidade. No lugar dos símbolos medievais, os românticos indianistas apresentavam os índios como herói nacional, valorizando um pioneirismo no sentimento nacional, um herói épico como o cavaleiro medieval. A respeito de certos artificialismos, Bernardo Ricúpero coloca:

“Mas não é porque o romantismo brasileiro encontra no índio um instrumento para realizar sua principal aspiração, servindo de mito de fundação nacional, que se deva pensar que a imagem do indígena permaneça, ao longo da história, como essência imutável. Talvez os românticos gostassem que pensássemos assim, mas, na verdade, a representação acerca dos primeiros brasileiros variou durante o império e continuou a mudar depois da proclamação da República. (RICUPERO, 2004: p.154).

Na poesia, o indianismo idealizador do nosso romantismo teve sua expressão máxima em Gonçalves Dias, em seu *Canção do Tamoio* e no poema épico *I-Juca-Pirama*, narrando o heroísmo e honra do índio, diante da luta e da morte. Outro livro marcante do indianismo romântico, agora em prosa, foi *O Guarani* de José de Alencar. Se a língua, e outras características eram semelhantes, o que Alencar encontrou como símbolo do Brasil foi a nossa terra, elegendo como herói nacional o seu dono original, o índio. Na sua imagem, incorporavam-se artificialmente os valores desejáveis do homem brasileiro que se criara na nascente nação, como a lealdade à terra amada, que não se deveria abandonar em prol de outras. O índio Peri, protagonista, era um símbolo condensado da terra, e do amor que o povo brasileiro deveria ter de suas raízes, cultura, da própria nação.

A segunda geração será mais cosmopolita, e representa o escapismo diante das dificuldades da vida moderna cotidiana, do tédio, do escapismo diante da responsabilidade.

Mas, é na última fase do romantismo brasileiro, para Merquior (2002), que ocorre o de fato o uma troca da mística indianista, que ia ao encontro da formação do estado nacional pela obra saquarema, para a militância liberal, simbolizando um período nacional de transição nas ideias e na realidade prática. Ainda assim, para Merquior (2002), quando essa conversão cristalizou-se, o romantismo já tinha conquistado a instauração de uma língua literária brasileira, sendo um passo fundamental para formação dessa elite letrada, que passava por um sistema literário, nacional, no processo de independência das ideias.

Mas, o romantismo também parte do Brasil de um processo artificioso. Ao invés da sociedade criar o seu estado, ao invés do povo estabilizar tradições, crenças e costumes em comum, era preciso que a burocracia e a elite letrada o fizesse, de cima para baixo. Daí que esta tradição nasce sem lastro, sem um substrato real e espontâneo. O estado nacional se forma antes da nação, e de nos tornarmos um povo: problemas da modernidade em sua periferia, onde ela foi importada. Era preciso organizar o que ficou, criar um sistema de reprodução, antes de ser uma escolha da própria sociedade. Ter que ser moderno mesmo sem escolher ser.

De tal feita, que a literatura deixou de ser apenas literatura, e passou a ser política, sociedade, e a própria cultura, acarretando em problemas estéticos notáveis, além de excentricidades. O artificialismo da invenção das tradições sem lastro fica marcado na figura idealizada de um índio por jovens que visitavam Paris e moravam na corte, sem nunca ter tido o menor contato com um deles. As nossas peculiaridades eram transformadas em mitos fundadores sem o menor contato ou experiência. Eis um dos motivos do empobrecimento do romantismo entre nós: faltava experiência. A literatura passou a ser tudo, e não era mais nada por não ser ela mesma. A literatura criou o seu sistema, mas isto foi feito perdendo o seu fundo mesmo de experiência real, num diálogo entre o universal e o particular, o subjetivo e o objetivo.

A este respeito, muito se discutiu entre os românticos. A identidade nacional lhes era anterior? Era preciso buscar este lastro na base material e social do período colonial, mas esta ainda não possuía uma unidade dirigente do espírito do homem de letras. Nas discussões entre Gonçalves de Magalhães e Varnhagen, entre o pessimismo e o otimismo perante nosso passado colonial, vemos a inversão o e fossilização o da própria tradição, pois, ela não se imponha no hábito e cotidiano dos homens, como uma realidade primária e imediata; mas tinha que ser artificialmente invocada para, depois, servir de experiência à literatura. Porém,

esta experiência era tão artificial, que os próprios resultados literários foram perecíveis esteticamente, e tiveram mais serventia social, cultural, e mesmo, política do que propriamente literária.

Mesmo sem a força intelectual do romantismo europeu para se impor, o romantismo entre nós triunfou, muito mais por sua importância na estabilização de um sistema para elite letrada (com a formação de um público de escritores e leitores cativos), num contexto de formação e acumulação do poder nacional. Diante desta influência formadora do romantismo, e de suas características e peculiaridades, não espanta que, até hoje, a cultura letrada nacional, num país õsem caráterõ mais substancial, trate as tradições e costumes de um povo como um artifício, uma mera invenção, ou mesmo, um joguete dos poderosos para manter seu *status quo*. Ao passo que, um inglês seria tomado de assalto, se caridosamente fosse informado por um brasileiro arrogante que todos os seus costumes, hábitos e tradições ancestrais não passassem de artifícios e estratégias de dominação. Seja como for, o romantismo marcou profundamente a formação da cultura das letras no país.

3.1.3. Romero entra em cena: a crítica literária e ao romantismo

A crítica literária passava por um momento de transição e, na cidade do Recife, ouviam-se os ecos do intenso desejo pelo novo. Recife era um centro de fermentação intensa dos jovens intelectuais, embriagados pelas novidades da ciência oficial da Europa. A filosofia destes jovens pulsava este interesse.

Primeiro, nos anos 1860, com a poesia condoreira de Tobias Barreto e Castro Alves, que invadiam os teatros, as rodas de letrados, o mundo boêmio, e o amor de belas donzelas. Depois, nos anos 1870, com as críticas literárias (de bases monistas, materialistas e evolucionistas), de conteúdo científico, de Tobias Barreto, Sílvio Romero e outros jovens. O país pulsava mudanças, entrava no ritmo frenético da modernização e da vertigem social das cidades modernas, o entusiasmo com inovações técnicas e avanço da ciência instrumental fazia parecer que o paraíso estava próximo e seria em terra, não mais nos céus. E Romero cortejava a crítica literária para uma dança, procurar ampliar os estudos de literatura, incorporando-o nas discussões epistemológicas da época.

A partir do método crítico que Romero propôs perante seus estudos filosóficos, ele irá analisar a literatura nacional muito mais como um documento sociológico, de cultura, do que como uma contribuição estética. Aliás, uma das críticas vindas do sergipano, por causa de sua

influência materialista, era a respeito do excesso de importância dado a questões estéticas no trato dos românticos.

Ao contrário da teoria romântica, a literatura, para Romero, deveria ser lida como letra social, como um documento de cultura de um povo, representando o grau de evolução dele, ao invés de ser lida e apreciada meramente a partir de seus méritos estéticos ou artísticos. Assim, ele estabelece uma relação orgânica e funcional entre a literatura e a sociedade, através dos métodos científicos e evolucionistas. A crítica da cultura nacional como imitação mimética do de fora aparecerá pela primeira vez de maneira mais clara.

Não seria possível a ação intelectual de Romero, se ele não se beneficiasse do universo intelectual criado pelos românticos. A historicização da literatura brasileira, sua crítica e incorporação nos sistemas da cultura letrada, efetuadas por Pereira da Silva, Varnhagen, Joaquim Norberto possibilitaram o sergipano não só um material rememorativo da experiência nacional, mesmo que artificializada, como lhe permitiu agir num campo simbólico. Portanto, Romero recebe o acervo da crítica anterior, a carga histórica legada, e tenta agir nesta tradição da crítica literária para modificá-la.

Quando Sílvio Romero começou a dar opiniões a respeito dos assuntos literários nos periódicos recifenses, os jornais e revistas já eram elementos da crítica militante, dirigindo-se a obras e a problemas literários do momento. Havia algumas revistas de divulgação literária e científica de razoável tiragem. Essas revistas contribuíram para divulgar o gosto pela literatura, e criar certa consciência analítica. Mas tal função coube por excelência à crônica e ao folhetim de jornal, que aproximaram do público, as obras, os autores, e os problemas literários. Para Cândido (2006, p: 37), foi o que os salões fizeram nos séculos XVII e XVIII, o jornalismo prolongou no século XIX, ou seja, transformar a literatura numa questão de sociabilidade, de comunicação, de debate e, mesmo, de iras e renovações. Levando também ao sentimento de que era preciso uma renovação na crítica literária.

Para suas análises culturais, Sílvio Romero baseia-se no modelo naturalista no materialismo monista, e no evolucionismo, aplicando à literatura os princípios de Taine, Spencer e outros. A isto, ele acresce elementos nacionalistas, ao concebê-la como resultado da progressiva transformação das origens europeias pela ação do meio ou mistura das raças. Romero irá dar preferência ao predomínio da ciência, da cultura, da história, dos elementos extrínsecos a obra, sobre a estética e os seus elementos intrínsecos.

Assim, a crítica literária irá mover-se entre conhecimento e emoção, ciência e arte, história e estética. Sílvia Romero buscava mais na literatura o que ela significava no plano da civilização e da cultura do que na graça ou estética das suas obras. De Littré extraiu a importância dada à filosofia no estudo da crítica literária.

A literatura deveria se subordinar a marcha das ideias, a verdade do momento, representada pelo avanço, conquista e determinação da ciência da época. Como parte do mundo, a literatura ó como tudo mais ó seria regida por essas leis e princípios. Sobre sua formação intelectual e literária, nos diz Romero:

Em mim o caso literário é complicadíssimo e anda tão misturado com situações críticas, filosóficas, científicas e até religiosas, que nunca o pude delas separar, nem mesmo agora para lhe responder. Não tive nenhuma precocidade literárias, científicas ou outras quaisquer. Quando escrevi a primeira poesia e o primeiro artigo de crítica, tinha dezoito anos e meio bem puxados e já andava matriculado na faculdade do Recife.

(...) Quando me afundei em mim mesmo, para sondar como se me tinha operado o que se poderia chamar a minha origem e formação espiritual, conheci que essa espécie de exame de consciência não era nada fácil. Achei, em minh'alma, meio velada, num semicrepúsculo subjetivo, tantas antropologias, etnografias, lingüísticas, sociologias, críticas religiosas, folclóricas, jurídicas, políticas e literárias, que tive medo de bulir com elas e me meter nesse matagal...

(...) Escrevi, é certo, algumas poesias, entre os dezoito e vinte e cinco anos, que andam aí em dois volumes. Mas foi só. Não tenho romances, contos, novelas, dramas, comédias, tragédias, folhetins, crônicas, fantasias...

Não, nada disso. Conheci, mais e de súbito, que essas confissões de autores são coisa perigosa: se se diz pouco, parece simplicidade afetada e insincera; se se diz um tanto mais, parece fatuidade e pedanteria. (ROMERO, 1905 apud Do Rio, João, 1905, p. 29-38).

Sílvia Romero posicionava-se mais como um crítico cultural da literatura do que propriamente como um literato. Aderindo as últimas modas (o bando de ideias novas) da filosofia materialista e evolucionista, assim como da ciência oficial, da Europa, Romero fará dos periódicos em que publica seus textos, armas de combate contra o romantismo. Apesar de reconhecer os motivos e avanços proporcionados pelos românticos, para o sergipano tal movimento tinha sido ultrapassado por novas ideias na marcha da evolução cultura dos povos, tornando-se peça de museu, velharia, coisa obsoleta diante das novas expressões. Um amor e tanto pelo novo, acima da própria noção de verdade, que como vimos, estava posta a serviço

da evolução e do progresso, sendo definida apenas pelo movimento material (a verdade de sua época), e não por essência ou identidade.

Sobre a crítica literária, em 11 de julho de 1873, Romero publica um artigo no Jornal O Liberal, chamado *A Crítica Literária*. Nele, Romero entra em polêmica com o político e escritor Albino Meira Ramos. Na época, Albino era tão-só aluno da Faculdade de Direito do Recife, mas em 1890, seria nomeado presidente do estado de Pernambuco. Albino era um ano mais velho do que Romero, mas sua sala na Faculdade de Direito era dois posterior a do sergipano, vindo a se formar em 1875. Albino Meira era um liberal, sem maiores preciosismos ideológicos. Romero ataca Albino por ver na crítica de alguns novos teóricos um elemento corrosivo e destrutivo do caráter de um povo. Para o sergipano, longe de prejudicar o desenvolvimento espiritual de um povo, a crítica seria um método científico. O único que possibilitaria a mudança radical na orientação da elite letrada, em direção a intuição crítica moderna.

Romero afirma (com milhares de adjetivos nada elogiosos, bem distantes do suposto rigor científico) que Albino não entende a moderna crítica e as suas modificações. Para o sergipano, a principal base da crítica, como ciência com intuição moderna, era a história. Esta seria o seu esteio, com seus métodos para vislumbrar o passado e iluminar o presente. No entanto, as posições de Albino representariam as velhas retóricas banais do romantismo. Romero exalta Tobias Barreto como introdutor da moderna crítica entre nós.

Em sua estadia no Recife, Sílvio Romero dedicou muitos artigos também à crítica ao romantismo, a partir da análise de livros de poesia e dela como um todo. Num desses textos, *Poesia de Hoje*, em 1873, o sergipano faz esta crítica ao romantismo:

É um progresso sem dúvida se atendermos a falta de ideias firmes e determinadas que houvera sido, em grande escala o apanágio dos nossos doutrinadores. Fazer a classificação, sem bases, da escola mineira, traçar insulas biografias dos poetas do século passado, citar fora do movimento uns versos de Caldas ou Dirceu, tudo aquilo que os críticos românticos entendiam ofertar-nos, tudo isso deve sair da circulação. (...) Enumerar as excelências do gênero épico e as propriedades dos gentios para ele, namorar a solidão das selvas seculares e a frescura da primavera eterna do pátrio céu, sonhar o caboclo ou o campônio, pesado de encantos e maravilhas, tudo com que os folhetinistas tinham por bem brindar-nos, **tudo isso deve cair por muito estéril ou banal. Estas coisas, se houvessem de**

pertencer à história, para lá já devem ir marchando; estão no domínio das ideias moribundas⁵³.

Para o crítico sergipano era preciso procurar as leis científicas para uma sistematização da nossa vida pensante. O romantismo teria nos legado õfrescurasõ anacrônicas, pouco rigorosas, e uma intuição pouca afeita ao moderno. Não nos faltam palavras para ser um povo de alta cultura, segundo Romero, mas falta-nos ciência hodierna, ligada ao que seria o novo e o sentido da época.

É neste mesmo sentido que, em 1872, no jornal A República, Romero publicou um artigo intitulado *Uns Versos de Moça*, onde analisava o livro de versos de Narcísia Amarália, *Nebulosas*. Neste artigo, Romero faz uma série de críticas ao romantismo por sua morbidez. Para o sergipano, a tristeza romântica impediria a vivacidade científica séria e despreocupada. O romantismo seria uma expressão artística sonolenta e mórbida.

A melancolia, instância querida dos poetas românticos, seria um estado perpétuo de paralisia, impedindo o espírito sistêmico, não sendo um estado passageiro. A melancolia, a incompletude, a busca por algo inacessível, virou alvo supremo dos sonhadores românticos, impedindo a visão científica, a evolução da marcha das ideias, o otimismo perante a verdade do tempo. Diz Romero: õComo o misticismo alexandrino procurava na desfruição a suprema condição para fruir a eterna verdade, o romanticismo dos últimos tempos buscava no desespero sentimental a última ratio do belo infinito!õ⁵⁴.

Mas, a história haveria de corrigir este impropério romântico. A alegria desafogaria-se de seus prantos. Traçando uma história ou evolução da alegria e da tristeza, Romero afirma que a alegria pagã era uma serenidade majestosa da vida sã da antiguidade, enquanto a agonia dolorosa do espírito ascético medieval, um anelo místico do teologismo cristão. A renascença, por sua vez, teria um espírito dúbio entre o sonho e o céu, a realidade e a terra. Três séculos se passaram disso, e o romantismo ainda estaria a dar ressonância a tal coisa, não estando atualizado com o espírito do século.

No século atual, essa dubiedade deveria ser contrabalanceada, mas isto não ocorreria com o romantismo, que fez a primeira metade do século XIX pertencer às cismas do infinitismo e da essência. Para Romero, este õidealismo abstrusoõ e õempirismo grosseiroõ perderam razão de ser.

⁵³ ROMERO, Silvio. **Cantos do fim do século**. 1878. (p. 11).

⁵⁴ ROMERO, Silvio. **Estudos de Literatura Contemporânea**. São Paulo: Imago, 2002. (p. 73)

O romantismo divorciava o amor do prazer sério e suave, e transformava-o em desespero. O amor e o prazer teriam perdido, entre os românticos, o caráter de dignidade e de candura que tem sempre as paixões profundas e sadias. O movimento romântico impediria a ciência hodierna, pois esta pisa em terreno sólido, sem extravagâncias. É o caminho da história para as produções da humanidade futura, filhas do sentimento e das criações oriundas da inteligência. Romero lamenta, ainda, os créditos às ironias de morte feitas por Byron e os pesares de Lamartine. Em defesa do lirismo contra a melancolia romântica, Romero afirma:

Os repetidores de Schlegel devem pôr-se um pouco mais a par do movimento científico do dia para não se exporem tão facilmente... A literatura que combato, não teve doutrinas suas, eu não sei qual fosse a filosofia de um Shelley ou a de um Musset. Tão grandes como são, pode ser que muitos possuíssem, mas não a deveram certamente às extravagâncias do seu sistema. A transformando em vista do futuro... Por que e por quem? Enigma estupendo! Eis uma fórmula vazia, sem alcance e sem critério; nada exprime além do desconhecimento da morte profunda, irremediável que dilacera as entranhas da decrépita doutrina⁵⁵.

Em 1873, Romero irá publicar no jornal *O Trabalho*, uma série de textos críticos, chamados *O romantismo no Brasil*. Nestes artigos, Romero critica a falta de realidade social na literatura romântica, criando, para ele, uma artificialidade de nossa experiência, por um excesso de interesse em questões estéticas. Não bastava participar do projeto de unidade nacional, buscar e inventar tradições para o povo; para Romero, era preciso aproximar ainda mais a literatura das questões culturais e sociais, e torna-la ainda menos um problema estético.

O excesso de idealização representaria a falta de paixão pelo passado, não como um mito ou símbolo, mas como materialidade ocorrida, do romantismo brasileiro; pois este, não olharia para o passado de acordo com os parâmetros da ciência historiográfica, mas preocupado na exaltação do que ontem foi. Isto impediu que os românticos procurassem as leis de formação de nossa vida mental.

Sílvio Romero combate nestes artigos duas coisas do romantismo: a) o povo apresentado como sendo capaz de ombrear o mundo civilizado; b) e o misticismo popular. A inerrância do povo e sua soberania pelos românticos são comparadas ao direito divino dos reis e a infalibilidade papal. Romero critica o fato de o romantismo ter transformado o povo em mito, com atributos singulares e extranaturais, um índio falso, e não verdadeiro, real, de acordo com os parâmetros das ciências humanas. O romantismo fez mais retórica do que

⁵⁵ ROMERO, Sílvio. *Cantos do fim do século*. 1878. (p. 8).

psicologia, mais divagações retóricas do que análise etnológica. Ele afirma: «estamos fartos de apologias poéticas e de cismares românticos; mais gravidade de pensamento e menos zigue-zagues de linguagem» (ROMERO, 1977: p.38).

Em síntese, o romantismo encontra-se numa via oposta a desejada por Romero. Por seus significados, ainda estaria atrelado aos idealismos do espiritualismo vindo do colonizador, ao misticismo universalizador, a exaltação pitoresca das características pátria. O romantismo tinha uma intuição oposta a do «bando de ideias novas». Para Romero, era preciso modernizar o país a partir da orientação de sua elite letrada, tornando-a refratária ao essencialismo e ao romantismo. O país precisa ser orientado pelas letras a «intuição crítica moderna».

Entusiasmado com o bando de ideias novas vindas da civilização, que apareciam na paisagem tropical do Recife, Romero irá tentar adapta-las a nossa realidade, mostrando nossa originalidade e identidade, mesmo que às vezes de maneira pessimista, abrindo para os estudos sociológicos, literários e etnológicos, um campo vasto. Se, por um lado, o entusiasmo com as ideologias do progresso que vinham de fora, e com as modernizações materiais e intelectuais, levou o sergipano a desprezar questões estéticas, metafísicas, e a contestar a veracidade das modas, caindo em mitos historicistas; por outro, ajudou a criar um campo de estudos no país, incluindo nisto, os estudos literários. Portanto, Romero traz para crítica literária novos objetos, métodos e campos científicos, com a etnologia, sociologia, antropologia.

3.2. A literatura nacional e o «caráter» do seu povo

Em dos seus textos sobre a literatura, na época de juventude, *Uns Versos de Moça*, Romero diz que as velhas doutrinas poéticas e religiosas deveriam ficar nas páginas de história. Para analisar a literatura, e conseqüentemente o país e o seu povo, seria necessário avançar nos estudos das leis que formaram nosso povo, assim como problematizar o nativismo. Para ele, o romantismo quando saía de tupã, voltaria a Portugal, não conseguindo achar o caminho da literatura realmente nacional.

Ainda em 1872, no Jornal do Recife, Romero publicou o artigo *A rotina literária*, onde afirmava a necessidade de reformas na ordem intelectual, literária e científica do país. Assim como o império ruía e necessitava de reformas diante da realidade conturbada, as letras precisavam renovar-se, aderir à ciência hodierna e revitalizar-se. Modernizar a política e a

sociedade, para modernizar as letras, contra a esterilidade do atual estado de coisas, eis o seu projeto sociológico.

Neste artigo ainda, o crítico sergipano dizia que era fenômeno estável próprio dos povos novos, como os brasileiros, a obstinação em assegurar-se aos velhos ídolos, como se os antigos fossem gênios da pátria, sem os quais ela não viveria. Por isto, os povos novos teriam dificuldade de entrar na marcha da história. O que passou teve sua importância, mas a cultura letrada em sua marcha evolutiva deve continuar. Diz o sergipano: «A marcha de pensamento não sofre soluções de continuidade: o que foi, não é mais». Os novos intelectuais não deveriam se fixar aos velhos ídolos.

Romero acreditava que a América tinha nascido em plena luz da renascença, sendo filha de Shakespeare, Milton, Camões e Cervantes. Mas dois séculos depois, ela já tinha legado Washington e Franklin. A diferença dos norte-americanos para nós estaria no fator racial e na formação histórica. A colonização portuguesa era diferente da anglo-saxônica. E, ao contrário dos americanos, que fizeram uma revolução, os brasileiros não teriam aprendido a pensar corretamente com a luta e o embate contra os arcaísmos. Assim, o sergipano considera que a revolução pode ter um papel frutífero, já que as novas orientações nascem dos conflitos.

Por isto, a nossa literatura ainda se encontrava em fase de transição do romantismo ao realismo. A ideia de literatura nacional estava composta, mas havia sido realizada. A crítica havia revelado que as criações religiosas, poéticas, políticas, seriam resultado, na verdade, de suas aptidões subjetivas e íntimas. O indianismo nacionalista possuía um fanatismo heroico que impedia a sobriedade da ciência que captaria as leis de formação de nosso povo, e de suas criações.

Seguindo a crítica aos tópicos do romantismo brasileiro na análise da literatura nacional, e em seu uso dos costumes e tradições do povo, Romero critica a geração ultrarromântica de Álvares de Azevedo e Junqueira Freire, pela imitação estéril de Lamartine, e pelos excessos de sentimentalismo, prosseguindo o vácuo de ideias. Porém, não nega a fecundidade e talento de ambos. Diz ele:

«Chamavam-se Álvares de Azevedo e Junqueira Freire.

A crítica elogiativa e inconsciente dos maus folhetins como que apostou-se a desacreditá-los. O elogio banal é um insulto para eles. Cabeças fecundas poderão ser poderosas, se a ilustração da terra lhes permitisse.

A literatura frívola do segundo império francês também forneceu matéria para imitadores impertinentes. Os romances e versos de Manoel de Macedo e Machado de Assis trazem aquela origem⁵⁶.

Só teríamos literatura nova quando o pensamento brasileiro parasse a contemplação, despindo-se dos velhos preconceitos. Para isto, não se precisaria abrir mão da figura do mestiço, ou do negro, ou do indígena, mas dever-se-ia coloca-los no fluxo da marcha civilizatória de algum modo. Devíamos nos apoderar das novas imaginações que iluminam a ciência moderna: ãa civilização moderna é uma obra complexa, para ela todos os povos devem agitar-seö. Avisa-nos Romero:

ãA ciência, como a poesia, não pertencem a este ou aquele povo; são da humanidade. Não há aqui gregos e bárbaros. É um engano acreditar que não podemos trabalhar com os pensadores da Europa. Essa colaboração seria honrosa para nós. Até aqui não demos-lhes uma só ideia de mais; nossos livros não lhes adiantem um passo. Seria bom que a pequenos de agora servisse de estímulo a uma grandeza futuraö⁵⁷.

Por dar devida atenção aos aspectos nacionalistas, e ao excesso de misticismo de nosso povo, os românticos teriam se esquecido de visualizar as novas ideias que circulam na Europa, na marcha do progresso. Para ele, seria necessário dialogar com estes novos saberes, para ler cientificamente nossa formação e, finalmente, prestar alguma contribuição à civilização.

O crítico também assevera sobre os perigos da influência francesa nas letras brasileiras. Para ele, a ciência alemã era o que havia de mais adiantado na Europa da época, e todos os países esforçavam-se para assimilá-la. Os mais empenhados nisto na França, seriam: Taine, Renan, Reuss, Scherer, Guiniaut, Bréal, Maury e Essarts. Até na imitação, seríamos atrasados, comenta Romero com acidez e ironia:

õTal há sido a marcha do pensamento brasileiro, sempre atrasado, sempre vacilante até na imitação. Só em uma coisa tem sido fecundíssima a inteligência nacional, representada por seus corifeus: é no culto sagrado do elogio de nossos gloriosos e estupendos gênios. Há uma série de dualidades, originárias de tendências diversas, que são as grandes forças de majestoso ciclo literário do Império americano: Magalhães e Porto Alegre, Gonçalves Dias e José de Alencar, Álvares de Azevedo e Junqueira Freire, Macedo e Machado de Assis. (...)

⁵⁶ Jornal do Recife. A Rotina Literária. Setembro de 1872.

⁵⁷ Idem.

Não existem tradições literárias, não foram ainda publicadas meia dúzia de obras de indispensável leitura, e entretanto já se contam tantas notabilidades que devem ser imitadas e seguidas...⁵⁸.

Sívio Romero vai buscar na ordem política uma das respostas ao nosso atraso perante a ciência europeia. Os frutos da geração passada estavam colhidas, mas hoje estavam ultrapassados. A cada época o seu pensamento: ãÉ assim o pensamento, deve passar sempre adiante; conspira sua própria ruína se tem a fraqueza de quedar-se estupefato na admiração de antigo edifício. O passado merece o culto do respeito, mas nunca o sacrifício de nossas ideias de agora. A respeito das nossas condições de integrar nossa literatura no concerto das nações civilizadas, conclui Romero:

ãA poesia brasileira, a da América toda, deve ser adiantada como filha prima da civilização atual. Deve dar à Europa a lição de uma poesia que pariu muito alto sobre os prejuízos de raças, embriagada pelo incentivo profundo da liberdade. Deve ser pensadora e democrática, séria e imperturbável, viril e fecundo, como a força das nações novas que se preparam para representar a terceira fase da civilização: o mundo americano-europeu.⁵⁹.

Assim, apesar do tom pessimista quanto ao ãprejuízo de raças, Romero acredita na incorporação das jovens nações americanas na Europa, e que caberia ao pensamento trazer esse bando de ideias novas, incorpora-las no nosso contexto, e dá-lhe um elemento original a partir de sua experiência distinta. Apesar de se opor a estética romântica, continua, assim, a preocupação de construção da nacionalidade, mas inserida nos ãfatos positivos da civilização.

De tal feito, que para este empreendimento era preciso buscar os fundamentos da literatura brasileira a partir do ponto de vista naturalista, trazendo à tona a questão da raça, do meio, e da evolução histórica. Romero interpreta nossa literatura como um fenômeno instável, colocado entre a realidade dum tradição europeia que já não é mais nossa, e a fermentação dum processo de fusão racial e cultural.

Em 1871, no jornal de maior circulação do Recife, o Diário de Pernambuco, Romero publicou um de seus mais importantes artigos, *A Literatura Brasileira e a Crítica Nacional*. Nele, o sergipano seis autores que por força da vontade ampliaram o esforço de diferenciação nacional e de progresso: Gregório de Matos, Gonzaga, Santa Rita Durão, Martins Pena, Álvares de Azevedo e Tobias Barreto.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Ibidem.

O primeiro exprime a fusão dos três povos e o despertar da consciência nacional, O segundo transforma o lirismo português para nossas tradições, o terceiro introduz o índio na nossa literatura; enquanto, Martins Pena por satirizar a burguesia portuguesa, Álvares de Azevedo que nos lança no espírito do cosmopolitismo moderno e de suas agruras, e Tobias Barreto que inicia a crítica à nossa realidade.

Esta seria a marcha histórica dos autores com contribuições mais fundamentais para a literatura nacional, e para o estabelecimento da crítica nacional. E na figura de Tobias Barretos, teríamos a atualização mais recente. A tarefa da crítica nacional atualizada é estudar a ação do meio, da raça, da tradição popular, a fim de dar orientação certa ao pensamento, por que este, bem orientado, age decisivamente sobre as instituições e o meio. A crítica é a arma do conhecimento que remove a mentalidade. É a atividade social do pensamento. A crítica literária visa refundir a ideologia do país, mediante a tomada de consciência dos problemas brasileiros, examinados a luz do pensamento científico moderno.

Mais tarde, já no Rio de Janeiro, Sílvio irá desenvolver muito de suas teses sobre a literatura brasileira e o caráter do nosso povo, no texto *A literatura brasileira, suas relações com a portuguesa, e o neo-realismo*, publicado na segunda edição de 1879 da Revista Brasileira. O crítico sergipano reafirma com esse texto a necessidade de rever nosso passado literário, com suas riquezas acumuladas, para propor mudanças.

Estudar a literatura brasileira, para Romero, significava identificar o nível de atraso mental do povo, sendo um sintoma de progresso ou atraso. O crítico acredita que falta uma ideia dirigente e sistemática em nossa literatura, pela falta de um critério positivo. O princípio de nossa literatura era a interpretação das ideias de fora, sua assimilação, e imitação. Por consequente, nossa ciência era manca.

As últimas décadas de império eram conturbadas, e profundas modificações na estrutura socioeconômica e política eram iminentes. Nesta época de crise, Romero via a oportunidade para o estabelecimento da crítica no país, como orientadora do seu novo espírito. Os tempos de crise trariam sempre o ideal das nações, fazendo com que a ciência crítica depure a atmosfera intelectual, sufocando o passado. Olhando para seu retrospecto, uma nação se individualizaria e conquistaria autonomia quanto mais se afasta do arcaico, compreende a verdade da época, imprimindo peculiaridade a sua mentalidade. A civilização possui unidade, mas é cosmopolita, não deve sufocar as peculiaridades de cada povo. O nosso papel peculiar

estava nas raças que lhe instituíram, e nisto, residiria nossa contribuição: ajudar, mesmo em condições raciais ruins.

A contribuição da literatura nacional deveria vir desta relação entre sua originalidade (a mistura de raças) e a adaptação da verdade da época trazida pela ciência hodierna, em seu bando de ideias novas. Desta maneira, teríamos uma literatura não apenas nacional, mas verdadeira, fecunda, científica, de acordo com seu tempo, dando sua contribuição ao mundo civilizado. Por isto, Romero crítica o português Teófilo Braga, por esconder o fator negro em suas observações, sendo ainda influenciado pelo estéril indianismo mítico dos românticos.

Comparando o estado mental das nações, o sergipano chega à constatação que a literatura brasileira só não estava mais atrasada do que a de Portugal, ainda alinhada com a poesia metafísica. A poesia lírica brasileira seria muito superior à portuguesa. Para provar isto, Romero recorre à leitura história análogo entre fatos e literatura.

Na invasão holandesa, e na insurreição pernambucana, Romero destaca a união das três raças na insurreição, e o papel dos mestiços. Em especial, ele chama atenção para Calabar, um mestiço, conhecido como traidor pelo apoio dado aos holandeses. Romero faz a sua defesa, afirmando que os holandeses eram superiores mentalmente aos portugueses, em termos culturais e intelectuais. O sergipano destaca também a veia cômica fomentada por Gregório de Matos, acima da metrópole. Com a Inconfidência Mineira, ganhamos o amadurecimento da ideia de pátria, enquanto Gonzaga mostrava-se maior do que a poesia elaborada em Portugal. Diz Romero:

Para explicar também o fato do naturalismo poético dos brasileiros do século passado, devemos esquecer as aberrações de Teófilo Braga. O fato é simples: a presença de uma natureza brilhante, a juvenildade da nação que ia se formando, o predomínio das faculdades imaginativas num povo criança, tudo isto explica o lirismo brasileiro. A variedade de seus tons prova-se pelas impressões diversas das três raças, que contribuíram, cada uma, com a sua parte⁶⁰.

No uso da língua, Romero afirma que o romantismo foi um passo decisivo para largarmos a cultura lusa. Se tivéssemos ficado na paralisia intelectual de eterna colônia, ficaríamos tão anacrônicas quanto Lisboa. O crítico estabelece três fases no romantismo brasileiro (antes do condoreirismo): a primeira fase, religiosa, representada por Gonçalves de

⁶⁰ Revista Brasileira. Novembro, 1879. Volume II. (p. 279).

Magalhães; a segunda fase, nacionalista, com Gonçalves Dias; a terceira fase, céptica, com Álvares de Azevedo e Junqueira Freire.

Para Romero, a maior vantagem do aparecimento do romantismo foi a conquista do desprendimento português. O maior defeito foi o indianismo, como elemento único de nossa formação, apresentado como misticismo mito-simbólico. E isto, representaria uma volta aos estágios anteriores da civilização estabelecidos por Comte.

No entanto, ele saúda o despertar do naturalismo no país. Muito antes dos portugueses, chegamos a Darwin e Comte. Romero reivindica para Escola do Recife (Tobias e Castro no condoreirismo, enquanto transição), a introdução do naturalismo e do monismo evolucionista entre nós. A partir da ação de Tobias, duas fases teriam se formando na literatura brasileira. A primeira, crítico-científica, representada por ele (Sílvio Romero). E a segunda realista, dominante entre os novos poetas e literatos, extremamente influenciados por Zola. Em sua megalomania, Romero reivindica para si a abertura de um campo mais elevado na literatura nacional.

Do romantismo partimos para a crítica realista, naturalista e evolutiva. A nossa poesia dava sinais de realismo, numa época de transição, junto com os novos tempos políticos, sociais e culturais que pairavam no ar do país. Sílvio Romero problematiza o uso do termo realista, pois òuma obra de arte é tanto mais ideal quanto fielmente se reproduz a realidade. O novo realismo, para estar de acordo com sua época, deveria interpretar todas as faces, todas as harmonias humanas.

Sílvio Romero elabora uma defesa do Brasil em sua nova etapa, destacando a introdução do monismo científico, em suas faces mais antirromânticas e anti-metafísicas. Tobias, Pereira Barreto e Guedes Cabral são exaltados como introdutores da modernidade do pensamento entre nós. E a literatura nacional deveria ser fiel à ciência hodierna, e aos seus aspectos diversos, para revelar o país.

3.3. A poesia reveladora de seu povo

3.3.1. A poesia científica

Na mocidade, enquanto aluno da faculdade de direito, Sílvio Romero deu o ar de sua graça nos jornais analisando poesias como crítico literário. Em seu ímpeto inovador e atirando contra tudo que estava posto nas letras nacionais, o jovem sergipano almejada que a poesia

fosse fundada no criticismo contemporâneo. A poesia deveria ser elaborada a partir da intuição crítica moderna, e este seria o ponto de partida para o combate ao indianismo e ão romantismo chorosoö.

Ainda em 1870, no periódico acadêmico *A Crença*, Romero publica um série de artigos neste sentido. Em *A poesia dos harpejos poéticos*, faz uma análise do livro de Santa Helena Magno, e defende a fundação da poesia contemporânea na intuição naturalista. Opondo o lirismo ao romantismo, procura desbancar o indianismo mítico, e fundador da nação. No mesmo ano, e no mesmo periódico, publica *A poesia das falenas*, analisando o segundo livro de versos de Machado de Assis. Romero critica o excesso de subjetivismo e humanismo nos poemas do carioca.

Em 27 de novembro e 1870, publica no jornal *O Americano*, um artigo chamado *A poesia das espumas-flutuantes*, onde criticava o novo livro de Castro Alves. O sergipano afirma que falta espírito filosófico e científico ao poeta, faltando-lhe ímpeto crítico e profundidade. Ele critica também as influências de Victor Hugo, no uso excessivo de hipérboles, e no excesso de sentimentalismo.

Em 1871, publica dois artigos importantes no *Correio Pernambucano*: *Sistema das contradições poéticas* e *A poesia e os nossos poetas*. No primeiro artigo, funda sua teoria da poesia na crítica as doutrinas da história literária até então, que não captariam a verdade do seu tempo e os avanços científicos, sendo hora, portanto, do surgimento de uma poesia realmente contemporânea e atualizada. No segundo texto, combate Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, o primeiro pelo excesso nas temáticas religiosas, e o segundo pelo excesso de gentilismo, nacionalismo e indianismo.

Em 23 de junho de 1871 publica no *Diário de Pernambuco*, o artigo *A propósito de um livro*. Romero analisa o livro de Victorino Palhares, *Peregrinas*, onde critica o lirismo subjetivista e individualista dos românticos, defendendo o lirismo impessoal, baseado na crítica moderna. Romero elogia Palhares por utilizar o lirismo impessoal contra as concepções de Scherer.

Mas, é no artigo *Uns Versos de Moça*, escrito em 1872, e publicado no periódico carioca *A República*, em 1873, que aparece uma crítica mais estruturada a respeito do lirismo romântico. Romero faz uma análise do livro *Nebulosas* de Narcisia Amália, onde que, apesar dos tons melancólicos (harpejos de morte), Amália apresenta um talento objetivo, incomum

entre os sonhadores românticos. O sergipano condena sua escola, mas faz um elogio do seu talento.

Contra a plêiade descontrolada dos chorões nacionais, o seu talento deveria emancipar-se. A partir disso, Romero faz uma defesa da poesia realista, naturalista, fundada na crítica contemporânea, que seria um método científico. Os poetas românticos teriam exagerados na dor e sofrimento, e mesmo na fingida alegria, encontrando-se fora do tempo histórico e da ciência que pede passagem.

A poesia mais sublime seria transparente. O coração mais valente estaria além dos dissabores da vida. O ideal da arte deveria ser estampar a realidade do homem e da natureza, e não fantasias e mágicas, que embotariam a visão científica e a objetividade da intuição crítica moderna. E isto não se dá pela alegria ou tristeza, que são momentos de anomalia, mas pela atividade, pelo trabalho, cuja fisionomia é a sisudez. Romero diz que depois da revolução política do século passado, tivemos o romanticismo plangente por uma aberração; depois da revolução filosófica e religiosa, que vai adiantada, tentemos a poesia humana, sem delíquios, sem extravagâncias (ROMERO, 2002: p. 75).

A poesia lírica deveria ser serena e majestosa, pois estaria de acordo com a vida do homem em sua condição contemporânea. Romero elogia o amor delicado e sóbrio das Nebulosas, ao contrário do romantismo, que costuma poluir o amor com pieguices e extravagâncias.

No artigo *A poesia de hoje*, escrito em 1873, Sívio Romero estrutura sua concepção doutrinária, afirmando que a poesia não é inviolável, imaculada, eterna, essencial, mas um fato ordinário da vida cotidiana. Sem possuir ares de mistério, ela é um fato e uma doutrina como qualquer outra, depois que a ciência penetrou nos estudos de suas origens e removeu os misticismos românticos. Como a linguagem, como a mitologia, como a religião, ela perdeu todos os ares de mistério, depois que a ciência do dia imparcial e segura penetrou, uma pouco amplamente, nos problemas das origens (ROMERO, 1878: p.5).

A poesia não é resultado do absoluto ou da inspiração divina, mas resultado da organização humana. Para Romero, as ciências positivas transformaram a intuição crítica de nosso tempo. Ele cita entre os autores que os poetas deveriam ler: Darwin, Maleschott, Buchner, Vogt, Virchow, Comte, Mill, Spencer, Buckle, Bagehot. As ciências da natureza teriam invadido e determinado irremediavelmente as ciências do homem. A Crítica histórica,

literária e a filológica foram rejuvenescidas pelas ciências naturais, e a esta deveriam se referir.

Não há mais cabalística no século XIX. E uma das conquistas deste século foi a popularização da ciência, e expansão dela para todos os campos, afastando o sobrenatural e os estágios primitivos do pensamento. Tudo seria relativo no universo e no homem, a verdade pertenceria ao seu momento, e nada do que existe pode fazer medo.

Em *Cantos do Fim do Século*, publicado em 1878, Romero defende a lei da relatividade de todos os fatos naturais e humanos. O relativo seria a lei do mundo, expressando-se na verdade da sua época, que sempre se recicla. Uma paixão e tanto pelo novo e pelo progresso. A ciência seria toda grave, e o seu método é o jogo de princípios incontestáveis, sendo a prosa a sua natural expressão.

Neste contexto, nada poderia elaborar de substancial a arte, se não estivesse de acordo com a grande intuição da crítica científica moderna. O poeta deve ter as grandes ideias que a ciência de hoje certifica em suas eminências, para elevar o belo com seu lampejo de verdade temporal. A poesia contemporânea deveria estar de acordo com a época em que aparece e com o meio em que se desenvolve.

Por isto, a nova intuição literária deveria seguir alguns passos. Em primeiro lugar, nada deveria conter de dogmático; depois, deveria ser resultado do espírito geral da crítica contemporânea, além de estar acima dos que falseiam a noção do grande todo; e, por fim, deveria ser obra de espíritos sem dogma particular, que se empenham em traçar as grandes linhas do edifício moderno. Acima de todas as doutrinas, encontra-se a intuição genérica da crítica. A poesia não pode ser sistemática. A arte deve se fundar hoje na intuição novíssima que a ciência desapixonada irá divulgar, captando a síntese dos princípios do século XIX.

Ao divagar sobre a identidade nacional, a poesia estaria também à procura das leis de sistematização do país, com seus princípios a progredir, mesmo tendo como base imitações a ideias vindas de fora. Para isto, seria necessário substituir a retórica romântica pela ciência moderna, crítica e naturalista. A incompreensão da história tem como seu corolário: o falseamento da crítica e da arte. Diz o crítico sergipano:

ÕOra, um grande sistema de imitações tem também a sua lei de progredir. Há sempre um motivo, que importa achar, que atira-nos ora para aqui, ora para acolá. Só o conhecimento de nossa vida espiritual, por mais fundos que sejam os seus delíquios, pode habitar-nos a

encontra-lo. À falta notada é que os faz andar de continuo a discutir velhas impossibilidades e a lançar gratuitas afirmações. É assim que não surge um novo livrinho de contos ou versos que não se brade logo: este sim, achou a nota predominante da verdadeira literatura! (...)

Mas, se não existem ainda entre nós avantajadas conquistas sobre o belo e a verdade, não é menos exato que mais algumas desconfianças na grandeza de um passado, ainda mui próximo, é pra notar. É, sem dúvida, ainda muito pouco. (...) As novas ideias hão de germinar e propagar-se, arrastando em seu cortejo todos os que podem sentir-se as necessidades implacáveis do século, que vai se retirando, naquilo que ele tem de realmente sério e duradouro. Há nos domínios da sociedade brasileira algum gérmen de convicções maduras e firmes que hão de florescer à luz de um novo sol.

Quais as obras melhores da inteligência nacional nos últimos cinquenta anos? Dois ou três códigos, e dois ou três livros de versos... (...) Não sei se é muito ou se é pouco. O que todos podem experimentar, se quiserem verifica-lo, é que o pensamento de hoje, chocado por outras necessidades, enlarguecido por outras concepções, dificilmente se pode aguentar naquelas velhas cadeias. Avança, deixando atrás a passada intuição, condenando à impotência os antigos programas literários. (ROMERO, 1878: p. 12-13).

Para escapar à òimpotência dos antigos programas literários, a poesia nacional deveria abandonar as pretensões da retórica romântica. E a intuição crítica que fundaria a poesia não seria uma doutrina fixa, com fórmula absoluta, mas na verdade de seu tempo.

3.3.2. As fontes da literatura nacional: poesia popular e folclore.

Em 1878, Sílvio Romero elaborou textos críticos a respeito da poesia popular e da formação da literatura no país. Dez anos depois, ele transformou tais textos num livro, *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil*. Neste livro, a partir da análise do folclore brasileiro (com poesia, teatro, oração, jogos, festas, cantos populares), ele faz uma espécie de sistematização das fontes da literatura oral.

Esta poesia popular revelaria o òcarátero dos povos, apresentando nossa base étnica original, na junção de três raças: negro, índio e branco. O genuíno nacional é buscado nessas origens. O brasileiro não seria o branco, o negro ou índio, mas a mistura destes três elementos.

Ao escolher o folclore para realizar a ciência sociológica, na crítica literária, Romero abriu um campo de estudo ainda pouco observado no país, e muito desprezado nas elites letradas. Para isto, ele fez uma ampla colheita de dados e material sociológico. Tendo como

principais influências: os estudos de Alessandro D'Ancona e Domenico Comparetti, a respeito das lendas, cantos, e mitos da cultura italiana, coletando diversos dados, e observando vários aspectos; os estudos do português Almeida Garrett, em *Romanceiro e Cancioneiro*, analisando a cultura popular portuguesa; e por fim, os trabalhos de Teófilo Braga, sobre o cancionário popular em Portugal.

Romero constata inicialmente que há um preconceito contra a poesia popular mais genuína, já que os românticos voltaram ao natural, e dele fez-se idealizações, esquecendo o povo real. Este misticismo criou dois problemas por ele já apontados, desde a juventude: a criação de um povo em mesma condição dos civilizados, e o excesso de arbitrariedade da vontade popular, como se não tivesse irremediabilidade, e fosse impassível a críticas.

Ao contrário, para ele, falta originalidade e profundidade a nossa poesia popular; porém, esta constatação longe de diminuí-la, a tornava de extremo interesse para ciência contemporânea. Pois, ela teria a capacidade de revelar nossa formação, mentalidade e cultura.

E uma das primeiras questões observadas por Romero é a inclusão do negro. Os românticos, em seu ímpeto pela originalidade nacional, tornou o índio mítico e idílico o nosso instinto nacional; enquanto o português representava nossa relação com a civilização. Nisto, esqueceu-se do negro. Sobre este esquecimento, nos diz Romero:

Creio ter descoberto o motivo histórico e moral deste silêncio voluntário. É evidente que durante os tempos coloniais os índios e os negros eram considerados bestas-feras ou animais de carga; só o português era homem no melhor sentido. Daí sua glorificação e os esconjuros às outras duas raças. Mais tarde, no tempo da independência, o prestígio do português decaiu e, em nosso esforço para encontrarmos a raça privilegiada que nos representasse, tiramos o índio do seu olvido para poetizá-lo por todas as formas com o romantismo nacional. Assim explica-se o fato de dedicarem os psicólogos de nosso povo algum tempo de seus estudos ao branco e ao caboclo, e nem um minuto ao negro. O estado de escravidão deste último conserva-o além disto em afastamento, e existe até certa repugnância da parte dos escritores em ocuparem-se dele, pelo receio de serem havidos como eivados de casta, segundo a linguagem vulgar. Entretanto o autor destas linhas, sente-se com a mais completa isenção de espírito para fazer justiça a todos, e particularmente fará convergir os seus esforços para vingar o negro do esquecimento a que malevolamente o atiraram (ROMERO, 1977: p. 60).

Enquanto a escravidão transcorria imaculada e intocável depois da independência, os românticos buscavam no índio um elemento de originalidade. Com o decorrer do Segundo

Reinado, ao mesmo tempo em que, na política e na sociedade, discutiam-se os problemas morais, ou mesmo, econômicos, da escravidão, e criou-se uma série de movimentos a favor da abolição, mostrando que havia uma insatisfação em busca de mudanças estruturais na sociedade; e a literatura e a crítica vão acompanhando isto. Romero pede a inclusão do negro em nossa formação, criticando o estatuto da escravatura, num ambiente letrado já dominado por estas discussões. E ele cristaliza muito deste movimento, ao reafirmar a existência do brasileiro, enquanto categoria sociológica, num mistura das suas grandes três raças formadoras.

Ainda se fala muito da formação do caráter nacional tratado das três raças em separados. Mas, só há sentido para falar em brasileiro, quando os três elementos foram misturados de maneira indiscernível, criando outra cultura daquelas que possuíam em separado. É nesta incorporação que se formam as crenças, hábitos, e a poesia popular, de nosso povo.

O sergipano afirma também que havia três categorias de população mundial: a) os povos que viviam na barbárie (África, América, Oceania); b) os povos das primeiras civilizações (hebreus, persas, assírios, hindus, gregos, romanos); c) os povos civilizados da cultura moderna (França, Itália, Alemanha, Europa Ocidental). Nesta época, o tom da superioridade das raças ainda é muito forte na obra de Romero. Apesar das várias influências de outras raças, o fator português pesa-lhe com mais força. (ROMERO, 1977: p.34).

Os brancos possuem um estatuto diferente nessa mistura, pois impuseram a superioridade de sua identidade através do predomínio da língua e da religião. A língua portuguesa foi mediadora em nossa experiência de formação híbrida. Entretanto, os brancos portugueses, autores da colonização, fizeram isto quando estavam em plena decadência, ocorrendo à inquisição. Por consequente, a poesia popular definhava em Portugal antes daqui chegar. Por isto, a esperança de uma colonização bem dirigida vem do sul do país, por suas características raciais, como o arianismo (no futuro, ele retroagirá nessa posição).

Devido a esta característica de importação das ideias, imigração e trânsito demográfico, com elementos de outras terras misturando-se com os nativos; foi a saudade do lar que formou nossa poesia popular. Por isto, a nossa formação ainda não está plenamente completa, e as crenças e tradições ainda estão se misturando e formando, ficando isto, bem claro, nos cantos e orações populares.

Sílvia Romero estabelece quatro tipos de povos básicos no país: a) os que vivem na capital, b) os que vivem perto dos mares, c) os que vivem no mato, d) e os que vivem nos sertões. O sergipano define a maneira como cada povo lida com o ambiente e o clima, se estabelecem no espaço, e forma a partir disso, suas experiências, com crenças, hábitos, cânticos, festas populares, etc.

Propondo uma análise científica, Romero começa a analisar este amplo material sociológico, que, em muito, envolve o folclore a partir do papel da religião em nossa poesia popular. Benzedoras, feitiços, pronomes, santos, curandeiros: tudo vira alvo de observação. Um dos exemplos dados:

õCorre, corre, cavaleiro
Vai na porta de São Pedro
Dizer a Santa Luzia
Que me mande seu lençinho
Para tirar esse argueiroõ

(ROMERO, 1877: p. 43).

Romero observa esta mistura na formação do povo brasileiro, no canto das taieiras, mulatas, vestidas de branco e enfeitadas de fitas, que vão à procissão cantando e dançando tais versos:

õVirgem do Rosário,
Senhora do mundo,
Dai-me um coco d'água
Senão vou ao fundo...
Inderé, rê, rê, rê...
Ai! Jesus de Nazaré!

Meu S. Benedito
Não tem mais coroa
Tem uma toalha
Vinda de Lisboa...
Inderê, rê, rê, rê...
Ai! Jesus de Nazaré!ö
(ROMERO, 1977: p. 48).

Com este canto, observamos vários elementos dos diferentes povos em nossa formação, imbricados, criando algo novo. Neste sentido, as modinhas possuem grande importância nessa apresentação popular do caráter de nosso povo. As massas se apropriaram da cultura legada, e a recriaram. O romantismo não entendia as canções e lendas populares. Diz o sergipano:

õO fato parece exagerado, porquanto no século passado, época a que se referem os críticos portugueses, ao passo que nossa literatura aproximava-se da natureza com Dirceu, Basílio e Durão e com as modinhas, as literaturas da metrópole era toda postiça e contrafeita. Os ouvidos lusitanos foram surdos à lição dada por nossos poetas, verdadeiros percussores do romantismo nas raças neolatinas, e que eram tidos por bárbaros para aqueles pretendidos civilizados e o nosso influxo benéfico deixou de ser uma realidade. Ao contrário, sofremos nós outros a impressão deletéria da língua portuguesaõ. (ROMERO, 1977: p. 53).

Assim, o crítico defende a primazia da poesia popular brasileira sobre a portuguesa, que era decadente. E nestes povos tidos como õbárbarosõ, poder-se-ia ver uma antecipação do próprio romantismo, momento de sua época. Romero irá analisar, ainda, quatro estudos de poesia popular feitos no país. Os autores são: Couto de Magalhães, José de Alencar, Tófilo Braga, Carlos de Koseritz.

Neste capítulo, tratei de um dos pilares deste período formativo de Romero: o embate ao romantismo. O embate e os seus significados intelectuais na elite letrada e o que simbolizava da época, a partir de suas ambiguidades. A partir da possibilidade de concepção à possibilidade de ação, a literatura pode se apresentar como reveladora da construção do imaginário nacional, na formação da jovem nação brasileira. A ambiguidade de nossa formação e das elites letradas consistia nesta relação entre se afastar do passado colonial, como um adolescente que busca distância dos pais, e mostrar independência; mas, no mesmo passo, ter que voltar as nossas origens para buscar uma originalidade.

A partir disso, formou-se uma cultura letrada, com escritores e leitores constantes, numa esfera pública, dotada de capacidade de reflexão e diálogo próprio. O romantismo estabilizou um sistema literário nacional, utilizando a literatura para pintar o imaginário nacional, e os seus símbolos. Este processo acompanhava também as dificuldades práticas de construção da ordem saquarema, e da identidade nacional através do Estado.

É contra este *establishment* da elite letrada e da vida literária que Romero se volta. Influenciado pela base filosófica que já comentamos, ele esforçou-se para modernizar o pensamento, porque esta seria a chance de orientar o país em direção a õintuição crítica modernaõ. É neste sentido que ele dirige seus estudos sociológicos e, de certa forma, funda a análise científica nos estudos culturais. E essa fundação é feita com o viés das ideologias do progresso, do materialismo, do historicismo, do evolucionismo. Por isto, foi pioneiro no uso da poesia popular, do folclore, como material para compreender o país.

Analisando toda nossa formação poética, e conjuntamente, a do nosso povo, e de como esses elementos de misturas entre as três raças apareciam pela própria voz popular, em suas criações, Romero abriu um vasto campo de estudos sociológicos a respeito, e influenciou gerações posteriores. Se, por um lado, havia encanto com o progresso da civilização e defesa da mentalidade materialista trazida pelo mundo moderno; por outro, havia uma valorização genuína das tradições populares, de seu passado, até mesmo em forma de nostalgia. De tal modo que, este caminho aberto para etnografia, antropologia, filologia, sociologia, tendo como base a busca pela verdade científica de seu tempo, irá influenciar bastante as próximas gerações intelectuais, como Gilberto Freyre.

CAPÍTULO IV

INTEPRETAR O BRASIL NAS VEREDAS DA CIÊNCIA

4.1. O caminho para modernizar o país é dar-lhe orientação social e intelectual

No combate ao romantismo, à metafísica, à ideia de essência, ao que era ensinado pelos jesuítas, as elites letradas de até então, orbitou as reflexões formadoras do caráter intelectual de Sílvio Romero, emergindo o sentimento de que o futuro desejável da nação passaria por uma reforma intelectual, uma orientação do pensamento, dirigindo-se aos símbolos modernos através da ciência hodierna e da verdade de sua época. Para além das teorias raciais e do darwinismo social, predominantes entre os progressistas da metade do Século XIX, Romero acreditava que era possível transformar o Brasil numa nação moderna, reformando sua cultura, ao dar-lhe direção na intuição moderna, diminuindo o que seriam, para ele, defeitos naturais de nossa formação (como a raça e o clima).

O naturalismo, o materialismo, o evolucionismo e o positivismo, eram as ideias novas que estariam adequadas à nova realidade do mundo, às mudanças abundantes e reluzentes, prometendo o futuro do debate intelectual (na verdade, transformando-o em ideologia) aos nossos jovens letrados, mesmo com o pessimismo em relação à construção mestiça da nação. As ideias críticas do velho mundo, transgressoras do saber estabelecido, tornavam-se moda de maneira muito mais fulminante na cultura letrada do novo mundo. Este encantamento com as novas filosofias em voga, quase sempre promotoras do progresso e orientadoras do futuro, arrebatava de sobremaneira a jovem cultura letrada nacional, sem que houvesse antes um embate entre o antigo e o moderno, de modo que se criasse uma tradição de pensamento. As modas vão se sucedendo, o entregue emocional se torna maior do que o empenho intelectual, e uma geração encontra cada vez mais dificuldade em se comunicar com a outra, fora um apelo linear guiado pelos símbolos trazidos pela modernização. Há uma ausência de tradição.

Junto com a modernização e a técnica, vinham do centro da modernidade ideias antenadas com esta, que eram macaqueadas pelos jovens da nova geração, apoiando-as de maneira entusiasta e as legitimando simplesmente por ser o novo ou vir da Europa. No entanto, estas ideias não poderiam ser simplesmente repetidas, pois não se adequavam a nossa realidade. Como pensar o país, manter o otimismo da nacionalidade e a segurança da identidade, sem reelaborar o pessimismo com a nossa formação vindas deste ôbando de ideias

novasö? Havia uma ambigüidade a ser reconhecida, que ficou condensada nos trabalhos de Romero.

Neste sentido, para o sergipano, no que pese todas as nossas dificuldades naturais, como a raça e a geografia, a grande contribuição do país para a õintuição crítica modernaö das nações ocidentais seria aproveitar o seu caráter mestiço, de mistura e hibridismo, para dele extrair uma contribuição original a ciências, das dificuldades inerentes a essa construção. Entre o otimismo e o pessimismo com nossa condição, Romero acreditava que era possível modernizar o país, dando-lhe uma orientação científica. E para isto, seria essencial o estudo da sociedade, da cultura, da história, da política, através dos modernos métodos da sociologia, da historiografia, da etnologia, etc.

Modernizar o país significava entendê-lo por uma chave cientificista, aplicando ao estudo da sociedade brasileira os métodos das ciências naturais, trazendo-os, portanto, para as análises sociais. A sociedade passava a ser concebida como um organismo, com coerência interna, mas que reage aos incentivos externos.

Chacon (2008) mostra que as ciências sociais chegam ao Brasil através da escola do Recife. Os estudos desses pensadores introduzem no país uma tentativa de analisar os estudos sociais fora do cabide literário, tão comum à época. Um dos objetivos de Romero e de membros de sua geração será tonar a sociologia, a antropologia, a política, a história, em disciplinas científicas, fora dos estudos literários, que sempre as marcaram até então. E esta fundação, e a maneira como ela se deu, irá influenciar as próximas gerações de intelectuais. Na base, a ideia de que o estudo do país, a construção dos estudos sociais (e científicos), deveria estar a serviço da transformação do país.

Sílvio não desejava construir um sistema doutrinário, pois seria vã diante de sua crença nas verdades momentâneas do tempo. O que ele desejava era õpintarö um retrato do país em sua formação, orientar este processo de acordo com os sintomas do tempo em que vivia, incorporando a modernidade europeia. E é nesta chave que vão sendo fundadas as instituições de conhecimento e as disciplinas das ciências humanas no Brasil.

O Brasil que Romero combate é o país de origem portuguesa, é o país do clero, é o país dos jesuítas propagadores da metafísica, é o país da tradição, é o país das essências, é o país dos intelectuais que não estão ligados à ciência do tempo, é o país dos políticos que não são contra a ordem saquarema. O sergipano é crítico de nossas tradições coloniais, portuguesas,

cristã. Para ele, o diletantismo literário (fruto da cultura escolástica) e à hostilidade pelo trabalho manual, impedia o interesse pelas ciências naturais.

Como mostra José Murilo de Carvalho (1980), no início do império a formação da classe letrada no país era voltada para burocracia e para criação do estado nacional, consolidando a soberania. Havia uma tendência bacharelesca, intelectualista, estatal, mas também, literária, onde nela todas as humanidades se abrigavam. A formação intelectual era voltada a carreira burocrática. Fernando de Azevedo (1963) sintetiza dessa forma:

ãA formação intelectual que recebiam, eminentemente literária, orientada não para a técnica e a ação, mas para o cuidado da forma, adestramento na eloquência e o exercício das funções dialéticas do espírito, não podia fazer desses mestres em Artes e licenciados senão letrados, imitadores e eruditos, cujo maior prazer intelectual consistia no contato com os velhos autores latinosö (AZEVEDO, 1963: p. 278).

Para Romero, esta busca pelo humanismo obnubilava a coisa prática, e dificultava a entrada dos estudos científicos. Os estudos sociais seriam tomados por teorias, e não pela análise científica dos fatos positivos. O sergipano se volta contra certo tipo de ensino, herdeiro da tradição cristã, para por no lugar o que chamava de õintuição crítica modernaö, dominada pelo historicismo, naturalismo, monismo materialista e evolucionismo.

Por isto, no estudo da literatura, foi além da mera descrição dos elementos nacionais ou da problematização do caráter de verdade do documento, buscando, na verdade, o sentimento do país que apresentaria nossa intuição equivocada e afastada das recém-descobertas modernas. Para, a partir disso, fazer uma reforma intelectual, moral, científica, no país. No entanto, longe da suposta objetividade do rigor científico, Romero estava mais preocupado com a dimensão política e civilizacional que o seu trabalho supostamente teria ao país. Mais do que propriamente um caráter intrínseco de verdade, apuro teórico e intelectual, que corresponderia ó de fato ó ao amadurecimento da cultura letrada nacional, Romero estava preocupado com suas dimensões políticas.

Romero não resolveu esta ambiguidade de sua obra durante sua vida. O seu objetivo era tratar a realidade a par da crítica moderna, visando colocar o país na marcha das ideias em direção ao progresso. O seu esforço constante em mostrar os males nacionais, na sua estrutura social, política, econômica, e em sua dimensão cultural, eram muito mais retóricas do que propriamente argumentações fundamentadas e realistas, com rigor científico e conceitual.

Havia, neste desejo por alcançar o moderno, uma admiração com as ideias progressistas de fora, macaqueando-as numa inspiração crítica.

O crítico sergipano prometia trazer com suas análises a ãintuição crítica modernaã, mas ficava restrito ao campo da retórica, com excesso de adjetivações e bravatas contra tudo que era ou parecesse antigo na elite letrada nacional. Ao mesmo tempo, este pessimismo encontrava refúgio numa tímida esperança com nosso futuro adequado, e com as originalidades que encontrava em seus estudos.

Deste esforço de Romero na fundação das ciências sócias entre nós, duas coisas se destacam: a) as abordagens e o material coletado que abriam caminhos para análise sociológica, b) o excesso de retórica e brava na luta contra o que era antigo ou tradicional na elite letrada, condensando uma ambiguidade mal resolvida na obra, entre deslumbre modernizador e busca por alguma originalidade nacional. Mesmo com mais maturidade (ainda assim não há corte epistemológico), quando há um abrandamento da análise da cultura a partir do modelo de Taine e Buckle, e um pouco mais do evolucionismo culturalista de Spencer, esta ambiguidade não sumirá de sua obra.

4.2. O õcaráterõ do povo brasileiro: meio, raça e cultura

Entremeados na construção teórica da sua obra, Romero empenha-se na reflexão de nossas singularidades. O que formou o Brasil? O que é o povo brasileiro? Qual o caráter do povo brasileiro? Em busca destas respostas, ele vai desbravar as disciplinas das ciências humanas, fundadas no mesmo século, desejando dar respostas objetivas, baseadas em fatos, documentos, guiados pela intuição crítica. Para alguns intérpretes de Sílvio, ele não pretendia propriamente uma síntese da cultura brasileira, mas buscava entender o país a partir das leis naturais e sociológicas, influenciado por seu tempo.

A partir desta chave, Romero apropria-se dos métodos da etnografia de sua época, tornando-se entre nós também um pioneiro da antropologia cultural. Segundo o próprio, as suas maiores referências, de onde se inspirou, vieram dos livros de etnógrafos de sua época: Taine, Renan, Max Muller, Gubernatais, Bréal, Gobineau.

Em 1875, o sergipano publica o livro *Etnologia Selvagem*, composto de um artigo sobre o livro de Couto Magalhães, publicado no semanário A Escola, e do artigo, o õcaráter nacionalõ. Nele, Romero analisa a tese central de um livro de Couto Magalhães, que afirmava a existência de cruzamentos pré-históricos de nosso caboclo com alguma raça branca. Para

Couto, principalmente, entre os que falavam o idioma tupi, não existindo nela vestígio do sânscrito como no quíchua, provando que a raça que lhe cruzou não foi a mesma dos incas e da América Central.

Romero elogia Couto Magalhães por romper com o misticismo indígena imposto pela literatura romântica, e pelo caráter científico do seu livro; mas, contesta as teses centrais do autor, que segundo ele estavam pouco de acordo com as novas metodologias científicas para refletir sobre a origem dos povos americanos, e sua classificação dentro dos quadros evolutivos.

O sergipano critica o fato de o índio ser visto de maneira exótica, lúdica e até grotesca pelo romantismo brasileiro, impedindo a intuição crítica e científica do tema. Assim, ele traça no início de sua argumentação uma linha crítica dos estudos indígenas até aquela época no país; que estavam em dissonância com as descobertas científicas americanas, para o qual, o índio era objeto da ciência, e não da poesia.

Romero reclama que falta ciência e modernidade a Couto Magalhães, que ainda encontra-se muito perto dos antigos terrenos românticos, pouco afeitos a métodos científicos, demonstrando a fragilidade da vida intelectual brasileira. Ele elogia a descrição geográfica objetiva, mesmo sem caráter original, rompendo com o idílio indianista dos românticos, na apresentação do livro de Couto. Ainda assim, segundo ele, õuma parte forte e vibrante, mas sem descoberta e originalidadeö.

Contra-pondo-se a tese central de Couto, Romero afirma que irá derruba-la a partir dos erros básicos, chegando a sua estrutura. Estes são os principais erros anotados por Sílvio: a) multiplicidade da língua ariana, b) peruanos não só são incas, mas estes eram o cume de diversos povos peruanos, como os quíchuas, os pirhuas, e os purhuas; c) existiam muitas diferenças entre os peruanos e os povos da América Central; d) dificuldade em provar os parentescos entre a língua tupi e as línguas indo-germânicas e as semíticas (hebreus, árabes, etc.); e) não há prova de cruzamento entre arianos e peruanos.

Mas, para mostrar os erros estruturais da argumentação de Couto, Romero toma como certa sua hipótese para mostrar o nexo científico e levando as devidas consequências. Ele mostra que Brasil e Tupi possuem origem transcrita, e que poderia existir a origem aria de muitas expressões tupis, em palavras como Pernambuco e Paraná, por exemplo.

A partir da metodologia de Firtz e Delitsch, que mostraram a irmandade das línguas semíticas e arianas, e dos livros de Martius e Fidel Lopes, respectivamente, *õGlossárioõ* e *õVocabulário Ario-Quíchuaõ*; Romero cita uma série de exemplos que ligariam a língua tupi às línguas indo-germânicas. Então, ele levanta a pergunta: o tupi é uma língua ariana?

Sílvio Romero argumenta que todas essas relações nada provam. Estes nexos encontrados entre as línguas provariam apenas a õuniformidade das leis que presidiam ao desenvolvimento do espírito humano por toda parteõ (ROMERO, 1875: p. 28). Para ele, através de um método fluído como o de Fidel Lopes poder-se-ia provar o parentesco de todas as línguas.

À contrapelo, Romero via muitos desacordos entre a língua dos caboclos e dos arianos. O sergipano afirma que o caboclo desconhecia o bronze, o ciclo do tempo, a domesticação dos animais, e as gramáticas das línguas eram extremamente diferentes uma da outra. As semelhanças etimológicas não seriam suficientes para provar o parentesco das línguas, e conseqüentemente, o cruzamento das raças. Portanto, Romero descarta que o tupi tenha vindo do arianismo.

Assim, Couto teria repetido o erro de Laet e Garcilazo, ao especular que a civilização inca foi formada em 400 anos. Só é possível explicar os incas, indo as suas origens remotas, entre os quíchuas. A falta de escrita entre os indígenas atrapalharia o estudo de sua história através dos métodos científicos, impossibilitando um estudo mais certo quanto às teorias explicativas da origem e do desenvolvimento das raças americanas. Afirma o crítico:

*õAs diferentes teorias explicativas da origem e do desenvolvimento das raças americanas estão bem longe de ter um apoio serio da ciência. Até a sua classificação é ainda incompleta por mais ele uma face. É inexcedível como prova de vacilação, também para os que mais se têm empenhado no estudo do problema, a maneira por que, explicam a gênese das ideias indianas. Os filólogos, em geral, imbuídos da justeza das vistas que lhes fornece o estudo comparativo das línguas asiáticas, maxime as indo-germânicas, estudo que tem por base também a história, aventuram-se a explicar semelhantemente as línguas americanas. Quando o digo, não quero taxar de absurdo o emprego do mesmo método ás línguas ao nosso continente, longe dai: refiro-me á **ideia** preconcebida de encontrar aqui na América justamente os mesmos três tipos de linguagem, que é costume deparar na Ásiaõ. (ROMERO, 1875: p. 24-25).*

Seguindo as observações de Muller, Romero afirma que três línguas encontradas na Ásia, seria também a base das encontradas na América: a turana, a ariana, e a semítica.

Apesar disso, ele critica a insistência de Couto em colocar arianos e turianos entre as raças americanas, por causa da língua. Ele afirma:

Admitidas às três grandes ramificações da linguagem, cumpre observar que elas correspondem a outras tantas ordens de ideais também distintas na esfera religiosa, política, artística, econômica... A filologia não leve a esquecer; sempre que quiser, sem prova suficiente, aplicar a tríade asiática ao resto do mundo, no empenho de ver reproduzidas as exatidões de seus achados por lá, corre o perigo de falsificar a ciência. É o que vai fazendo em larga escala para a América.

Para certa classe de escritores, com toda a segurança, nem mais, nem menos, as velhas populações do continente são arianas, turanas, e há também quem nos fale de cruzamentos semíticos como coisa bem provável.

A filiação dos povos de cada um dos grupos daqueles idiomas asiático-europeus tem uma base, além da linguística, na história. Não assim na América, onde falta este elemento do moderno método. (ROMERO, 1875: p. 25).

Esta tendência em exportar modelos filológicos de fora, e tentar ver no tupi uma origem nas três línguas de origem asiática é criticada por Romero. Para compreender a história do povo era preciso estar atento a outros quesitos da história além das filiações idiomáticas asiático-europeias.

Compreendendo não só a língua, mas outros elementos de cultura, como as ideias e as religiões, poder-se-ia classificar as tribos do Novo Mundo em grupos diferentes. Um parentesco distante que ligue estas ao velho mundo não passa de hipótese sem provas para Romero, pois, ambos os povos resguardam inúmeras diferenças, não havendo provas nos fatos positivos. As dessemelhanças entre as famílias americanas podem provar que as similitudes entre elas não passa do fator humano, aquilo que dá unidade aos homens, e que Romero denomina de fundo da espécie. As semelhanças entre os povos primitivos americanos e os povos do antigo continente se deviam mais as semelhanças entre os humanos do que propriamente uma linhagem familiar.

Então, qual a origem dos americanos? Eis, a pergunta que Romero tenta responder em seu texto. Ele sintetiza duas hipóteses aclamadas na ciência europeia da época: a) origem asiática, que era predominante entre os cientistas; b) e a origem própria, defendida por Buckle.

O sergipano raciocina que se a primeira hipótese está correta, ocorreu um desenvolvimento muito diferente do ariano, graças a vários fatores: a natureza, a geografia, o clima, as mutações raciais, e por último, os fatores humanos. Apesar de não ser predominante, a segunda hipótese teria peso depois da explicação de Buckle a respeito das civilizações do México e do Peru, assim como, do Egito e da Índia, como produtos naturais. Diz Romero:

Os dois sistemas de provas têm a seu favor bem ponderadas razões; mas, tomados em absoluto e exclusivamente, oferecem mais de um embaraço. Se é certo de um lado, que se pode aceitar a probabilidade de uma transmigração pela chamada ponte aléutica, e que se notam encontros entre as línguas e ideias das tribos americanas e as de alguns povos da Ásia, não é menos a falta das mesmas tendências e, sobretudo, dos mesmos resultados (ROMERO, 1875: p. 27).

A hipótese autóctone dos habitantes que se encontravam na América na chegada dos europeus já foi amplamente desmentida pelas descobertas arqueológicas de hoje. Porém, fazia algum sentido para Romero na diferenciação de tipos humanos, incluindo nisto, outras raças. Ainda assim, ele advoga um ecletismo entre a hipótese asiática e a hipótese da origem própria. Pois, mesmo que o americano tenha uma filiação genealógica com outros povos, quer os inteiramente selvagens (tupis e demais tribos sem escrita), quer os civilizados (incas, maias, astecas, etc.), seguiram uma evolução muito distinta com os parentes do velho mundo.

A diferença entre os conquistadores europeus e os povos encontrados nos novos continentes gerou a busca por uma explicação a respeito dessas diferenças. E no começo do Século XIX, havia uma disputa entre monogenistas e poligenistas na antropologia. O monogenismo tinha como hipótese o pertencimento de todas as raças (ou etnias) numa mesma espécie; descendendo, portanto, de um ancestral comum. Ou seja, todos os homens seriam uma mesma espécie, com único tronco. Já o poligenismo defendia a hipótese de que havia diferentes linhagens de raças (ou etnias) humanas, não se podendo encontrar um ancestral comum. A partir de meados do século XIX, com o predomínio do evolucionismo de Darwin, o monogenismo tornou-se inquestionável.

O monogenismo, defendido por etnólogos como Morgan Tylor, traçava uma linha de evolução, onde os vários povos se encontravam em diferentes estágios. Éramos todos de uma única espécie, com o mesmo potencial para alcançar o ato final do paraíso, não negando até mesmo certa conotação divina. Já poligenistas, como Buffon, partiam da perspectiva de colonizadores, que enxergam os habitantes das Américas como inferiores e de outra linhagem dos que vieram da Europa.

Com a aceitação desde Darwin da origem única, os monogenistas se voltaram ainda mais para o conceito de evolução social para explicar as diferenças entre os vários povos. Havia uma marcha linear que iria do atraso ao progresso, do primitivo ao moderno, e os povos ó todos tendo uma origem única ó encontravam-se em diferentes estágios de evolução da sociedade. As diferenças entre as etnias ocorriam devido a sociedade e seu estágio desigual de desenvolvimento, e não devido a uma inferioridade inicial, ocorrendo níveis necessários de passagem. Esta ideia progressista prevaleceu não só na ciência, como em outras áreas e no próprio discurso público.

Boa parte do debate público do Brasil, ainda hoje, é permeada por esta contraposição entre atraso e progresso, não raro colocando numa linha de desenvolvimento e modernização econômica. E várias filosofias dos últimos séculos beberam nela, como o marxismo, que lia a história (o materialismo histórico) como uma sucessão de modos de produção, a partir da luta de classes, que moldaria a superestrutura cultural. A contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção capitalistas levaria necessariamente a insurreição do proletariado contra a burguesia, dando início a próxima fase da história (desta feita, a última): a ascensão do comunismo, uma espécie de libertação judaica, e promessa redentora do paraíso em terra.

Os poligenistas daquela época se voltaram para outros fatores radicais de desnível entre as etnias, criaram-se então vários tipos de determinismo, como o geográfico (baseado no espaço físico, no clima, na topografia, etc.); e o racial, voltadas para supostas diferenças biológicas entre elas, e superioridade de uma raça sobre a outra. Por este caminho, enveredaram Buckle, Renan, Gobineau, entre outros. De certa forma, os filhos do poligenismo foram os principais responsáveis pelo racismo científico da época ou por preconceitos naturalistas, pois não haveria mobilidade entre as raças ou o meio. Romero tenta um caminho eclético entre estes grupos. Diz ele:

Os poligenistas estribam-se em fatos tais. A, de certo, não cumpre, obcecarmo-nos por, talvez, menos estudadas aparências. Quem não conhece os celebres dolmens druidicos com que a poesia tanto nos embalou, e quem não sabe que nunca foram construídos pelos sacerdotes dos celtas '? Hão sido encontrados na Europa toda, e até nas costas da África e no centro da Índia. O que prova esse fato? Uma lei geral: O homem, sob as mesmas influências de cultura, produz por toda a parte os mesmos resultados. Não é necessária uma só origem de todas as raças para explicar estas normalidades.

Por outra parte, si é verdade que as leis naturais sabem dar o móvel das direções que uma civilização tenha tomado, e é exata a falta de certos fenômenos característicos entre os povos do continente, supostos descidos da Ásia, qual a ausência dos animais domésticos, também já referida, comuns aos povos daquele continente, como negar a filiação de algumas línguas, talvez, e a repetição de alguns factos idênticos? (ROMERO, 1875: p. 28).

Apesar de não negar o monogenismo, Romero advoga que a primazia da unidade entre alguns fatos humanos não comprova necessariamente uma origem única. Por influência tanto do evolucionismo quanto de Buckle e companhia, ele tenta integrar essa base poligenista, do meio e da raça, com os diferentes estágios de desenvolvimento das sociedades.

Então, seria necessário ampliar a investigação para além das raças. Para ele, a raça era um elemento preponderante para o desenvolvimento das civilizações e de suas diferenças, mas não o doutrinaría o todo. Para dar cabo das variedades que apresenta o pensamento humano nos períodos primitivos da história seria preciso ir além do fator da raça, embora ele estivesse longe de desprezá-lo. À raça, Romero acrescentava o clima e a geografia da região na formação do caráter de um povo. E junto com estes, o elemento humano de orientação do conhecimento.

E através do quadro de eras do positivismo, o índio encontra-se na primeira fase de todas as classificações, havendo elementos dissonantes e atrasados na nossa miscigenação. Porém, esse atraso poderia ser elucidativo para ciência, uma espécie de país-laboratório, demonstrando teses, avançando o conhecimento sobre atraso e progresso, e elementos determinantes na formação de um povo. Esta seria nossa contribuição. Uma espécie de otimismo numa maré de pessimismo a cerca de nossa formação, legada pela ciência posta no altar.

Sílvio Romero continua a análise de Couto de Magalhães num artigo de 1876, depois publicado no livro *Etnografia Brasileira*, intitulado: *Couto de Magalhães e a influência dos selvagens no folk-lore brasileiro*. O alvo de Sílvio, desta vez, é outro livro de Couto, *Os Selvagens*, que se apresenta como uma união de contos dos selvagens (índios) brasileiros.

Romero critica a monomania de Couto em forçar parentescos e filiações entre os povos do velho mundo e os indígenas da América. Se o livro tem como mérito chamar atenção para as origens do tupi, mas fracassa ao ser pouco científico, estudando pouco os fatos, fragmentando-os, e gerando confusão numa retórica abusiva. A grande crítica de Romero é que os indianistas brasileiros não estudam as origens portuguesas e os negros,

ficando restritos ao campo de observação dos indígenas. Isto impossibilitaria o olhar científico, ainda mais porque, para o crítico, o africano possuiria ainda mais força do que o índio para modificar o português, sendo um elemento mais vibrante na miscigenação.

Após analisar os contos apresentados por Couto de Magalhães, diz Romero no final do artigo: “O povo mudou o símbolo da destreza indiana, o veado, por um animal mais seu conhecido o bode. Assim vai se operando por uma raça a assimilação dos contos de outra. É o que se dá na língua e em tudo mais”. (1876: p. 63). Romero demonstra interesse pelo efeito cultural causado pela miscigenação, ocasionando uma cultura híbrida. Ele pretende explorar essa criatividade para dar cabo ao seu projeto científico original. Há durante todo o texto também uma tensão entre a simpatia pela causa abolicionista, e pela incorporação do negro na interpretação da nacionalidade brasileira; em relação à adoção de teorias que tinham a superioridade da cultura branca como normatividade.

Seja como for, fica apresentada uma espécie de doutrina étnica brasileira, com as leis do nosso desenvolvimento espiritual, a partir do hibridismo entre português, negro e indígena, além de outras culturas periféricas. Romero critica os estudos de Wolf por só destacar os europeus na nossa formação, o que impediria a visualização de nossas peculiaridades.

Assim, Sílvio inaugura como interpretação do pensamento brasileiro, a linha que tinha por base a crítica naturalista. É nesta época, a partir da década de 70 do Século XIX, que chega ao Brasil este paradigma científico, e junto com ele, modelos de análise baseada no desvelamento entre as raças. Junto com o abolicionismo, então, vemos a construção de teorias raciais vindas da Europa a partir de uma importante pergunta: qual o espaço da nação, um país mestiço, frente ao Ocidente e as ideias de predominância raciais (que não eram hegemônicas no velho continente, mas tomava conta do ideário progressista)? Tendo em vista que, junto com a modernização econômica do Império, veio também os símbolos de modernidade.

As teorias raciais que colocavam na mistura racial a culpa por nosso atraso diante da Europa eram bastante influentes nos debates públicos brasileiros, e podem ser vistos no Parlamento, nos livros, nos jornais. Estas teorias chegaram a ter mais influência na periferia do mundo moderno do que no velho continente, onde sempre foram combatidas por um número razoável de pessoas dentro da cultura letrada.

Orbitando entre evolucionismo e determinismo, Romero concordava com a influência do fator racial e geográfico, mas incluía nestas uma orientação de pensamento que poderia

contribuir para o desenvolvimento da nação. E esta orientação encontrava-se, por influência do evolucionismo, na õintuição crítica modernaõ. O país deveria modernizar o seu pensamento, corrigir seus eixos orientadores, olhando para a verdade do momento, almejando estar no ponto mais alto da evolução histórica. E sem negar e ser pessimista com nossa construção inferior pelo clima e pelo misticismo racial, Romero ó ambigualmente ó procurou também visualizar o lado positivo de nosso legado, querendo-lhe dar uma orientação moderna. Então, ele combina estas teorias raciais com outros métodos sociológicos; evolucionismo, monismo e determinismo naturalista com culturalismo e historicismo. E isto tudo, mesmo com tantas reclamações, sem romper com aquela tradição bacharelesca e verborrágica nacional, de muita figura de linguagem, e pouca realidade.

Ao analisar a formação do país e os quatro séculos de escravidão, ele acredita que há sobre a miséria do nosso pensamento, não só o efeito da ação do meio físico, mas por outros efeitos culturais, até em relação à alimentação. O ímpeto moderno, criador e crítico, poderia reformar a cultura brasileira, e dar-lhe ar moderno.

A modificação da nação viria numa equação entre meio e intelecto, onde este poderia modificar o meio, e dar-lhe um terreno propício. O meio seria os aspectos físicos do país (clima, topografia, etc.) e as suas raças constituintes. E o intelecto seriam as ideias predominantes e ordenadoras da ação humana. Estas ideias se estivessem de acordo com a verdade de sua época, poderiam determinar o meio. Ou seja, determinadas ideias, direcionadas ao progresso evolutivo, poderiam agir sobre o meio determinado. Sendo assim, há uma composição entre meio físico, raça, e momento espiritual do país. E o escritor deveria encontrar-se neste encontro entre momento social do país e do mundo na escala evolutiva, como sua ideologia.

Este talvez seja um dos aspectos mais importantes e sintomáticos da obra em formação de Sílvia Romero, a importância dada por ele às essas novas ideias, como papel da ideologia que deve formar um país. Ele enxergava isto como uma verdade momentânea, um espírito da época que se dirige ao progresso de mais liberdade do espírito humano, a tal ponto que este conjunto de ideias pode modificar o meio, a raça, e outros aspectos determinantes em sua análise. A ideologia do escritor é alçada a um patamar decisivo do transcórrer histórico. De tal modo que, o nascimento destes estudos sociais científicos já vem do berço com a ação de uma doutrina coerente de ideias, mesmo ela sendo materialista ou culturalista, relativizando sua verdade no tempo.

E a ação da ideologia nos estudos culturais das ciências humanas deveria ser guiada pelo método crítico, que irá combinar a ação do clima sobre a população, a formação e origem racial, o folclore e sua gênese, e o hibridismo cultural. Para trazer a tona o espírito do seu tempo, o método crítico na cultura deveria combater os estudos sociais que tiveram como base o superficialismo romântico, tentando ser intérprete de nossa realidade; além de traçar um caminho para renovação intelectual.

A feitura do caráter nacional é uma síntese de cultura, e não apenas uma determinação racial ou geográfica. Sendo uma relação entre o misticismo racial, as condições do meio geográfico, e a estética e orientação das obras que norteiam o pensamento nacional.

Escrito em 1873, e publicado no Diário de Pernambuco, o artigo *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro* é uma síntese de Romero a respeito da formação do nosso povo. Preliminarmente, ele afirma que dois fatores podem pesar na feitura de um caráter nacional: a natureza e a aglomeração de populações distintas.

Assim, os povos se modificam pela natureza que os cerca, depois de muitos séculos, e também através da orientação dada a um grupo culturalmente heterogêneo que se une. Por outro modo, as várias aglomerações podem desenvolver-se de maneira diferente de acordo com o ambiente. Portanto, há uma ambiguidade dialética entre estas duas proposições. Um exemplo dado pelo escritor são os Arias, que se desenvolveram diferentemente de acordo com cada ambiente e população que se agrupava.

No caso brasileiro, Romero afirma que somos um povo moderno oriundos de outro também comparativamente novo e civilizado. (ROMERO, 1875: p.40). Ele diz que os portugueses trouxeram a língua, a religião, as instituições duradouras, e os costumes polidos. Mas, a formação do povo brasileiro se dá no trabalho de labor entre o português, o negro, e o índio.

Embora, a natureza ainda não tivesse força para modificar o sentido português, a diversidade da população aglomerada faria este trabalho de acomodação do hibridismo cultural. Romero critica os trabalhos historiográficos que não abordam o negro, e aqueles que abordam no índio apenas o seu aspecto estéril e errôneo.

Neste sentido, Romero põe-se contrário aos estudos da historiografia nascente por deificar o português em detrimento de indígenas e negros ou por dar mais importância ao índio do que ao negro na formação do caráter nacional. Os índios eram primitivos e pequenos,

estavam no estado de selvageria, não tinham tanta força para influenciar e modificar a civilização trazida pelos portugueses, como os negros africanos. A forte derrocada indígena provaria isto.

Em especial, Romero dava importância ao estudo da língua nacional. Para ele, o fato da língua predominante ser a portuguesa, demonstrava a centralidade deste elemento na formação do país. Mas, as diferenças práticas do português falado no Brasil do que português falado em Portugal demonstrava a mistura de nossa cultura. Os africanos tiveram, para ele, mais vigor do que os índios para alterar a língua, com seus costumes e hábitos. Por isto, o elemento africano seria mais influente em nosso caráter, apesar dos historiadores da época não perceberem. Então, qual seria o caráter do país? Para Romero, o Brasil era uma junção híbrida entre portugueses ruins, negros e indígenas.

Como o fator racial ainda era um determinante de nossa formação para o sergipano, havia em sua obra um tom claramente racista, embora não odioso. Afirmando a superioridade biológica dos brancos, o crítico afirma que este hibridismo alterou sem vantagem nossa composição: o africano, rebelde aos progressos intelectuais, tem alterado, sem vantagem, nossa fisionomia pretérita. (1875: p. 46). Não deixa de ser interessante que, ao mesmo tempo, quando se trata da elite letrada e da construção das ciências no país, ele recorra de maneira muito mais otimista ao elemento negro em nossa cultura contra o atraso do saber português. Não renegava do colonizar a civilização, mas afirmava que os traços originais do país deveriam vir do hibridismo, e a partir dele, entrar na intuição crítica moderna. Porém, o negro teria sido mais importante do que o elemento indígena na composição racial, por oferecer um fator robusto e civilizador que ajudou aos mestiços a se adaptarem ao clima.

Com o passar do tempo, o tom racista será abrandado, mas nunca abandonado. Isto se deve a maior influência do evolucionismo e do monogenismo durante sua obra intelectual: Não deve haver aí vencidos e vencedores; o mestiço consagrou as raças e a vitória deve ser assim de todas as três (ROMERO, 2002: p. 116). Ele sempre colocou na mestiçagem uma característica essencial para a construção cultural do Brasil, e o seu pensamento sempre se ordenou a partir disto. Sua obra sempre fluirá a partir dessa ambiguidade, nunca cessando, mas mudando sua intensidade por tempos. No início do século XX, sua obra voltará a adotar um tom mais racista, por exemplo.

Consiste numa originalidade da obra de Romero o resgate do negro perante a tradição literária brasileira, e a redefinição da mestiçagem (menos pessimista) perante as teses

cientificistas da Europa. A miscigenação aparece como uma fatalidade nacional, que agora precisaria ser trabalhada e orientada. E o elemento negro seria o mais destacado dentro de nosso potencial mestiço. Uma inovação para época onde o negro era escanteado em prol do indianismo nacionalista e idealizado. Nos museus, a ciência nascente interessa-se bem mais pelos indígenas, influenciado pelas expedições científicas estrangeiras, que traziam a influência da antropologia e etnologia europeia. Argumenta Neiva (1994: p. 114), que o primeiro estudo etnográfico mais sério a respeito do elemento afro-brasileiro veio apenas nos de 1890, através de Nina Rodrigues na Faculdade de Medicina da Bahia, e ainda assim, confirmava o racismo da época ao proclamar a inferioridade do negro.

Um dos embates de Romero com Celso de Magalhães era por este renegar o papel do negro na cultura brasileira, coube ao crítico sergipano o pioneirismo na importância dada a este elemento. Mas, Romero não desmente a tese do branqueamento da população, dominante nos anos 1880, acreditando que, em mais ou menos tempo, restará no país os brancos e os mestiços. Os negros tendem a diminuir sua presença devido às questões genéticas e de adaptação ao meio.

O debate em torno dessas ideias se amplia, e ação política em torno da abolição da escravatura também. Mais uma prova da relação entre o que se pensa, como se age, e a condensação disso num símbolo revelador de seu tempo. O abolicionismo nasceu no caldeirão de ideias da geração de 1870 e ocaso do Império. Havia, porém, muitas discordâncias internas, inclusive quantos aos meios e velocidade dessa transição.

Joaquim Nabuco representava a voz dos abolicionistas moderados, que apostavam em reformas, na mobilização da opinião não-parlamentar, e nos fatores morais e anacrônicos daquela instituição. Enquanto outros abolicionistas, mais sensíveis às vogas científicas da época, falavam até num triunfo gradativo do branco após o fim da escravidão. A abolição e a imigração europeia ajudariam a branquear o país.

Neste sentido, o historiador Thomas Skidmore (1976) classifica Romero como um ãnacionalista frustrado. Se, por um lado, era promulgador das teorias científicas, que não eram confortáveis quanto ao futuro da nação mestiça; por outro, era otimista quanto a possibilidade da elite letrada apreender tais doutrinas e orientar seu pensamento e ação a partir dele, modificando o país no que era possível, através da cultura. Por isto, havia uma variação de humor, ora mais otimista, ora mais pessimista, nunca alcançando seu ideal. A pena da melancolia se abatia sobre o crítico sergipano sem nem perceber.

Em síntese, Sílvio vai além da mera análise determinista, seja da raça ou do meio climático, mas faz uma junção entre a população em seu aspecto racial interagindo com o meio geográfico, e a orientação geral de sua cultura, a partir da elite letrada. Romero estendeu o critério etnográfico, que dizia ter introduzido entre nós, às explicações sociais na busca de compreender o verdadeiro Brasil, o que tanto motivou sua vasta produção literária, dentro de uma orientação ambígua e direcionada as filosofias do progresso.

4.3. O papel da província na modernização do pensamento

4.3.1. A prioridade de Pernambuco na renovação cultural.

Romero não encontrava na província, com a exasperação imaginativa dos intelectuais, a inspiração profunda para interpretar o país. Acusava a elite letrada de até então de dar um tratamento burlesco, pitoresco, idílico dos outros elementos nacionais, como o negro. Em sua memória estavam os tempos de fazenda, os tempos de Recife ou da volta ao Sergipe e a Lagarto. Em busca de material para análise de nossa formação, coletou e armazenou uma série de trabalhos de diversos folcloristas, para vislumbrar a formação do país não no ambiente da Corte, no Rio de Janeiro, mas nas províncias, no interior do país. Diz a ele a respeito disso, na entrevista a João do Rio:

õA função literária e intelectual de nossas antigas províncias não é a de criarem literaturas à parte, como, com alguma ironia, se alvitra no Rio de Janeiro, depois que o saudoso Franklin Távora falou em literatura do Norte.

Não foi no sentido incriminado o seu pensamento, com o chamar a atenção para as tradições, os costumes, as cenas nortistas e com o aludir aos bons talentos daquela zona. A sátira é escusada, ainda que parta principalmente de provincianos acariocados. A função das províncias, prefiro lhes chamar assim, do norte, sul, centro e oeste, é a de produzirem a variedade na unidade e fornecerem à Capital os seus melhores talentos.

Sempre foi isto desde os tempos de Silva Alvarenga, dos Andrada, Cairu, Odorico Mendes, até Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Coelho Neto, Raimundo Correia, Artur e Aluísio Azevedo, Luís Murat, José do Patrocínio, Graça Aranha, Araripe Júnior, Afonso Celso, Arinos, João Ribeiro, José Veríssimo, Capistrano de Abreu, Fausto Cardoso, Melo Moraes, Teixeira Mendes... e duzentos mais, passando por Gonçalves Dias, Alencar, Porto Alegre, Macedo e as mais vivas figuras do romantismo.

Inútil é lembrar os políticos cujo número é legião. Pelo que se refere ao quinto e último quesito, afirmo convicto, posto nunca tivesse sido

um homem do ofício, que o jornalismo tem sido o animador, o protetor, e, ainda mais, o criador da literatura brasileira há cerca de um século a esta parte. (ROMERO, 1905 apud Do Rio, João, 1905, p. 29-38).

Romero destaca o grande número de intelectuais e políticos que tiveram grande destaque na construção da elite letrada na corte carioca. E num tom provinciano, afirma que é da margem que vem os melhores talentos. Tom sempre presente em intelectuais como Romero e Tobias, cientes da menor importância de que gozavam no Rio de Janeiro, sempre resultando num desprezo pela hipocrisia e pompa da corte.

Desta maneira, as províncias não fazem uma cultura letrada afastada da unidade nacional, que residiria na corte, mas daria elementos a esta, dando-lhe grandes nomes. É neste sentido que encontramos o regionalismo da Escola do Recife, como formador de raiz para a capital que sedimenta o país que vem das margens.

Em 1879, Sílvio publicou na Revista Brasileira, o artigo *A prioridade de Pernambuco na renovação cultural*, onde procurava mostrar a prioridade de Recife nas novas ideias que estavam em discussão na elite letrada carioca. A renovação do pensamento brasileiro teria partido de Pernambuco.

O sergipano observa a longa tradição liberal de Pernambuco na luta contra a centralização político-administrativa. E fala que na formulação dessa crítica residia uma orientação mais adequada as filosofias modernas, ao contrário da corte ainda tão ligada aos saberes de outrora. Por sua história de lutas contra o lusitanismo do poder central, havia uma orientação do pensamento no estado mais próximo a crítica moderna, e menos irascível ao óbolo de ideias novas.

Fazendo surgir no Recife, os primeiros movimentos de reforma intelectual do país. Desde os meados da década de 1860, frisa o sergipano, que o movimento intelectual intensifica-se com a ciência, a crítica e a prosa. Era a criação do Condoreirismo de Castro Alves e Tobias Barreto, a primeira resposta ao indianismo romântico. Esta seria a primeira fase do movimento que, para ele, renovou a cultura brasileira (a Escola do Recife). Era a fase do patriotismo, do teatro e do salão. O crítico sergipano fala num momento de transição, onde o lirismo era mais sadio do que o romantismo indianista, tornando a poesia um pouco mais filosófica.

Para o sergipano, faltava a Castro Alves a intuição filosófica de Tobias Barreto, cabendo a este o talento e força intelectual reerguer o pensamento nacional a partir da próxima geração. Veio então a segunda fase, que Romero dividiria em duas: a) do realismo de Celso de Magalhães, Generino dos Santos, Souza Pinto, b) e do germanismo de Tobias Barreto.

Nesta nova fase, Romero destaca que a passagem da literatura para ciência se deu a partir do combate ao romantismo no jornal *A Crença*. Mas, ainda faltava à intuição monística, preparada crítica. Romero abre um parêntesis para fazer uma ode a Abreu e Lima, que seria representante do novo na província, sendo o primeiro a levantar o problema da religião pós-Voltaire, colocando-se contrário à metafísica e a relação entre a igreja e o estado. Eis então, que começa a terceira fase: a do moderno naturalismo.

Sílvio destaca a importância do germanismo em Pernambuco, através de Tobias Barreto, ao contrapor novos autores numa atmosfera intelectual dominada pelos franceses. Ele também tinha tido papel predominante ao ser introdutor entre nós de autores da intuição crítica moderna, como Comte, Buckle, Taine, Spencer, Darwin, e tantos outros. A importância de Tobias teria sido em encarnar o espírito e a crítica moderna, seus objetivos e abordagens, modificando o panorama do pensamento brasileiro. Afirma Romero:

«A grande transformação do pensamento hodierno, produzida pela ascendência da Alemanha, o único *representative man* que teve no Brasil encontrou-o em Pernambuco. Ainda, neste ponto, o iniciador foi Tobias Barreto de Menezes. Eu não conheço maior metamorfose operada em um espírito do que a que se efetuou no sergipano. O chefe da poesia hugoína brasileira fez-se igualmente o evangelista do germanismo entre nós. A crítica é a grande porta por onde nos vai fazendo conhecer a Alemanha; e a crítica em sua totalidade aplica-la à filosofia, à religião, à literatura, à política e ao direito. Tobias Barreto tem percorrido todos estes districtos da ciência, sem que sua antiga intuição romântica o perturbe»⁶¹.

A corte ainda era muito apegada ao saber clássico, de nascitura judaico-cristã, e não tinha conhecimento adequado da crítica moderna para apreciar a obra de Tobias Barreto. Os louros não vindos do centro da elite letrada criaram um ressentimento em Romero por estar inicialmente a ocupar suas margens, devido aos problemas de recepção. O sergipano reafirma que o moderno não nasce com Cônego Pinheiro ou Machado de Assis. Sobre o criticismo de sua autoria, afirma:

⁶¹ Revista Brasileira: jornal de ciências, letras e artes. Outubro a dezembro de 1879. 1º ano. (p. 493).

Em poesia, o criticismo, porque é a feição do tempo; em filosofia e literatura, o realismo científico, e a verdade ao Brasil, tudo sem endeusar uma escola, ou uma nação. A verdade de onde quer que ela venha. Isto envolve uma série de afirmações e negações, que apareceram nos jornais de Pernambuco nos oito anos que mediarão entre 1869 e 1876⁶².

Uma das principais características do movimento intelectual renovador de Pernambuco foi a incorporação das novas teorias científicas, o entusiasmo com as ideologias do progresso, incorporando a análise literária estes elementos sociológicos; e a poesia, os elementos étnicos. Já as províncias seriam, para o sergipano, as nossas pátrias intelectuais, servindo-nos o material para análise cultural.

4.3.2. O folclore regional

O estudo do folclore serve, em tese, para conservação e publicação das tradições populares: as lendas, provérbios, ditos-cujos, cantigas, superstições, antigos costumes, danças, poesias populares, etc. Embora proceda criticamente aos antigos saberes e aos nossos tempos de colônia, Romero irá buscar a formação do nosso povo através dos elementos da cultura popular, com o folclore.

No final do século XIX, havia poucos estudos a respeito do folclore do país. O pioneirismo coube aos estudos de poesia popular brasileira do maranhense Celso de Magalhães. Mesmo discordando deste, Romero se interessou pelo estudo, e ampliou sua dimensão, e coletou vários elementos folclóricos do norte brasileiro, principalmente de Pernambuco e Sergipe. Uma novidade de Sílvia é o destaque ao fator negro na nossa formação, e aos elementos folclóricos que nos apresentavam isto. Depois de Sílvia, teremos a coletânea de Pereira da Costa, com seu *Folk-lore pernambucano: subsídios para a história da poesia popular em Pernambuco*. Entre estes escritores, muitas influências tiveram dos trabalhos folclóricos de Almeida Garrett e Teófilo Braga.

O Sílvia Romero folclorista está mais preocupado em fazer um trabalho de coleta de material, elaborando o primeiro livro sobre contos e cantos populares de Pernambuco. Nele, encontramos poesias populares, em seu caráter de costumes, festas, cantigas, a partir do hibridismo cultural, da influência africana preponderante. Romero observa a literatura de cordel, as modinhas, o ciclo do vaqueiro, lendas do Recife antigo (como A alforria do cachorro), histórias de Lobisomen, espinhas na garganta, histórias populares do Cabeleira, as

⁶² Idem. (p. 495).

danças, pianos, romanceiros de Sergipe e Pernambuco, a figura do cavalo-marinho e do bumba-meu-boi, as solenizações e brindes, os ceguinhos e marujos, as senhoras de casa, os brinquedos e troças infantis. Na cultura que condensava nosso povo, Romero inspirou-se e sentiu-se partícipe:

“Ainda agora sinto no ouvido a melodia simples e monótona desses e de outros versinhos do gênero; e invade a saudade, doce companheira a quem devo nos dias tristes de hoje as raras horas de prazer de minha vida. Tudo que sinto do povo brasileiro, todo meu brasileirismo, todo meu nativismo vem principalmente daí. Nunca mais o pude arrancar d'alma, por mais que depois viesse a conhecer os defeitos de nossa gente, que são também os meus defeitos.” (ROMERO, 1905 apud Do Rio, João, 1905, p. 29-38).

Os estudos folcloristas de Romero serão mais valorizados depois da publicação. Na época, se deu mais atenção aos problemas filosóficos, à crítica literária e ao ensejo político. O sergipano tem dificuldades em separar o racial e o sociocultural na análise deste material, mas, de toda forma, realça que ele é fruto de um dado positivo, ocorrido, que não se poderia mudar: a mestiçagem. O estudo da cultura popular e do folclore procurava fixar no fator racial e cultural a representação das ideias.

Desde a infância, Sílvio vai coletando essas manifestações populares, que depois reunirá nos *Cantos e Contos Populares*. Os seus artigos que depois se reunirão nos *Estudos sobre a poesia popular no Brasil* foi a porta de entrada para elite letrada carioca, sendo publicados na Revista Brasileira. A sua compilação das fontes orais será a grande contribuição de Romero para os estudos culturais. A sua análise, contudo, deixa a desejar, girando muito mais em torno das polêmicas, Romero não analisa o material em si, mas demonstra concordâncias e discordâncias em relações a autores que trabalharam com material parecido. O método crítico de Sílvio longe de acuro científico ou rigor conceitual era mais um invólucro de polemista, sempre expondo seus pensamentos em tornos de aprovação ou desaprovação do seu opositor.

O crítico sergipano afirmava que base da cultura nacional havia dois agentes: um criador, e outro transformador. Os criadores seriam as três raças de uma maneira distinta: branco, negro e índio. Cada em suas características raciais e socioculturais. O agente transformador seria aquele criado pelas três raças: o mestiço. A mestiçagem seria o elemento racial e cultural de diálogo das populações com o seu meio geográfico.

E a partir desse prisma, Sílvio coleta uma série de cantigas, rodas, poesias, cânticos e contos, que mostram este hibridismo, com o agente modificador. Uma cantiga portuguesa adaptada, uma dança modificada, etc.

No entanto, o crítico sergipano dá prioridade ao elemento branco-português, dizendo que dele vem a hegemonia, por causa da língua, das crenças religiosas, e das instituições civis e políticas. Nos romances de vaqueiros havia mais influência indígena. Nos versos de reinados, congos, taieiras, encontrava-se mais a influência africana.

Em especial, o elemento negro teria tido mais força para ressignificar os traços populares trazidos pelos portugueses. Assim, depois do português, caberia ao mestiço a prioridade do popular. Na cultura popular do norte agrário, Romero destacava, em especial: a) figura do boi; b) e o drama popular do Nordeste (de influência banta).

4.4. A política que orienta o pensamento

No final do Segundo Reinado, havia um intenso debate em torno das reformas institucionais e socioeconômicas. A nova elite letrada debruçava-se em torno de vários problemas, como a República, a escravidão, o federalismo, entre outros. A crítica à ordem saquarema aumentava nos jornais, principalmente os de pequena circulação, criando a impressão que aqueles dias estavam contados. A modernização parecia trazer um futuro que seria irresistível.

O crítico já havia assimilado o negro a sua análise sociocultural do país, o que, por si, mantinha relações com o movimento a favor da abolição da escravatura. E é falando sobre ela que Romero termina o seu livro sobre a poesia popular de 1878:

“O nosso dever de brasileiros, de filhos dos três povos que nos entregaram o país descoberto, conhecido, povoado, autonômico, e livre; cumpramos o nosso dever para com aqueles que nos amamentaram, isto é, honremos, por nossa grandeza, os portugueses; porque devemos enxergar neles, antes de tudo, os concidadãos do Gama, os compatriotas de Camões; civilizemos os índios que restam; porque devemos ver neles os nossos amáveis Pelasgos, perseguidos pela fortuna; libertemos os negros; porque devemos considerar os desafortunados que nos ajudaram a ter fortuna; os cativos que nos auxiliaram na conquista da liberdade; os ignorantes que nos facilitaram a posse da civilização, e hoje nos oferecem o ensejo de praticarmos um ato nobre: a emancipação dos escravos. (ROMERO, 1977: p. 272 e 273).

Assim, a partir de sua argumentação da formação do povo brasileiro na mistura entre os três povos, Romero coloca como consequência a emancipação dos escravos. Mas, tanto a libertação dos escravos quanto a proteção ao índio a partir de sua incorporação a civilização, revelam a primazia que ele concede ao português por nos ter legado a civilização moderna e a possibilidade da ciência hodierna e da ãintuição crítica modernaö. Como filhos dos três povos, e não só de um, deveríamos proteger a seu ver os dois elos fracos desta miscigenação.

Uma parte dos tremores políticas a ordem imperial vinham dos jovens estudantes do Recife, entusiasmados com as novas leituras e vogas: positivismo, materialismo, evolucionismo. Estes jovens atacavam as ideias de outrora, como romantismo e ecletismo, identificadas com a ordem imperial. Quando nos anos 1880, Tobias conseguirá uma cátedra de professor na Faculdade de Direito do Recife, tornar-se-á um intelectual influente, e formará uma nova geração, a de Artur Orlando, Graça Aranha, Clóvis Beviláqua. As novas ideias exigiam novas atitudes políticas.

A Associação Positivista, criada no Rio de Janeiro em 1876, tornar-se-á bastante influente na Escola Militar do Rio, tendo depois um papel decisivo na proclamação da República. Diz Skidmore (1976: p.28): ãO positivismo adquiriu força impositiva e se alastrou pelo Brasil por ter surgido no momento em que a mentalidade tradicional achava-se mais vulnerável à sua aceitaçãoö. A aplicação destas ideias a sociedade quem se vivia clamava por reformas, lutando contra as estruturas da ordem saquarema: a Monarquia, a Igreja Católica, o ensino jesuítico e o regime de trabalho escravista.

No rescaldo da efervescência do caldeirão dessas novas ideias, não só do positivismo, o movimento abolicionista estourou na década de 1880. Mas, antes disso, um dos fundadores da nação, José Bonifácio, já era um dos grandes defensores da ideia. A guerra do Paraguai, com escravos na fileira, retornando heróis da vitória da nação, contribuiu na guerra travada nos meios de difusão das ideias, na imprensa, etc. O Imperador Dom Pedro II também estava sensível à ideia, como um clamor da moral civilizada (SKIDMORE, 1976: p. 30). O seu genro, Conde DøEu, que na época da guerra era comandante-em-chefe das tropas brasileiras, conseguiu que o governo provisório do Paraguai abolisse a escravatura naquele país. Os debates após a guerra se intensificaram no Parlamento e na imprensa.

Sílvio Romero escreve alguns artigos para o jornal O Liberal nos início da década de 1870. Encontramos neste jornal, nos textos de seus redatores, partes importantes e sintomáticas do momento político que se vivia. Algumas de suas causas giravam em torno da

defesa do ensino obrigatório; da implementação da República; e, do resgate simbólico da Revolução de 17 e da Confederação do Equador na sessão "História Pátria", onde se contava o itinerário de Frei Caneca. Dizia-se que o frei tinha sido a primeira vítima do despotismo do primeiro imperador do Brasil⁶³. O jornal defende também uma conciliação com a parte liberal do clero brasileiro, que não esteja alinhada ao imperador: "nos países católicos da Europa, o clero em grande maioria tem-se inclinado ao regime da realeza absoluta, no Brasil tem sido o contrário"⁶⁴.

Num artigo sem assinatura, feita pelos editores de O Liberal, vemos no segundo ano do jornal, uma defesa incisiva da República:

"Somos sinceros aderentes da República democrática, porque nesse governo realiza-se o ideal da liberdade popular, porque nele se estabelece esse verdadeiro equilíbrio da igualdade perante a lei, e que realmente não pode dar-se no privilégio da realeza hereditária"⁶⁵.

Os editores reclamavam da arquitetura política estanque do Império, reivindicando ao partido liberal o poderio das reformas. Foi a falta de reformas que levou à ascensão conservadora de 1868, tentando se "apropriar" aos olhos deles das reformas liberais: "O partido conservador é hoje um cadáver, apenas galvanizado pela eletricidade do programa liberal". Por consequente, para eles, "acreditar na sinceridade da apropriação, é lícito asseverar, que os conservadores estão convertidos às doutrinas e princípios liberais"⁶⁶. Como numa correia do tempo, caberia aos liberais o presente das reformas; e aos republicanos democratas, o futuro e o progresso por vir:

"Na situação atual do Brasil, só podem já agora funcionar duas formas oscilatórias, que mantenham a harmonia da ordem social; isto é, o partido liberal no poder, realizando reformas, e o partido democrático em oposição, preparando o futuro plácido, ou da república propriamente dita, ou da monarquia, cercada por tal forma de instituições democráticas, que possa dispensar as formas republicanais"⁶⁷.

No entanto, a defesa dos novos princípios deveria ser efetuada de maneira gradual, sem antecipar a naturalidade do tempo por vir. Perguntando-se se a República seria melhor forma de governo, a resposta foi uma adoção intermediária e historicista. Ela seria a melhor forma

⁶³ Jornal O Liberal. 14 de Abril de 1872. (p.3)

⁶⁴ Idem (p.3)

⁶⁵ Jornal O Liberal. 21 de Abril de 1872. (p.1)

⁶⁶ Idem. (p.1)

⁶⁷ Ibidem (p.1)

de governo no futuro, mas antes precisariam de reformas efetuadas pelos liberais dentro da Monarquia, sem que viessem situações anárquicas:

“Precipitar os acontecimentos é comprometer a harmonia dos seus efeitos: caminhar para eles com tento, e a tempo, é o dever do prudente.

(...) Eis por que também não queremos desde já a republica, porque sejamos francos, não tem ainda razão de ser; ainda não chegou a hora de sua missão, em relação a sociedade brasileira. “Somos liberais; como tais, caminhamos na ampla sonda do progresso: um dia encontraremos a republica e com ela nos abraçaremos; o que não queremos, o que não faremos é voltar atrás, ou termos saudades das cebolas do despotismo, e nem mesmo aceitar o absolutismo, por mais paternal que ele seja. O tempo é elemento essencial em tudo; pois é prudente, e razoável saber esperar”⁶⁸.

Com o passar do tempo, foi ocorrendo uma passagem do jornal do campo liberal, ainda defensor de uma Monarquia em estado de transição do tempo, para o campo republicano: “Pertencemos aos liberais democratas, e não nos molestaríamos, se as circunstâncias nos arrastassem para os democratas, que sabem esperar”⁶⁹. Em 29 de setembro, diante das crises políticas do Império, defenderam a ideia de República:

“No meio da subversão geral, do cataclismo social, que, por ora latente, ameaça fazer estremecer o Império do Brasil, indiferente ao iminente perigo que o cerca, surgiu por entre os densos nevoeiros da descrença geral uma ideia generosa, que cada dia vai criando novos alentos de vida. “A ideia republicana abriu uma nova era de novas conquistas para a causa da humanidade. “A monarquia bem entendida e bem executada pode satisfazer as aspirações da democracia; (...) o povo, reduzido a vil autômato vê na ideia republicana a sua única salvação, e a inscreve em sua bandeira como a fonte de imensos bens, de benéficas e uteis revoluções. E o povo tem razão! “. “Se o chefe do Estado e seus ministros não tivessem interpretado tão mal, e executado pessimamente a monarquia, não teria razão de ser o aparecimento da ideia republicana”⁷⁰.

O embate entre liberais moderados e liberais mais republicanos virá nas críticas de Tobias Barreto ao novo livro do deputado liberal Tavares Bastos, publicado em 1870, e intitulado *A Província*. Tobias escreve direto de Escada, e seu artigo, *Literatura Política*, é publicado em três datas, entre novembro e dezembro de 2012.

⁶⁸ 14 de Maio de 1872.

⁶⁹ 24 de Maio de 1872.

⁷⁰ 29 de Setembro de 1872. (p.2)

No livro, Tavares critica a centralização excessiva do Império e defende o federalismo. A temática abrange desde a configuração do Estado moderno e o federalismo nos Estados Unidos até as diferentes instâncias regionais no Brasil, como a educação, as obras públicas, as finanças, a polícia, a Guarda Nacional e a justiça.

Porém, Tobias afirma que o sucesso do livro está mais assentado nos signos exteriores, como participação política, influência nos meios intelectuais, interbadalação da classe política, e ao espírito nacional ó que sem critérios e senso crítico ó adota o elogio banal; do que no conhecimento latente em sua escritura. A boa recepção desse livro deve-se, em síntese, a falta de preparo para ler e meditar sobre o fundo da obra. Embora reconhecendo o talento do autor, Tobias argumenta que ao dar preferência a apologética partidária e a formar planos políticos e administrativos, estaria mais a seguir doutrinas do que a uma metodologia científica aos problemas tratados. Tobias acredita que o livro de Bastos é um avanço no trato da matéria, sobre no autor os trejeitos do tribuno, ao declarar e profetizar, e falta a õfirmeza da história, e a autoridade da moralö, típicos do õhomem de ciênciaö, ao analisar o problema da descentralização.

Em resumo, Barreto quer dizer que existe uma distinção entre o parlamentar e o cientista político. Ao relacionar liberdade e indivíduo a um partido, Bastos milita e não faz ciência. Diz Tobias: õUm publicista filósofo teria perscrutado a influência do tempo, a influência do meio social, e surpreendido em seu trabalho subterrâneo a lógica da históriaö⁷¹. Para Tobias, não há horizonte paradisíaco liberal no passado que se possa voltar, indo de encontro à argumentação de Bastos defendendo o Ato Adicional.

Passaram-se sete anos até que Romero tivesse mais contato novamente com os temas políticos num jornal. Em 1879, Romero escreve para o jornal O Repórter, alguns artigos sobre política e políticos. Depois, ele reunirá todos estes artigos e publicará o livro *Ensaio de Crítica Parlamentar*. No Brasil, ainda não era comum a ideias de publicar um volume composto de vários assuntos, uma miscelânea de discursos. Nele, Romero ataca as estruturas políticas do Império, a falta de õintuição da crítica modernaö dos políticos, e analisa acidamente os discursos de vários deles: Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Lafayette Pereira, Afonso Celso, Barão de Cotegipe, entre outros.

O que Romero está atacando em seus artigos em O Repórter são fundamentalmente as atividades políticas e os homens públicos brasileiros pelo atraso em relação ao progresso

⁷¹ Jornal O Liberal. 6 de dezembro de 1872. (p.4)

intelectual e científico, propondo soluções em termos de atualização cultural: ãossa regeneração intelectual deveria ser assim o nosso primeiro brado da almaõ. A superação da estéril retórica dos antigos partidos políticos nacionais só seria suplantada pela incorporação do bando de ideias novas. O discurso por si não promove reformas sociais. As reclamações da maioria dos políticos eram assim inócuas, devido às suas limitações intelectuais e subordinação a simples retórica. Entre as críticas enfileiradas contra os mais diversos políticos, algumas temáticas sobressaem.

Uma de suas críticas dirige-se a gosto brasileiro por espetáculos e baixarias políticas, sendo estas uma imitação do folhetim romântico vulgar. Ele também critica a atuação do jornalismo de oposição e da falta de bom senso público do governo, revelando um trato excessivamente emocional do debate público. Para o sergipano, faltava intuição moderna nas doutrinas promulgadas pela ordem política. Em síntese, ele reclamava da ausência do ãométodo críticoõ na direção do espírito e das ideias políticas.

Romero afirma que as ideias são operárias do progresso, e não as leis morais. Faltava ao parlamento, um alcance das doutrinas científicas modernas, revelando pouca força da cultura. A nova intuição crítica progressista que deveria ser a nossa ilustração. Assim, nem liberal, nem conservador, mas o ãoprogresso do séculoõ. O remédio político para o país seria mergulhar no monismo. Afirma o sergipano:

õO parlamento devia ser uma instituição onde só pudessem ter entrada indivíduos em determinadas condições de ilustração e adiamento intelectual, a ponto que a medíocres e ignorantes fugissem dali pelo medo de fazer alguma figura ridícula e mesquinha. (...) O parlamento brasileiro com as indispensáveis exceções, não tem tanto em mira as vantagens do país. (...) Faltam-lhes as bases de uma intuição realista e monística do universo e da humanidade, o conhecimento das leis naturalistas da histórica e desenvolvimento das naçõesõ⁷².

A política, a partir de seu parlamento, deveria orientar o país no rumo da ãintuição crítica modernaõ, nos trilhos da marcha das ideias em direção ao progresso. A grande crítica do sergipano aos políticos é esta: não dar a nação o que deveria ser a sua orientação, a partir do monismo e das leis naturalistas da história.

A responsabilidade dos homens públicos da nação deveria ser a reforma da intuição que guia o país. O sergipano afirma que a falta de homens habilitados no Parlamento demonstram e contribuem para a falta de instrução do povo na ciência hodierna, orientadora da verdade

⁷² Jornal O Repórter. 19 de maio de 1879. (p.2)

relativa do seu tempo. A este problema político estendia-se a vitória das iniquidades na vida intelectual, na elite letrada.

Romero traçava três tipos de políticos em 1879: a) conservadores, b) liberais de governo, c) e liberais de oposição. O sergipano analisa o Conselheiro Sinimbu como um liberal de governo, um espiritualista eclético, ainda deslumbrado em sonhos metafísicos com um liberalismo doutrinador. A diferença, para Sílvio, entre liberais e conservadores era pequena e ultrapassada. Ambos representavam uma velha ordem que deveria ser suplantada pelos homens orientados pela intuição crítica moderna.

Os cientistas de intuição crítica, orientando pelas novas filosofias do seu tempo deveriam reivindicar ao pensamento a emancipação política, literária e científica. Por isto, Romero censura Martinho Campos, por ser um monarquista liberal, que era inimigo do absolutismo, mas também inimigo do bom radicalismo moderno (o bando de ideias novas). Romero censurava, acima de tudo, os liberais contrários a marcha evolutiva das sociedades, por não serem consequentes, acusando esta oposição de ainda estar no passado.

A relação de Romero com o liberalismo sempre foi ambígua. Admirava a importância dada à sociedade e aos liberais que construíram os Estados Unidos. Ele era contrário ao excesso de legislação, porque a nação que muito legisla dá prova de pouca intensidade e baixa profundidade de caráter. Por isto, a admiração pelos Estados Unidos e o seu federalismo consequente. O sergipano também criticava o excesso de personalismo nas responsabilidades por nosso atraso. Para ele, as evoluções e modernizações, se deviam não ao Império, mas as pessoas. O atraso institucional e do pensamento sim, este era culpa da estrutura saquarema e das ideias que lhe sustentavam.

No entanto, como todo cientificista, ele defendia um estado forte, que desse orientação política a nação, como no modelo de Bismarck, a quem Romero se refere de maneira bastante elogiosa. Ele dizia que a ideia de liberdade política e social era também é relativa, e este era um dos erros do liberalismo doutrinário, pouco atento à ciência hodierna. Sobre a incompreensão dos liberais, afirma:

Imprimindo às suas concepções um caráter de verdade absoluta não percebem os fanáticos que tudo nesse mundo é relativo e o seu liberalismo também. (...) Sempre incongruente e declamatório, aliou-

se ao romantismo da época e invadiu o terreno da filosofia e da história, levado pelo espiritualismo de Cousin⁷³.

Os liberais não estavam atentos à marcha ascendente das ideias, e o fato positivo de que os espíritos progressivos aderem a doutrinas numa linha ascensional. Se os liberais tinham sido eficientes durante um tempo no combate aos conservadores e ao despotismo do absolutismo monárquico, agora, era a vez dos orientados pela voga cientificista a fazer este papel. Caberia a estes iluminados levarem o país a uma intuição crítica moderna do positivismo, do evolucionismo, do naturalismo, do monismo materialista, do historicismo. Estes lutariam contra o estado imperial e português. Estas ideias serão extremamente influentes mais de uma década depois na proclamação da República, principalmente entre os militares, no duelo com os liberais.

Num dos artigos, Sílvio critica José Bonifácio, por ser um romântico doutrinador, adepto de algumas das velhas ideias imperiais, tendo, para este, uma intuição atrasada. A partir disto, ele critica a apologia da soberania popular, baseada na tese de que o povo era inerrante. Para o sergipano, a crença na soberania popular absoluta era uma intuição da direção divina dos reis, como se fosse uma infalibilidade papal. O fato de o povo ditar obrigatoriamente ao estado e a sociedade todas as leis era quase uma metafísica, onde a massa aparece como uma entidade sobrenatural. Isto representaria a absolutização dos conceitos políticos, que, na verdade, deveriam ser relativos.

Estas vacuidades metafísicas não abriam nosso caminho para o futuro da civilização moderna, já que a direção da intuição crítica não partiria do povo, uma massa inerte, mas da ciência. O povo deve ter liberdade ao direito e ao progresso, mas a soberania popular não deveria tirar a nação dos trilhos corretos. Afirma:

A ideia de soberania popular, transformada por Guizot em soberania da razão, não tem fundamento da ciência, a sanção da história, nem a felicidade das nações. (...) Porquanto a história, a despeito das teorias aéreas, mostra-nos o povo sempre oprimido, subjugado, conquistando dia por dia, passo a passo, a sua emancipação pelas indústrias, pelas artes, pela ciência, em nome de seu trabalho, e não em nome de um predicado que não lhe assiste⁷⁴.

A emancipação do povo brasileiro se daria pela modernização, pelo processo de industrialização, ainda tardio entre nós, pela orientação do pensamento através da ciência hodierna.

⁷³ Jornal O Repórter. 29 de julho de 1879. (p.2)

⁷⁴ Jornal O Repórter. 26 de maio de 1879. (p.1)

Neste sentido, Sílvio afirma que há três causas do nosso atraso: a) primários ou naturais (calor, chuvas torrenciais), b) secundários ou étnicos (incapacidade relativa das três raças), c) terciários ou morais (fatores históricos, elite letrada). Para aliviar o primeiro e o segundo problema, seria preciso jogar tudo no terceiro, reerguendo a inteligência nacional, fundamentada na ciência e nas ideologias do progresso. Antes da política, o Brasil precisava de uma reforma intelectual, literária, cultural, científica, que mudasse a intuição de seu povo.

No geral, Romero combatia mais do que refletia, estava tão preocupado em atacar seus adversários que não sobrava espaço para análises mais originais, e não meras macaqueações com o de fora. Reclamando das fragilidades brasileiras, não percebia as suas próprias. Queria o rigor científico, a originalidade nacional, mas só trazia uma imitação do de fora, uma repetição da fé na ciência hodierna. A função da ideologia do progresso no seu estilo.

Ataca Joaquim Nabuco e outros tantos pela idolatria do talento. Acusa-os não apontando algum erro na argumentação, algum causa errada que defendem e dando seus motivos. Acusa-os simplesmente de não serem propagadores de suas ideias. Há também um ressentimento quanto ao nascimento e origem, travestidos em problemas com clero e monarquia, que representaria a amada ciência hodierna contra a velha intuição católica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltamos ao passado com os pés no presente. Durante o processo de feitura desta dissertação, o país ferve discutindo política. Nem tão estranha coincidência, que muito do tentei discuti aqui, como modernidade, cultura, progresso, ideologias e ciência na elite letrada, apresente-se de alguma forma em nosso cotidiano. Não saberia dizer o quanto deste mundo que me rodeia influenciou nos interesses, perguntas, hipóteses e respostas que elaborei ao olhar para obra de Sílvio Romero. Assim como, no estudo da formação do debate público nacional. Tão longe no tempo, mas tão perto de nós.

Vários temas borbulham no caldeirão político. Embora este não fosse o objetivo do trabalho ó nem o tenha utilizado ó li algumas discussões no Parlamento nas décadas finais do Império. Muitas das discussões mostravam a inquietação das ambiguidades da época, que são inerentes a todas. Assisto as discussões no Congresso brasileiro de hoje, mais de cem anos depois. As questões, o talento, a capacidade argumentativa, o trabalho de leitura, são diferentes, mas algumas questões permanecem: o desejo pelo progresso econômico, a assimilação do nosso ãtrasoö, o senso comum consolidado por um trabalho de longa duração da elite intelectual dominante, criando um *mainstream* na era da mídia de massas do que seria adequado e moderado. A gramática política responde a isto, tornando clara a perspectiva do nascimento da elite letrada entre nós e a sua influência até hoje, inclusive, na ação política prática mais imediata.

Mas, assistindo a sessão legislativa, outras coisas também se tocaram com este trabalho. Um parlamentar se levanta, vai à tribuna, e começa a discursar sobre o governo e um projeto. Todos os seus colegas encontravam-se em pé, conversando ou confabulando, sem prestar atenção no orador presente. Por curiosidade, procuro votações e discussões no Parlamento americano, inglês, australiano, espanhol, francês. Todos os políticos sentados escutam em silêncio a fala dos seus pares e observam os argumentos. Aqui, o respeito à voz do seu par não parece fazer parte do decoro parlamentar. A comparação não tem valor de importação, faço-a apenas pelo fato de que toda valoração só pode surgir enquanto analogia. Percebemos melhor características do povo brasileiro observando suas diferenças em comparação a outros. E nisto, não se trata de superioridade ou inferioridade explícita. Pois, a desenvoltura do brasileiro, por certa perspectiva, pode ser uma vantagem para vida cotidiana. Na vida, sempre há perdas e ganhos pelas escolhas e construções realizadas. Mas, torna-se

evidente a dificuldade que encontramos em torno dos valores, do respeito para com o outro, da racionalização da vida, da impessoalidade pública ou republicana. Alguns desses traços passam pelo que somos, e se comunicam com a construção de nossas elites letradas, da criação do espaço público e daquilo que orbita o seu debate. Há uma relação entre certas características nossas e a cultura e seus sistemas em longa duração

Para compreender o que nos faz brasileiro, a cultura do país, é preciso voltar ao seu passado. E neste sentido, o trabalho historiográfico sempre lida com um passado-presente. Pois algo que passou se torna do nosso interesse de estudo no presente por nos oferecer alguma questão que nos inquieta. Viajar pelo mundo nostálgico das ideias e de suas histórias nos oferece um mosaico cheio de símbolos condensados, que nos permite pensar a cultura nacional e suas regionalidades e em longa duração, em suas permanências e mudanças. Onde podemos observar a perspectiva de independência sob a qual se formou nossa elite letrada e da estabilização dos seus sistemas. Compreender isto é também observar muito de nossas características, que se perduram até hoje, e a origem de muitas questões culturais, intelectuais e políticas.

Há outra ligação entre o passado e presente a que aqui recorro. O Brasil do ocaso do Império a partir dos anos 1870 passava por modernizações econômicas, e pela dinamização de sua vida social e política. A segunda revolução industrial ocorria no mundo, com inventos que mudariam o cotidiano das cidades e das pessoas. Aquilo que lhe dava suporte, a modernidade capitalista, com a ampliação do mercado consumidor, industrialização, e mão-de-obra assalariada não estava de acordo com as estruturas da ordem imperial, ainda contando com o trabalho escravo. O Brasil, na periferia do mundo moderno, estava integrado a um sistema de produção internacional, e precisava conciliar interesses. Nas décadas finais do século XX, surgiu, nas ciências sociais, a expressão *brazilianization*, dando conta na época de questões econômicas e sociais na separação por raças com um estado mercantil, mas que logo, tornou-se referência quanto ao caráter brasileiro e a carnavalização dos paradoxos. Por estas chaves, compreender a formação da cultura desta jovem nação brasileira no século XIX parece mais do que atual para pensar o mundo.

A sociedade dos anos 1870 tornava-se mais dinâmica e era necessária a ampliação da participação política para além da ordem que fomentou a unidade da nação, a partir de um trabalho de conciliação. A nação era recém-independente, encontrava-se sob uma monarquia de linhagem portuguesa, que o ligava ao passado de colônia. Era preciso resgatar símbolos,

construir um sentimento nacional, criar as instituições do país. O país queria afirmar sua independência perante o passado, ao mesmo tempo em que precisava recorrer a ele para compor sua identidade. E isto será feito a partir da conciliação de interesses.

Antes os nossos jovens moços intelectuais iam a Coimbra receber sua educação formal. Lá ou permaneciam na esfera das ideias dominantes da escolástica portuguesa e no saber clássico, que ligava o Brasil ao mundo ocidental a partir da metrópole portuguesa, ou se embebeciam de iluminismo francês, das ideias da revolução, ansiosos pela independência do país. Depois da independência, era preciso construir o país e suas instituições, e nisto, incluía a criação de uma elite intelectual que pudesse ser atuante no Estado. Era preciso criar instituições de conhecimento e uma elite nacional gabaritada para atuar na unidade do país.

Essa elite letrada nasce para formar a sociedade civil, e não ser dela um fruto de suas disputas e inquietações. Ela nascia preocupada em formar o país, diferencia-lo dos tempos portugueses, sair da adolescência e emancipar-se. O que lhe inquietava era a busca por símbolos que representasse a nacionalidade, e que dessem suporte para a criação de um sentimento nacional. Para isto, era preciso conciliar opostos, contradições, problemas políticos e sociais.

Ao contrário da sociedade civil, que pode criar diversos grupos orgânicos a perspectiva de mundo no encontro entre as três gerações (passado, presente e futuro), o Estado é uma instância impessoal que serve para dirimir estes conflitos, e tornar possível a vida em sociedade. O Estado não tem uma direção e uma substância na maneira de conceber os problemas do mundo, mas possui uma burocracia com seus interesses. Ele serve para ser uma instância informal da sociedade, ser dela produto. Mas, no Brasil, o Estado montado pela metrópole foi ele formador da jovem nação.

E a elite letrada brasileira nasce atrelada ao Estado, a construção da ordem nacional, desempenhando funções burocráticas, e unificando o país na política institucional. A elite letrada estava atrelada ao aparato burocrático moderno. Desde sua formação, há um fosso entre os intelectuais e a representação de suas ideias e o mundo cotidiano das pessoas. As palpitações da sociedade num diálogo entre pensar e estar, sentir e ser, não se desenvolve por esta falta de maturação interna, criando um vácuo entre as camadas dominantes da elite letrada e a experiência. O resultado é intelectuais viciados em camadas de discursos que encobrem a realidade efetiva experienciada a partir da unidade da consciência. E estas são uma das características de nossa cultura bacharelesca, onde há um predomínio de discursos,

retórica, símbolos sem substância, o medalhão do nome sem a verificação de sua qualidade, contra o domínio prático, os enlaces entre pensar e fazer.

Uma das consequências disto era o fato do Estado estar a construir a sua sociedade civil, que deveria lhe dar suporte. Na verdade, quem deve mandar e construir o Estado moderno é a sociedade civil. É dela e de sua diversidade que se deve constituir o Estado a partir de seus representantes, dando organicidade a suas leis. Quando é o Estado que cria o público, ele torna a sociedade anêmica.

Disto resultado uma série de caracteres marcantes da vida cultural brasileira. Não só como característica da formação do país, mas na própria formação de sua elite letrada, e da influência desta na maturação cultural em longo prazo, resulta certo artificialismo na criação nacional. Um povo que tem dificuldade de captar a substância distinta da aparência com que se faz vista, que macaqueia camadas retóricas, e que é tomada de sofismas no debate público ou intelectual. E, como colocou Sérgio Buarque de Holanda (1997), um povo cordial, dado a supremacia da emoção, da *cordis*, da emotividade pessoal e dos seus laços. O homem cordial, fruto já de nossa herança portuguesa (incrementada pelos elementos das culturas negra e indígena), é avesso à hierarquia, é hedonista, prefere o gozo à perda libidinal pela ética, tornando-se pouco afeito às regras sociais, dando sempre um õjeitinho para dobrá-las. E por esta cordialidade, reforça os laços pessoais e o compadrio.

A cordialidade brasileira cria um desafio para a sociedade democrática e a modernidade, pois nestes o Estado deve ser descontínuo dos laços familiares ou de amizade, sendo impessoal. Mas, no Brasil, ocorre uma extensão entre Estado e família. O que cria, na periferia do mundo moderno, uma relação diferente entre a sociedade e o Estado, as pessoas presentes e o passado da sociedade.

Esta adaptação entre o mundo moderno e suas estruturas e símbolos, com a nossa herança formadora, cria condições próprias. Pela ordem vigente ser sempre um ajuste pessoal, uma conciliação de interesses, uma aparência prática, um jeitinho que se deu, uma harmonia subjetiva e não orgânica, ao invés de partir de uma substância racional da coisa empregada (por exemplo, a defesa da democracia liberal por causa das suas características próprias, etc), ela é sempre artificial, não tendo força moral ou intelectual que antepare um contrato entre as gerações (passado, presente e futuro). Ou seja, a ordem não aparece como escolha da sociedade de acordo com sua substância própria (as características próprias do sistema

democrático, por exemplo), mas um jeitinho familiar que se deu para viver naqueles termos, uma contingência subjetiva.

A ordem é, assim, forte no presente e frágil no futuro. E a elite letrada é construída através da artificialidade dos símbolos modernos e de suas ideologias, refletindo na caricatura certo desejo mimético de rivalidade. Ela se forma pensando na construção do país, como um adolescente que se quer voltar contra os pais, e fundar sua identidade, buscando características distintas do poder de outrora. Não à toa, ela sempre esteve atenta aos ruídos que imaginou vir do futuro, encantada com a cada nova moda de progresso vinda da Europa. E esta mesma elite letrada tem um grande raio de influência na história de longa duração de um país, modificando esta ordem.

Por isto, temos uma cultura que se move contra as gerações passadas. Uma nação jovem que quer sua independência, espera se auto-afirmar, mas não encontra substância, razão, maturação da identidade, mas só rebuscos, aparências, retóricas e chavões, criando um nacionalismo ressentido contra os valores universais, que só a partir deles, poderia se ter alguma sustentação original. De maneira simbólica, nas letras nacionais, os pais acostumam seus filhos a lhe odiarem, e como a ordem provém disto, isto significa odiá-la por sua fraqueza e laços pessoais, pois lembram o passado. O ódio às gerações passadas (lugar onde se poderia buscar a substância através da experiência) move a cultura brasileira e o seu nacionalismo ressentido, sempre querendo se firmando perante o passado. Neste sentido, a memória é luta, e serve para nos lembrar do que não desejamos, ao invés de ser pertencimento e moradia do nosso ser histórico. Já que o existente não é uma escolha em si mesmo, mas sempre um arranjo subjetivo.

A elite política era a elite letrada. Se os laços familiares e pessoais sustentavam a unidade da ordem por um tempo, tornando-lhe um acordo de firme de decisões, ela não tinha a mesma força institucional em longa duração, sempre sofrendo os ventos das novas ideologias do progresso, e sendo particularmente sensível ao movimento moderno de diluir no ar o que antes era sólido. São essas características que vão culminar no nacional-desenvolvimentismo do século XX.

A falta de diálogo entre as três gerações perpassa a cultura nacional e aspectos de nossa elite letrada, tornando-se um símbolo condensado de nossas dificuldades e de nossa cultura em longo prazo. A elite preenchia a burocracia, tinha o dever do estado, tinha o dever de formar a cultura, ela não nasce fruto de uma cultura, mas é pura ação no tempo, irromper de

sentimentos. Ele não representa uma díade cultural entre ordem e transgressão, mas precisa artificialmente construir o país, direcionando uma parte para sustentação do trabalho de conciliação, dando força ao presente, enquanto as cisões vão lhe levando as transformações do mundo, agindo de maneira decisiva sobre a artificialidade da situação anterior. Os intelectuais num processo de autoafirmação de sua independência, mas sempre dependentes das novidades de fora e de suas modas, dirigem-se a hegemonia do progresso, criando uma espécie de imperativo categórico da elite letrada. A filosofia moderna é o substrato dessa elite letrada nacional, criado no ódio ao pai.

Neste sentido, Sílvio Romero e o seu ãbando de ideias novasö são os melhores representantes desta combinação. Encantado com as novas modas que viam do velho mundo, como o positivismo, o monismo materialista, o evolucionismo, o sergipano interpretava a formação do país nas três chaves: raça, geografia e cultura. O que poderia corrigir nossos erros seria a orientação do pensamento, pela elite letrada, colocando-lhe de acordo a õintuição crítica modernaö. O país precisava tornar científico os seus problemas, estando de acordo com a verdade relativa do seu tempo, numa marcha para o progresso. Mas este desejo de futuro pela ciência e desprezo pelo passado, apresentava várias contradições.

Querendo tornar científico o pensamento, Romero mostrou muito pouco rigor em suas análises. Na sua crítica da política, sobra erística e destemperos contra políticos famosos da época e do passado, paixão pelas novidades, e pouco acuro racional, hermenêutico, e mesmo, científico. De ciência, Romero só tinha as leituras de Buckle, Taine, Moleschott, com o tom racista da época. Na marcha das ideias, o progresso esvoaçava em tons emocionais. O que ocorria era muito mais uma macaqueação. Com exceção dos estudos sobre poesia popular e folclore, Romero pouco avançou substantivamente noutras áreas.

No uso da ciência e da õintuição crítica modernaö havia uma repetição cansativa dos termos, a tal ponto que houvesse um encadeamento de emoções aos termos. As palavras ganhavam uma impressão emocional, sendo repetidas reiteradamente, sem a mínima referencia a coisa (e sua substância) que a palavra designa. A intuição crítica moderna não orientava o pensamento, repetia muito dos problemas nacionais que eram apontados, ao inverter a causa deles.

Como bom filho ingrato, num de seus arroubos, Romero afirmou que apenas Portugal era mais atrasado do que o Brasil. A culpa de nossa orientação ãanacrônicaö vinha da tradição. Numa dialética entre o de fora e de dentro, onde se busca a si próprio com a poesia

popular e o folclore, mas se afasta dos pais, da ordem antiga, das tradições, excomungando o pacto entre as gerações, que parece nunca ter existido. Porque um pacto entre gerações depende da substância própria das coisas as quais ele se refere. Um pacto em torno da democracia liberal depende da defesa de sua essência para além do presente, mas ligando as gerações de outrora com as gerações vindouras. Ao contrário, este pacto era sempre presente e pessoal, dependente do que está internalizado na época e dos seus laços subjetivos.

O gosto pelo de fora convivía com a orientação nacionalista, ressentindo-se quanto ao passado anacrônico. A falta de substrato que sustente os valores facilitava o endeusamento do moderno, até ao ponto de torna-lo uma caricatura. Encantada pelo progresso, a maior parte da geração de 1870 não defendia as mudanças por valores ou pela razão, não acreditava que o fim da escravidão era uma questão de valor, mas uma necessidade do tempo histórico, da verdade do seu tempo, indo do assalariamento da mão-de-obra às teorias raciais de embranquecimento. As mudanças do devir histórico, acompanhado pela modernidade e pelos processos de modernização, iam varrendo o passado, sem um trabalho elaborativo.

Assim, essa falta de profundidade, que, na verdade, revela o desprezo pela substância e pelos o símbolo do legado dos pais, chega ao debate público fomentado pelas elites letradas, onde as modas se sucediam, e iam sendo incorporadas por suas caricaturas, como a da intuição crítica moderna (que nada tinha de crítica) ou da ciência hodierna (que de ciência mesmo tinha muito pouco). Na própria obra de Romero, há um trabalho que não resolve o desejo por ciência e o excesso de coração, emoção, de disputas pessoais, subjetivas, configurando-se na relatividade das verdades do tempo e num invólucro de método crítico, que mais dava vazão aos seus desejos e raivas.

Estas são algumas marcas da cultura nacional, do debate público e da elite letrada. Neste sentido, após a formação da ordem imperial, da unidade nacional, de nossas instituições de conhecimento, de um sistema literário, nasce a geração de 1870, ansiosa por reformas e espaços políticos e intelectuais. Uma boa parte dela trazia o entusiasmo com o mundo moderno, o desejo de consertar a nação a partir desse marco. É com ela também que se consolida uma esfera pública, com jornais e revistas, com estudos a respeito de nossa formação, e não só exaltação e reivindicações de símbolos. O nascimento dos estudos sociais no Brasil nasce muito influenciado pela perspectiva moderna, pendendo sempre para valorização da mudança e do novo.

As humanidades, o debate público, e esta elite letrada que pretende explicar o Brasil, nascem com as marcas da ãcultura do repúdio. Ela significa repudiar o existente, a vida como tal, entediar-se com as agruras do real e aspirar sempre um novo e imediato momento. O repúdio é sempre passional. A cultura do repúdio é a cultura do esquecimento, pois começar sempre de novo é esquecer daquilo que já se foi. As vivências passadas não se tornam experiências, porque não há mais aprendizado. O que se viveu deve ser esquecido em prol do novo acontecimento. Sem a reflexão do ocorrido, o homem não se torna maduro, pois não acumula mais experiências.

As elites letradas se formam, criam meios de difusão de suas ideias, assumem o debate público, e vão fomentando o senso comum da nação a partir dessa ãcultura do repúdio e da quebra do pacto entre as gerações. Soma-se ao nacionalismo ressentido que quer ver grandeza nela pelo simples fato de ser sua nação. Para se afirmar enquanto povo e nação, a crítica aos ãsaberes antigo, na verdade ao clássico e ao universal.

Mas, obviamente, não é uma obrigação entre nossos intelectuais. Falo de uma configuração geral, datada historicamente, construída, relacionada à nossa cultura e formação. Literatos, como Machado de Assis, resolveram em sua obra o problema entre o cosmopolita e o local, sem cair na cultura do repúdio, na caricatura diletante a favor de qualquer ideologia do progresso, abordando os problemas da cultura brasileira, compreendendo onde pisava, sem abrir mão do universal ou do pacto entre gerações. Em sua obra, encontramos a maturidade, sempre com pitadas de ironia. Outra exceção é Joaquim Nabuco, que observando a necessidade imperiosa de acabar com a escravidão, jamais precisou recorrer à catarse moderna, ao rompimento com as gerações passadas e seu legado.

Como contraponto, Romero também teve sua valia. Justamente quando saiu dos cacoetes da caricatura científica, entusiasmada com o progresso, que criou para si, e foi buscar o sentimento do povo brasileiro. A crítica literária nele é um instrumento de acesso para compreensão de nossa formação e do nosso caráter. Os estudos de poesia popular e folclore deixaram um legado duradouro. Muitíssimo maior do que sua base filosófica. E com mais substância do que sua obra de crítica literária ou sociológica. Foi quando voltou ao passado para entender o seu povo que Romero obteve maior mérito.

Para ele, a constituição do país teria se dado através da raça, do meio e da cultura. Seríamos um povo miscigenado (uma mistura híbrida entre brancos, negros e índios), com um meio árido para civilização. As nossas dificuldades de nascença poderiam ser melhoradas pela

orientação do pensamento em direção a õintuição crítica modernaõ, daí diante de tanto pessimismo, o seu otimismo direcionado a cultura e ao futuro da elite letrada. Para orientar o elemento cultural, ele teve que buscar as manifestações populares, através da poesia popular e do folclore. Na coletânea de danças, contos, poemas, troços, jogos, do folclore regional, encontra-se uma bonita figura de nosso hibridismo, com o trabalho criativo do seu povo.

Neste trabalho de coletânea das representações populares, o sergipano foi fundamental no nascimento dos estudos sociais, históricos e antropológicos no país. E nisto, reside sua principal contribuição, mesmo com o racismo, o pessimismo diante da miscigenação, a caricatura da ciência e do progresso e a vontade descontinuada em relação ao passado. A crítica objetiva que sempre virava relativização ou impasse retórico. O seu material coletado é analisado por esta perspectiva, que em suas estruturas, representam muito da cultura brasileira e de sua elite letrada. Ao falar da mestiçagem e de sua importância formadora no Brasil influenciou os próximos sociólogos, historiadores e antropólogos.

No estudo de sua obra em formação, muitas características da cultura nacional e de suas elites letradas se apresentam. Uma delas é a distância entre o julgamento e a percepção, que revela a falta de senso de medidas. Outra é o excesso de retórica, camadas de discurso, doutrinas contra a realidade prática, a experiência. Isto revela nela, a falta de uma origem, como presença do universo físico, a falta de noção densa da realidade. Pois, no tecido da vida, é necessária a realidade e sua presença. Nisto, o homem cordial demonstra uma inabilidade para lidar com os conflitos da vida, já que tudo nos parece impossível. Isto é resultado de uma cultura separada da vida prática, cheia de artificialismos e doutrinas gerais, que escondem a própria falta de substância na ausência da unidade da experiência e consciência. Um pouco da tristeza do povo brasileiro, a que recorria Paulo Prado, no século seguinte, deve-se a isso. Um povo sem experiência de vida, pessimista quanto ao futuro e ao que não fosse certo e perene pelos laços pessoais do presente.

Neste sentido, a depreciação é uma forma de compensação. Na inadequação ao legado das gerações passadas, Romero buscava como compensação a mudança perpétua da õcultura do repúdioõ, a caricatura da ciência hodierna, as ideologias do progresso. Na crítica dura, exaltada, repleta de adjetivos contra adversários ou õadvogadosõ do saber antigo, havia também um mecanismo compensatório contra a falta de presença, a marginalidade, o querer o que não se tem, sempre e incansavelmente.

A elite letrada contava com os meios políticos e com os meios de difusão de suas ideias. E utilizavam a mediação para dar vazão à insatisfação perene com o legado das gerações de outrora. Por sua formação e meios de ação encontram-se sempre um passo a frente da população, não vindo de sua organicidade, mas lhe tirando o ânimo verdadeiro. O pensamento de Romero, como um representante de uma vertente da geração de 1870, condensa ó em seus extremos ó algumas dessas características que circulam e dominam o ambiente futuro da proclamação da República; porém, não reduz a atuação da elite letrada e de alguns intelectuais a isto.

Reler este momento é fundamental para entender o crítico e intelectual na feitura de sua obra, e compreender este mosaico fundado entre os fatos humanos e o imaginário. Pois, não só de ações e criatividade foi feito o homem; mas este, também, foi estruturado pelas intensas modificações porque passava o mundo, o país no mundo, e sua região no país.

A estrutura da obra de Romero foi feita durante este período que estudamos, sendo rico em símbolos para análise do país e de suas elites letradas. Com o tempo, aderiu ainda mais ao evolucionismo de Spencer, mas sempre efetuou suas análises sociológicas com base no tripé: raça, meio e cultura. Travou batalhas contra Machado de Assis e José Veríssimo, realçou a importância de Tobias Barreto. Em especial, as suas principais obras de destaque após 1880: Estudos de Literatura Contemporânea (1885), História da Literatura Brasileira (1888), Doutrina contra Doutrina (1905). Neles, Romero aprofunda algumas questões que já estavam presentes em seu período de formação. É entre 1865-1880, na luta contra a metafísica e o romantismo, na interpretação científica do país, que gira a unidade de sua obra.

As elites letradas continuam distante da realidade efetiva da sociedade civil, cada vez mais dominadas por camadas de discursos. Desta feita, a moda francesa da vez é a filosofia dos *desirants*. Sempre raciocinando contra os antepassados e historicamente vendo em tudo poder, contra os próprios limites da realidade. O hedonismo nacional turbinado pelo desejo sem culpa da era hipermoderna entra em cena como compensação da perda dos referenciais, que alivia as tensões. As gerações vindouras sempre estão irremediavelmente deslocadas das gerações de outrora. Uma cultura que odeia o valor, que odeia o universal, que odeia os seus antepassados, ao negar o pacto entre as gerações, e enxergar no passado um terrível opressor.

A obra de um escritor pode nos suscitar todas essas questões. Romero não era um filósofo de brilho, nem um ensaísta de primeira (abusava de repetições, caricaturas e adjetivos), mas condensou em seus escritos: retratos de uma época, símbolos da elite letrada

nacional. E na parte pungente de sua obra, os estudos de poesia popular e folclore e a coleta de material sociológico e historiográfico, abriu caminho as novas ciências das humanidades e para o estudo nacional. A partir de sua base filosófica, Romero condensava as ideias de seu tempo, baseados no conceito de progresso, evolução, e no primado do sujeito; sendo que, a partir disto, elabora uma leitura original da cultura brasileira, clamando por soluções para nossas debilidades letradas.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Jornais e Revistas:

Diário de Pernambuco (PE) ó 1868-1870, 1871 (maio-junho).

Jornal do Recife (PE) ó 1871-1872

Correio Pernambucano (PE) ó 1871

O Americano (PE) ó 1870-1871

A Crença (PE) ó 1870

O Liberal (PE) ó 1871-1873

O Trabalho (PE) ó 1873-1874

O Repórter (RJ) ó 1878-1879

Revista Brasileira (RJ) ó 1879-1880

A Noite (RJ) ó 1914.

Bibliografia primária:

ROMERO, Sílvio. **Etnologia selvagem; estudo sobre a memória õRegião e raças selvagens do Brasilõ.** Recife, 1875. 232 p. Acessado em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02054100#page/1/mode/1up>

_____. **A filosofia no Brasil: ensaio crítico.** Porto Alegre: Tipografia de Deutsche Zeitung, 1878. 192 p.

_____. **Cantos do Fim do Século.** 1978.

_____. **Estudos sobre a Poesia Popular no Brasil.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.

_____. **Interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos.** Rio de Janeiro, 1880. (Tese de concurso à cadeira de Filosofia do Colégio Pedro II).

_____. **A literatura brasileira e a crítica moderna; ensaio de generalização.** Rio de Janeiro: Imp. Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1880. 206p.

_____. **Cantos populares do Brasil.** Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1954.

_____. **A Função da Crítica.** 1980. <http://www.casadobruzo.com.br/poesia/s/silvior01.htm>

_____. **Entrevista de Sílvio Romero a João do Rio.** In: Rio, João do. **O Momento Literário.** <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000134.pdf>

Bibliografia de apoio:

ABBAGNANO, Nicolas. **História da Filosofia: 14 volumes.** Lisboa: Ed. Presença, 2000.

ACTAS DO III COLÓQUIO TOBIAS BARRETO: Sílvio Romero e Teófilo Braga. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996.

ADEODATO, João Maurício. **O positivismo culturalista da escola do Recife.** In: Direito vivo: revista da escola superior de advocacia do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2003, pp. 93-119.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARANTES, Paulo. **Sentimento da Dialética: na experiência intelectual brasileira.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e Futuro.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

ASSIS, Machado de Assis. **A Nova Geração.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira, v. II, 1879.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil.** São Paulo: UNB, 1963. (p. 278).

BANDEIRA, Gisela. **O culturalismo sociológico em Sílvio Romero.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2001.

BARRETO, Luiz António. **Sílvio Romero e o Brasil do século XIX: pesquisa e história.** In: ACTAS DO III COLÓQUIO TOBIAS BARRETO. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 313-320.

BARRETO, Tobias. **Estudos de Filosofia.** Rio de Janeiro: Record, 1990.

BARTHES, Roland. **A morte do autor.** In: _____. O Rumor da língua. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1984.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: 3v.** Ed. Brasiliense. São Paulo, 1996. 10ª Edição.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Sílvio Romero.** Lisboa: A Editora, 1905.

_____. **História da Faculdade de Direito do Recife.** Recife: Ed. UFPE, 2012.

BOSI, Alfredo. **Entre a Literatura e a História.** São Paulo: Editora 34, 2013.

BRUCKNER, Pascal. **A Euforia Perpétua: ensaio sobre o dever de felicidade.** São Paulo: Difel, 2002.

BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

BURKE, Peter. **O que é a História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. **A Escola dos Annales.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

CALMON, Pedro. **História Social do Brasil: volume 2 ó espírito da sociedade imperial.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade.** São Paulo: Editora Nacional, 1980.

_____. **Formação da Literatura Brasileira.** São Paulo: Ed. Ouro Sobre Azul, 2009.

_____. **O Método Crítico de Sílvio Romero.** São Paulo: Ed. Ouro Sobre Azul, 2006.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

_____. **O Tema da Cultura**. Acessado em: <http://www.redalyc.org/pdf/279/27901707.pdf>.

CHACON, Vamireh. **Formação das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

_____. **Sílvio Romero: o elo entre a primeira e a segunda geração da Escola do Recife**. In: ACTAS DO III COLÓQUIO TOBIAS BARRETO. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996. p. 313-320.

CHALHOUB, Sidney. **População e Sociedade**. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). **História do Brasil Nação: 1808-2010 (v.2: a construção nacional 1830-1889)**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2012 (p. 37-81).

CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** São Paulo: EDUFSCAR, 2012.

_____. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Ideias**. São Paulo, 1965.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1998.

COUTINHO, Aluizio Bezerra. **A filosofia das Ciências Naturais da Escola do Recife**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1988.

COSTA, Pereira da. **Folk-Lore Pernambucano: subsídios para a história da poesia popular em Pernambuco**. Recife: Ed. CEPE, 2004.

DIAS, Gonçalves. **I- Juca Pirama**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

DUARTE, Miguel Bruno. **Noemas de Filosofia Portuguesa: um estudo revelador de como a universidade é o maior inimigo da cultura lusíada**. São Paulo: É Realizações, 2013.

DUARTE, Pedro. **Estio do Tempo: romantismo e estética moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

EAGLETON, Terry. **Depois da Teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **As Ilusões do Pós-Modernismo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. São Paulo: Ed. Globo, 2004.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

FRANCOVICH, Guillermo. **Filósofos brasileiros**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1943.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Nordeste**. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX**. São Paulo: Global, 2002.

GAY, Peter. **O Coração Desvelado**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Modernismo: o fascínio da heresia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GIRARD, René. **O Sacrifício**. São Paulo: É Realizações, 2011.

GRAFTON, Anthony. **As Origens Trágicas da Erudição**. Campinas: Ed. Papyrus, 1998.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 3v**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.

HABERMAS, Jurgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HAECKEL, Ernst. **O Monismo**. Porto: Lello, 1908.

HICKS, Stephen. **Explicando o Pós-Modernismo**. São Paulo: Ed. Callis, 2011.

HIMMELFARB, Gertrude. **Caminhos da Modernidade**. São Paulo: Realizações, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. **Naciones y Nacionalismo desde 1780**. Madrid: Crítica Espanha, 2000.
1ª Edição.

HOTTOIS, Gilbert. **Do Renascimento à Pós-Modernidade**. São Paulo: Ed. Idéias e Letras, 2008.

HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins, 2001.

HUSSERL, Edmund. **A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2007

JAIME, Jorge. **Sílvio Romero: um crítico, historiador, materialista, à procura de um sistema filosófico**. In: _____. História da filosofia no Brasil. São Paulo: Faculdades Salesianas, 1997. p. 231-241.

JOBIM, José Luís. **Sílvio Romero**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2012.

KIRK, Russell. **The Conservative Mind: from Burke to Elliot**. Indiana: Regnery Publishing, 2001.

KEMP, Tom. **Revolução Industrial na Europa do Século XIX**. Lisboa: Editora 70, 1987.

KEYSERLING, Hermann Graf. **Portugal**. Revista de Occidente (v. 92). Acessado em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/ejemplar?codigo=343082>

LAVELLE, Louis. **A Presença Total**. São Paulo: É Realizações, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução à Modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Ed. Barcarolla, 2004.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Os abolicionistas brasileiros e a guerra de secessão**. In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (Orgs.). **Caminhos da liberdade: histórias da abolição e da pós-abolição no Brasil**. Niterói: PPGH-UFF, 2011. (p. 10-27)

MARÍAS, Julian. **História da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MATOS, Cláudio Neiva de. **A Poesia Popular na República das Letras: Sílvio Romero folclorista**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1994.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império (1871-1889)**. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1999.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Por uma História do Império vista do Nordeste**. Recife: Ed. UFPE, 1966.

MENDONÇA, Carlos Sussekind de. **Sílvio Romero; sua formação intelectual 1851 - 1880**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

MERCADANTE, Paulo. **A Coerência das Incertezas**. São Paulo: Ed. É Realizações, 2001.

MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MITTNER, Ladislao. **Storia della Letteratura Tedesca II ó Dal Pietismo al Romanticismo (1700-1820)**. Roma: Einaudi, 2002.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX**. FGV Editora: Rio de Janeiro, 2000.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

PAIM, Antônio. **A Escola do Recife**. Londrina: Ed. UEL, 1977.

_____. **História das Ideias Filosóficas no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1974.

_____. **Nos 150 anos do nascimento de Silvio Romero (1851/1914): uma vida dedicada à cultura brasileira**. Revista Brasileira de Filosofia, São Paulo, v. 51, n. 202, abr./jun. 2001.

PAULA, João Antônio de. O Processo Econômico. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). **História do Brasil Nação: 1808-2010 (v.2: a construção nacional 1830-1889)**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2012 (p. 179-223).

PAZ, Octávio. **O Labirinto da Solidão**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PLATÃO. **O Sofista**. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

- RABELLO, Sílvio. **Itinerário de Sílvio Romero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- REALE, Giovanni. **História da Filosofia: 3 volumes**. São Paulo: Paulus Editora, 1990.
- REALE, Miguel. **Sílvio Romero e os problemas da filosofia**. In: _____. Horizonte do direito e da história. São Paulo: Editora Saraiva, 1956. p. 234-243.
- REBOUÇAS, André. **Agricultura Nacional e Estudos Econômicos: propaganda abolicionista e democrática**. Recife: Ed. Massangana, 1988.
- REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil: 2v**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- REZENDE, Antônio Paulo. **O Recife: histórias de uma cidade**. Recife: Fundação de Cultura do Recife, 2002.
- RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROMERO, Sílvio. **Machado de Assis: um estudo comparativo de literatura brasileira**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- _____. **Contribuição Para o Estudo do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia, 1888.
- _____. **Estudos de Literatura Contemporânea**. São Paulo: Imago, 2002.
- _____. **Doutrina Contra Doutrina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SALDANHA, Nélon. **Historicismo e Culturalismo**. Recife: Fundarpe, 1986.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero: hermeneuta do Brasil**. Annablume: São Paulo, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SCHORSKE, Carl. **Viena fin-de-siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCRUTON, Roger. **Uma Breve História da Filosofia Moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

_____. **Thinkers of New Left**. Londres, Inglaterra: Claridge Press, 1988.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

SOUZA, João Mendonça de. **Sílvio Romero: o crítico e o polemista**. Emebé Editora: Rio de Janeiro, 1976.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidade Nacional e Modernidade Brasileira: O diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre**. Ed. Autêntica: Belho Horizonte, 2007.

STEINER, George. **No Castelo do Barba Azul: algumas notas para a redefinição de cultura**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

TEIXEIRA, Antonio Bras. **O Espelho da Razão: estudos sobre o pensamento filosófico brasileiro**. Londrina: EDUEL, 2003.

VEESER, H. Aram. **The New Historicism**. Chicago: Ed. Routledge, 1989.

VENTURA, Roberto. **O estilo tropical**. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

WEAVER, Richard. **As Ideias Têm Consequências**. São Paulo: É Realizações, 2012.

WEHLING, Arno. **Sílvio Romero e a Consciência Modernizadora no Brasil**. São Paulo, 1979. Tese (Livre Docência) ó FFLCH/USP

WERNECK, Norma C. **O conceito de filosofia da ciência em Sílvio Romero**. Rio de Janeiro: PUC, 1978.